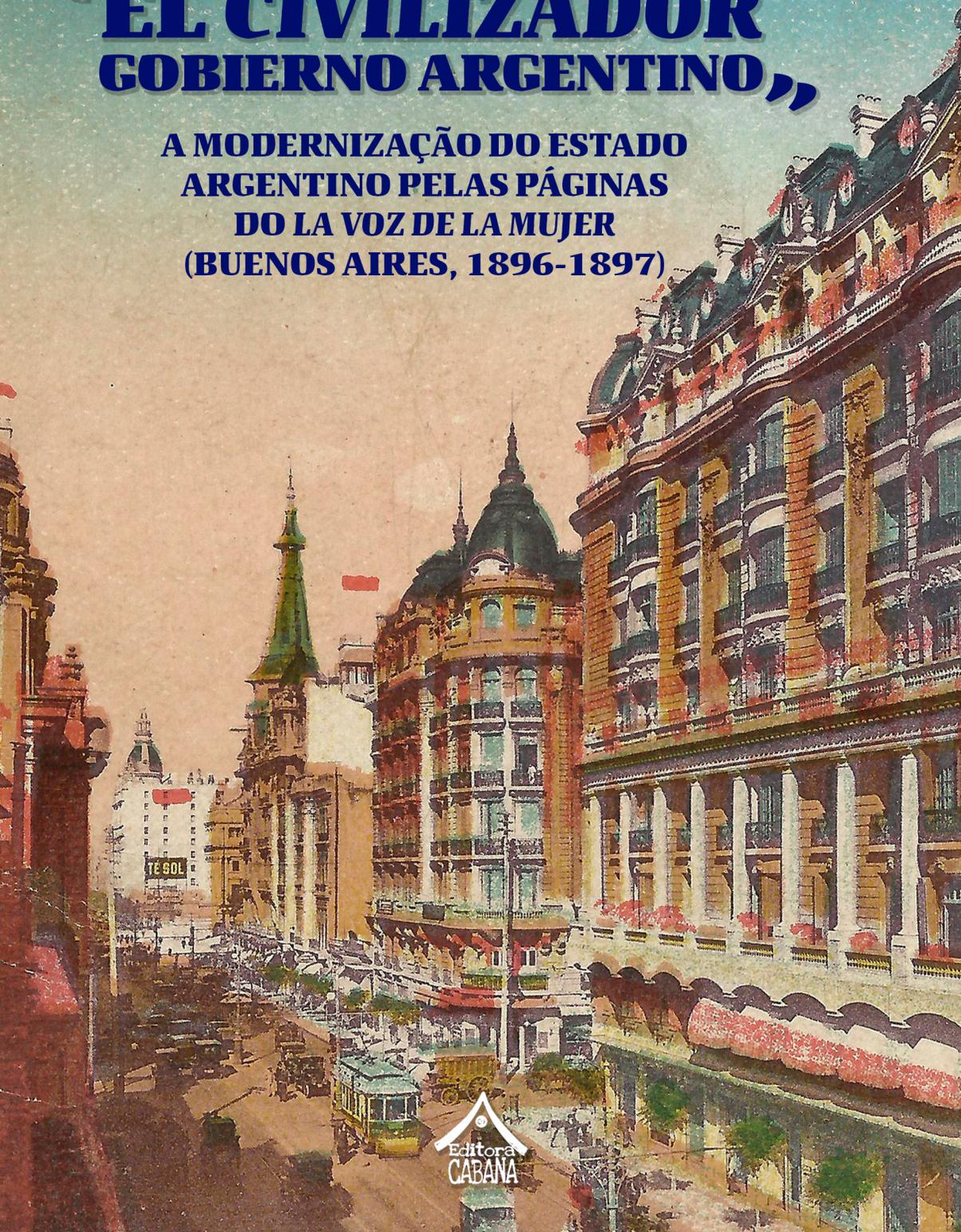


Gabriela Schwengber

“EL CIVILIZADOR GOBIERNO ARGENTINO,”

A MODERNIZAÇÃO DO ESTADO
ARGENTINO PELAS PÁGINAS
DO LA VOZ DE LA MUJER
(BUENOS AIRES, 1896-1897)



**“EL CIVILIZADOR
GOBIERNO ARGENTINO”**

Gabriela Schwengber

**“EL CIVILIZADOR
GOBIERNO ARGENTINO”:**

**A MODERNIZAÇÃO DO ESTADO ARGENTINO
PELAS PÁGINAS DO LA VOZ DE LA MUJER
(BUENOS AIRES, 1896-1897)**



Copyright © by Gabriela Schwengber
Copyright © 2024 Editora Cabana
Copyright do texto © 2024 Gabriela Schwengber

Todos os direitos desta edição reservados

© Direitos autorais, 2024

O conteúdo desta obra é de exclusiva
responsabilidade de sua autora.

Diagramação, projeto gráfico e capa: Eder Ferreira Monteiro

Edição e coordenação editorial: Ernesto Padovani Netto

Revisão: Autora

Imagem de capa: Buenos Aires, Av. Callao y Bartolomé Mitre.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Schwengber, Gabriela.

El civilizador gobierno argentino: a modernização do Estado Argentino pelas páginas do La Voz de La Mujer (Buenos Aires, 1896-1897) / Gabriela Schwengber; Prefácio de Carlos Gilberto Pereira Dias. – Ananindeua-PA: Cabana, 2024.

S414c

183 p. : il., fotos.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Inclui bibliografia

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-65-85733-34-2

1. História da Argentina. 2. Estado. 3. Imprensa. I. Schwengber, Gabriela. II. Dias, Carlos Gilberto Pereira (Prefácio). III. Título.

CDD 982

Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Índice para catálogo sistemático

I. História da Argentina



[2024]
EDITORA CABANA
Trav. WE 11, N° 41 (Conj. Cidade Nova I)
67130-130 – Ananindeua – PA
Telefone: (91) 99998-2193
cabanaeditora@gmail.com.com
www.editoracabana.com

CONSELHO EDITORIAL

Dr. Anderson Dantas da Silva Brito | UFOB

Dra. Adriana Angelita da Conceição | UFSC

Dra. Ana Zavala | Facultad de la Cultura,
Instituto Universitario – CLAEH. Montevideo, Uruguay

Dra. Camila Mossi de Quadros | IFPR

Dra. Carmem Zeli de Vargas Gil | UFRGS

Dra Cláudia Mortari | UDESC

Dr. Francivaldo Alves Nunes | UFPA

Dra. Juliana Teixeira Souza | UFRN

Dra. Luciana Rossato | UDESC

Dra. Luciana Oliveira Correia | UNEB

Dr. Marcelo Luiz Bezerra da Silva | UEPA

Dr. Márcio Couto Henrique | UFPA

Dr. Sandor Fernando Bringmann | UFSC

COMITÊ CIENTÍFICO

Dr. Adilson Junior Ishihara Brito | UFPA

Dra. Edilza Joana Oliveira Fontes | UFPA

Dr. Elison Antonio Paim | UFSC

Dr. Marcelo de Souza Magalhães | UNIRIO

Dra. Mônica Martins Silva | UFSC

Dr. Wilian Junior Bonete | UFPel

Dra. Pirjo Kristiina Virtanen | University of Helsinki, Finland

À minha avó, Hildegard (*in memoriam*), por continuar sendo uma grande inspiração e referência de afeto.

“A vosotras, compañeras de trabajo e infortunios,
me dirijo, a vosotras que sufrís como yo la doble
esclavitud del capital y del hombre.
Algunas de nosotras hemos abrazado el bello ideal
anarquista porque comprendemos
que sólo con la amplia libertad que ésta proclama,
podemos ser felices”

(La Voz de La Mujer, 14 nov. 1896, 8, p. 10).

PREFÁCIO

A pesquisa acadêmica de Gabriela Schwengber, “*El civilizador gobierno argentino*”: *A modernização do Estado Argentino pelas páginas do La Voz de La Mujer* (Buenos Aires, 1896-1897), traz uma reflexão fundamental para a historiografia, particularmente porque esse estudo se debruça sobre um campo da História ainda pouco explorado por historiadoras e historiadores. Através de uma narrativa envolvente, a autora acompanha a experiência social de trabalhadores/as, através da visão de mundo de redatoras anarquistas no periódico *La Voz de La Mujer* em fins do século XIX.

A ampla pesquisa de Gabriela Schwengber que resultou na excelente Dissertação de Mestrado apresentado juntamente ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, agora apresentada em forma de livro, é a culminância de uma trajetória acadêmica iniciada na graduação, quando Schwengber desenvolveu seu Trabalho de Conclusão de Curso, do qual tive a honra em orientá-la, chamado “*Não quero representar a mulher brasileira*”: *O feminismo e o anarquismo em Maria Lacerda de Moura*. Nessa pesquisa, Gabriela construiu o alicerce de suas inquietações em torno de dois pilares que ecoariam mais tarde na sua dissertação de mestrado: o debate articulado entre feminismo e anarquismo.

Em “*El civilizador gobierno argentino*”: *A modernização do Estado Argentino pelas páginas do La Voz de La Mujer* (Buenos Aires, 1896-1897), Schwengber redimensiona o foco para uma pesquisa de enorme alcance acadêmico, através de uma excelente revisão literária, especialmente porque retoma um leque de pesquisas em torno do periódico *La Voz de La Mujer*.

Uma primeira observação sobre a importância desta pesquisa, reside no fato dos escassos estudos que encontramos sobre a história argentina. Em geral, condicionado a dois períodos: em primeiro lugar, durante o processo de colonização espanhola até o século XVIII e, em segundo lugar, quando a história da Argentina é retomada vagamente ao longo do processo de independência das nações latino-americanas no século XIX.

Nesta publicação que agora chega ao público, a autora consegue escapar de algumas armadilhas teórico-metodológicas que normalmente nos levam a querer engessar concepções que se tornam anacrônicas. Nesse sentido, é válido ressaltar o quanto Schwengber soube apropriar-se da noção foucaultiana de biopolítica, mostrando como esse viés teórico perpassa as mazelas sociais experimentadas pelas redatoras anarquistas.

Ao partir de uma análise mais ampla que foi a definição do que seria o Estado Nação argentino na segunda metade do século XIX, a autora situa habilmente o espaço de surgimento e produção das reflexões que estamparam o periódico *La Voz de La Mujer* em fins do século XIX. Primeiro pelo complexo debate sobre a ideia de modernização; segundo, pela definição do que compreendemos como Estado argentino. Ao recuperar esse panorama, Schwengber nos convida a conhecer o espaço de efervescência das ideias anarquistas naquele período, construindo um interessantíssimo cenário da configuração do tecido social na segunda metade do século XIX na capital argentina, contexto histórico em que as redatoras anarquistas produzem o periódico *La Voz de La Mujer*.

Como nos mostra Gabriela Schwengber a partir de inúmeros exemplos, o aparecimento deste periódico se insere num contexto em que outras tentativas de visibilidade das demandas femininas estavam ocorrendo, sinalizando que havia um espaço a ser ocupado pelas mulheres, ou seja, *La Voz de La Mujer* simboliza concretamente naquele momento, um ato de resistência.

Para além dos temas que repetidamente apareciam no periódico, é interessante também observar o quanto a visão de mundo das redatoras anarquistas representava um contraponto corajoso diante de um universo

dominantemente patriarcal: a percepção do casamento como um fardo, o posicionamento crítico sobre o genocídio dos povos indígenas, a conscientização de como as mulheres eram usadas socialmente para perpetuar o modelo disciplinar que as mantinham inferiorizadas, a condição degradante no trabalho e, por fim, a nítida consciência social de que essas mulheres tinham sobre o aparato repressor da polícia como um braço do Estado na sua defesa do patrão.

Assim, a autora costura habilidosamente em sua narrativa, destacando o quanto as redatoras do periódico *La Voz de La Mujer* observavam as diferentes formas de abuso burguês (Igreja, escola, polícia, etc.), refletindo sobre as múltiplas formas de exclusão que elas enfrentavam. Ao defenderem a máxima “mães, ensinai todas essas verdades aos vossos filhos, pois entendi que as crianças de hoje serão os homens de amanhã”, fica evidente através do olhar criterioso de Schwengber, que essas mulheres argentinas eram subjetivadas por alguns discursos médicos-científicos do período mas também subversivas e conscientes da potência de suas palavras.

Revisitar a história do país vizinho num período pouco explorado na historiografia é de extrema importância, especialmente se considerarmos que a construção do Estado Nacional argentino coincide em certa medida com a consolidação das ideias positivistas no Rio Grande do Sul a partir de 1889, reprimindo violentamente as oposições e buscando desarticular o movimento anarco-sindicalista que foi expressivo por aqui na transição do século XIX para o XX.

Finalizo reiterando que o brilhantismo da pesquisa de Gabriela Schwengber manifesta-se não apenas na sua acertada escolha do seu objeto de pesquisa, como na proposta oferecida a nós historiadores e historiadoras. Não é exagero dizer que esta pesquisa traz uma enorme contribuição para que possamos elucidar inúmeras questões empoeiradas. Para além do recorte histórico e espacial que a autora utilizou para desenvolver a Dissertação de Mestrado, creio que essa pesquisa extrapola esse breve período do final do século XIX, na medida em que potencializa para que outras pesquisadoras e pesquisadores se debruçam sobre esta temática.

Num contexto em que os silêncios das mulheres eram publicamente defendidos por homens de diferentes segmentos sociais, escrever no jornal foi a única maneira que as redatoras anarquistas encontraram de se pronunciar contra todas as formas de opressão. Ao trazer à tona através de uma escrita fluída, os meandros destas questões no contexto histórico do final do século XIX, Gabriela Schwengber contribui imensamente para a historiografia e graças a esta publicação, um público maior terá acesso a essa pesquisa brilhante.

Carlos Gilberto Pereira Dias

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
e Professor no Colégio Protásio Alves

SUMÁRIO

Introdução.....	14
Capítulo 1. A Argentina na segunda metade do século XIX.....	33
A construção da Nação argentina: raça, imigração e papéis de gênero.....	34
A organização da moderna Buenos Aires: biopoder e poder disciplinar.....	50
O trabalho, desenvolvimento dos movimentos operários e periodismo em Buenos Aires.....	61
Capítulo 2. O periódico <i>La Voz de La Mujer</i> e outras vozes do(s) anarquismo(s).....	76
“Feroces de lengua y pluma”: história, autoria e circulação do <i>La Voz de La Mujer</i>	77
Debates sobre anarquismo(s) e anarco-comunismo.....	93
Mulheres, feminilidades e sexualidade no(s) movimento(s) anarquista(s).....	100

Capítulo 3. O Estado-Nação argentino nas páginas	
do <i>La Voz de La Mujer</i>.....	111
“ <i>El civilizador</i> gobierno argentino”:	
biopolítica, embranquecimento e educação.....	112
“Más nada que el taller, [...] o la cárcel”:	
trabalho, revolta e poder disciplinar.....	123
“Madres, educad bien a vuestros hijos”:	
mulher, corpo e maternidade.....	147
Considerações finais.....	169
Referências.....	172
Sobre a autora.....	181

INTRODUÇÃO

Antes de adentrarmos no universo da pesquisa proposta e nos de-
termos na multiplicidade de fatores necessários para tecer o panorama no
qual o *La Voz de La Mujer* está inserido, pontuarei algumas questões rela-
cionadas a minha trajetória em relação à temática.¹ Afinal, conforme des-
taca Michel de Certeau, em *A Escrita da História*, não há análises e leituras
“capazes de suprimir a *particularidade* do lugar de onde falo e do domínio
em que realizo uma investigação. Esta marca é indelével. [...] meu patoá
representa minha relação com um lugar” (De Certeau, 1982, p. 65, grifo do
autor), e, enquanto historiadora, sou o sujeito que liga as ideias aos lugares,
construindo uma narrativa e fazendo problematizações próprias, assumindo
o lugar de autoria.

Voltei-me à temática das mulheres anarquistas durante a graduação em
História, valendo-me dos debates e leituras dos estudos de gênero e histó-
ria das mulheres enquanto lentes analíticas sobre o movimento anarquista,
que tive contato para além dos muros universitários. Ocorreu a percepção de
um silenciamento referente às mulheres libertárias, seja quanto militantes e
organizadoras ativas do movimento, ou quanto teóricas, já que entre o “câ-
none literário” anarquista havia poucas menções femininas, sendo a Emma
Goldman a mais lembrada. Na busca por fontes históricas em que fosse pos-
sível desenvolver o trabalho de conclusão de curso com a intersecção gênero
e anarquismo, encontrei cartas e dois folhetos escritos por Maria Lacerda de
Moura, nas primeiras três décadas do século XX.

¹ Optei por construir o texto em primeira pessoa do singular nesta *Introdução* por uma questão de concordância textual, visto que é o momento de situar-me enquanto sujeito que produz esta pesquisa.

A partir disso, foi possível traçar pontos da trajetória de Maria Lacerda de Moura, analisando sua relação com o movimento sufragista, a preocupação sobre “a condição da mulher” na sociedade brasileira e seus posicionamentos frente à ascensão do fascismo em 1930, bem como pude analisar a reafirmação de Maria Lacerda de Moura enquanto anarquista individualista². No processo de reflexão sobre o que pesquisar no Mestrado, acabei tendo acesso, através das redes sociais à notícia que a Universidade Nacional de Quilmes, localizada em Bernal na Província de Buenos Aires, às edições do periódico *La Voz de La Mujer*, publicado em seu repositório digital. Por continuar na intersecção de história do anarquismo com a história das mulheres, temáticas e campos que me interessam, escolhi desenvolver a pesquisa tomando este periódico enquanto fonte primária.

O periódico *La Voz de La Mujer* foi publicado em Buenos Aires, na Argentina, entre 08 de janeiro de 1896 e 01 de janeiro de 1897. Durante seu único ano de existência, foram publicados nove números, dos quais possuímos acesso a oito. Os sujeitos responsáveis e produtores dessa imprensa foram um grupo de mulheres anarquistas portenhas, com identidades e trajetórias que continuam nebulosas para a historiografia devido à ausência de outros vestígios e à utilização frequente de pseudônimos, algo comum nos movimentos anarquistas, mas que dificulta a possibilidade de conhecer quem eram essas personagens.

Nas páginas do periódico, elas escreviam e se dedicavam a diversas temáticas, desde as mais amplas do movimento anarquista, como proporem explicações e se oporem à exploração dos burgueses, teciam críticas aos salários baixos, às péssimas condições de trabalho e à injustiça institucionalizada que sofriam — denunciando a relação de juízes e patrões, à Igreja enquanto mecanismo de controle e de ignorância e a oposição às guerras, por exemplo. Também comentavam sobre acontecimentos da localidade, seja sobre greves, repressões policiais, novos periódicos que estavam sendo publicados e, com muita frequência, convidavam a(o) leitor(a) a se unir na luta por uma revolução social.

² Tal pesquisa resultou no Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “*Não quero representar a mulher brasileira: O anarquismo e o feminismo em Maria Lacerda de Moura*”, apresentado na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), no ano de 2018, sob orientação do Prof. Dr. Carlos Gilberto Pereira Dias.

A singularidade do *La Voz de La Mujer* foi a inserção das especificidades e pautas das mulheres libertárias de maneira incisiva e recorrente em Buenos Aires e região, pois conforme coloca Laura Cordero, “elas vieram para dizer, em primeira pessoa, ‘sou a oprimida’, e com essa única frase anunciaram algo inesperado: a oprimida fala”³ (Cordero, 2017, p. 20)⁴. Desta forma, as redatoras do periódico direcionaram grande parte de suas escritas ao que denominavam de “emancipação feminina”, que seria o despertar das mulheres trabalhadoras ao anarquismo e o desvencilhamento de determinadas crenças e padrões sociais. Elas também defendiam o “amor livre”, a possibilidade de estabelecer ou romper casamentos sem a interferência do Estado e da Igreja ou a carga moralizante da sociedade, pois pretendiam que essas decisões se centrassem apenas no casal. As páginas do jornal também serviram enquanto espaço para denúncias das violências sexuais que sofriam de padres e patrões, assim como outras violências marcadas pelo gênero praticadas pelos maridos e companheiros de causa, como agressões físicas, tentativa de feminicídio e a subjugação das mulheres por parte dos homens, chamados nesse contexto de “falsos anarquistas”.

Outro ponto de destaque para a construção desta pesquisa é a percepção dessas mulheres libertárias sobre a educação como meio para a transformação social, enquanto a possibilidade de criar uma nova sociedade, com outra perspectiva ética e moral — que possuiria como base os princípios anarquistas. Desta forma, há publicações destinadas às mães referentes à educação das crianças e à maternidade, objetivando orientá-las e reforçando seu lugar de principais (ou únicas) responsáveis pelo afeto e cuidado da prole. Portanto, ao longo do periódico é possível perceber que, apesar de pautarem temáticas progressistas para o período, as redatoras do *La Voz de La Mujer* eram sujeitos de seu recorte temporal e espacial.

O final do século XIX na Argentina foi marcado por diversas transformações sociais e pelo processo de modernização do Estado, com o es-

3 Optou-se por traduzir as referências em espanhol para proporcionar uma leitura de maior fluidez. Entretanto, as referências com o texto original constarão nas notas de rodapé.

4 Texto original: “ellas vinieron a decir, en primera persona, ‘soy la oprimida’, y con esa sola frase anunciaron algo inesperado: la oprimida habla” (Cordero, 2017, p. 20).

tabelecimento de (bio)políticas étnicas para a construção da Nação argentina — através do financiamento estatal de migrações europeias, com a *Ley de Inmigración* (1876), o extermínio da população indígena com as Campanhas do Deserto (1878), por exemplo. A partir das ondas de imigração em massa, ocorreram transformações na população e na cidade de Buenos Aires, com mudanças na configuração da cidade e em aspectos culturais da população. A educação formal, laica e gratuita, através da *Ley 1420, de Educación Común* (1884), foi utilizada enquanto (bio)política homogeneizadora desta diversidade cultural e produtora de subjetividades desejáveis para a Nação.

Neste contexto, também houve a complexificação do disciplinamento das camadas populares, seja através da polícia, da Igreja ou dos discursos médico-científicos, principalmente referentes à higiene e à maternidade. As anarquistas do *La Voz de La Mujer*, enquanto mulheres brancas, alfabetizadas, mães, possivelmente filhas de imigrantes, possuíam um papel, mesmo que idealizado pelo Estado, na Nação. E podemos analisar alguns desses aspectos nas páginas do impresso, no qual elas teceram comentários a respeito de acontecimentos locais, nacionais e suas críticas à atuação do Estado e suas instituições.

Para que se compreendam mais a respeito do *La Voz de La Mujer*, assim como para situar a presente pesquisa num panorama mais amplo de produções, apresentarei as pesquisas (estado da arte) já desenvolvidas sobre o periódico. Aqui, a intenção não é abordar e esgotar todas as produções acadêmicas existentes sobre o periódico, seja quando pesquisado enquanto objeto central de estudo ou apenas mencionado, mas sim, apresentar aquelas produções que se configuram enquanto referências importantes para o debate. Sendo assim, optei por organizar o seguinte estado da arte em três grupos: o primeiro deles dedicado a abordar as primeiras pesquisas acadêmicas a respeito do *La Voz de La Mujer*, que serviram e ainda servem de base para as pesquisas sobre o periódico. No segundo agrupamento, enfocarei na historiografia mais recente a respeito do *La Voz de La Mujer*, desenvolvida principalmente a partir de 2013, em que ocorre uma ampliação de temas, abordagens e perspectivas.

Por fim, apresentarei as produções que se dedicaram a investigar a respeito da maternidade, sexualidade e casamento no periódico, aspectos que serão importantes para a análise dos papéis atribuídos às mulheres para o futuro da Nação argentina. Também é relevante pontuar que não constam pesquisas que relacionaram o *La Voz de La Mujer* com o processo de modernização do Estado argentino no fim do século XIX.

No que concerne às primeiras pesquisas desenvolvidas a respeito do periódico *La Voz de La Mujer*, destaco o capítulo de apresentação do livro *La Voz de La Mujer, Periódico comunista-anárquico* (1997), escrito por Maxine Molyneux, intitulado *Ni Dios, ni Patrón, ni Marido. Feminismo anarquista en la Argentina del siglo XIX*. Essa produção foi publicada pela Universidade Nacional de Quilmes, com os números do periódico disponíveis na íntegra⁵. A pesquisadora traça um panorama e o contexto geral do periódico, como o momento no qual foi criado e as pautas debatidas. Além disso, ela lança hipóteses a respeito de como ocorria a circulação do periódico e o porquê do periódico ter chegado ao seu fim. Ao abordar as temáticas de sexualidade e maternidade, Molyneux propõe que essas mulheres anarquistas pensarem sobre variantes mais liberais da monogamia heterossexual durante aquele período, que chamavam de “companheiros livremente unidos”⁶ (Molyneux, 2018, p. 33).

Outro trabalho que faz parte deste primeiro grupo é a resenha escrita por Marisa Elizalde, *La voz de La Mujer. Periódico comunista-anárquico 1896-1897* (1998), com o intuito de visibilizar a iniciativa da Universidade Nacional de Quilmes supracitada. No breve texto, Elizalde apenas se detém às características gerais do *La Voz de La Mujer*. Já as pesquisadoras Marcela Nari e María del Carmen Feijóo, em *Imaginando el lector/la lectora de La Voz de La Mujer* (1994), elaboram uma análise de Buenos Aires nos fins do século XIX e buscam construir algumas hipóteses sobre quem eram as redatoras e as leitoras da folha. Este capítulo, presente no livro *Mujeres y cultura en la Argentina del siglo XIX*, é pouco referenciado nas pesquisas, apesar de publica-

⁵ Em 2018, houve uma reedição do livro, pelo qual entramos em contato com o *La Voz de La Mujer*.

⁶ Texto original: “camaradas libremente unidos” (Molyneux, 2018, p. 33).

do anteriormente aos demais trabalhos. Nari e Feijóo referenciam Molyneux no texto, porém não foram encontradas outras produções disponíveis para acesso anteriores ao ano de 1997.

No artigo de Claudia Bacci e Laura Fernández Cordero, *Feroces de lengua y pluma. Sobre algunas escrituras de mujeres anarquistas* (2007), as autoras analisam as primeiras manifestações de mulheres anarquistas da Argentina entre meados do século XIX e início do XX. Mencionam a militância de Juana Buena e dos periódicos *Nuestra Tribuna* e *La Voz de La Mujer* enquanto aparições que “vêm discutir o mais íntimo (relações familiares, sexualidade, maternidade), fazendo explodir sua iniludível condição política”⁷ (Bacci; Cordero, 2007, p. 193), problematizando o que era ser mulher no meio anarquista.

No segundo agrupamento — de produções historiográficas mais recentes, ocorre uma abrangência nas perspectivas e temáticas pesquisadas sobre e através do periódico, além do aprofundamento das análises. Na produção de Natalia Martínez Prado, *La emergencia del feminismo en la Argentina: un análisis de las tramas discursivas a comienzos del siglo XX* (2015), a pesquisadora procura traçar o surgimento das primeiras movimentações entendidas enquanto feministas na Argentina através do periódico *La Voz de La Mujer* (1886-1887) e da tese de doutorado de Elvira López, *El movimiento feminista. Primeros trazos del feminismo en Argentina* (1901). Assim, a pesquisadora busca rastrear algumas disputas de narrativas, interesses e concepções que emergiam a respeito do feminismo e organizações femininas na transição dos séculos XIX e XX. A respeito do *La Voz de La Mujer*, Martínez Prado coloca que, além da defesa de pautas do movimento anarquista como um todo, as redatoras escreviam que eram “duplamente escravas, do capital e do homem”⁸ (Prado, 2015, p. 76), exploradas pelos burgueses nas fábricas e pelos seus maridos nos lares, inserindo o recorte de gênero.

Coral Cuadrada Majó e Ginés Puente Pérez, no artigo *El debate: entre “feminismo” anarquista y el feminismo burgués* (2016), investigam

7 Texto original: “viene[n] a discutir lo más íntimo (relaciones familiares, sexualidad, maternidad) haciendo estallar su ineludible condición política” (Bacci; Cordero, 2007, p. 193).

8 Texto original: “doblamente esclavas, del capital y hombre” (Prado, 2015, p. 76).

as diferenças dos feminismos e organizações femininas através de textos produzidos por mulheres intelectuais do século XIX. Após delimitarem as personagens e suas produções, analisam as perspectivas de cada uma delas a respeito do lugar das mulheres na sociedade, religião, educação, maternidade e matrimônio. O *La Voz de La Mujer* é mencionado brevemente devido às publicações de Pepita Guerra⁹, nas quais clamava para que as mulheres não se casassem pois considerava a dinâmica do matrimônio injusta: enquanto os homens podiam ser infiéis e exploradores, as mulheres adúlteras seriam castigadas pelas leis.

Nessa historiografia mais recente, o *La Voz de La Mujer* também é estudado por pesquisadoras de outras áreas do conhecimento, o que contribui para a construção de narrativas mais complexas sobre o mesmo. Como no caso do trabalho de Letícia Contreras Candia, pesquisadora da Literatura latino americana, *La prensa anarcofeminista: una “incisiva” plataforma escritural en el periódico La Voz de La Mujer* (2020), no qual a pesquisadora analisa uma coluna escrita por Pepita Guerra, voltando-se para pensar a questão da estrutura textual e linguística utilizada.

Em *O anticlericalismo e a luta feminina anarquista: La Voz de La Mujer como estudo de caso (Buenos Aires, 1896-1897)* (2018), Ingrid Souza Ladeira de Souza analisa alguns textos publicados no periódico por Luisa Violeta, nos quais há a denúncia de abusos sexuais cometidos por padres contra meninas. Ao analisar os textos, Souza observa que a linguagem e a estrutura textual estão organizados em formato de diálogo entre um padre e uma menina, e define enquanto um “diálogo doutrinal, a fim de mexer com as ideias das leitoras e dos leitores, propondo que se coloquem no lugar da adolescente assediada” (Souza, 2018, p. 33). A pesquisadora também aborda os empasses

⁹ Pepita Guerra foi uma das redatoras do *La Voz de La Mujer*, no entanto, não há maiores informações sobre sua trajetória. A pesquisadora Flávia Luchessi a coloca enquanto “uma das escritoras libertárias mais ativas na agitada imprensa anarquista da Argentina no final do século XIX e início do XX. Guerra não escrevia apenas em *La Voz de La Mujer*, também colaborou com os jornais ácratas de maior circulação, como: *La Revolución Social* (“Al Asalto!”, n. 11, 16/09/1896), *La Protesta Humana* (“No hagas a nadie lo que no quisieras que te hagan a ti”, 27/06/1897), *La Anarquía* (“Auto-siluetá”, n. 20, 13/02/1897, “A las mujeres”, n. 22, e “Melancolía”, n. 24, 14/11/1897), e espalhou outros escritos, notas e poemas, além do diálogo “Ante el Cadafalso”, por diversos periódicos portenhos” (Luchessi, 2019, p. 91).

que Luisa Violeta teve com outro periódico anticlerical, o *Giordano Bruno*. As tensões ocorriam pois os escritores de *Giordano Bruno* propunham apenas a separação entre Igreja e Estado, enquanto Violeta argumenta que esta distinção não traria melhorias ou transformaria profundamente a sociedade.

A mesma pesquisadora — Ingrid Souza Ladeira de Souza, em sua Dissertação intitulada “*Salimos a la lucha... sin Dios y sin jefe*”. *O periódico La Voz de La Mujer como experiência feminina do anarquismo na Argentina (1896-1897)* (2019), defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, propõe-se a debater os conceitos de emancipação e experiência a partir das colocações dos autores Cornelius Castoriadis e Edward P. Thompson. A partir disso, ela analisa as características do *La Voz de La Mujer*, estabelecendo relações com outros periódicos anarquistas portenhos e refletindo a respeito do legado deixado pelas redatoras libertárias. O capítulo intitulado *Firmes en la Brecha. Escritos de mulheres para mulheres*, a pesquisadora analisa as críticas das libertárias ao casamento e a defesa do amor livre. Em relação à maternidade, Souza percebe que em diversos momentos a mesma é colocada enquanto algo negativo, pois “a mãe se esforça por um filho que a oprime pelo fato de ser mulher/mãe” (Souza, 2019, p. 138), e que as libertárias desejavam uma “maternidade voluntária” (Souza, 2019, p. 168).

Isto posto, inicia-se aqui o terceiro e último agrupamento de trabalhos, no qual passamos a focar naqueles que possuem enquanto temáticas centrais a maternidade, a sexualidade e o casamento. O artigo *De mujeres y barbárie: Representaciones de otredad y género en el Rio de la Plata del siglo XIX* (2019), de Daniel Vázquez, Daniela Abbate, Silvina Gardonio e María José Maiarú, as(o) pesquisador(as) analisam as representações femininas em produções visuais e textuais da região do Rio da Prata ao longo do século XIX. O periódico *La Voz de La Mujer* constitui uma das fontes analisadas, pela qual investigam as auto-representações dessas mulheres anarquistas através de seus textos. Na análise, definem e diferenciam cinco representações de mulheres nas publicações e observam que na auto-representação dessas libertárias “apa-

rece a tensão mulher-trabalhadora e mulher-mãe”¹⁰ (Vázquez *et al*, 2019, p. 66). Neste trabalho, os pesquisadores também observam a reafirmação de papéis de gênero ligados à sexualidade, tais como o homem ser naturalmente voltado aos prazeres, em contrapartida das mulheres, que desejam ter filhos.

No caso do artigo produzido por Verónica Norando e Ludmila Scheinkman, “*Hastidadas de tanto y tanto llanto y miseria..., de ser el juguete, el objeto de los placeres de los infames explotadores*”. *Visibilizando a las mujeres proletarias* (2012), as pesquisadoras utilizam dos conceitos de agenciamento e trabalho reprodutivo para analisar as publicações que tratam a respeito do casamento e da prostituição. A escolha destes conceitos deu-se pelo entendimento de que “as mulheres proletárias vivenciam uma experiência de classe específica marcada pelo seu lugar na reprodução”¹¹ (Norando; Scheinkman, 2012, p. 175), pois eram as responsáveis pela criação dos filhos e cuidados do lar, e criavam possibilidades de ação em seu contexto social. Norando e Scheinkman (2012), ao analisarem o periódico, destacam algumas contradições discursivas e certas limitações, pois apesar de que “o papel da mulher em casa é questionado, mas com limites definidos: não se questiona nem o seu papel na criação das crianças, nem a distribuição das tarefas domésticas”¹² (Norando; Scheinkman, 2012, p. 177).

Desta forma, a hipótese levantada pelas pesquisadoras é de que estas anarquistas consideravam impossível alcançar quaisquer formas de transformações profundas nas desigualdades e papéis dos gêneros enquanto inseridas na lógica da família burguesa, pois “não pode se concretizar para os proletários devido à sua pobreza e miséria”¹³ (Norando; Scheikman, 2012, p. 177). A expectativa seria de que em uma sociedade com novas formulações, como a comunista anárquica, “com as necessidades básicas atendidas, isso poderia

10 Texto original: “aparece la tensión mujer-trabajadora y mujer-madre” (Vázquez *et al*, 2019, p. 66).

11 Texto original: “las mujeres proletarias vivencian una experiencia de clase específica marcada por su lugar en la reproducción” (Norando; Scheinkman, 2012, p. 175).

12 Texto original: “el rol de la mujer en el hogar se cuestiona, pero con límites marcados: no se cuestiona ni su papel en la crianza de los niños ni la distribución de las tareas en el hogar” (Norando; Scheinkman, 2012, p. 177).

13 Texto original: “no puede realizarse para los proletarios por su pobreza y miseria” (Norando; Scheikman, 2012, p. 177).

se concretizar para tornar o lar o refúgio amoroso e afetuoso desta família, com limitações, revolucionário”¹⁴ (Norando; Scheikman, 2012, p. 177). Esta é uma das possíveis interpretações das complexidades que o *La Voz de La Mujer* apresenta enquanto fonte de pesquisa histórica, na qual não concordo completamente. Pelas publicações presentes no periódico, percebe-se que há sim uma esperança de que as mazelas sociais — inclusive as violências de gênero — acabariam com a revolução social anarquista. No entanto, como as libertárias já haviam criado tensões e publicado críticas aos “falsos anarquistas”, a não problematização dos papéis das mulheres enquanto mães, responsáveis pelos trabalhos domésticos e reprodutivos, pode indicar questões relacionadas às concepções e mentalidades do recorte temporal.

No livro *Amor y anarquismo: experiencias pioneras que pensaron y ejercieron la libertad sexual* (2017), Laura Fernández Cordero utiliza os periódicos *La Voz de La Mujer* e *Nuestra Tribuna* enquanto fontes de pesquisa para historicizar os debates das mulheres anarquistas e suas considerações a respeito da sexualidade na Argentina. Referente ao *La Voz de La Mujer*, a pesquisadora aponta que, apesar de seus posicionamentos radicais, “às vezes, elas chegam a ser a voz mais conservadora”¹⁵ (Cordero, 2017, p. 86). Em sua análise, as redatoras libertárias eram contrárias à masturbação, à homossexualidade e ao aborto, pois a questão do controle sexual e contracepção era apenas para reduzir o número de nascimentos, logo, das famílias. Cordero (2017, p. 23) ainda frisa que ao lermos as publicações do periódico sobre amor livre, é necessário compreendê-lo no sentido de poder escolher quando acabar relações, muito próximo ao que entendemos contemporaneamente enquanto divórcio ou término de relacionamentos, do que uma proposta de não-monogamia.

Outra produção relevante é a de Aimé Lescano, que publicou um trabalho intitulado *Maternidad e infancia en el feminismo anarquista de fine del siglo XIX: el caso de La Voz de La Mujer (1896-1897)* (2015). No

14 Texto original: “con las necesidades básicas realizadas, este podría concretarse para convertirse el hogar en el refugio amoroso y tierno de esta familia, con limitaciones, revolucionaria” (Norando; Scheikman, 2012, p. 177).

15 Texto original: “a veces llegan a ser la voz más conservadora” (Cordero, 2017, p. 86).

artigo, a pesquisadora questiona as concepções e valores sobre a maternidade e infância para o movimento anarquista a partir do periódico, além de relacionar com as produções das teorias do campo da psicologia no começo do século XX, visto que esta é a área de conhecimento da mesma. Ao analisar os artigos publicados no periódico, principalmente os escritos por Pepita Gherra, a pesquisadora percebe que a maternidade era colocada enquanto mais um motivo para a luta revolucionária, pois, através da educação das crianças numa lógica não burguesa, seria possível a transformação social. Em suas análises, Lescano aponta que há poucas menções sobre contracepção, e ao aborto, nenhuma. Segundo Lescano, essas mulheres consideravam a possibilidade de escolher entre famílias numerosas ou não, mas a opção em não ter filhos não era levantada, e, nesse contexto, a mulher ocupava de maneira exclusiva o papel de fonte de afeto e cuidado em relação às crianças.

A partir da construção deste panorama, percebo que, apesar das menções e trabalhos dedicados a analisar aspectos da maternidade, sexualidade e casamentos nas publicações do *La Voz de La Mujer*, com frequência, ocorre apenas a reprodução de seus escritos e a classificação dessas escritoras libertárias enquanto revolucionárias, radicais e progressistas, quase deslocando-as do seu contexto histórico, de seu recorte temporal e espacial.

Ao que pese a relevância de todas as pesquisas desenvolvidas até o momento, é possível perceber uma lacuna no que se refere a pesquisas que relacionem o periódico *La Voz de La Mujer* com as transformações no Estado argentino no final do século XIX, mais especificamente da cidade de Buenos Aires em seu processo de modernização. Desta forma, constitui-se enquanto problema desta pesquisa pensar como as mulheres redatoras do periódico *La Voz de La Mujer* (1896-1897) responderam ao processo de modernização do Estado argentino durante a segunda metade do século XIX. De que forma reelaboraram, negaram ou reproduziram os discursos em prol da modernização — seja os médico-científicos, higienistas e moralizantes? Quais as relações de poder, discursos, aparatos e instituições às impactaram, atravessaram e constituíram os corpos das trabalhadoras anarquistas?

Diante disso, minha pesquisa se justifica devido à lacuna de trabalhos que propõem estabelecer uma relação dos textos publicados no periódico *La Voz de La Mujer* com os processos de modernização que ocorriam em Buenos Aires e na Argentina na segunda metade do século XIX, bem como o desenvolvimento de aparatos, instituições e discursos de poder numa perspectiva foucaultiana. Desta forma, há uma contribuição para a compreensão do tecido social do período de forma mais complexa, a partir da análise de como diferentes poderes incidiam sobre essas mulheres e as respostas que as mesmas elaboraram diante disso. A intenção também é contribuir para a construção, ainda que singela, para o campo de história das mulheres, dos movimentos sociais latinoamericanos, em especial, do anarquista.

Aqui, parto da hipótese de que as redatoras se posicionaram de maneira crítica em relação a algumas temáticas, como as Campanhas do Deserto e a repressão policial. Assim como reproduziram e, por vezes, subverteram os discursos e saberes médico-científicos que passaram a ganhar maior notoriedade na segunda metade do século XIX, de uma maternidade zeladora e preocupação em relação à infância. De qualquer forma, foi possível observar algumas das ações e transformações do Estado argentino nas páginas do impresso.

Isto posto, constituem-se, enquanto fontes dessa pesquisa, oito números do periódico *La Voz de La Mujer*, publicados entre 08 de janeiro de 1896 a 01 de janeiro de 1897, em Buenos Aires — Argentina. O acesso ao periódico ocorreu a partir do repositório digital da Universidade Nacional de Quilmes, o *Repositorio Institucional Digital de Acceso Abierto de la Universidad Nacional de Quilmes*, que lançou uma reedição do livro *La Voz de La Mujer: periódico comunista-anárquico, 1896-1897* (2018), disponibilizando o periódico digitalizado na íntegra. No que concerne à metodologia aplicada, utilizarei a hermenêutica tradicional de análise de fontes históricas, fazendo a análise interna (linguagem e construção do discurso) e externa (contexto, autorias, etc.) do documento. Além disso, a pesquisa contará com os cuidados necessários para a utilização de periódicos como fontes históricas.

A hermenêutica de análise de fontes históricas se constitui na interpretação não apenas dos elementos textuais ou visuais, mas também do contexto

de construção daquele vestígio histórico. Conforme Rodrigo Souza aponta, a hermenêutica nas pesquisas das humanidades “[...] não se reduz a um processo de repetição do discurso alheio de outra forma, mas na produção de um novo acontecimento, impulsionado pelo texto inicial que o motivou amplificado pelo diálogo” (Souza, 2022, p. 34), analisando-o através de outros conceitos, bibliografias e exercícios de problematização e reflexão. O pesquisador ainda relembra os três principais aspectos deste processo, ressaltados por Paul Ricoeur (2011): “é preciso 1) construir o sentido do texto como um todo; 2) estabelecer a individualidade do texto — o que faz dele um exemplar único; 3) estar atento à potencialidade e atualizações de sentido” (Souza, 2022, p. 35). Sabe-se que os debates referentes à hermenêutica são muito mais densos e complexos, com as especificidades teóricas de cada pesquisador, seja de Paul Ricoeur, Martin Heidegger ou Jörn Rüsen, por exemplo. Entretanto, aqui interessa ressaltar que a postura da(o) historiador(a) em relação às fontes deve ser problematizadora e crítica, por compreender que

É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, é o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. [...] No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo (Le Goff, 1990, p. 547-548).

Neste mesmo sentido, Tania Regina de Luca, ao voltar-se para os cuidados metodológicos na utilização de periódicos nas pesquisas históricas, frisa a necessidade de compreender o impresso no seu contexto da produção, traçar as(os) redatoras(res) responsáveis, o público alvo, as temáticas abordadas, a organização, categorias e gêneros textuais presentes ao longo das edições, a utilização (ou não) de figuras e imagens, além de aspectos dos materiais utilizados em sua produção. Com a análise destes elementos, é possível complexi-

ficar os olhares em relação à fonte e sua produção, evitando anacronismos ou posturas ingênuas, como Le Goff coloca.

O pesquisador Cláudio Elmir, ao se dedicar a algumas “armadilhas do jornal”, pontua a importância de

[...] não desconsiderar, [...] a defasagem que existe entre a formulação do discurso inscrito no periódico em relação à nossa experiência de leitura. [...] Da mesma forma, outra questão metodológica fundamental é ter presente que nós pesquisadores não somos os leitores-modelo do jornal. Nós somos leitores empíricos de um jornal que teve outros leitores empíricos no momento em que este circulava (Elmir, 1995, p. 22).

Logo, é imprescindível o aprofundamento do contexto histórico e cultural em que minha fonte foi produzida, além da atenção a aspectos linguísticos, já que nesse caso o periódico é publicado em espanhol (e alguns poucos textos em italiano). A atenção às transformações na linguagem e o cuidado na compreensão de expressões idiomáticas, também são tarefas do(a) historiador(a).

Ao pesquisar nos e através de periódicos, é igualmente importante os considerar enquanto expressões coletivas, pois

jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita (Luca, 2008, p. 140).

No caso do *La Voz de La Mujer*, um grupo de mulheres anarquistas portenhas, organizaram-se para publicar sobre problemáticas marcadas pelo gênero e em prol do que chamavam de “emancipação feminina” através dos preceitos libertários e da revolução social. Por fim, estes aspectos também são reafirmados por Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto, que assinalam que esses cuidados metodológicos existem para a compreensão da “imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, [...] desvendando [...] as relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe” (Cruz; Peixoto, 2007, p. 258).

No que concerne ao referencial teórico, Gênero se configura enquanto uma importante categoria analítica para compreender as vivências e assimetrias de poder dos homens e mulheres no recorte temporal proposto, assim como o contexto no qual as redatoras produziam o *La Voz de La Mujer*. Conforme Joan Scott, gênero entende-se enquanto um “elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (Scott, 1995, p. 86). Sendo assim, faz-se imprescindível a compreensão dessas identidades e relações enquanto construções históricas e sociais, ou seja, “não é um fato natural, mas uma relação social construída e incessantemente remodelada, ao mesmo tempo efeito e motor da dinâmica social” (Thébaud, 1991, p. 12). Ao ser passível de modificações, através do tempo, destina-se outras atribuições e papéis a cada um dos gêneros. Como, no caso do século XIX, construiu-se a percepção da maternidade e do amor materno enquanto atrelado ao feminino.

Outro conceito de grande relevância para esse trabalho é o de Sexualidade, a partir das contribuições de Michel Foucault. Aqui, compreende-se que os discursos e saberes médicos construíram uma ciência da sexualidade, responsável por delimitar verdades sobre a mesma. No caso dos discursos dos séculos XVIII e XIX, Foucault aponta que ocorreram duas transformações:

Em primeiro lugar, um movimento centrífugo em relação à monogamia heterossexual. [...] O casal legítimo, com sua sexualidade regular, tem direito à maior descrição [...]. Em compensação o que se interroga é a sexualidade das crianças, a dos loucos e dos criminosos; é o prazer dos que não amam o outro sexo; [...]. Todas estas figuras, outrora apenas entrevistas, têm agora de avançar para tomar a palavra e fazer a difícil confissão daquilo que são. Sem dúvida não são menos condenadas. Mas são escutadas; e se novamente for interrogada, a sexualidade regular o será a partir dessas sexualidades periféricas, através de um movimento de refluxo (Foucault, 1988, p. 39).

Logo, estabelece-se normas sexuais que implicam na “determinação não só do valor moral de uma pessoa, mas também de sua saúde, de seu desejo e de sua identidade” (Oksala, 2011, p. 87). Todas estas questões foram utilizadas em políticas do Estado argentino em parceria com médicos higienistas.

Ao voltar-se para a análise do poder, Foucault aborda a passagem de um poder soberano — de fazer morrer e deixar viver, para um biopoder — de fazer viver e deixar morrer. Com essa transição, que ocorreu a partir do século XVII, “pode-se dizer que o velho direito de causar a morte ou deixar viver foi substituído por um poder de causar a vida ou devolver à morte” (Foucault, 1988, p. 130). Esta “nova” forma de poder, desenvolveu-se em dois principais eixos, nos quais nos deteremos: o Poder Disciplinar e a Biopolítica.

O poder disciplinar é voltado ao indivíduo e

centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos — tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas: anátomo-política do corpo humano (Foucault, 1988, p. 131).

Desta forma, visava o adestramento e o melhoramento do sujeito através de instituições como as prisões, exércitos, fábricas e escolas, por exemplo, os políticas propagadas como isso estabelecem uma vigilância, normalização e controle dos corpos. Assim,

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior ‘adestrar’; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. Em vez de dobrar uniformemente e por massa tudo o que lhe está submetido, separa, analisa, diferencia, leva seus processos de decomposição até às singularidades necessárias e suficientes. ‘Adestra’ as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais — pequenas células separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéticas, segmentos combinatórios. A disciplina ‘fabrica’ indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício (Foucault, 1999, p. 195).

O poder disciplinar cria uma lógica e ordem social, que vêm a partir de uma multiplicidade de características e de sujeitos. O que subverte as concep-

ções de poder de uma perspectiva mais tradicional, enquanto algo proveniente de uma estrutura ou classe específica. Assim, compreende-se que “o poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares” (Foucault, 1988, p. 89).

Outro poder numa perspectiva foucaultiana que será citado ao longo deste livro, é o Poder Pastoral, que

é um poder que não se exerce sobre um território, um poder que, por definição, se exerce sobre um rebanho, mais exatamente sobre o rebanho em seu deslocamento, no movimento que o faz ir de um ponto a outro. O poder do pastor se exerce essencialmente sobre uma multiplicidade em movimento (Foucault, 1999, p. 168).

Desta forma, para incidir sobre o rebanho em movimento, a figura principal no exercício deste poder é a figura do pastor (ou padre), que representa um dos cargos possíveis na hierarquia religiosa e que possui, enquanto missão cuidar de seu rebanho, doar-se para ele. Tal cuidado deve ser exercido de maneira individual, a cada uma das ovelhas, quanto de maneira coletiva, voltar-se a um, sem perder os demais de perspectiva. E, nesta relação, os fiéis, ou melhor, as ovelhas, criam uma relação de dependência em relação a ele. Para Foucault, ao distinguir o pastorado judeu do cristão, explica que foi o último,

o pastorado no cristianismo [que] deu lugar a toda uma arte de conduzir, de dirigir, de levar, de guiar, de controlar, de manipular os homens, uma arte de segui-los e de empurrá-los passo a passo, uma arte que tem a função de encarregar-se dos homens coletiva e individualmente ao longo de toda a vida deles e a cada passo da sua existência (Foucault, 1999, p. 219).

De guiá-los a uma salvação, em sua perspectiva religiosa. Foucault ainda argumenta que esta lógica estabelecida na pastoral cristã influenciou os processos do Estado moderno, que “nasce, a meu ver, quando a governamentalidade se torna efetivamente uma prática política calculada e refletida. A pastoral cristã parece-me ser o pano de fundo desse processo” (Foucault, 1999, p. 219).

Assim, compreende-se o poder pastoral enquanto uma faceta do poder disciplinar, exercido especificamente pela Igreja. Conforme aponta Márcio José de Araújo Costa, ele acontece

mediante técnicas precisas de controle da alma (hermenêutica) e controle do corpo [...], técnicas estas que constituem as matrizes do exame e da maioria das tecnologias disciplinares modernas de criação de sujeitos por meio da adaptação destes a um modelo – desta vez imanente, ou seja, o modelo não é mais o Cristo, mas uma certa concepção de normalidade, de cidadania, de legalidade, de saúde, de inteligência, de comportamento etc., embora sempre transcendente enquanto modelo (cf. DELEUZE, 1988; 2003; DELEUZE e GUATTARI, 1995). Os novos modelos são propostos pelo Estado e suas instituições por meio de um poder fixador e normalizador (doador de uma identidade). Dentre as tecnologias desse poder, o exame é a principal, constituída como vigilância contínua de uma pessoa e aplicação sobre esta de técnicas de normalização para transformá-la em um indivíduo dócil (politicamente) e útil (economicamente) (Costa, 2007, p. 27-28).

Já o conceito de Biopolítica, que surgiu por volta da segunda metade do século XVIII, refere-se às táticas de controle e formas de gerir contingentes populacionais, e não apenas a cada um dos sujeitos de maneira isolada. Desta forma, quando questões relacionadas à saúde dos corpos da população passam pelas regulações do Estado moderno, ocorre o aumento do controle sobre os mesmos. Logo, a biopolítica

centrou-se no corpo-espécie, um corpo transpassado pela mecânica do ser visto e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma bio-política da população. As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida (Foucault, 1988, p. 131).

Este poder se dará por campanhas e “técnicas que vão agir indiretamente sobre ela e que permitirão aumentar, sem que as pessoas se deem conta, a taxa de natalidade ou dirigir para uma determinada região ou para uma determinada atividade os fluxos de população” (Foucault, 2006, p. 376-377) — como é possível perceber no caso argentino, nas migrações em massa, extermínio indígena e educação gratuita, por exemplo.

Isto posto, a organização do livro se dá da seguinte maneira: o primeiro deles, *A Argentina na segunda metade do século XIX*, volta-se para analisar as (bio)políticas étnicas adotadas pelo Estado, principalmente as que concernem à imigração europeia e expansão territorial. Bem como o processo de modernização da cidade de Buenos Aires, a biopolítica e os poderes disciplinares desenvolvidos — seja de aparatos repressivos como a polícia, ou discursivos como dos médicos higienistas.

No segundo capítulo, *O periódico La Voz de La Mujer e outras vozes do anarquismo*, o periódico *La Voz de La Mujer* é apresentado, traçando suas características, principais temáticas, circulação e as possíveis redatoras do mesmo. Também conceituarei o que estou compreendendo enquanto anarquismo, alguns pontos da trajetória do movimento, seus(suas) principais teóricos(as) e militantes. Por fim, este capítulo ainda apresenta como a sexualidade e feminilidades eram abordadas pelo movimento libertário.

O terceiro e último capítulo, *O Estado-Nação argentino nas páginas do La Voz de La Mujer*, é destinado ao aprofundamento das análises das fontes, visando responder ao problema de pesquisa proposto. Desta forma, aborda-se a biopolítica no processo de embranquecimento e educação formal da população, assim como a reação das redatoras a instituições do poder disciplinar, como a polícia, exército e Igreja. Também explica-se a emergência e validação dos saberes médico-científicos na segunda metade do século XIX na Argentina, como estes influenciaram na construção da maternidade e sexualidade feminina e os meios de circulação desses discursos.

Nas considerações finais, serão resumidos os principais pontos da pesquisa e feitas as conclusões gerais da análise das fontes. Aqui ainda vale ressaltar que este livro é uma adaptação da minha Dissertação de Mestrado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH UFSM), sob a orientação da Professora Doutora Semíramis Corsi Silva e que foi financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

CAPÍTULO 1. A ARGENTINA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Imagem: Lavadeiras no *El Bajo* ao pé do cais de passageiros, ao fundo a Alfândega e a Ferrovia



Apesar de o periódico *La Voz de La Mujer* ter sido publicado no final do século XIX — especificamente entre os anos 1896 e 1897, o processo de modernização e transformações do Estado argentino já se desenvolvia antes deste recorte temporal. Desta forma, vamos nos deter a algumas questões a partir da década de 1850 a fim de compreender o contexto socioeconômico, as políticas e as perspectivas das elites envolvidas com o Estado argentino e a construção de um ideal da nação. Também é relevante analisar o número expressivo de imigrantes que compuseram a população, principalmente da cidade de Buenos Aires — aspectos que nos é muito precioso, pois as redatoras do *La Voz de La Mujer* são frequentemente mencionadas enquanto imigrantes ou filhas de imigrantes pela historiografia. Também nos voltaremos aos altos índices de alfabetização, acesso a bibliotecas e a circulação de periódicos. Em suma, este capítulo nos auxiliará a compreender a construção do contexto no qual as anarquistas do *La Voz de La Mujer* estavam inseridas e, consequentemente, os discursos e políticas pelas quais eram atravessadas e as constituíam.

A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO ARGENTINA: RAÇA, IMIGRAÇÃO E PAPÉIS DE GÊNERO

A segunda metade do século XIX na Argentina foi marcada por diversas transformações sociais — seja através das ondas de imigração europeia e do aniquilamento das populações originárias e negra, ou através de mudanças econômicas, com momentos de expansão por meio de investimentos de outros países, de modificações nas produções internas, crises e instabilidades. Desta forma, para destrincharmos tais questões, tomaremos a Constituição argentina de 1853 enquanto marco inicial para a construção dessa contextualização histórica.

Conforme Maria Heloísa Lenz, o “projeto nacional da Constituição de 1853 podia ser visualizado no imenso desenvolvimento das estradas de ferro, no desembarque de imigrantes, e no progresso agrário” (Lenz, 2000, p. 138). Apesar de uma definição sucinta, este pode ser o ponto inicial para a compreensão de uma constituição que foi proposta por uma elite local, que

visava o desenvolvimento do país através de financiamento de recursos estrangeiros e com mão de obra imigrante. Os pesquisadores Fabiano Engelmann e Luciana Penna apontam que

[...] a trajetória do constitucionalismo na Argentina reflete intensa politicidade em um processo de longa duração que imbricou política e Direito desde o século XIX, quando as elites mobilizaram a doutrina constitucional para a tarefa de construção do Estado na figura do jurista liberal conservador Juan Bautista Alberdi¹. Ele foi o publicista que naquele momento atendeu à demanda das frações dominantes e apresentou um receituário de teor liberal para o texto da primeira Constituição Argentina em 1853 (Engelmann, Penna, 2016, p. 512).

Logo, o processo de construção desta Constituição foi longo, complexo e repleto de tensões advindas de diferentes projetos políticos e grupos sociais. No texto constitucional, declara-se uma federação e estabelece que, segundo o quinto artigo, cada uma das províncias deveria ter sua própria constituição, desde que de acordo com as normas estabelecidas pela Constituição Federal, sendo essa suprema e que, inclusive, autorizava sua intervenção nas localidades. Buenos Aires foi a única província que se opôs ao estabelecimento de tais normas, cedendo e jurando a Constituição Nacional apenas em 1861. Lea Geller menciona que isso leva a uma “sucessão de levantes e guerras — internas e externas, [...] e o clima de instabilidade geral continuou quase ininterruptamente até o ano de 1880”² (Geler, 2010, p. 20), evidenciando os tensionamentos que se estenderam internamente entre projetos e grupos políticos distintos, que marcam a história argentina.

1 Juan Bautista Alberdi (1810-1884), conforme coloca Maria Elisa Noronha de Sá, “pertenceu à chamada Geração de 37 na Argentina, da qual faziam parte, entre outros, Juan María Gutiérrez, Esteban Echeverría, Vicente Fidel López e Sarmiento, que se formou durante o período em que Juan Manuel de Rosas governou a República do Prata (1829-1852), e caracterizou-se pela ferrenha oposição a este governo. Essa Geração Romântica é considerada o primeiro movimento intelectual em busca de uma identidade nacional argentina” (SÁ, 2020, p. 8-9). Desta forma, Alberdi foi um liberal que publicou em 1852 o texto *Bases y Puntos de Partida para la Organización Política de la República Argentina*, que estipulou as bases da Constituição argentina promulgada no ano seguinte, em 1853, já mencionada neste texto (Beired, 2003, p. 68).

2 Texto original: “sucesión de levantamientos y guerras — internas y externas, [...] y el clima de inestabilidad general se continuaron casi ininterrumpidamente hasta el año 1880” (Geler, 2010, p. 20).

Também foi na Constituição da Confederação de 1853 que foi proclamada a abolição da escravidão na Argentina e, alguns anos mais tarde, em 1860, estabeleceu-se a liberdade a qualquer pessoa escravizada que adentrasse o território. No entanto, conforme aponta Karoline Sirqueira, o processo de abolição se iniciou “em 1813 com a lei do ventre livre das Províncias Unidas. Em Buenos Aires, capital das Províncias Unidas, [...] aboliu-se a escravidão para incorporar ao exército os libertos diante do cenário de guerras que se apresentava” (Sirqueira, 2012, p. 22). Portanto foi decorrente do cenário de instabilidades e conflitos, aliada a necessidade de contingente nos exércitos que foi promulgada a abolição. A pesquisadora supracitada ainda destaca que “mesmo após a abolição da escravidão, os menores, as mulheres e os anciãos deviam permanecer com seus antigos amos como pupilos” (Sirqueira, 2012, p. 23). A inserção da abolição no texto normativo, portanto, não se configurou enquanto uma ruptura total no tecido social, mas um processo inicial e gradativo.

Ainda que o enfoque desta pesquisa não seja as questões relacionadas aos afro portenhos³ nos recortes geográfico e temporal estipulados, compreendo que no contexto latino-americano, ao abordar as imigrações europeias em massa, não podemos silenciar a respeito das teorias de embranquecimento racial do século XIX e as políticas estatais para tal. Na historiografia contemporânea dedicada aos afro argentinos e à construção do ideal de nação argentina, as e os pesquisadores pontuam algumas questões a respeito do baixo contingente populacional de pessoas negras, argumento frequentemente mencionado nas narrativas historiográficas tradicionais e discursos referentes à identidade e cultura argentina. Estes apontam que os homens negros escravizados eram incorporados ao exército para lutar nos conflitos com a promessa da alforria, no entanto, muitos morriam em combate ou a promessa não era cumprida. Neste panorama, a carreira militar era tida enquanto uma possibilidade de estabilidade, já que garantia moradia e alimentação.

3 Para saber mais a respeito das comunidades afro portenhas na Argentina, recomenda-se o livro de Lea Geler, *Andares negros, caminos blancos: Afroporteños, Estado y Nación Argentina a fines del siglo XIX* (2010), no qual a pesquisadora desenvolve a análise de sete periódicos produzido por pessoas negras.

As questões de saúde pública também são consideradas enquanto um fator, como a crise de febre amarela que ocorreu na cidade de Buenos Aires em 1870, atingindo sobretudo as pessoas negras, uma vez que essas se encontravam em situações de maior vulnerabilidade, vivendo nas regiões periféricas da cidade devido à chegada dos imigrantes europeus. No entanto, apesar de tais episódios terem contribuído para a redução da população negra argentina, Lea Geler concorda com outros autores que apontam para a ocorrência de um genocídio discursivo e historiográfico. Desta forma, para Geler (2010, p. 17):

negação e esquecimento generalizado de um passado argentino ‘afrodescendente’ (também indígena, ou mesmo mulato/mestiço como categorias intermediárias que foram subsumidas na rede classificatória argentina [...]), invisibilizando em conjunto qualquer tipo de marca ou legado tradicional de origem africana no imaginário nacional⁴.

Geler complementa que, através das análises de censos desenvolvidas por Hernán Otero (1997-98, p. 16-17), colocou-se em pauta a omissão da classificação da raça da população nestas coletas de dados — o que deve ser interpretado enquanto uma questão ideológica, além de considerar a “dificuldade técnica envolvida na realização de medições com base na cor da pele (dificuldade reconhecida pelos diretores dos censos), devido ao alto nível de miscigenação da população que os retiraria da classificação racial “exata” (Geler, 2010, p. 66)⁵. Ou seja, havia diferentes fatores que não possibilitaram o registro da população afro portenha de forma mais fundamentada, o que não significa deduzir a ausência da mesma.

Há diferentes percepções e hipóteses levantadas a respeito deste “desaparecimento negro”. Logo, a posição acima não constitui-se enquanto uma

⁴ Texto original: “negación y olvido generalizado de un pasado argentino ‘afrodescendiente’ (también indígena, o incluso mulato/mestizo como categorías intermedias que fueron subsumidas en la red clasificatoria argentina [...]), invisibilizando en conjunto cualquier tipo de impronta o legado tradicional de origen africano en el imaginario nacional” (Geler, 2010, p. 17).

⁵ Texto original: “dificultad técnica que entrañaba la realización de mediciones según el color de la piel (dificultad reconocida por los directores de los censos), debido al alto nivel de mestizaje de la población que los sustraería de la clasificación racial ‘exacta.’” (Geler, 2010, p. 66).

narrativa homogênea. Guillermo Orsi (2022, p. 145), por exemplo, não considera a participação militar e as epidemias que ocorreram ao longo do século XIX enquanto fatores relevantes para tal. De qualquer forma, pode-se considerar um consenso entre as e os pesquisadores sobre a influência do processo de mestiçagem, viabilizada através das imigrações europeias em grande escala, o qual me deterei logo adiante.

Para a compreensão da função atribuída à mestiçagem — não apenas na Argentina, mas em diversos países da América Latina —, faz-se necessário comentar a respeito da teoria eugenista desenvolvida por Francis Galton em obras como *Hereditary talent and characters* (1865) e *Hereditary genius* (1869), no mesmo século em questão. Galton baseou-se na teoria da evolução de Charles Darwin, propondo uma análise das culturas e fenótipos humanos, classificando-as em diferentes “raças” humanas⁶ e estipulando valores distintos às mesmas. A partir destas teorias, designou a branca e europeia enquanto o ápice da evolução humana, o que atualmente compreende-se enquanto um racismo supostamente científico. Assim, passaram a ser desenvolvidas hipóteses para o melhoramento das “raças” das nações, e a possibilidade da miscigenação para o embranquecimento da população latinoamericana.

Juan Alberdi — mencionado anteriormente enquanto um dos personagens que influenciaram no modelo de Constituição, ao idealizar os caminhos que a Nação deveria percorrer, acreditava no

determinismo racial e na existência de raças superiores e inferiores, como também defendia que o Estado possuía o ‘dever de agir no sentido de eliminar ou atenuar os efeitos perversos das raças ‘inferiores’ sobre a população, mediante o fomento à miscigenação com raças ‘superiores’ (Cunha, 2020, p. 79).

Ou seja, Alberdi defendia a promoção de um processo de embranquecimento da população argentina, composta por comunidades originárias e pessoas negras que foram escravizadas no passado colonial, através da mestiçagem com imigrantes europeus.

⁶ Apesar das teorias terem obtido o *status* de científicas durante o começo do século XIX, vale ressaltar que, na contemporaneidade, elas não possuem respaldo científico. Atualmente, compreende-se enquanto tentativas datadas de legitimar o racismo e o eurocentrismo através da ciência.

Ao nos debruçarmos sobre as questões étnicas argentinas, também faz-se imprescindível nos determos às chamadas Campanhas do Deserto. Estas foram campanhas militares que ocorreram entre 1878 e 1884, sob os comandos do presidente Nicolás Avelleda e, posteriormente, do general Julio Roca e possuíam diversos objetivos, como: explorar e expandir o território nacional para povoar e produzir nas regiões mais interiores e fronteiriças; averiguar a possibilidade da ligação das estradas de ferrovias — projeto iniciado nos anos de 1850 para ligar as produções e mercados interiores aos portos, principalmente de Buenos Aires. Enquanto resultado, “no final do século XIX, houve um crescimento espantoso: em 1890 existiam 9.432 quilômetros de linhas construídas; cinco anos depois, o número era de 14.116” (Cunha, 2018, p. 42); e, ainda, exterminar as populações indígenas consideradas enquanto um problema nacional.

Desta forma, o considerar “bárbaro” e contra o progresso constituiu um ponto crucial na validação da violência e da matabilidade dessas vidas. A forma que as incursões foram nomeadas — Campanhas do Deserto, indicam-nos tais questões, pois foi decorrente da falta de um controle firme por parte do Estado nas regiões interiores e por considerar que estas extensões territoriais, nas quais os grupos indígenas viviam, não os pertenciam pois não havia o reconhecimento do Estado Moderno. Afinal, conforme propõe a pesquisadora Mónica Quijada,

Civilização era o urbano e o europeu, fossem pessoas, ideias ou sistemas sociais. Barbárie era o resto. Tudo o que não era ‘civilizado’ era ‘bárbaro’ ou ‘selvagem’. Portanto, preencher os vazios, lutar contra o deserto tornou-se, na mentalidade do século XIX, um programa civilizatório; como afirmava Sarmiento, ‘é disso que se trata, de ser ou não selvagem’. Porque o deserto não era apenas um vazio, tinha também uma qualidade modeladora, já que paisagem e população formavam uma unidade integrada na qual as partes estavam em função do todo. Era uma união dramática e científica, com conotações um tanto iluministas⁷ (Quijada, 2000, p. 380).

⁷ Texto original: “Civilización era lo urbano y lo europeo, fueran personas, ideas o sistemas sociales. Barbarie era el resto. Todo lo que no era ‘civilizado’ era ‘bárbaro’ o ‘salvajé’. Por tanto, llenar los vacíos, luchar contra el desierto se convirtió, en la mentalidad decimonónica, en un programa civilizatorio; como afirmaba Sarmiento, ‘de eso se trata,

Logo, sob esta ótica, constituíam-se enquanto territórios vagos, um grande deserto inutilizado, pronto para viabilizar a expansão nacional, o crescimento econômico e construção de uma Nação branca. Afinal, as Campanhas tiveram início em 1878, apenas dois anos após a criação da *Ley de Inmigración*.

Este regulamento foi promulgado em 1876, após ter sido proposto à câmara dos deputados no ano anterior pelo presidente Nicolás Avellaneda e seu ministro interior, Simón de Iriondo. A finalidade da lei era fomentar a imigração europeia para a Argentina, através do estabelecimento de uma série de investimentos e garantias aos imigrantes parte do Estado argentino. Desta forma, definiu-se enquanto o imigrante “todo estrangeiro que chegasse à República para se estabelecer nela, em navios a vapor ou à vela”⁸ (Devoto, 2003, p. 31). No entanto, o artigo seguinte colocava que “os navios de imigrantes eram aqueles que chegavam ‘dos portos da Europa ou dos localizados além dos cabos’”⁹ (Devoto, 2003, p. 31). Neste exemplo, é possível observar alguns aspectos em incongruência na redação da *Ley de Inmigración*: inicialmente considera imigrantes os sujeitos vindos de quaisquer outros lugares e depois, enfatizando aqueles que vinham das regiões da Europa.

De qualquer maneira, foram estipulados enquanto obrigações do Estado argentino prover:

o alojamento, manutenção e transporte para o interior dos imigrantes, as [obrigações] das companhias navais em relação às condições de segurança e higiene dos navios, as funções do Departamento Geral de Imigração e das dos agentes radicados na Europa. O direito às passagens transatlânticas ou aos adiantamentos sobre seu custo estava limitado aos agriculto-

de ser o no salvaje’. Porque el desierto no sólo era un vacío, tenía además una cualidad modeladora, ya que paisaje y población formaban una unidad integrada en la que las partes estaban en función del todo. Era una unión dramática y científica, con connotaciones tanto ilustradas” (Quijada, 2000, p. 380).

8 Texto original: “todo extranjero (que) llegase a la República para establecerse en ella, en buques de vapor o vela” (Devoto, 2003, p. 31).

9 Texto original: “los buques de inmigrantes eran aquellos que llegaban ‘de los puertos de Europa o de los situados cabos afuera” (Devoto, 2003, p. 31).

res contratados para as colônias da República [...], da mesma forma que ocorria com os mantimentos, ferramentas e animais durante os primeiros tempos de instalação (Fernández, 2017, p. 72-73)¹⁰.

Assim, os imigrantes, ao chegarem no território argentino, possuíam algumas garantias previstas em lei no que tange às condições iniciais para sobrevivência: um período no alojamento estatal gratuito (localizado próximo ao porto, até serem redirecionados às colônias para desenvolverem trabalhos agrícolas, onde receberiam mantimentos), assim como sementes e animais para iniciar as atividades laborais. E, conforme supracitado, com as incursões e domínios territoriais, possibilitou-se expandir as produções, pois havia espaço para “novos pastos para rebanhos de carneiro e gado. Porém, era preciso povoar essas regiões que, posteriormente, desenvolveriam uma forte produção agrícola de currais e trigo” (Lima; Nogueira, 2006, p. 7).

O pesquisador Alejandro Fernández (2017) também aborda alguns dos projetos e políticas apresentadas anteriormente a 1876 e que já visavam a institucionalização do fomento às imigrações. Além das modificações no texto do projeto que acabou sendo aprovado, Fernández (2017) analisa os debates para a implementação de uma norma considerada apropriada pela elite política e econômica argentina. Entre as outras tentativas de normatização na história política institucional, houve a criação da *Asociación Filantrópica de Inmigración* em 1854, localizada próxima ao porto de Buenos Aires.

A função da associação era receber e abrigar imigrantes por oito dias nas suas dependências de forma gratuita. Em suas atribuições constava o assessoramento “ao governo, no que se refere a [...] compilar as listas dos imigrantes desembarcados e publicar folhetos na Europa que promovessem a

10 Texto original: “el alojamiento, manutención y traslado al interior de los inmigrantes, las [obligaciones] de las compañías navieras en cuanto a las condiciones de seguridad e higiene de los barcos, las funciones del Departamento General de Inmigración y las de los agentes radicados en Europa. El derecho a los pasajes transatlánticos o a los anticipos sobre su costo quedaba acotado a los agricultores contratados para las colonias de la República [...], al igual que acontecía con los víveres, herramientas y animales durante los primeros tiempos de instalación” (Fernández, 2017, p. 72-73).

Argentina como um país de imigração”¹¹ (Fernández, 2017, p. 62-63), na tentativa de construir e consolidar uma imagem positiva no exterior e estimular ainda mais a imigração. Conforme o pesquisador, entre os membros desta associação, estavam empresários e proprietários de áreas rurais que objetivavam o acesso à mão de obra.

Em 1869, Domingo Sarmiento¹² criou a *Comisión Central de Inmigración*. A organização absorveu a *Asociación Filantrópica de Inmigración* e acrescentou novas atribuições, pretendendo estabelecer direitos, deveres e operações relacionadas à imigração. Neste cenário foi criado um segundo alojamento, localizado na cidade de Rosário, que, no entanto, recebia um fluxo muito menor de pessoas (Fernández, 2017, p. 64). Assim como em 1874, o deputado Onésimo Leguizamón¹³ entregou uma proposta de lei à câmara, que foi analisada e debatida concomitantemente ao de Avellaneda. Apesar de o texto original não ter sido aprovado, fomentou debates e inseriu algumas especificações no texto final, o de 1876, como a definição de quem seriam considerados imigrantes perante à lei.

Entre as fragilidades do projeto de Leguizamón, constavam questões nas quais os deputados não consideraram aplicáveis na realidade argentina do século XIX, como a ideia de garantir o envio de correspondências para a Europa de forma gratuita nos primeiros anos após o estabelecimento em

11 Texto original: “al gobierno en la materia de [...] compilar las listas de los inmigrantes desembarcados y publicar folletos en Europa que publicitaran a la Argentina como país de inmigración” (Fernández, 2017, p. 62-63).

12 Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888) compôs a Geração de 37, ao lado de Alberdi, e foi presidente da Argentina entre 1868 a 1874. Durante seu período de exílio no Chile, publicou a obra *Facundo: civilización y barbarie*, que “fez muito mais do que um manifesto de acusação contra a política do governador de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas e os demais caudilhos federais argentinos, traçando um profundo e inédito diagnóstico dos males que affligiam a Argentina” (Beired, 2003, p. 60). Sarmiento, enquanto um pensador e político liberal, “propunha a ruptura total com o passado, mediante o transplante da Constituição dos Estados Unidos, recomendando a naturalização dos imigrantes como argentinos, a difusão da educação gratuita, a descentralização política, o estímulo à vitalidade dos municípios, a distribuição de propriedades rurais e a promoção da agricultura. Além disso, [...] era crítico da limitação dos direitos políticos aos argentinos natos, assim como das restrições para a participação destes no processo eleitoral” (Beired, 2003, p. 71-72).

13 Onésimo Leguizamón (1839-1886), como aponta Martha Marucco (2019, p. 210), foi Ministro de Justiça e Instrução Pública entre 1874 a 1877, além de Presidente da Comissão Organizadora do Congresso.

território argentino, por exemplo. Apesar de os deputados reconhecerem a “importância dos mecanismos micro-sociais e espontâneos que permitiam a continuidade do movimento migratório”¹⁴ (Fernández, 2017, p. 64), como o contato dos e das imigrantes com suas famílias, amizades e/ou redes de sociabilidade que permaneceram nas regiões de origem, disponibilizar o acesso a este recurso por todo o país não foi considerado viável.

Decorrente da divisão de opiniões a respeito, a câmara optou por estender o prazo de decisões sobre a lei por um ano, autorizando o poder executivo, neste meio tempo, a iniciar algumas políticas em prol das ondas imigratórias. A versão que acabou sendo aprovada na câmara sofreu modificações em um dos artigos do projeto original, o número dezessete, em que previa a devolução do valor da passagem do eixo Estados Unidos à Argentina para todos os e as imigrantes. O artigo passou a restituir apenas os imigrantes agricultores, que seriam alocados para as regiões coloniais e não nos centros urbanos, decorrente da baixa densidade demográfica destas regiões, os “desertos”.

Ao abordar os processos migratórios, há outros fatores imprescindíveis a serem considerados. O primeiro deles é que, mesmo anteriormente ao estabelecimento desta normatização, já ocorriam fluxos migratórios espontâneos e sem o suporte estatal para a Argentina. Portanto, não era um elemento inédito na composição e relações sociais do país em questão, a diferença era, justamente, a responsabilização e investimento de recursos estatais. Outro ponto a ser levado em consideração é que, além dos incentivos a movimentos migratórios, existem diferentes aspectos que motivaram sujeitos e grupos europeus a cruzarem o Atlântico.

O pesquisador Fernando Devoto (2003)¹⁵ se dedica a analisar diferentes características desses processos imigratórios, seja dos espontâneos ou dos de massa. Ao abordar as possíveis causas dos movimentos migra-

14 Texto original: “importancia de los mecanismos micro-sociales y espontáneos que permitían continuar el movimiento emigratorio” (Fernández, 2017, p. 64).

15 Fernando J. Devoto é um historiador argentino que possui uma extensa produção sobre a temática das migrações na e para a Argentina e constitui parte de uma historiografia mais tradicional. Apesar disso, o consideramos uma referência importante para estabelecer diálogos, compreender contextos e construir algumas hipóteses para esta pesquisa.

tórios da Europa para a Argentina, discorre sobre as hipóteses e teorias mais defendidas por economistas e historiadores(as): no primeiro caso, referente às questões econômicas, seja pela expectativa de melhores salários, condições de vida e de trabalho, ou ainda decorrente de um grande contingente de operários em suas regiões de origem devido à transição da mão de obra rural para a urbana e proletária. Assim, optar por países com setores industriais emergentes era uma saída possível. Ou, numa visão historiográfica, considerar “o declínio dos preços agrícolas, o aumento do custo dos arrendamentos, a pressão fiscal, as catástrofes climáticas [...], a propagação de ‘doenças’ que afetavam pessoas ou colheitas”¹⁶ (Devoto, 2003, p. 54). Ou seja, questões mais abrangentes que vão além de puramente o econômico, propondo, inclusive, a influência de núcleos familiares ou de comunidade nas decisões.

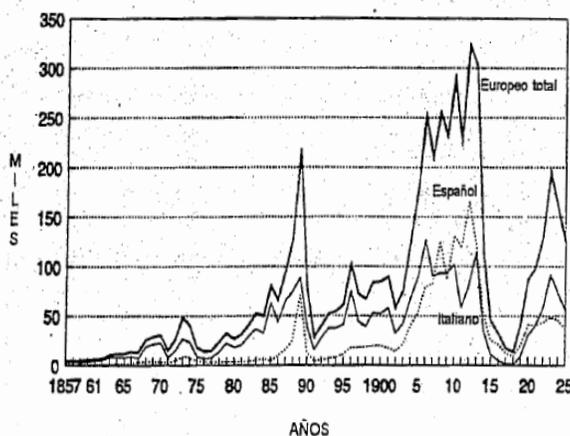
Dessa forma, Devoto (2003) propõe outra perspectiva a ser considerada em conjunto com os demais fatores para complexificar tais possibilidades: que os movimentos migratórios decorriam do acesso às informações que os sujeitos e grupos possuíam em dado recorte temporal e geográfico, sendo estas sempre limitadas, afinal as “decisões são sempre tomadas em um contexto de falta de informação certa e completa sobre as diferentes alternativas [...] e de falta de conhecimento completo sobre as consequências que seguirão a cada decisão”¹⁷ (Devoto, 2003, p. 123). As distintas noções que as pessoas possuíam referentes às oportunidades que existiriam no outro lado do oceano provinham daquelas repassadas pelo núcleo familiar, por moradores da localidade, redes de solidariedade ou por agentes de imigração. Portanto, considerar que as e os imigrantes possuíam plena consciência das condições de vida que enfrentariam ou de uma certeza de melhora socioeconômica, é ter uma percepção teleológica da História.

16 Texto original: “el descenso de los precios agrícolas, el alza del costo de los arrendamientos, la presión fiscal, las catástrofes climáticas [...], la difusión de ‘enfermedades’ que afectaban a las personas o a los cultivos” (Devoto, 2003, p. 54).

17 Texto original: “decisiones son siempre tomadas en un contexto de carencia de información cierta y completa sobre las distintas alternativas [...] y de falta de conocimiento cabal sobre las consecuencias que seguirán a cada decisión” (Devoto, 2003, p. 123).

Independentemente destes aspectos, estima-se que no ano de 1895, um ano antes do início das publicações do periódico *La Voz de La Mujer*, as e os imigrantes compunham 25% da população total na Argentina (Devoto, 2003, p. 49) e que, em um recorte temporal mais amplo, de 1881 a 1914, “algo mais que 4.200.000 pessoas chegaram na Argentina”¹⁸ (Devoto, 2003, p. 247), majoritariamente italianos, seguidos por espanhóis, franceses e russos. No quadro abaixo, Devoto traz um panorama dos movimentos migratórios desde 1857:

Quadro 1 - Ondas migratórias para a Argentina entre 1857 a 1925.



Fonte: Devoto, 2003, p. 248.

Ao lidar com tais dados, considera-se enquanto estimativas, pois não é possível ter uma plena confiabilidade nos registros, levando em conta a despadronização e a informação de que as estatísticas eram realizadas por capitães dos navios, e posteriormente entregues ao chegarem no porto de Buenos Aires. De qualquer forma, tais dados nos dão algumas pistas para a análise destes movimentos, além de algumas características das massas de imigrantes. Uma delas é o aspecto de gênero, pois “predominavam homens jovens de origem rural, chegando principalmente através de mecanismos migratórios,

¹⁸ Texto original: “algo más de 4.200.000 personas arribaran a la Argentina” (Devoto, 1999, p. 247).

principalmente em ‘cadeia.’”¹⁹ (Devoto, 2003, p. 247) e no censo de 1895, constava uma “relação de 177 homens para cada 100 mulheres”²⁰ (Devoto, 2003, p. 265). Tais números podem estar relacionados com limitações e dificuldades impostas às mulheres em relação aos acessos a espaços públicos, de escolha e até políticos, ou seja, falta de autonomia e segurança para migrar. Também podem evidenciar um apagamento dessas personagens nas fontes através das subnotificações, justamente pelas condições sociais estabelecidas.

As pesquisadoras Maria Izilda S. Matos, Oswaldo Truzzi e Carla F. Conceição, no trabalho dedicado a analisar as mulheres imigrantes de origem italiana nos interiores do Estado de São Paulo, entre 1880 a 1930, indicam as lacunas historiográficas existentes referente às mulheres em contextos de imigração, o que tentou justificar-se “pela menor porcentagem de mulheres nos dados oficialmente computados, o que por si só deve ser relativizado. Se algumas experiências de deslocamentos foram a princípio prioritariamente masculinas, o contingente feminino cresceu gradativamente” (Matos; Truzzi; Conceição, 2018, p. 3).

Considerar estes aspectos são relevantes, afinal, o periódico *La Voz de La Mujer* frequentemente é indicado enquanto tendo sido produzido por mulheres imigrantes ou filhas desses²¹. No entanto, ao analisar as edições publicadas não há menção ou autodeclaração por parte das redatoras enquanto imigrantes. O assunto é pautado apenas no oitavo número do periódico, ao comentarem sobre um manifesto publicado, chamado *La esclavitud en Buenos Aires y Montevideo*, que trata a respeito do tráfico de mulheres para a prostituição nestas cidades. Pepita Gherra, que assina a coluna comentando a respeito, coloca que, apesar “[...] que os proponéis es noble, [...] nosotras miramos más lejos, no nos concretamos a combatir a

19 Texto original: “predominaban los hombres jóvenes, de origen rural, llegados a través de mecanismos migratorios principalmente en ‘cadena.” (Devoto, 2003, p. 247).

20 Texto original: “relación de 177 hombres para cada 100 mujeres” (Devoto, 2003, p. 265).

21 Conforme podemos perceber nos trabalhos de Molyneux (2018), Cordero (2017), Souza (2018), Nari e Feijóo (1994), são alguns exemplos.

una sola clase de esclavitud; estamos contra todas”²², frisando que não basta o debate (e combate) restringir-se à prostituição, mas sim, a uma sociedade que explora as mulheres trabalhadoras.

As referências às imigrantes no trecho acima são perceptíveis, principalmente em dois momentos: quando Pepita Gherra, uma das redatoras do impresso, cita que compreende o exercício da prostituição “por la miseria, sin duda, pues si tuvieran lo suficiente para vivir en su país natal es indudable que no lo abandonarían para venir a estas apartadas regiones en demanda de pan”²³. Desta forma, vemos que a autora da matéria compreende a imigração enquanto uma tentativa de subsistência. Mais adiante no texto, ela complementa que o mesmo acontece “con proletarias nacidas en la misma culta Buenos Aires, porque habéis de saber que para el obrero no hay más patria ni más gloria ni más nada que el taller, el prostíbulo o la cárcel”²⁴. Ou seja, compreendia que a prostituição não se restringe apenas às mulheres imigrantes, mas também às mulheres das classes sociais e econômicas mais baixas, tecendo uma crítica aos acessos e possibilidades que a capital argentina dispunha à classe trabalhadora.

Outro ponto que nos indica a relação entre as produtoras do *La Voz de La Mujer* com as e os imigrantes, é a publicação de textos em italiano e a divulgação de eventos de certas comunidades de imigrantes, o que nos indica o conhecimento da língua e que, possivelmente, poderia ser fruto das tradições pessoais das autoras ou apenas o hábito de viver numa cidade portuária e, de certo modo, cosmopolita. Apesar das incertezas a respeito das nacionalidades das redatoras, compreender os aspectos imigratórios e a composição da população argentina faz-se igualmente necessário para esboçar algumas

22 Tradução: “o que vocês propõem é nobre, [...] nós olhamos mais adiante, não nos limitamos a combater apenas um tipo de escravidão; estamos contra todas” (*La Voz de La Mujer*, 14 nov. 1896, n. 8, p. 4).

23 Tradução: “pela miséria, sem dúvida, pois se tivessem o suficiente para viver em seu país natal, é inquestionável que não o abandonariam para vir a essas regiões distantes em busca de pão” (*La Voz de La Mujer*, 14 nov. 1896, n. 8, p. 4).

24 Tradução: “com proletárias nascidas na mesma culta Buenos Aires, porque precisam saber que para o trabalhador não há outra pátria, glória ou coisa alguma além da oficina, do prostíbulo ou da prisão” (*La Voz de La Mujer*, 14 nov. 1896, n. 8, p. 4).

especificidades do público leitor. Afinal, conforme Devoto, ainda referente ao censo nacional de 1895, “há uma porcentagem significativa de filhos de imigrantes entre os argentinos. [...] Atualmente, um em cada três estrangeiros vive na cidade de Buenos Aires [...] e oito em cada dez vivem nela ou nas províncias de Buenos Aires e Santa Fé”²⁵ (Devoto, 2003, p. 264), constituindo números expressivos nestas regiões.

Apesar do investimento do Estado argentino nas políticas de imigração, seja através de sua normatização ou de investimentos financeiros, com o tempo, se desenvolveram diferentes tensões sociais como a ausência de uma identidade nacional homogênea, o que foi chamado de “questão” ou “problema nacional”. Ocorreu também, a construção de estereótipos acerca dos imigrantes, restringindo-os a suas atividades laborais e os relacionando a animais de carga para trabalho, que podem ser bons ou brutais, como os bois. Além disso, as comunidades italianas eram muito fortes e atuantes em movimentos anticlericais e por legislações laicas, bem como preservarem hábitos, costumes e fortes laços com o país de origem. Através das concepções eugenistas, criou-se o estigma destes enquanto influências ruins, e que os melhores imigrantes seriam os da região norte da Europa.

Com a maior inserção de imigrantes na população, aliada às transformações nas esferas produtivas potencializadas a partir da metade do século XIX e com o gradativo processo de industrialização, ocorreu “o aparecimento de uma crescente conflitividade trabalhista e de uma paralela violência política alternativa, da parte de grupos de ativistas anarquistas que eram facilmente identificados como outros resultados da imigração indiscriminada (Devoto, 1999, p. 46). Conforme coloca a pesquisadora Gabriela Pellegrino Soares (2003), a partir de 1870 passaram a existir políticas educacionais na Argentina, propostas por Domingo Sarmiento, para ir “contra uma Argentina ‘ignorante e inóspita’” (Soares, 2003, p. 136), questões que nos deteremos no terceiro capítulo deste trabalho.

25 Texto original: “hay un significativo porcentaje de hijos de inmigrantes entre los argentinos. [...] Ahora uno de cada tres extranjeros vive en la ciudad de Buenos Aires [...] y ocho de cada diez viven en ella o en las provincias de Buenos Aires y Santa Fe” (Devoto, 2003, p. 264).

Outro aspecto importante ao analisar o processo de construção desta Nação — ou, ao menos, deste ideal nacional, são as expectativas em relação aos homens e mulheres imigrantes. Conforme supracitado, o papel a ser exercido pelos homens imigrantes era a força de trabalho — seja nos perímetros urbanos ou os que foram para áreas interioranas e rurais da Argentina enquanto agricultores. A partir disso, “civilizar” tais áreas — na lógica da frase “povoar é civilizar”, proferida por Sarmiento. Às mulheres imigrantes europeias cabia o trabalho reprodutivo: gerar descendentes e trabalhar na manutenção da vida familiar, com o cuidado dos filhos e do marido. Conforme escreve Mirta Lobato, este contexto

também vai se associar a uma ideia mais nacionalista, no sentido de que, se ela cuida da família e dos filhos, também está cuidando da Nação. Porque pela saúde de sua raça, a Nação será forte e poderosa. Esse discurso, que já está presente no final do século XIX e início do século XX²⁶ (Lobato, 2010, p. 7).

Tal análise é reafirmada pela pesquisadora Marisa Miranda, que concorda que a “mulher passou a ser a principal responsável pela saúde da descendência, e além da saúde de sua própria prole, teria também a responsabilidade pela saúde presente e futura de um coletivo futuro e incerto, chamado raça, pátria ou nação”²⁷ (Miranda, 2019, p. 158). A partir do estabelecimento desta relação entre o cuidado à prole e à Nação, as mulheres participarão e serão “especialmente convocadas a reforçar a forma de construção e disseminação da ideologia de legitimação da nova Nação” (Anzorenal, 2008, p. 5), atuando enquanto professoras nas escolas públicas argentinas, conforme abordaremos no terceiro capítulo.

Neste processo, outros aspectos da vida dos indivíduos, da população e da cidade, passaram a ser analisados, normalizados em saberes e gerenciados por instituições e aparatos discursivos (Foucault, 1999). Pois o

26 Texto original: “también se va a ir asociando con una idea más nacionalista, en el sentido de que si cuida de la familia y de los hijos también está cuidando de la Nación. Porque por la salud de su raza la Nación va a ser fuerte y poderosa. Ese discurso que ya está a fines del siglo XIX y principios del XX” (Lobato, 2010, p. 7).

27 Texto original: “la mujer pasó a ser la principal responsable de la salud de la descendencia, y, además de la de “su” progenie tendría también a su cargo la salud presente y futura de un colectivo futuro e incierto, llamado raza, patria o nación” (Miranda, 2019, p. 158).

Estado que se via obrigado a se inserir na modernidade seguindo o lema de ‘Ordem e Progresso’. Buscava-se estabelecer a ‘civilização’, deixando para trás a ‘barbárie’ das décadas anteriores, nas quais os interesses e conflitos inter-regionais dificultavam a consolidação de um poder central. [...] Para atingir tais objetivos, procurou-se desenvolver e aprimorar as instituições destinadas a controlar e regimentar a população²⁸ (Teitelbaum, 1998, p. 186).

Deste modo, faz-se relevante analisar outras transformações que ocorreram na Argentina e, de forma mais específica em Buenos Aires, para compreender aspectos de governamentalidade presentes no processo de consolidação desta Modernidade. Seja com as campanhas higienistas e com os discursos em relação aos trabalhadores, bem como com o biopoder, o poder disciplinar e o poder pastoral exercidos neste contexto.

A ORGANIZAÇÃO DA MODERNA BUENOS AIRES: BIOPODER E PODER DISCIPLINAR

Dentre as mudanças na ordem do tecido social da Argentina — e mais especificamente na província e na cidade de Buenos Aires durante o século XIX —, há o processo de desenvolvimento de aparatos repressivos, especificamente a polícia, que passou por diferentes momentos e formas de organização. Para Foucault, mudanças referentes às funções da polícia ocorre ao longo dos séculos, pois inicialmente

era o objeto da polícia, no sentido clássico do termo, no sentido dos séculos XVII — XVIII — fazer a força do Estado crescer respeitando a ordem geral —, esse projeto unitário vai se desarticular, ou antes, vai tomar corpo agora em instituições ou em mecanismos diferentes. De um lado, teremos os grandes mecanismos de incentivo-regulação dos fenômenos vai ser a economia, vai ser a gestão da população, etc. De outro,

28 Texto original: “un Estado que debían insertarse en la modernidad siguiendo el lema de ‘Orden y Progreso’. Se buscaba instaurar la ‘civilización’ dejando atrás la ‘barbarie’ de las décadas anteriores, en las que los intereses y los conflictos interregionales obstaculizaban la consolidación de un poder central. [...] Para alcanzar tales objetivos se buscó desarrollar y perfeccionar las instituciones destinadas a controlar y regimentar a la población” (Teitelbaum, 1998, p. 186).

teremos, com funções simplesmente negativas, a instituição da polícia no sentido moderno do termo, que será simplesmente o instrumento pelo qual se impedirá que certo número de desordens se produza (Foucault, 1999, p. 475).

Isto diz respeito, justamente, ao processo de modernização dos Estados. O desenvolvimento de outras formas de gerir, impactar e normatizar a vida dos indivíduos e população. Entretanto, deve-se levar em consideração que Foucault trata a respeito dos casos europeus, logo, podem haver continuidades específicas nos casos latinoamericanos. É o que defende a pesquisadora Alejandra Rico:

Ao longo de todo o século XIX, a polícia [de Buenos Aires] ocupou-se do funcionamento cotidiano da sociedade: o controle sobre os chasquis, a circulação de carros, corridas e abate de cães cimarrones, a iluminação pública, o calçamento, a abertura de ruas e estradas, o abastecimento das vilas e cidades, as autorizações para o comércio, o registro de marcas de gado, pesos e medidas de produtos como pão ou carne, loterías e rifas; tudo o que regulava a vida entre os habitantes²⁹ (Rico, 2017, p. 59).

Apesar de tais especificidades, ao historicizar as instituições repressivas argentinas, a pesquisadora explica que a partir da Constituição de 1853, estabeleceu-se que cada província teria sua regulação própria, desde que respeitando a hierarquia e limites republicanos. Desta forma, em outubro de 1854 foi aprovado em Buenos Aires que “estará sob responsabilidade de uma Municipalidade composta pelo Juiz de Paz e quatro proprietários residentes no distrito, cujas competências incluíam ‘a polícia em todos os seus ramos.’”³⁰ (Rico, 2017, p. 67). Assim, cada município estabeleceu sua organização e formas de operar, questões que se modificaram substancialmente apenas três décadas depois.

29 Texto original: “Durante todo el siglo XIX la policía se ocupó del funcionamiento cotidiano de la sociedad: el control sobre los chasquis, la circulación de carros, corridas y matanza de perros cimarrones, el alumbrado público, el empedrado, apertura de calles y caminos, abasto de los pueblos y ciudades, habilitaciones para el comercio, registro de marcas de ganados, pesos y medidas de productos como pan o carne, loterías y rifas; todo aquello que regulaba la vida entre los vecinos” (Rico, 2017, p. 59).

30 Texto original: “estará a cargo de una Municipalidad compuesta del Juez de Paz y cuatro propietarios vecinos del distrito”, entre cuyas competencias se encontraba “la policía en todos sus ramos” (Rico, 2017, p. 67).

Em 1880, após o processo de expansão demográfica e modernização da capital portenha e da província, a organização policial foi modificada. Conforme Rico, em “dezembro de 1880, o Chefe de Polícia entregou a Polícia do Município ao Governo Nacional, ficando formalmente separada da Polícia da Província de Buenos Aires”³¹ (Rico, 2017, p. 67), o que estipulou novos regimentos internos e de atribuições. Entre elas estavam:

‘Capturar ou fazer capturar pelos vigilantes sob suas ordens, qualquer criminoso, desertor, vagabundo e transgressores das disposições policiais e municipais, assim como qualquer suspeito, colocando-o à disposição do Juiz de Paz, com a informação sumária correspondente e enviando uma cópia ao Chefe de Polícia [...] Examinar animais recentemente mortos e a legitimidade dos couros bovinos [...] Revisar os rebanhos que encontrassem em seu trânsito’. E, é claro, informar tudo ao Juiz de Paz correspondente ‘Perseguir casas de jogos, proibidas por disposições vigentes’³² (Rico, 2017, p. 67).

Percebe-se que houve uma certa restrição em relação às funções da polícia, além de uma hierarquização entre policiais, juizes de paz e oficiais. Isto ocorre para um maior controle e repressão dos habitantes da capital. Afinal, as ondas massivas de imigração foram fatores determinantes nas transformações urbanas e desenvolvimento de aparatos de poder, além do policial.

Estipula-se que “um a cada três imigrantes se fixou em Buenos Aires e dois a cada três se instalaram na região da capital e no seu entorno. [Assim] [...] em 1895 os imigrantes representavam 52% dos habitantes da cidade” (Cunha, 2018, p. 47). Ou seja, no ano anterior à primeira edição do periódico *La Voz de La Mujer*, a comunidade imigrante se configurava enquanto a maioria populacional na cidade e, logo, enquanto importante força de trabalho.

31 Texto original: “diciembre de 1880, el Jefe de Policía entregó la Policía del Municipio al Gobierno Nacional, quedando formalmente separada de la Policía de la Provincia de Buenos Aires” (Rico, 2017, p. 67).

32 Texto original: “Capturar ó hacer capturar por los vigilantes á sus órdenes, todo criminal, desertor, vago y contraventores á las disposiciones policiales y municipales, así como á cualquier sospechado, poniéndolo a disposición del Juez de Paz, con la sumaria información correspondiente y elevando copia al Jefe de Policía [...] Examinar los animales recién muertos y la legitimidad de los cueros vacunos [...] Revisar las tropas de hacienda que encontrasen en su tránsito’. Y por supuesto dando parte de todo ello al Juez de Paz correspondiente. ‘Perseguir las casa de juego, prohibidas por disposiciones vigentes’” (Rico, 2017, p. 67).

Conforme o pesquisador Eduardo Cunha (2018), isso evidencia que o plano construído pelas elites locais, de destinar os e as imigrantes para o desempenho de trabalhos agrícolas nas regiões rurais do país, não ocorreu conforme o previsto, pois houve

a valorização das terras dos pampas [que] conduziu à concentração fundiária e, conseqüentemente, à impossibilidade de os camponeses estrangeiros obterem sua propriedade rural. Restavam duas opções, tanto aos imigrantes que já estavam na Argentina como àqueles recém-chegados: a primeira era trabalhar no campo na condição de arrendatário ou peão assalariado; a segunda, buscar uma nova ocupação nas zonas urbanas. Frente a essa situação, grande parte dos imigrantes optou pelo último caminho, alterando sensivelmente o mundo do trabalho na região da capital. (Cunha, 2018, p. 48).

Desta maneira, as expectativas de acesso e posse a terras não foram atendidas, restando aos sujeitos que migraram para as regiões rurais, trabalhos nos quais fomentava-se uma relação de dependência com o proprietário da(s) terra(s). À vista disto, aglutinou-se um maior contingente populacional em Buenos Aires à procura de outras ocupações laborais, uma cidade em expansão, tanto demograficamente quanto de reconhecimento internacional. Estes fatores, associados à falta de estruturas públicas como redes de captação de esgoto e água, acarretaram na implosão de epidemias.

As crises sanitárias de cólera, tifo e febre amarela, que ocorreram entre 1860 e 1870, acabaram por influenciar na realização de obras públicas visando a construção de redes de captação de esgoto e distribuição de água. Tais empreendimentos impactaram na configuração do espaço urbano. As elites afastaram-se da região central da cidade, onde a massa proletária circulava (Cunha, 2018, p. 51). Portanto, considera-se que ocorreu uma

visível cisão espacial originada a partir da expansão urbana de Buenos Aires. Ao norte, as famílias abastadas se fixaram e usufruíram de uma zona de opulência; no centro, os *conventillos* mesclavam-se com os espaços de sociabilidade da elite; e, ao sul, os trabalhadores viviam em bairros paupérrimos que recebiam pouca atenção das autoridades públicas (Cunha, 2018, p. 55).

Os *convillos* mencionados, que também eram chamadas de *casas de inquilinato*, eram estruturas habitacionais similares aos cortiços do Brasil: espaços nos quais viviam sujeitos mais pobres, trabalhadores(as) e, no caso argentino, imigrantes, de forma aglomerada. O pesquisador Jorge Ramos, descreve com maiores detalhes essas habitações e móveis disponíveis nas mesmas:

Era um ambiente único para dormir, comer e realizar tarefas, com uma ocupação precária de uma área do pátio à entrada de cada quarto, para cozinhar. [...] O mobiliário consistia em uma mesa, alguns bancos ou cadeiras — geralmente de junco —, um guarda-roupa ou ganchos para roupas, algum baú, retratos de família, imagens religiosas, um lampião a querosene, camas de campanha ou camas turcas (uma estrutura metálica com elástico montado sobre quatro pernas de madeira torneada), às vezes beliches, um espelho, um lavatório ou pia, cuspidores e, ocasionalmente, uma máquina de costura³³ (Ramos, 2005, p. 21-22).

Ramos (2005) também explica que haviam diferentes tipos de casas, com estruturas, organizações e finalidades diferentes. Como

as de rezago e as de novo desenho. As primeiras surgiram como adaptação de antigas casas chorizo ou casonas de pátios, obsoletas ou muito deterioradas, alocando uma família em cada quarto. As segundas, que já representavam 17% em 1880, foram construídas por especuladores urbanos visando uma máxima exploração do terreno, dispondo uma série de quartos (aproximadamente 4 x 4 x 4 m) para uma família em cada um deles, ao redor de um espaço aberto central e comum: o pátio do *conventillo*, onde lavanderias e banheiros eram agrupados em bateria. Podiam ter dois níveis, sendo que, nesse caso, as escadas costumavam ser colocadas no meio do pátio³⁴ (Ramos, 2005, p. 12).

33 Texto original: “Era un ambiente único para dormir, comer y realizar labores, con una precaria ocupación de un sector del patio a la entrada de cada habitación, para cocinar. [...] El mobiliario consistía en una mesa, algunos bancos o sillas — generalmente de junco —, un ropero o ganchos para la ropa, algún baúl, cuadros de familia, imágenes religiosas, un farol a kerosene, catres o camas turcas (un bastidor metálico con elástico montado sobre cuatro patas de madera torneada), a veces camas superpuestas, un espejo, un aguamanil o palanganero, escupideras y, ocasionalmente, una máquina de coser” (Ramos, 2005, p. 21-22).

34 Texto original: “los rezago y los de nuevo diseño. Los primeros aparecieron como adaptación de antiguas casas chorizo o casonas de patios, obsoletas o muy deterioradas, ubicando en cada cuarto una familia. Los segundos, que ya en 1880 constituían el 17%, fueron construidos por especuladores urbanos en base a una máxima explotación del

Ou seja, eram espaços pequenos em que diversas pessoas viviam, em construções antigas ou simples, a possibilidade que restava aos trabalhadores e trabalhadoras. Ainda existiam *conventillos* específicos para homens imigrantes solteiros, que compartilhavam quartos ainda mais numerosos, e habitações dos trabalhadores do porto que se diferenciavam pela natureza do lugar em que viviam e suas ocupações.

Estes espaços foram objetos de debates e discursos, assim como seus habitantes. Pode-se perceber a partir deste trecho publicado no periódico *El Nacional*: “guerra até a morte aos conventillos e focos de infecção que existem na cidade!... Temos em cada conventillo [...] um foco de infecção e a autoridade não os despeja, então, mãos à obra!” (Brailovsky; Foguelman, 1871 *apud* Sabugo, 2005, p. 40).

O pesquisador Mario Sabugo cita outros exemplos de publicações similares, como:

Essas pequenas peças, sem ar nem luz, cheias de objetos velhos e fétidos, de pratos com restos de comida, de panelas, de cuspidores, de roupas sujas. No meio de gatos, cachorros, galinhas e papagaios, em uma promiscuidade que causa horror... A visão dessas casas habitadas por numerosas famílias vindas dos países mais distantes, falando idiomas diferentes, faz lembrar uma pequena Babel transportada entre nós³⁵ (Yujnovsky, 1899 *apud* Sabugo, 2005, p. 41).

Logo, as questões sanitárias, epidemiológicas e de saúde populacional, que eram objetos de preocupação e intervenção estatal, foram destinadas aos “detentores” dos saberes da área: os médicos. Aqui, deve-se considerar que, conforme escreve Foucault, houve um processo de

lote, disponiendo una serie de habitaciones (de aproximadamente 4 x 4 x 4 m) para una familia en cada una de ellas, alrededor de un espacio abierto central y común: el patio del conventillo, donde lavaderos y sanitarios se agrupaban en batería. Podían tener dos niveles, en cuyo caso las escaleras sabían colocarse a mitad del patio” (Ramos, 2005, p. 2).

35 Texto original: “Estas pequeñas piezas, sin aire ni luz, llenas de objetos viejos y fétidos, de platos con restos de comida, de cacerolas, de escupideras, de ropa sucia. En medio de gatos, perros, gallinas y loros, en una promiscuidad que da horror... El espectáculo de estas casas habitadas por numerosas familias venidas de los países más lejanos, hablando idiomas diferentes, hace pensar en una pequeña Babel transportada entre nosotros” (Yujnovsky, 1899 *apud* Sabugo, 2005, p. 41).

seleção, normalização, hierarquização e centralização. São essas as quatro operações que podemos ver em andamento num estudo um pouco detalhado daquilo que é denominado o poder disciplinar. [A partir do] século XVIII foi o século do disciplinamento dos saberes, ou seja, da organização interna de cada saber como uma disciplina tendo, em seu campo próprio, a um só tempo critérios de seleção que permitem descartar o falso saber, o não-saber, formas de normalização e de homogeneização dos conteúdos, formas de hierarquização e, enfim, urna organização interna de centralização desses saberes em torno de um tipo de axiomatização de fato (Foucault, 1999, p. 216-217).

Desta forma, havia a validação de determinados saberes em detrimento de outros, como no caso, dos médico-científicos, em relação aos saberes populares e de curandeirismo. A partir dessa hierarquização de saberes, estes foram utilizados tanto para disciplinar os indivíduos, quanto para gerir a população, configurando-se enquanto biopolítica. Assim, a atuação da medicina e suas preocupações com a higiene da cidade e em relação à saúde da população, visava garantir a vida de uma classe essencial na produção no sistema capitalista:

introdução de uma medicina que vai ter, agora, a função maior da higiene pública, com organismos de coordenação dos tratamentos médicos, de centralização da informação, de normalização do saber, e que adquire também o aspecto de campanha de aprendizado da higiene e de medicalização da população (Foucault, 1999, p. 290-291).

Nota-se tais questões no caso argentino, em que

[...] entre 1860 e 1880, o setor médico higienista demandou a modernização do Estado em questões de saúde pública, profissionalização médica e desenvolvimento social. Na Argentina, a profissionalização do setor médico teve início na década de 1830, sob a gestão municipal, sendo consolidada em 1880 com a criação do Departamento Nacional de Higiene. A promulgação do Código Sanitário de 1891 marcou um marco importante. No âmbito trabalhista, os higienistas Emilio Coni (1855-1928) e José Ramos Mejía (1849-1914) apresentaram um prospecto para a cidade de Buenos Aires em 1883, sendo elevado ao nível nacional em 1892³⁶ (Durán, 2017, p. 33).

36 Texto original: "Entre 1860 a 1880 el sector médico higienista demandó la modernización del Estado en materia de salubridad, profesionalización médica y desarrollo social. [...] En Argentina la profesionalización del sector

A partir dessa colaboração, as moradias operárias — os *conventillos*,

se tornaram o cenário de intervenção dos dispositivos estatais: comissões municipais de higiene e inspeções repentinas, solicitações de fechamento/incêndio de *conventillos*, regulamentos sobre a quantidade de pessoas que podem dormir em um ambiente, regras sobre o uso de espaços comuns, locais específicos para cozinhar e lavar, alturas determinadas para os quartos, inclusão de flâmulas para circulação do ar são algumas das medidas que começam a ser implementadas³⁷ (Rivas, 2009, p. 42).

A destruição das habitações e reestruturação da cidade pode ser compreendida, conforme os pesquisadores Sandra Sánchez e Rodrigo Amuchástegui, enquanto uma nova “modalidade de biopoder [...] que visava controlar o espaço urbano a partir do espaço doméstico [...], os habitantes e seus corpos, através de uma série de normas específicas” (Sánchez; Amuchástegui, 2000, p. 44), que incluía as maneiras de habitar que objetivavam extinguir.

Para além das ofensivas em relação às habitações, os médicos-cientistas também passaram a compreender determinados grupos sociais como “os elementos ‘patogênicos e anormais’ nos imigrantes [...] e nos crioulos [...], que representavam uma ameaça à ordem e à sociedade a partir da pregação e prática das ideologias anarquistas e socialistas”³⁸ (Rivas, 2009, p. 42). A partir da perspectiva da sociedade enquanto um corpo, objetivavam suprimir aqueles sujeitos que fossem desviantes às normas e que “adocessem” o corpo social, que atrapalhasse o progresso nacional. Percebe-se que a questão da higiene

médico se iniciou en la década de 1830 desde el gobierno municipal, siendo unificada en 1880 con la creación del Departamento Nacional de Higiene, La promulgación del Código Sanitario de 1891, [...]. En materia laboral los higienistas Emilio Coni (1855-1928) y José Ramos Mejía (1849 - 1914) presentaron en 1883 un prospecto para la ciudad de Buenos Aires, siendo elevado a nivel nacional en 1892” (Durán, 2017, p. 33).

37 Texto original: “serán el escenario de intervención de los dispositivos estatales: comisiones municipales de higiene e inspecciones repentinas, pedidos de cierre/quema de conventillos, disposiciones sobre la cantidad de personas que pueden dormir en un ambiente, reglas sobre el uso de los espacios comunes, lugares específicos para cocinar y para lavar, alturas determinadas para los cuartos, inclusión de banderolas para la circulación del aire son algunas de las medidas que comienzan a implementarse” (RIVAS, 2009, p. 42).

38 Texto original: “los elementos “patógenos y anormales” en los inmigrantes [...] y criollos [...] que atentarán contra el orden y la sociedad a partir de las prédica y práctica de las ideologías anarquistas y socialistas.” (Rivas, 2009, p. 42).

não era apenas num sentido biológico, mas ideológico e também moral.

Desta forma, houve o esforço de uma

reconstituição familiar entre os setores populares, impulsionada pelo Estado e associada à crescente influência dos higienistas, acontecia de acordo com o novo modelo de família, autônoma, nuclear e co-residente, no qual a mulher, embora ocupasse uma posição subordinada em relação ao homem, desempenhava um papel fundamental como reguladora e modeladora dos valores e padrões de comportamento entre os membros da casa, devido ao seu comprometimento com o papel materno³⁹ (Teitelbaum, 1998, p. 197).

Conforme a pesquisadora Margareth Rago analisa nas primeiras décadas do século XX no Brasil, é a partir desta nova organização familiar que também ocorre a “promoção de um novo modelo de feminilidade, a esposa-dona-de-casa-mãe-de-família, e uma preocupação especial com a infância, [...] [que] constituíram as peças mestras deste jogo de agenciamento das relações intra-familiares” (Rago, 1985, p. 62).

Ao disseminar discursos referentes às mulheres e o papel de maternar, há também discursos referentes àquelas que não cumpriam as normas de gênero esperadas, como as prostitutas, por exemplo. Na ótica dos discursos médicos e criminológicos, as meretrizes possuíam enquanto características “a preguiça, a aversão ao trabalho e a perseguição desenfreada do prazer. A prostituta é aquela que, ao contrário da mulher honesta e pura, vive em função da satisfação de seus desejos libidinosos e devassos. [...] Antítese da esposa honesta [...]” (Rago, 1985, p. 89).

Assim,

As teorias da degeneração psíquica e moral, juntamente com os desafios implicados na ‘questão social’, motivaram posições radicais em relação ao confinamento compulsório de alienados, alcoólatras, vagabundos, sífilíticos e prostitutas. Essas

39 Texto original: “reconstitución familiar entre los sectores populares, impulsada por el Estado y vinculada a la influencia creciente de los higienistas, se realizaba de acuerdo al nuevo modelo de familia, autónoma, nuclear y co-residente, en el que la mujer, así como ocupaba una posición subordinada respecto del hombre, jugaba un rol fundamental como reguladora y modeladora de los valores y pautas de comportamiento entre los miembros de la casa por su consagración al rol maternal” (Teitelbaum, 1998, p. 197).

correntes deram origem a novas escolas médicas na América Latina, como o Hospital de San Roque em Buenos Aires [...]”⁴⁰ (Durán, 2017, p. 34).

Outra instituição importante na construção discursiva e de disciplina dos indivíduos e massas, que contribuiu na definição daquilo considerado anomalias e imoralidades foi a Igreja. A existência e as ações da Igreja Católica e de seus representantes estavam presentes no território argentino desde o século XVII (Stefano, 2014, p. 94). Entretanto, nosso foco se dá na relação estabelecida entre o Estado argentino e a Igreja Católica Romana na metade do século XIX. Momento em que, conforme a pesquisadora Miranda Lida, ocorreu o estreitamento de laços com “a Santa Sé [...], sendo, antes de tudo, uma questão em que a soberania estava em jogo, uma questão bastante polêmica e problemática em uma década em que o Estado nacional não era apenas uma entidade bastante frágil, mas também estava sujeito a fortes contradições internas”⁴¹ (Lida, 2006, p. 28).

Afinal, havia a dificuldade de centralização e unificação do Estado nacional em relação às províncias argentinas, assim como em relação às igrejas provinciais, que continuou mesmo após a Constituição de 1853 ser outorgada.

Neste cenário, a Confederação argentina

indicava que reconheceria apenas o Papado como interlocutor válido; dessa forma, nenhuma ‘autoridade subalterna’, nenhuma instância intermediária pertencente à hierarquia eclesiástica, poderia pretender tomar decisões em conjunto com o poder central em relação ao exercício do patronato ou disputar território nessa questão. Em suma, apenas uma Igreja fortemente centrada em Roma era considerada o interlocutor legítimo para um poder central que buscava estar firmemente constituído. Por outro lado, quando se falava em ‘o Estado’, referia-se ao poder central, retirando de qualquer governo

40 Texto original: “Las teorías de la degeneración psíquica y moral, junto a los desafíos que implicaba la ‘cuestión social’ motivaron posturas radicales en torno a la reclusión forzosa de alienados, alcohólicos, vagos, sífilítico y prostitutas. Estas corrientes desarrollaron nuevas escuelas médicas en Latinoamérica como el Hospital de San Roque en Buenos Aires [...]” (Durán, 2017, p. 34).

41 Texto original: “[...] Santa Sede [...] en la década de 1850 fue ante todo una materia en la que estaba en juego la soberanía, cuestión por lo demás polémica y problemática en una década donde el Estado nacional no sólo era una entidad bastante endeble sino, además, sometida a fuertes contradicciones internas” (Lida, 2006, p. 28).

provincial o direito de questionar a forma como o governo da Confederação resolvia os assuntos relacionados ao patronato nacional. Em resumo, a Confederação apenas se disponibilizava a reconhecer como interlocutor válido a Santa Sé ou seus representantes⁴² (Lida, 2006, p. 39).

Foi uma tática que visava a validação e centralização do poder no Estado nacional, através da retirada da autonomia das províncias. Desta forma, ambas as instituições, Estado argentino e Igreja Católica Romana, passaram a intervir e reorganizar as paróquias: regular a cobrança de dízimos — que não eram destinados às instituições conforme previsto pela hierarquia, organizar orçamentos para as paróquias e uniformizar os calendários litúrgicos (Lida, 2006, p. 34).

Ao longo da segunda metade do século XIX, houve um aumento de número de paróquias em Buenos Aires: “em 1852, era possível contabilizar 33 paróquias na região rural de Buenos Aires; até 1871, esse número já havia subido para 51; em 1881, por sua vez, contavam-se 59 paróquias”⁴³ (Lida, 2006, p. 61), e no ano de 1904 já 91 comunidades eclesíásticas. Para o pesquisador Roberto di Stefano, essa expansão de espaços católicos está relacionado à

crise política e financeira, bem como os receios em relação a uma imigração que começava a ser considerada perigosa para a identidade nacional e a ordem social — em um contexto ideológico marcado pelo nacionalismo culturalista — aconselharam avançar no processo de nacionalização das massas de origem imigratória. Esse objetivo foi perseguido por meio da educação, da liturgia patriótica, do voto e do serviço militar obrigatórios, mas também através da revalorização de um catolicismo que constituía um dos poucos traços comuns

42 Texto original: “indicaba que sólo reconocería como interlocutor válido al Papado; de tal modo que ninguna ‘autoridad subalterna’, ninguna instancia intermedia perteneciente a la jerarquía eclesiástica, podía pretender tomar decisiones junto con el poder central en torno al ejercicio del patronato o disputar terreno en esta materia. En fin, sólo una Iglesia fuertemente romanocéntrica era considerada el interlocutor legítimo para un poder central que se quería fuertemente constituido. Por otra parte, cuando se decía ‘el Estado’ se hacía referencia al poder central, de tal modo que se le quitaba a cualquier gobierno provincial el derecho de objetar el modo en el cual el gobierno de la Confederación resolvía los asuntos sometidos al patronato nacional. En fin, la Confederación sólo se disponía a reconocer como interlocutor válido a la Santa Sede o sus vicarios” (Lida, 2006, p. 39).

43 Texto original: “en 1852 se podían contabilizar 33 parroquias en la campaña bonaerense; para 1871 ese número había trepado ya a 51; en 1881 se contaban a su vez 59 parroquias” (Lida, 2006, p. 61).

entre nativos e estrangeiros, bem como entre a maioria dos próprios imigrantes⁴⁴ (Stefano, 2014, p. 101).

Logo, é possível compreender o papel e influência exercida pela Igreja católica no fim do século XIX, exercendo o poder pastoral sob a multiplicidade cultural dos sujeitos que compunham a Argentina. Assim, através da figura do padre, buscou “conduzir, de dirigir, de levar, de guiar, de controlar, de manipular os homens” (Foucault, 1999, p. 219) e mulheres — o rebanho — para uma produtividade e docilidade política. Logo, iremos analisar algumas críticas elaboradas pelas redatoras do *La Voz de La Mujer* em relação à instituição da Igreja no decorrer deste livro.

O TRABALHO, DESENVOLVIMENTO DOS MOVIMENTOS OPERÁRIOS E PERIODISMO EM BUENOS AIRES

Antes mesmo de nos aprofundarmos a respeito do desenvolvimento de movimentos operários em Buenos Aires na segunda metade do século XIX, faz-se relevante apresentar aspectos econômicos gerais deste recorte temporal. A relação da Argentina com o mercado externo e, principalmente, a crise econômica que ocorreu na década de 1890, chamada de crise de Baring, que também tece a trama de elementos que influenciam as vidas das e dos operários como as envolvidas no periódico em análise.

A economia argentina nas últimas décadas do século XIX caracterizava-se enquanto “predominantemente primário-exportadora, com destaque à produção de lã, carnes e cereais” (Filomeno, 2010, p. 143). A pesquisadora Maria Helena Lenz (2000), ao dedicar-se à história econômica da Argentina, pontua que as expansões dos limites fronteiriços e a captura de terras, realizadas nas Campanhas do Deserto, elemento já aludido neste texto, foram

⁴⁴ Texto original: “crisis política y la crisis financiera, así como los temores ante una inmigración que empezaba a juzgarse peligrosa para la identidad nacional y para el orden social — en el contexto de un clima ideológico signado por el nacionalismo culturalista —, aconsejaron avanzar en el proceso de nacionalización de las masas de origen inmigratorio. Tal objetivo se persiguió por medio de la educación, de la liturgia patriótica, del voto y del servicio militar obligatorios, pero también a través de la revalorización de un catolicismo que constituía uno de los pocos rasgos comunes entre nativos y extranjeros, y entre la mayor parte de los inmigrantes entre sí” (Stefano, 2014, p. 101).

essenciais para a transformação dos aspectos produtivos e econômicos do país, afinal, passaram a ter mais pastos disponíveis para rebanhos, aumentando a produção. Dessa forma, a Argentina passou a integrar a economia mundial de forma mais destacada, caracterizando um momento de expansão econômica. No entanto, esta não atingiu todas as classes sociais, mas sim, de maneira demarcada: “os proprietários de terra foram os maiores beneficiados, sendo a pobreza dos imigrantes um problema adicional, que teve relação com o aumento no custo de vida” (Lenz, 2000, p 132).

Foi na década de 1890 o momento em que, conforme Lenz, ocorreu o auge e o declínio da economia argentina, pois:

A grande prosperidade do período anterior foi apoiada na abundância de empréstimos externos que resultou, em 1890, em uma dívida externa de 300 mil libras. A crise iniciou em 1890 quando Londres não permitiu o adiamento dos pagamentos da dívida e nem a continuidade da transferência trimestral de fundos para a Argentina (Lenz, 2000, p. 133).

Ou seja, num contexto em que o governo argentino recebia um forte fluxo de investimentos da Inglaterra desde, aproximadamente, a década de 60 do século XIX, devido às construções das estradas de ferro pelo país que possuíam a função de transportar as produções internas ao porto de Buenos Aires, configurando enquanto um porto estratégico para as relações exportadoras supracitadas. Dessa forma, em 1890, surgiu uma desconfiança internacional sobre as condições econômicas argentinas e os empréstimos que eram frequentemente realizados não ocorreram. Tais “eram respaldados em ouro, [o que] provocou uma depreciação monetária e ao mesmo tempo o crack do sistema bancário” (Marti, 1983, p. 937 *apud* Lenz, 2000, p. 133), afundando o país em uma crise.

Esta crise econômica marcou profundamente a história da Argentina, que chegou a ter uma “dívida externa total, que em 1880 era de 33 milhões de pesos-ouro, em fins do decênio chegava a 300 milhões, isto é, havia aumentado quase dez vezes” (Filomeno, 2010, p. 147). A crise foi denominada de Baring, decorrente da casa bancária inglesa chamada Baring Brothers, uma grande investidora que quase foi à falência após este contexto.

Felipe Filomeno compara a crise Baring com a crise do Encilhamento que ocorreu no Brasil também no final do século XIX, são “padrões que possam ser compreendidos como ‘reverberações’ locais de processos sistêmicos inerentes à economia-mundo capitalista — e, assim, mostrar a dimensão transnacional e sistêmica dos fenômenos locais específicos” (Filomeno, 2010, p. 137).

Dessa forma, Filomeno indica que, ao analisar tais crises, deve-se considerar as dinâmicas e as relações econômicas entre países centrais e países periféricos da economia mundial. Filomeno ainda discorre sobre o processo de recuperação econômica após esta quebra, que

foi assegurada especialmente por uma maior demanda mundial por produtos primários produzidos nos dois países. Assim, demonstra-se que as causas das crises Baring e do Encilhamento não estão encerradas nas políticas econômicas de curto prazo implementadas pelos Estados argentino e brasileiro, ou no comportamento imediato dos investidores estrangeiros naquele período, posto que ambas são partes integrantes de processos sistêmicos mais amplos — fluxos mundiais de capital/ciclos mundiais de endividamento (Filomeno, 2010, p. 168).

Considerar os elementos abordados no decorrer destas páginas nos auxiliam a compreender algumas das camadas que atravessavam, impactavam e constituíam o tecido social argentino no final do século XIX, inclusive para contextualizar a formação de uma cultura urbana em Buenos Aires, as condições de trabalho e os movimentos operários, em destaque os anarquistas, aspectos que nos deteremos a seguir.

Além dos aspectos estritamente econômicos e de relações exteriores, faz-se necessário nos voltarmos às transformações que aconteceram no mundo do trabalho nos fins do século XIX, como o desenvolvimento da industrialização, através da crescente inserção de tecnologias e fragmentação da produção. Através disso, também houve a “atribuição diferenciada e hierarquizada de certas tarefas aos homens”⁴⁵ (Mitidieri, 2022, p. 45), reforçando a divisão sexual/de gênero do trabalho. O que delimitou certas ocupações e saberes enquanto “feminizado[s] e de baixa qualificação, podendo receber

⁴⁵ Texto original: “asignación diferencial y jerarquizada de ciertas tareas a hombres” (Mitidieri, 2022, p. 45).

salários inferiores aos de seus colegas de trabalho”⁴⁶ (Mitidieri, 2022, p. 45), como a costura, por exemplo, ocupação desempenhada por muitas mulheres.

No entanto, é preciso levar em consideração que a industrialização não ocorreu de maneira uniforme e coletiva, pois “alguns setores foram mecanizados, enquanto outros apenas agruparam os trabalhadores sem alterar os métodos tradicionais (indústrias ‘não fabris’, não mecanizadas)”⁴⁷ (Allemandi, 2012, p. 391). Sendo assim, apesar da existência de fábricas na região, ainda predominavam as oficinas de escalas menores.

Para traçar as principais ocupações e ofícios da população portenha, há algumas pesquisas desenvolvidas a partir das análises dos censos da cidade de diferentes décadas. Eduardo Cunha (2018), por exemplo, coloca que

cerca de um terço da mão de obra ocupava postos de trabalhos em pequenas fábricas e oficinas, um quinto trabalhava no comércio. Logo em seguida, estavam os trabalhos domésticos, que em sua maioria eram costureiras; os peões, isto é, os trabalhadores por jornada; e, por fim, os trabalhadores da área dos transportes (Cunha, 2018, p. 49).

Outros ofícios que constavam nos censos eram os de alfaiates, sapateiros, padeiros e pedreiros, contando com altas porcentagens de imigrantes na composição destas duas últimas categorias, cerca de 80 a 90% deles (Cunha, 2018, p. 49). Neste trecho, percebe-se a utilização da categoria *trabalhadores* de uma maneira um tanto universal, sem maiores distinções e intersecção de outros marcadores sociais. Apesar de ser consenso nas pesquisas que as ocupações indicadas nos censos não oscilam significativamente, há pesquisadoras que propõem um recorte de gênero e idade de maneira mais enfática, tão necessário para a análise dos mesmos⁴⁸.

Conforme Cecília Allemandi, há uma “subnotificação evidente que oferecem os dados [...] apresentados”⁴⁹ (Allemandi, 2012, p. 402), tanto

46 Texto original: “feminizado[s] y de baja calificación, que podía recibir salarios inferiores a los de sus compañeros de taller” (Mitidieri, 2022, p. 45).

47 Texto original: “algunos rubros se mecanizaron mientras otros sólo agruparon a los trabajadores sin alterar los métodos tradicionales (industrias ‘no fabriles’, no mecanizadas)” (Allemandi, 2012, p. 391).

48 Sobre tais pesquisadoras podemos citar: Allemandi (2012), Mitidieri (2022), Nari (2002) e Massé (1996).

49 Texto original: “subnumeración evidente que ofrecen los datos [...] presentados” (Allemandi, 2012, p. 402).

pela definição pouco clara acerca do termo *ocupación* nos registros, quanto pelo estabelecimento de um recorte etário que definiu a idade mínima para a coleta de dados em 14 anos. Este recorte etário se deu pela compreensão de que o “período de trabalho se estendia dos 14 aos 60 anos; [...] O corte etário coincidia com o fim do período escolar obrigatório e também com a idade mínima para contrair matrimônio”⁵⁰ (Allemandi, 2012, p. 402), desconsiderando crianças mais novas que já atuavam enquanto forças produtivas. Da mesma forma que

os censos apresentam dificuldades na medição do trabalho feminino e infantil. Uma parte significativa das atividades realizadas pelas mulheres foi ignorada pelos pesquisadores, especialmente aquelas desempenhadas no âmbito doméstico (costureiras, modistas, serviço doméstico, etc.), por serem atividades muito ligadas ao papel tradicional da mulher, que não se diferenciavam claramente das tarefas que elas mesmas realizavam para o lar⁵¹ (Feijóo, 1990 *apud* Allemandi, 2012, p. 401-402).

Decorrente disso, Allemandi dedica-se a investigar os *servicios domésticos*, ou seja, aqueles desempenhados em ou nos domicílios. Conforme a pesquisadora, o trabalho feminino se aglutinava nas categorias de costureiras, lavadeiras, passadeiras, cozinheiras, domésticas e criadas. Sendo estas atividades relacionadas ao trabalho reprodutivo, consideradas enquanto obrigações e aptidões naturalmente femininas durante o período: o cuidado às crianças, manutenção do lar e da vida dos homens.

Em função das distinções, as mulheres buscavam ocupações enquanto uma “jornada adicional, “para ajudar na existência doméstica”, permanecer no ‘ambiente tranquilo da família’, sem os ‘(...) perigos e promiscuidades do

50 Texto original: “período laboral se extendía entre los 14 y los 60 años; [...] El corte etario coincidía con el fin del período escolar obligatorio y también con la edad mínima para contraer matrimonios” (Allemandi, 2012, p. 402).

51 Texto original: “os censos ofrecen dificultades para la medición del trabajo femenino e infantil. Una parte importante de las actividades que realizaban las mujeres fueron ignoradas por los encuestadores, sobre todo aquellas desempeñadas en el ámbito doméstico (costureras, modistas, servicio domestico, etc.), por ser actividades muy ligadas al rol tradicional de la mujer que no se diferenciaban claramente de las tareas que las mismas realizaban para el hogar” (Feijóo, 1990 *apud* Allemandi, 2012, p. 401-402).

ambiente de trabalho.”⁵² (Nari, 2002, p. 6-7). Isso é, exercer atividades que já desempenhavam para a família, com remuneração e sem precisar sair do lar, pois as fábricas, oficinas e outros espaços eram considerados corrompedores para as mulheres, conforme aparatos discursivos do período.

As redatoras do *La Voz de La Mujer*, ao proporem dialogar com as mulheres trabalhadoras, utilizam do ofício de costureira para abordar as injustiças das condições de trabalho e salários, possivelmente por abarcar uma grande quantidade de mulheres na ocupação: “y vosotras, infelices compañeras nuestras que os matáis todo un día para hacer una docena o dos de camisetas, por las cuales se os paga la veintésima parte de lo que luego ellos cobran, ¿creéis que eso es justo?”⁵³. A pesquisadora Marcela Nari, ao debruçar-se mais profundamente sobre as características dos trabalhos a domicílios, indica que entre 1895 e 1914 em Buenos Aires,

a maioria das mulheres que trabalhavam em casa eram casadas, muitas delas viúvas, presumivelmente com uma carga doméstica de 4 ou 5 crianças [...] O trabalho em casa se apresentava, portanto, como uma ‘escolha forçada’ para aquelas mulheres que não podiam optar por outro tipo de trabalho que as afastasse por longas horas de casa⁵⁴ (Nari, 2002, p. 12-13).

Logo, havia a necessidade da inserção das mulheres nas relações de trabalhos para sua sobrevivência. Entretanto, a elas restavam poucas opções laborais, sobrando apenas aquelas mal remuneradas, justamente pelo forte marcador de gênero. Também estipula-se que, em 1869, cerca de 30% das pessoas que trabalhavam em domicílios eram homens. Apesar de ainda constituírem um setor laboral de baixa remuneração, eles recebiam salários

52 Texto original: “para la ayuda de la existencia doméstica, permanecer en el ‘seno tranquilo de la familia’, sin los ‘(...) peligros y promiscuidades del taller.” (Nari, 2002, p. 6-7).

53 Tradução: “e vocês, infelizes companheiras nossas que se matam o dia inteiro para fazer uma dúzia ou duas de camisetas, pelas quais são pagas a vigésima parte do que eles cobram depois, acham isso justo? (*La Voz de La Mujer*, 27 mar. 1896, n. 4, p. 5).

54 Texto original: “la mayor parte de las mujeres que trabajaban a domicilio eran casadas, muchas de ellas viudas, presumiblemente con una carga doméstica de 4 o 5 niños [...]. El trabajo a domicilio se presentaba, entonces, como una ‘elección forzada’ para aquellas mujeres que no podían optar por otro tipo de trabajo que las alejara largas horas de la vivienda” (Nari, 2002, p. 12-13).

mais altos em comparação às mulheres e ocupações distintas, mantendo a divisão sexual/de gênero. De maneira geral, trabalhavam enquanto peões, jornaleiros e jardineiros.

As mulheres que foram inseridas enquanto mão de obra nas fábricas exerceram sua força de trabalho nos setores da “alimentação, frigoríficos, estabelecimentos de produção de cigarros, fósforos, a indústria têxtil”⁵⁵ (Allemandi, 2012, p. 396). Isso é, naquelas que não necessitavam de qualificações, com pagamentos muito inferiores aos masculinos. Apesar da crescente industrialização e modificações nas relações de trabalho, averiguou-se que

o aumento e a diversificação das oportunidades afetaram de forma diferenciada homens e mulheres, uma vez que estas últimas continuaram, em grande medida, concentradas em algumas atividades consideradas ‘tradicionais’. A inserção no mercado de trabalho de ambos evidencia a existência de processos de segregação ocupacional. As mulheres geralmente foram marginalizadas das novas ocupações modernas e confinadas a alguns grupos de ocupação de baixo nível de qualificação e/ou produtividade⁵⁶ (Allemandi, 2012, p. 395).

O acesso a novas funções e relações de trabalhos fomentadas pela industrialização, também se desenvolveram de forma desigual. Ainda faz-se necessário ressaltar que, apesar do gênero, idade e etnia marcarem profundamente os trabalhos e salários que os sujeitos executavam, os baixos salários, ainda mais no contexto da crise de Baring, assim como a falta de segurança para o desempenho de suas tarefas e as longas jornadas de trabalho, entre 10 a 12 horas diárias, eram condições gerais da classe trabalhadora. Ao tratar a respeito do processo de desenvolvimento do movimento proletário portenho, Ricardo Falcón aponta que em 1896 “um pouco menos da metade das

55 Texto original: “la alimentación, frigoríficos, establecimientos de producción de cigarrillos, fósforos, la industria textil” (Allemandi, 2012, p. 396).

56 Texto original: “el aumento y la diversificación de las posibilidades afectaron de forma diferencial a varones y mujeres ya que éstas continuaron concentradas en gran medida en unas pocas actividades consideradas ‘tradicionales’. La inserción laboral de unos y otros evidencia la existencia de procesos de segregación ocupacional. Las mujeres fueron generalmente marginadas de las nuevas ocupaciones modernas y confinadas a unos pocos grupos de ocupación de bajo nivel de calificación y/o productividad” (Allemandi, 2012, p. 395).

greves incluem em suas reivindicações a redução da jornada de trabalho”⁵⁷ (Falcón, 1984, p. 74), além daquelas reivindicando o pagamentos dos salários ou aumentos desses.

Apesar do forte engajamento em greves e aumento de movimentos organizados na segunda metade da década de 1890, houve um processo de constituição dessas lutas e grupos, além de suas especificidades e vertentes políticas. Inicialmente, as primeiras redes de solidariedade e auxílio mútuo aconteceram apenas entre as comunidades de imigrantes, que vincularam-se de acordo com suas origens. Ao longo das décadas ocorreram muitas greves, algumas por categorias de trabalho que estavam mais organizadas, mas, em sua maioria, de formas mais espontâneas, em que trabalhadores(as) uniam-se em momentos circunstanciais. A partir da década de 1870, as greves passaram a ser mais organizadas e frequentes, unindo principalmente trabalhadores do mesmo setor laboral como os tipógrafos em 1878 e a dos trabalhadores das fábricas de cigarros em 1879.

Na última greve mencionada, é indicada uma maior participação de pessoas associadas ao anarquismo (Falcón, 1984, p. 79), ponto que Eduardo Cunha concorda ao colocar que há alguns “indícios [...] da presença concreta de anarquistas em Buenos Aires [que] datam de 1876, com a fundação do Centro de Propaganda Obrera” (Cunha, 2018, p. 83), responsáveis por publicarem um folheto em oposição aos socialistas. Dessa forma, ao se voltarem ao anarquismo na Argentina, os pesquisadores indicam que, apesar das dificuldades de estipular datas mais precisas do início das atividades na localidade, esta “doutrina revolucionária europeia chega às costas argentinas como parte do patrimônio cultural dos imigrantes”⁵⁸ (Ruvira, 1972, p. 6), adaptando-se às condições e realidades do tecido social.

Porém, é apenas na década de 1890 que o movimento operário desenvolve uma maior estabilidade e força política enquanto coletivo, organizan-

57 Texto original: “un poco menos de la mitad de las huelgas incluyen en sus reivindicaciones la reducción de la jornada de trabajo” (Falcón, 1984, p. 74).

58 Texto original: “doctrina revolucionaria europea, llega a las costas argentinas como parte del bagaje cultural de los emigrantes” (Ruvira, 1972, p. 6).

do-se em grupos para a construção de periódicos e sindicatos, espaço que, inicialmente, predominava uma perspectiva socialista, pois os anarquistas

havam aceitado participar de maneira limitada em ações conjuntas com os socialistas, especialmente na época em que Malatesta estava em Buenos Aires. No entanto, durante os anos de refluxo, a variante anarquista que ganhará força será a chamada ‘individualista’ ou anti-organizacional⁵⁹ (Falcón, 1984, p. 84).

Falcón (1984) propõe que havia anarquistas que eram contrários à luta de classes e às organizações de trabalhadores (as), categorizando-os enquanto *anti-organizadores*. Ao discorrer brevemente a respeito, o pesquisador menciona que a existência de diferentes vertentes e práticas libertárias decorriam das tradições dos movimentos nos países europeus dos quais os sujeitos migraram, poderiam ser anarco-comunistas, anarco-socialistas e anarco-coletivistas, por exemplo. Entretanto, Falcón (1984) opta por desqualificar tais definições e classificá-los de forma abrangente, enquanto anti-organizadores, o que torna a análise do movimento libertário argentino mais simplista, além de nebulosa, pela falta de aprofundamento e definições a respeito das pautas e utopias deste amplo grupo. À vista disso, faz-se necessário compreender que

A despeito da confusão que possa gerar a partir de sua denominação, os ‘anti-organizadores’ eram contra os trabalhadores se organizarem em sindicatos, mas defendiam um modelo de organização política. [...] estruturavam-se em pequenos grupos, em geral voltados para ações de propaganda (organização de conferências, debates e edição de jornais e folhetos, por exemplo) ou de expropriação, boicote e sabotagem (Cunha, 2018, p. 89).

Portanto, os anti-organizadores consideravam que as organizações e greves deveriam dar-se a partir da espontaneidade, sem regulamentos e hierarquias impostas, princípio que perpassa o(s) anarquismo(s). Além disso, concomitantemente ao fortalecimento de organizações proletárias, percebidas enquanto ameaças, os donos das fábricas estabeleciam redes de apoio e convocaram “um congresso de industriais para fortalecer a frente patronal e

59 Texto original: “habían aceptado limitadamente participar en acciones conjuntas con los socialistas, especialmente en la época en la que Malatesta se encontraba en Buenos Aires. Pero, durante los años de reflujo, la variante anarquista que cobrará fuerza será la llamada ‘individualista’ o anti-organizadora” (Falcón, 1894, p. 84).

adotar medidas para enfrentar unitariamente o movimento operário”⁶⁰ (Falcón, 1984, p. 82), através da *Unión Industrial*, organização para articulá-los. Da mesma forma, havia a articulação de aparatos coercitivos e políticas repressivas, seja através da força policial, do encarceramento ou da exposição dos militantes por meio de publicações das “listas de infratores como uma forma de intensificar a punição, atacando a honra das pessoas” (Galeano, 2015, p. 194), nos jornais de maior circulação. Nesse sentido, as organizações anarquistas operarem na clandestinidade pode ser compreendida enquanto uma “resposta premeditada, prática, racional e eficaz à violência e repressão legalizadas. Ou seja, a clandestinidade foi uma tática consciente de resistência contra os crescentes mecanismos de coerção do Estado e daqueles que o sustentavam” (Lida, 1993, p. 65 *apud* Cunha, 2018, p. 91).

Ao voltar para a fonte desta pesquisa, há trechos nos quais é possível perceber tais repressões, como ao publicarem que no dia 19 de janeiro de 1896, a associação de pedreiros estavam se reunindo e

terminada la reunión, los compañeros dirigieron a un café próximo en donde en número de treinta más o menos fueron rodeados y llevados presos por unos 80 perros [...]. Estos compañeros se encuentran actualmente en el depósito de contraventores 24 de noviembre y entre ellos dos heridos⁶¹.

Percebe-se a utilização da palavra *perros* para se referir aos policiais, que além de os prenderem, também agrediram sem razões explícitas ou situações de confronto. As redatoras ainda complementam que os companheiros “no debisteis dar lugar a quejas, y aquí viene a pelo aquello de: ‘los muertos no hablan’ ni se quejan, compañeros...”⁶², indicando a inexistência de vias legais para recorrer e o silenciamento das violências de aparatos institucionais, conforme abordado anteriormente.

60 Texto original: “un congreso de industriales para fortalecer el frente patronal y adoptar medidas para enfrentar unitariamente al movimiento obrero” (Falcón, 1984, p. 82).

61 Tradução: “terminada a reunião, os companheiros dirigiram-se a um café próximo, onde cerca de trinta deles foram cercados e presos por cerca de oitenta cães [...]. Esses companheiros encontram-se atualmente no depósito de infratores de 24 de novembro, incluindo dois feridos” (*La Voz de La Mujer*, 31 jan. 1896, n. 2, p. 11).

62 Tradução: “você não deveriam dar espaço para queixas, e aqui cabe a expressão: ‘os mortos não falam’ nem se queixam, companheiros...” (*La Voz de La Mujer*, 31 jan. 1896, n. 2, p. 11).

Logo, a pretensa forte objeção aos sindicatos também pode ser analisada enquanto tática política desenvolvida no contexto vivenciado por trabalhadores(as), que possuíam diferentes etnias, nacionalidades, níveis de qualificação, trabalhos e remunerações, o que implicava na forma e força das repressões. Estes elementos vão ao encontro das análises de Margareth Rago (1985) ao investigar as relações entre patrões e trabalhadores nas fábricas paulistas durante a República Velha, em que se observa um “desejo patronal de determinar os caminhos da formação do proletariado, impedindo sua autoconstrução espontânea enquanto classe, manifesta-se de maneira cada vez mais sofisticada e ramificada” (Rago, 1985, p. 32), que utiliza de diferentes mecanismo, inclusive, através de políticas paternalistas — no caso brasileiro, na tentativa de manusear as massas proletárias.

Retornando ao cenário portenho, Falcón indica que houve uma mudança no posicionamento dos anarquistas, quando ocorreu o “auge do movimento de greves, que se intensifica em 1895 e 1896”⁶³ (Falcón, 1984, p. 88), em que foram realizadas mais de quarenta greves. Aqui, levaremos em conta outros fatores para esta transformação, como o contexto da forte crise e o alto desemprego, todas as questões relacionadas às condições de trabalhos, aumento de grupos e periódicos socialistas e anarquistas e debates transnacionais referentes à anarquia são alguns exemplos.

Outro autor que dedicou-se a historicizar o anarquismo buenairense é Gonzalo Zaragoza Ruvira (1972), que destaca que, neste recorte temporal de 1895 a 1897, ocorrem transformações nas formas de organização dos(as) libertários(as). Entre essas, surgiram grupos que Ruvira denomina enquanto organizadores, que passaram a se dedicar a uma intensa produção de periódicos, visando a propagação de ideais anarquistas e a integração de militantes. *As revistas organizadoras* era uma “nova tendência que repudia as aberrações a que pode levar o dogmatismo e a incomunicação dos pequenos grupos ‘de afinidades’ e propõe a federação de grupos”⁶⁴ (Ruvira, 1972, p. 11), criando

63 Texto original: “auge del movimiento huelguístico, que se intensifica en 1895 y 1896” (Falcón, 1984, p. 88).

64 Texto original: “nueva tendencia [que] repudia las aberraciones a que puede llevar el dogmatismo e incomunicación de los pequeños grupos ‘de afinidades’ y se propone la federación de grupos” (Ruvira, 1972, p. 11).

redes de contato, ação coletiva e apoio mútuo que se aproximavam da utopia anarquista, de uma sociedade organizada sem hierarquias ou autoridades. Dessa forma, percebe-se que Ruvira (1972), Falcón (1984) e Cunha (2018) concordam ao estabelecer a segunda metade da década de 1890 enquanto momento de uma transformação nas ações políticas anarquistas.

Apesar das ressalvas em relação a tais definições, faz-se aqui o exercício de reflexão sobre o periódico *La Voz de La Mujer* frente a estas duas vertentes anarquistas do período, propostas pelos autores. Apesar do início de sua publicação ter ocorrido em 1896, momento de ascensão da perspectiva organizadora, há características delineadas por Cunha (2018) que se aproximam dos anti-organizadores. Conforme ele aponta, os jornais anti-organizadores

eram desfeitos após alguns anos, [...]. Não à toa [...] publicavam seus jornais sem uma periodicidade definida, sob o lema de ‘aparece cuando puede’. A preservação da regularidade, seja ela semanal ou mensal, requer a manutenção do grupo editor, uma exigência editorial que se adequa melhor aos princípios dos organizadores, ao aceitarem de bom grado o estabelecimento de vínculos formais entre os militantes, sem que obviamente isso impeça a existência de divergências internas no grupo (Cunha, 2018, p. 141).

Segundo a argumentação de Cunha, portanto, os periódicos dos organizadores também mantinham-se atuantes durante muitos anos, além de cobrar um valor fixo por cada edição. No caso do *La Voz de La Mujer*, há a seguinte informação no cabeçalho da página inicial: “aparece cuando puede y por suscripción voluntaria”⁶⁵. Além disso, é possível observar as dificuldades financeiras nas prestações de contas ao final de cada publicação, sua irregularidade nas edições e seu curto período de circulação, de apenas um ano. Entre os periódicos libertários com os quais possuíam ligação, seja através de comentários sobre esta imprensa, ou pela ajuda ao recolher doações e entregas das edições, constam periódicos classificados em ambas vertentes. Apesar de não considerarmos necessário enquadrar o *La Voz de La Mujer* em quaisquer uma dessas definições, faz-se relevante apresentarmos alguns destes debates

65 Tradução: “aparece quando pode e por subscrição voluntária” (*La Voz de La Mujer*, 1896-1897).

propostos por pesquisadores do anarquismo de Buenos Aires. De qualquer forma, nos deteremos com profundidade às características e questões do periódico no capítulo a seguir.

Indiferente às divergências dos grupos e vertentes libertárias, os e as trabalhadoras passaram a enfatizar os periódicos e folhetos enquanto fortes artefatos para a disseminação dos princípios anarquistas, como meio para a conscientização da classe trabalhadora, para a denúncia de exploração e organização das lutas. Ademais, não foi apenas o movimento libertário que utilizou dos impressos para a disseminação de ideias e espaço para debate, mulheres de outras perspectivas políticas e pautas — para além das anarco-comunistas do *La Voz de La Mujer*, também produziram materiais.

A pesquisadora Bárbara Figueiredo Souto (2019) pesquisa dois periódicos portenhos, *La Camelia* (1852) e *Album de Señoritas* (1854), e constata que “a construção da memória e da história da imprensa na Argentina possui caráter historicista, privilegiando o resgate das origens, os grandes homens e seus feitos heroicos” (SOUTO, 2019, p. 46). Deste modo, muitas vezes, as produções femininas foram ou ainda estão silenciadas, não são objeto de pesquisa ou não foram fontes preservadas.

Mesmo assim, entre as revistas produzidas por mulheres que foram pesquisadas por Souto, ela nos aponta a similaridade das características desses materiais: a produção em pequena escala, feita pelas próprias redatoras que enfrentavam dificuldades de manter a iniciativa, pois muitas vezes utilizavam de seus próprio recursos para a produção, e com uma organização e estrutura textual de baixa complexidade. Aspectos que pode-se perceber no *La Voz de La Mujer*. Aqui, é possível ter como exemplo a revista *La Camelia*, que conforme Souto, “almejava conquistar a ‘igualdad entre ambos secsos’, rompendo com toda a opressão que a mulher sofreu ao longo da história” (Souto, 2017, p. 3). Ao traçar e analisar as frases que constavam no cabeçalho do impresso, a pesquisadora elabora a seguinte análise:

‘¡VIVA LA CONFEDERACION ARGENTINA!’; ‘LIBERDAD: NO LICENCIA; IGUALDAD ENTRE AMBOS SECSOS’; ‘SIENDO FLOR – se puede vivir sin olor;

SIENDO MUGER – no se puede vivir sin amor’. A primeira delas marcou o posicionamento do periódico em relação aos governos argentinos, deixando claro seu apoio a Justo José de Urquiza e seu repúdio ao antigo ‘tirano’ Juan Manuel de Rosas. A segunda frase deixou claro os objetivos do periódico que eram lutar pela liberdade e igualdade entre os sexos. Por fim, a última frase foi retirada do conto que inspira o título do periódico, remetendo ao amor e respeito que as mulheres reivindicavam (Souto, 2017, p. 7-8).

Logo, as redatoras de *La Camelia* se definiam enquanto membros de um periódico republicano. Esta constatação é relevante para a compreensão de que, apesar das aproximações no que concerne às condições de publicação, alcance e pautas, como a de defensoras da emancipação feminina e, em certa medida, de alguma mudança nas relações de gênero, existiram uma multiplicidade de compreensões sobre o que seria essa emancipação, assim como os meios para alcançá-la.

Outro exemplo de periódico feminino oitocentista portenho é o *La Aljaba* (1831-1832). Este foi organizado por Petrona Rosende de Sierra, uma uruguaia que foi naturalizada argentina e, conforme a pesquisadora Rosa Falcone aponta, o impresso

abordou diversos temas, como o incentivo à instrução educacional das mulheres, o papel delas na sociedade e a posição em relação aos homens; no entanto, também reservou espaço para a arte, religião, amizade, poemas e literatura. Tanto Petrona quanto as mulheres que colaboraram em sua edição pertenciam claramente ao setor ilustrado da sociedade⁶⁶ (Falcone, 2019, p. 33).

Assim, pode-se perceber que os impressos também foram utilizados por mulheres de classes altas enquanto espaço de debate e difusão de ideias. Na multiplicidade de temáticas abordadas, criavam seções “dedicadas ao casamento, ao amor e sua não correspondência, as clássicas cartas de leitoras, os pitorescos conselhos sobre moda e vida doméstica, críticas aos comporta-

66 Texto original: “trató múltiples temas como el fomento de la instrucción educativa de la mujer, su rol en la sociedad y su posición frente a los hombres; pero también hubo espacio para el arte, la religión, la amistad, los poemas y la literatura. Tanto Petrona como las mujeres que colaboraron en su edición pertenecían claramente al sector ilustrado de la sociedad” (Falcone, 2019, p. 33).

mentos masculinos”⁶⁷ (Bellucci, 1994, p. 255), por exemplo, sem constituírem uma uniformidade de opiniões e perspectivas.

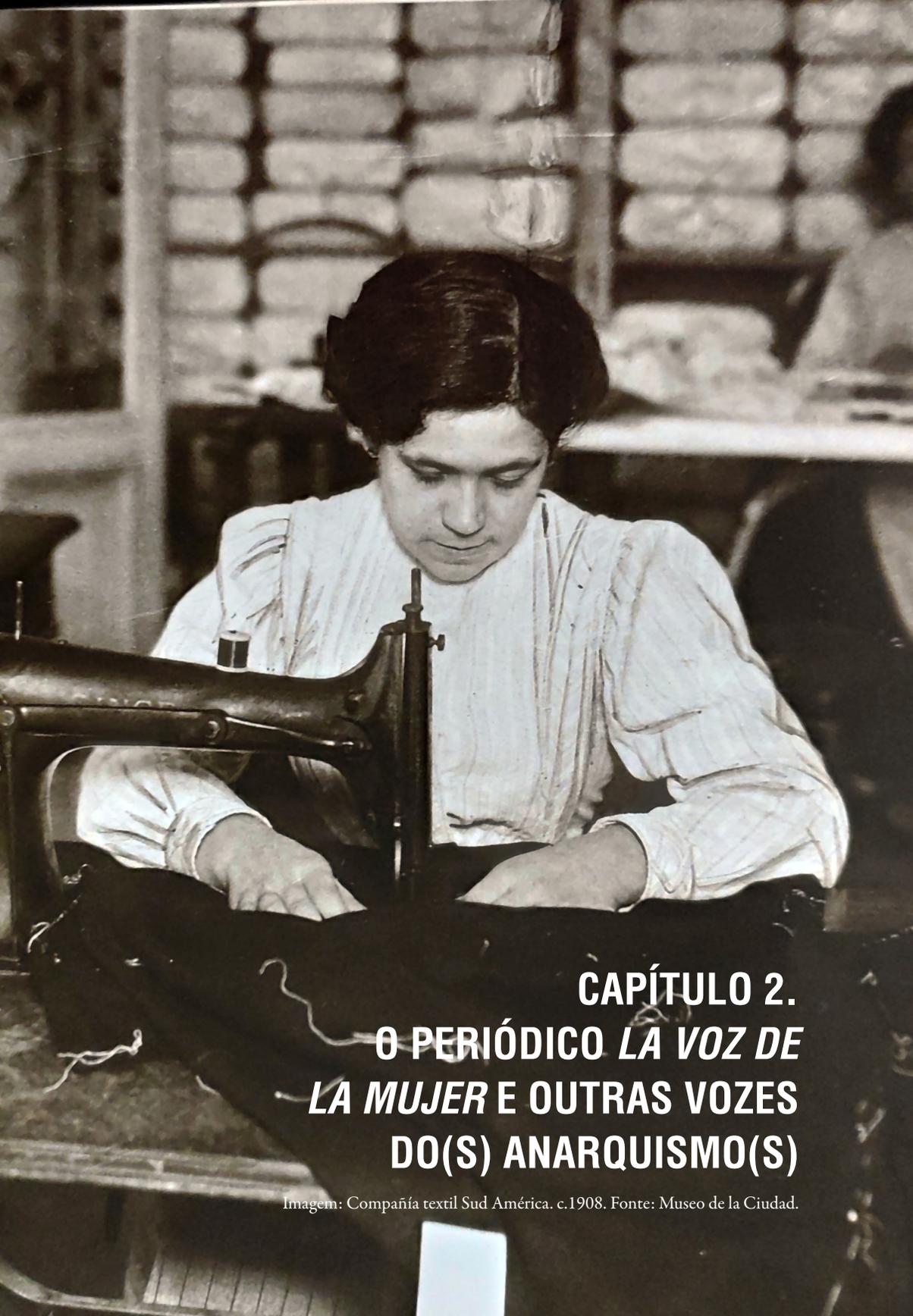
No periódico *La Aljaba*, ao se voltar à temática da educação feminina, a redatora defendia o dever de “formar filhas obedientes, mães responsáveis e esposas dignas, e por esses meios contribuirá para que os dons com os quais a natureza as distinguir generosamente se destaquem ainda mais”⁶⁸ (Falcone, 2019, p. 33). Logo, apesar de pautar a educação de mulheres, era em uma perspectiva de instruir para os papéis considerados naturalmente femininos: preparar e instruir para a criação dos filhos, o futuro da Nação. Da mesma forma, a redatora comentava a respeito da religião católica, não criando cições, questões que se diferenciam muito do posicionamento de outras mulheres do século XIX, como as redatoras libertárias.

Conforme as historiadoras Mabell Bellucci, Angela Martins e Ingrid Souza, os periódicos organizados por mulheres socialistas e anarquistas passaram a ser publicados nas últimas décadas do século XIX, quando começaram a surgir agremiações “exclusivamente para mulheres. E, com o passar do tempo, transformaram-se em sindicatos organizados, lançando as bases de um movimento feminista, impulsionado pelas socialistas” (Martins; Souza, 2018, p. 215), questões que nos deteremos a seguir.

A partir da compreensão destes diversos fatores que compunham o contexto histórico da segunda metade do século XIX na Argentina — desde as (bio)políticas étnicas do Estado, às transformações na cidade de Buenos Aires, condições trabalhistas e movimentos operários —, faz-se possível compreender as circunstâncias nas quais o periódico *La Voz de La Mujer* foi organizado e publicado. Desta forma, iremos nos voltar às características deste impresso, bem como aprofundar em algumas definições, debates e posicionamentos do movimento anarquista.

67 Texto original: “dedicadas al matrimonio, al amor y su no-correspondencia, las clásicas cartas de lectoras, los pintorescos consejos en torno a la moda y a la vida doméstica, críticas a los comportamientos masculinos” (Bellucci, 1994, p. 255).

68 Texto original: “formar hijas obedientes, madres responsables y dignas esposas y por estos medios contribuirá a que mas resalten los dones con que la naturaleza os ha distinguido tan pródigamente” (Falcone, 2019, p. 33).



**CAPÍTULO 2.
O PERIÓDICO *LA VOZ DE
LA MUJER* E OUTRAS VOZES
DO(S) ANARQUISMO(S)**

Imagem: Companhia têxtil Sud América. c.1908. Fonte: Museo de la Ciudad.

Para compreendermos os escritos, pautas e posicionamentos das redatoras do *La Voz de La Mujer*, faz-se necessário nos aprofundarmos nas características deste impresso, bem como, inseri-lo numa perspectiva mais ampla do movimento anarquista. Desta forma, podemos acompanhar parte dos debates em efervescência, as concordâncias e tensões existentes, principalmente no que tange ao gênero e à sexualidade feminina, aspectos importantes nas publicações das libertárias portenhas.

“FEROCES DE LENGUA Y PLUMA”: HISTÓRIA, AUTORIA E CIRCULAÇÃO DO LA VOZ DE LA MUJER

hastizadas ya de tanto y tanto llanto y miseria, hastizadas del eterno y desconsolador cuadro que nos ofrecen nuestros desgraciados hijos, los tiernos pedazos de nuestro corazón, hastizadas de pedir y suplicar, de ser el juguete, el objeto de los placeres de nuestros infames explotadores o de viles esposos, **hemos decidido levantar nuestra voz en el concierto social y exigir, exigir decimos, nuestra parte de placeres en el banquete de la vida.** [...] Largas veladas de trabajo y padecimientos, negros y horrorosos días sin pan han pesado sobre nosotras, y ha sido necesario que sintiésemos el grito seco y desgarrante de nuestros hambrientos hijos, para que hastizadas ya de tanta miseria y padecimiento, **nos decidiésemos a dejar oír nuestra voz**, no ya en forma de lamento ni suplicante querella, sino en vibrante y enérgica demanda¹.

É através do trecho acima que o periódico *La Voz de La Mujer* anuncia sua chegada no meio periodista de Buenos Aires. A partir da percepção da necessidade de publicarem, de se fazerem ouvidas, as demandas e perspectivas enquanto mulheres trabalhadoras e anarquistas. Desta forma, o periódico

¹ Tradução: “cansadas já de tanto choro e miséria, cansadas do eterno e desconsolador quadro que nossos desafortunados filhos nos apresentam, os ternos pedaços do nosso coração, cansadas de pedir e suplicar, de ser o brinquedo, o objeto dos prazeres dos nossos infames exploradores ou de vis maridos, **decidimos levantar nossa voz no concerto social e exigir, sim, exigir, nossa parte de prazeres no banquete da vida.** [...] Longas noites de trabalho e sofrimento, dias sombrios e horríveis sem pão nos pesaram, e foi necessário que ouvíssemos o grito seco e desgarrador de nossos filhos famintos, para que, cansadas já de tanta miséria e sofrimento, **decidíssemos fazer ouvir nossa voz, não mais em forma de lamento ou súplica, mas em vibrante e enérgica demanda**” (*La Voz de La Mujer*, 08 jan. 1896, n. 1, p. 1, grifo nosso).

foi publicado de 06 de janeiro de 1896 a 01 de janeiro de 1897, totalizando nove publicações. Dentre essas, atualmente é possível ter acesso a oito números, apesar da existência de uma lacuna na sexta edição, pois, infelizmente, não houve exemplar conservado. As pesquisadoras Laura Cordero (2007 e 2017) e Ingrid Souza (2018), traçaram as influências e possíveis inspirações para o início da publicação do *La Voz de La Mujer*.

Segundo as pesquisadoras supracitadas, as primeiras publicações portenhas que possuíam enquanto enfoque o público e as demandas femininas ocorreram a partir de 1884 e 1885. O primeiro periódico a publicar a respeito foi o “*La Lucha Obrera* [que] publicou um panfleto dirigido às mulheres, de nome *La Mujer*” (Souza, 2018, p. 25), apesar de historiadoras(es) não conseguirem estipular com maior precisão as temáticas abordadas. Posteriormente, houve a publicação de “uma série de folhetos denominados *Propaganda Anarquista entre las Mujeres*, divididos em quatro e escritos por duas mulheres e um homem, os textos comprometiam-se com questões dirigidas para as mulheres” (Souza, 2018, p. 25), pelo periódico *La Question Sociale*. Indica-se esta iniciativa enquanto uma propagadora dos debates sobre as mulheres no anarquismo no caso buenairense.

Ao longo das edições do impresso, as libertárias expõe seus objetivos e dificuldades em publicarem o periódico:

Aspiramos a educar nos en la cotidiana lucha por la conquista de nuestros derechos. Algunas de nosotras jamás hemos tomado una pluma, ni aun para poner nuestros nombres, y no obstante nos hemos decidido a poner nuestras fuerzas al servicio de la tan ansiada Revolución Social. Queremos hacer comprender a nuestras compañeras que no somos tan débiles e inútiles cual creen o nos quieren hacer creer los que comercian con nuestros trabajos y nuestros cuerpos².

2 Tradução: “Aspiramos a nos educar na luta cotidiana pela conquista de nossos direitos. Algumas de nós nunca pegamos uma pena, nem mesmo para assinar nossos nomes, e, no entanto, decidimos colocar nossas forças a serviço da tão desejada Revolução Social. Queremos fazer nossas companheiras compreenderem que não somos tão fracas e inúteis como acreditam ou querem nos fazer acreditar aqueles que negociam com nossos trabalhos e nossos corpos” (*La Voz de La Mujer*, 27 mar. 1896, n. 4, p. 4).

Através de passagens como esta, frisam a necessidade de uma propaganda em prol da anarquia que dialogasse com as mulheres e atuasse enquanto oposição de discursos que as inferiorizavam. Também é interessante notar, que segundo elas, muitas não haviam publicado nada anteriormente, ou até mesmo assinando seus nomes, caso levado literalmente.

Na análise cronológica desenvolvida por Ingrid Souza, através da pesquisa em outros periódicos anarquistas do período, é possível traçar uma rede de relações entre as redatoras do *La Voz de La Mujer* com outros periódicos que publicaram notas anunciando a chegada do impresso. Como o *El Oprimido*³, que nos fins do anos de 1895, publicou:

um grupo de mulheres destemidas, empunhando a bandeira vermelha da Anarquia, propõe-se a publicar um jornal de propaganda entre suas colegas de trabalho e de miséria. Parabenzamos as corajosas iniciadoras e, ao mesmo tempo, pedimos aos nossos companheiros que lhes prestem sua ajuda⁴ (Souza, 2018, p. 27).

Construir um panorama desses contatos e relações entre as redatoras do *La Voz de La Mujer* com outros impressos é muito enriquecedor para análise e contextualização do periódico no tecido social. Esse aspecto é ressaltado por Laura Maciel que, ao pesquisar a imprensa no Rio de Janeiro entre os séculos XIX e XX, pontua que a construção de relações e laços entre os(as) trabalhadores(as) frequentemente ocorria a partir de espaços compartilhados por esses, sendo sedes de redação e produção de periódicos, praças e ruas ligadas a seus movimentos. Desta forma, Maciel coloca a importância de tentar “mapear os endereços de redações de periódicos e sedes de associações de trabalhadores, mantidos às vezes ao longo de décadas, [que] nos indicam caminhos pelos quais trabalhadores constituíram espaços públicos e inscreveram suas práticas sociais na cidade” (Maciel, 2016, p. 438). Aspecto

3 Ingrid de Souza também comenta sobre os periódicos *La Anarquía*, *La Questione Sociale* e *La Protesta Humana* (Souza, 2018, p. 27-28).

4 Texto original: “un grupo de mujeres despreocupadas, desplegando la roja bandera de la Anarquía, se propone publicar un periódico de propaganda entre sus compañeras de trabajo y de miseria. Felicitamos a las valientes iniciadoras y al mismo tiempo rogamos a nuestros compañeros que les presten sus ayuda” (Souza, 2018, p. 27).

reafirmado por Laura Cordero, que entende que “o periódico era uma parte fundamental da vida libertária e ao mesmo tempo constituía um local de encontro, reconhecimento e identificação”⁵ (Cordero, 2017, p. 38).

Ao observar o *La Voz de La Mujer*, no que concerne a direção e endereço, na primeira edição a responsabilidade está sob J. Calvo — que, conforme a historiografia, refere-se a Josefa Calvo, e o contato deve dar-se através de “qualquier periódico Anárquico en curso de publicación”⁶, pois estavam em processo de organização de um endereço. Esta orientação indica, justamente, uma proximidade de relações com outros periódicos e militantes libertárias(os), e, possivelmente, locais de sociabilidade, afirmação, construção de laços e lutas, conforme proposto por Maciel e Cordero.

A partir do segundo número, a direção fica sob a responsabilidade de/em A. Barcla, da qual não possuímos maiores informações, nem mesmo de seu primeiro nome. Quanto à forma de contato com o periódico, passa a constar enquanto “Casilla Correo 1277 - Capital”. Apesar das tentativas, ainda não foi possível encontrar maiores informações sobre o local de produção do *La Voz de La Mujer*. No entanto, os periódicos *El Perseguido*, *El Rebelde* e *La Protesta Humana*, localizavam-se na região norte da cidade (Cordero, 2017, p. 36), e devido à relação e contato que possuíam, pode ser uma hipótese a respeito da localização de sua sede.

No que concerne a aspectos físicos e de estrutura da folha, Souza afirma que “os primeiros periódicos publicados tinha formato 26 cm x 36 cm, entretanto, os publicados a partir do número cinco até a última edição contavam com formatos variados, sugerindo mudanças constantes das gráficas que imprimiam a publicação” (Souza, 2018, p. 30). Os números possuíam cerca de quatro páginas e, em cada uma delas, os textos estavam organizados em três colunas verticais⁷.

5 Texto original: “el periódico era parte fundamental de la vida libertaria y constituía a la vez un lugar de encuentro, de reconocimiento y de identificación” (Cordero, 2017, p. 38).

6 Tradução: “qualquer periódico anarquista em publicação” (*La Voz de La Mujer*, 1896-1897).

7 Vale destacar que a Universidade Nacional de Quilmes, ao publicar o livro com o periódico na íntegra, organizou duas colunas por página, muito provavelmente, para uma melhor leitura. Decorrente disso, a paginação que indico nas fontes podem ser superior a quatro páginas.

Figura 1 - Primeira edição do periódico La Voz de La Mujer, publicada dia 08 de janeiro de 1896



Fonte: Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas, disponível em: <https://americalee.cedinci.org/portfolio-items/la-voz-de-la-mujer/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

O *La Voz de La Mujer* não possui colunas fixas e, frequentemente, eram publicados textos sem títulos definidos, diferentemente dos jornais de maior circulação — chamados de “burgueses” ou de “grande imprensa”, que possuíam colunas policiais, de esportes, lazer e propagandas, por exemplo. A pesquisadora Letícia Candia, inspirada nas contribuições presentes na obra de Jacques Derrida, analisa aspectos linguísticos das publicações assinadas especificamente por Pepita Gherra, uma das redatoras do impresso. E coloca que

as características e disposição do título em uma obra indicam que sua localização é determinada pela prescrição de leis convencionais, fixando-o espacialmente: antes e acima do corpo do texto. Diante desse contexto, o título estabelecerá a operação de nomear e garantir a identidade, a unidade e os limites da obra original que ele intitula. Assim, essa zona ‘vazia’ satura de perplexidade o leitor, que agora se vê desprovido dessa mão reguladora que orientava seus passos, convidando-o a se internar no corpo do texto. Ao descartar o título, o sujeito da enunciação difunde os limites deste texto e realiza divisões sobre a pretendida unidade discursiva⁸ (Candia, 2020, p. 45).

Apesar do olhar analítico e problematizador de Candia (2020), não há como afirmar a intencionalidade destes aspectos nos textos de Guerra, ou no periódico de forma geral. Deste modo, é relevante adotar um olhar mais abrangente sobre as características da imprensa anarquista, que por se voltar à propagação das ideias e organização do movimento, produzia materiais de acordo com suas pautas e acontecimentos recentes ou relevantes para elas(es). No que concerne a proibição da divulgação de anúncios, acontecia “segundo a concepção libertária [...], os jornais deveriam ser sustentados por seus leitores, caso contrário perderiam o objetivo doutrinário” (Marques, 2012, p. 859). Por este motivo, havia a necessidade de um sistema de contribuição financeira distinta, chamada de *suscripción voluntária*, que logo mais será tratado.

Dessa forma, é possível observar que as únicas sessões que se repetem no periódico *La Voz de La Mujer* são as *Notas*, para a publicação de avisos e informes como a data de entrega das listas das(os) contribuintes ou avisos da equipe redatora, e a *Suscripción a favor de La Voz de La Mujer*, no qual apresentava-se a prestação de contas, a quantidade de exemplares impressos, os nomes e valores destinados ao periódico — que na maioria das vezes eram escritos com pseudônimos.

8 Texto original: “las características y disposición del título en una obra, indica que su localización se encuentra determinada por la prescripción de leyes convencionales, fijándolo espacialmente: antes y arriba, del cuerpo del texto. [...] Frente a este contexto, el título establecerá la operación de nombrar y garantizar la identidad, la unidad y los límites de la obra original que titula. [...] Así pues, esa zona ‘vacía’ satura de perplejidad al lector(a), ahora se ve a sí mismo(a) desprovisto(a) de esa mano reguladora que orientaba sus pasos, invitándolo(a) a internarse en el cuerpo del texto. [...] Al descartar el título, la sujeto de la enunciación, difumina los límites de este texto y efectúa escisiones sobre la pretendida unidad discursiva” (Candia, 2020, p. 45).

Referente ao funcionamento através da *suscripción voluntária*, ou seja, da assinatura e contribuição financeira espontâneas, era algo recorrente nos periódicos anarquistas. Lucas Alvarenga, ao pesquisar o jornal *A Terra Livre* (1905-1910), de São Paulo, explica o funcionamento dessa forma de financiamento:

companheiros já conhecidos no meio operário eram solicitados pelos editores, ou se prontificavam a montar uma lista de pessoas que possivelmente poderiam realizar doações em dinheiro aos jornais. Essas listas eram espalhadas pelos bairros operários [...], e os interessados assinavam estas listas e identificavam o valor a ser doado. A lista era devolvida à redação do jornal e, normalmente, publicada nas páginas finais dos mesmos, estabelecendo um forte vínculo entre os leitores/financiadores e o jornal (Alvarenga, 2017, p. 224).

Tais aspectos são visíveis nas páginas do *La Voz de La Mujer*, pois as redatoras já indicavam o funcionamento no cabeçalho, apontando que “aparece cuando puede y por suscripción voluntaria”⁹. Assim como, ao final de cada edição, organizavam os valores recebidos por cidade, bairros de Buenos Aires ou indicavam de qual periódico libertário receberam a lista: houveram muitas contribuições dos bairros Barracas e Chivilcoy, por exemplo, e outras esporádicas da França e do Brasil. Entre os periódicos que contribuíram para o funcionamento da *suscripción voluntária*, *La Question Sociale* e *El Perseguido*, estão entre eles.

Logo, a irregularidade de publicações do periódico, dava-se em função do formato de financiamento, dos contextos de existência das trabalhadoras, assim como dos conflitos e críticas que recebiam de alguns periódicos e companheiros de luta. Entretanto, as libertárias afirmavam que

si nuestro periódico no puede salir cada mes, saldrá cada dos y si no cada tres meses, y si por desgracia llega a suceder (que creemos no sucederá) que el número de nuestros adversarios llegue a aumentar hasta el extremo que nos obliguen a desaparecer de la lucha periodística, sabed que caeremos pero sin arriar nuestra bandera. Ya lo sabéis, pues. Estamos firmes en la brecha.¹⁰

9 Tradução: “Aparece quando pode e por assinatura voluntária” (*La Voz de La Mujer*, 1896-1897).

10 Tradução: “Se o nosso jornal não puder ser publicado a cada mês, será a cada dois meses, e se não, a cada três meses, e se, por desgraça, chegar a acontecer (o que acreditamos que não ocorrerá) que o número de nossos adver-

Ao analisar a prestação de contas realizadas no final de cada uma das edições, foi possível encontrar contribuições individuais em valores a partir de \$0,05 até, no máximo \$1,00. Já nos casos das listas organizadas por localidades ou demais impressos, poderiam totalizar montantes maiores, de cerca de \$9,25. O pesquisador Eduardo Cunha, ao investigar os salários pagos para diferentes categorias de trabalhadores em Buenos Aires, e sua relação com o custo de alguns periódicos nos primeiros anos do século XX, aponta que

seis a cada dez edições anarquistas custavam menos do que uma décima parte da jornada de cada categoria abordada: para um operário fabril (o menor salário da tabela), representava 5% do valor recebido por dia e para um pedreiro (o maior salário), respondia a cerca de 3%.

Para uma noção mais concreta, vejamos o que os trabalhadores conseguiam comprar com uma quantia aproximada. Em 1904, o quilo do pão de primeira qualidade custava \$0,20, enquanto o de segunda era vendido por \$0,13. Com quase o mesmo valor era possível comprar um litro de leite, vendido por \$0,12. Por ser um dos produtos que mais subiu devido à inflação argentina do início do século XX, o trabalhador conseguia ter apenas meio quilo de carne bovina, vendida por \$0,30 o quilo. Por fim, para andar de bonde, era necessário pagar a passagem de \$0,10. Dessa forma, embora o orçamento dos operários fosse bem apertado, eles podiam ter uma edição anarquista sem onerar suas contas (Cunha, 2018, p. 187).

Apesar de o pesquisador não realizar a análise especificamente do *La Voz de La Mujer* e distanciar-se um pouco do recorte temporal do mesmo, a relação feita por ele possibilita uma melhor compreensão do custo que os periódicos representavam para trabalhadoras(es).

Ao relacionar os valores de produção dos exemplares com os valores recebidos através das assinaturas voluntárias, o periódico encontrava-se constantemente em déficit, que variou ao longo de suas edições disponíveis entre \$4,90 a \$24,08 negativos. Apenas a terceira edição fechou com o saldo positivo de \$5,20. Dessa forma, é possível considerar a instabilidade de recursos

sários aumente ao ponto de nos obrigar a desaparecer da luta jornalística, saibam que cairemos, mas sem abaixar nossa bandeira. Já estão cientes, portanto. Permanecemos firmes na trincheira” (*La Voz de La Mujer*, 20 fev. 1896, n. 3, p. 2).

financeiros enquanto um dos fatores que influenciaram o fim das publicações do periódico — esta hipótese foi proposta por Norando e Scheinkman (2012), distanciando-se da hipótese proposta por Molyneux (2018) de que haviam poucas mulheres interessadas no anarquismo no período.

De qualquer forma, na última edição do *La Voz de La Mujer*, há um texto intitulado *A los lectores*, em que solicitam a contribuição das e dos leitores para que seja possível continuar as publicações:

Un año ha transcurrido desde que salió a luz el primer número de *La Voz de la Mujer*. Un año de luchas, de sacrificios, de crueles alternativas, de esperanzas y de caídas, solamente atenuadas en algo, por satisfacción de la lucha. Dos Redacciones han estado a cargo de esta hoja, poniendo las dos su corta inteligencia y sus energías todas al servicio de la causa que defienden: La Anarquía. En este año la vida de esta hoja ha sido precaria y raquítica, tanto así, que con pesar confesamos que si los compañeros no tratan (si les agrada nuestra propaganda) de ayudarnos un poco más eficazmente, nuestros esfuerzos serán inútiles y tendremos que cesar de publicar *La Voz de la Mujer* y con ella la del ÚNICO periódico de América y tal vez del mundo entero que hace propaganda de nuestros ideales por mujeres y especialmente para ellas. Lo repetimos compañeros y compañeras, entusiasmo y voluntad no nos faltan, pero nuestras fuerzas son pocas; por eso, si no podemos más, nos retiraremos hasta poder volver de nuevo a la brecha, y así siempre hasta que la hora del combate suene en el reloj de la conciencia humana, para correr a vencer o a morir por la Anarquía, porque por ella dará su inteligencia, su brazo y su postrer suspiro.¹¹

11 Tradução: “Aos leitores — Um ano se passou desde que o primeiro número de *La Voz de la Mujer* viu a luz. Um ano de lutas, sacrifícios, alternativas cruéis, esperanças e quedas, apenas atenuadas, em alguma medida, pela satisfação da luta. Duas Redações foram responsáveis por este periódico, contribuindo com toda a sua limitada inteligência e energia para servir à causa que defendem: o Anarquismo. Durante este ano, a existência deste periódico foi precária e escassa, a ponto de confessarmos com pesar que, se os companheiros não se empenharem (caso apreciem nossa propaganda) em nos ajudar de maneira mais eficaz, nossos esforços serão em vão e teremos que cessar a publicação de *La Voz de la Mujer*, e com ela, a do ÚNICO jornal da América e talvez do mundo inteiro que faz propaganda de nossos ideais para mulheres e especialmente por elas. Repetimos, companheiros e companheiras, não nos falta entusiasmo e vontade, mas nossas forças são limitadas; por isso, se não pudermos mais, nos retiraremos até que possamos voltar à luta, e assim continuaremos, sempre que a hora do combate soar no relógio da consciência humana, para correr e vencer ou morrer pelo Anarquismo, pois por ele dedicaremos nossa inteligência, nosso braço e nosso último suspiro” (*La Voz de La Mujer*, 1 jan. 1897, n. 9, p. 9).

Desta forma, elas expuseram as dificuldades que enfrentavam na produção do impresso e não há vestígios de que outro número tenha sido publicado posteriormente, indicando que encerraram as atividades.

Apesar de seu único ano de duração, o número de exemplares foi considerado expressivo por Molyneux (2018), ao levarmos em conta que se tratava de um periódico anarquista e feminino no final do século XIX. Os números registrados nas últimas páginas do impresso nos apontam que: da segunda à quarta edição foram feitas 1.000 tiragens, entre a quinta e oitava foram 2.000, e da última publicação foram 1.500 exemplares. A partir destes números, surge o questionamento de quem eram os sujeitos que liam e apoiavam a iniciativa. Para as pesquisadoras María del Carmen Feijóo e Marcela Nari, ao se dedicarem em estipular o perfil das potenciais leitoras do periódico, as apontam enquanto

Imigrantes — principalmente espanholas e italianas — trabalhadoras no setor de confecção ('fabriqueras' ou trabalhadoras a domicílio), pessoal de serviço doméstico e donas de casa que, quando o salário do marido não era suficiente, buscavam trabalho em suas casas ou fora delas por um salário miserável¹² (Feijóo; Nari, 1994, p. 278).

Tal delimitação é proposta a partir das ocupações laborais mais frequentes realizadas por mulheres em Buenos Aires na segunda metade do século XIX, bem como, pela compreensão que algumas das ocupações femininas dificultavam a circulação destes materiais, como nos casos

das empregadas domésticas, que viviam em casas alheias, ou a dispersão e isolamento das trabalhadoras em domicílio. Sem dúvida, aquelas mulheres mais próximas da propaganda anarquista eram as que trabalhavam em oficinas, mas, numericamente, eram a minoria. Elas também estavam em uma situação especial, aquelas que tinham algum simpatizante da causa em sua família. Em relação à capacidade real de leitura, metade das mulheres residentes em Buenos Aires eram alfabetizadas (51,5%)¹³ (Feijóo; Nari, 1994, p. 279).

12 Texto original: "inmigrantes — fundamentalmente, españolas e italianas — obreras del sector confección ('fabriqueras' o trabajadoras a domicilio), personal de servicio doméstico, y amas de casa que, cuando el salario del marido no alcanzaba, tomaban trabajo en sus casas o fuera de ellas por un misero salario" (Feijóo; Nari, 1994, p. 278).

13 Texto original: "el caso de las sirvientas, que vivían en casas ajenas, o la dispersión y aislamiento de las obreras a

Logo, podemos considerar que o periódico não era lido apenas por mulheres, mas também por homens — decorrente de tais características do mundo do trabalho, e levando em conta os nomes e gêneros dos pseudônimos em que constavam nas páginas de contribuição. Evidentemente que, por se tratarem de pseudônimos, não há a possibilidade de garantir ou confiar totalmente nestas informações, mas ao relacionar o número de exemplares, os ambientes dos trabalhos femininos e taxas de alfabetização, é improvável que as edições fossem lidas apenas por mulheres.

Outro aspecto de extrema importância e, ao mesmo tempo, uma limitação desta pesquisa é referente às redatoras do *La Voz de La Mujer*. Apesar de constar alguns textos assinados ao longo das páginas do periódico, muito provavelmente, tratam-se de pseudônimos adotados por elas — uma prática bastante comum no meio anarquista devido às repressões e perseguições políticas, mas que torna inviável conhecer as produtoras da folha e suas trajetórias.

Ao observar os nomes mais recorrentes, junto com de Josefa Calvo, estão os de Pepita Guerra, Luisa Violeta e Maria Muñoz. Os demais textos são assinados enquanto “La redacción”, “dos anarquistas”, “Andorinha” ou “una stiratrice”¹⁴, por exemplo. Apesar de Pepita Guerra ter escrito ativamente no periódico, principalmente nas últimas edições, e ser considerada como “uma das escritoras libertárias mais ativas na agitada imprensa anarquista da Argentina no final do século XIX e início do XX [...] [que] também colaborou com os jornais ácratas de maior circulação” (Lucchessi, 2019, p. 91), com textos publicados nos periódicos *La Revolución Social*, *La Protesta Humana* e *La Anarquía* — também entre os anos de 1896 e 1897, não se possui mais informações sobre a mesma. Logo, Lucchessi compartilha da mesma dificuldade ao pesquisar periódicos anarquistas, principalmente de grupos de mulheres,

domicilio. Indudablemente, quienes estaban más cerca de la propaganda anarquista eran aquellas mujeres que trabajaban en los talleres, pero, numéricamente, constituían la minoría. También se hallaban en un situación especial, aquellas que tenían en su familia algún simpatizante de la causa. Con respecto a la capacidad real de leer, la mitad de las mujeres residentes en Buenos Aires eran alfabetas (51,5%)” (Feijóo; Nari, 1994, p. 279).

14 Tradução: “A redação”, “dois anarquistas”, “andorinha” e “uma passadeira”, respectivamente.

a fim de não encontrar informações sobre as trajetórias desses sujeitos devido ao uso de pseudônimos. Assim, a pesquisadora menciona a possibilidade de Pepita Guerra também ser um pseudônimo.

Além disso, não é incomum ver trabalhos que citam Virgínia Bolten enquanto uma das redatoras e organizadoras do *La Voz de La Mujer*. Entretanto, conforme coloca Laura Fernández Cordero, “não há certeza de que tenha participado no empreendimento em Buenos Aires”¹⁵ (Cordero, 2017, p. 82), mas sim responsável por uma versão do *La Voz de La Mujer* publicada em Rosário, a partir de 1899. Cordero (2017, p. 84) sinaliza que no espaço destinado a comentários sobre as correspondências, demonstra alguns contatos com outras mulheres anarquistas, que as redatoras possuíam, ao escreverem “Soledad Gustavo, Luisa Michel, Emma Goldman, Rosario de Acuña: os hemos escrito, ¿habéis recibido las cartas?”¹⁶. Desta forma, apesar da limitação apresentada — no que concerne a não conhecer de maneira mais aprofundada quem eram essas mulheres e seus contextos, a partir de uma análise detalhada do periódico, é possível traçar redes de contato com outras figuras e periódicos anarquistas.

Ao nos voltarmos às pesquisas sobre o periódico *La Voz de La Mujer*, pode-se perceber a existência de debates sobre como definir a iniciativa dessas mulheres libertárias, em considerá-las enquanto feministas, anarco-feministas ou contrafeministas. Tal debate historiográfico se iniciaram desde as primeiras publicações sobre o *La Voz de La Mujer*, com o trabalho da pesquisadora Maxine Molyneux e se estendem até a atualidade. De acordo Molyneux, que publicou um dos primeiros trabalhos a respeito do periódico, compreende-o enquanto um “feminismo” e um “feminismo anarquista” — pois coloca que “seu feminismo deve ter provocado alguma resposta entre as mulheres trabalhadoras nas cidades de Buenos Aires, La Plata e Rosário”¹⁷ (Molyneux, 2018, p. 22).

15 Texto original: “no hay certeza de que haya participado en el emprendimiento en Buenos Aires” (Cordero, 2017, p. 82).

16 Tradução: “Soledad Gustavo, Luisa Michel, Emma Goldman, Rosario de Acuña: escrevemos para vocês, receberam as cartas?” (*La Voz de La Mujer*, 15 mai. 1896, n. 5, p. 14).

17 Texto original: “su feminismo debió haber provocado alguna respuesta entre las mujeres trabajadoras en las ciudades de Buenos Aires, La Plata y Rosario” (Molyneux, 2018, p. 22).

Neste caso, pode-se perceber que a pesquisadora utiliza o conceito de “feminismo”, para abarcar uma multiplicidade de expressões, correntes e movimentos. Logo, é importante lembrar que seu texto foi originalmente publicado em 1997, ou seja, Molyneux estava inserida nos debates feministas da terceira onda, que se iniciaram por volta dos anos de 1990, pautando a interseccionalidade e construção de movimentos que se voltassem às demandas e especificidades das diferentes mulheres. Desta forma, a pesquisadora compreende o impresso enquanto feminista devido a essa abrangência ocorrida no seu recorte temporal, sem problematizar e analisar os contextos e cargas que a definição carregava no final do século XIX.

Logo, pensar no conceito de feminismo no recorte temporal em que o *La Voz de La Mujer* foi publicado, seria necessário estabelecer conexões com o movimento sufragista e suas demandas, caracterizado pela “maior articulação e uma ‘campanha mais orgânica’ pelos direitos políticos de votarem e de serem votadas” (Pinto, 2003, p. 13), e de pautas envolvendo a construção de uma cidadania feminina, ou seja, direito ao sufrágio e à educação.

Ao longo do século XIX houveram impressos nos quais mulheres se voltavam para debates políticos institucionais e à educação feminina de forma mais dispersa, com iniciativas pontuais, não constituindo grupos mais abrangentes para impactar nas esferas políticas masculinas. Decorrente disso, na historiografia argentina são consideradas expressões do sufragismo, as organizações e movimentos a partir das primeiras décadas do século XX, pela emergência de movimentos com traços mais definidos. Entretanto, Mabel Bellucci (1994) propõe que com as atuações das mulheres socialistas no decorrer do século XIX, elas contribuíram para “o estado do feminismo no Rio da Prata [que] poderia ser definido como uma espécie de profeminismo”¹⁸ (Bellucci, 1994, p. 252), considerando-as enquanto elementos fundamentais para os movimentos que viriam com a virada do século.

As mulheres socialistas propunham a utilização dos meios institucionais do Estado para o avanço de suas demandas. Sendo assim, elas

18 Texto original: “el estado del feminismo en el Río de la Plata [que] podría ser definido como una suerte de profeminismo” (Bellucci, 1994, p. 252).

buscavam o apoio em leis que respaldassem de maneira firme e precisa os direitos das mulheres, como as oito horas de trabalho, a proibição da exploração da mão-de-obra de adolescentes e crianças no trabalho noturno, um descanso na semana, a proibição do trabalho a partir do quarto mês de gravidez. As socialistas, em vista disso, procuravam, nos meandros do próprio Estado, uma forma de resistir e conquistar direitos; resistir no sentido de garantir direitos por meio da autoridade estatal e suas instituições; além do que as socialistas se diziam feministas (Nari, 2000, p. 278 *apud* Martins; Souza, 2018, p. 215).

Este era o ponto de ruptura entre os movimentos de mulheres socialistas e anarquistas: enquanto o primeiro grupo propunha a reforma das estruturas governamentais existentes, as anarquistas pautavam a ruptura com todas as estruturas hierárquicas da sociedade, devido à compreensão que as mazelas e injustiças sociais não seriam solucionadas por esses meios. Desta forma, as libertárias se posicionaram contra o sufrágio universal, além de que “dedicavam-se a combater o poder do Estado e os micros poderes, a transformar a vida econômica, as relações sociais opressivas, autoritárias, hierárquicas e desiguais” (Martins; Souza, 2018, p. 210), incluindo suas relações com maridos e companheiros de luta. Decorrente disso, elas são classificadas enquanto revolucionárias pelas pesquisadoras Angela Martins e Ingrid de Souza (2018).

Apesar das redatoras do *La Voz de La Mujer* não escreverem a respeito das organizações e perspectivas das mulheres socialistas, são perceptíveis algumas críticas ao movimento socialista em geral. Como ao afirmarem que “todos sabemos que socialistas y burgueses sois dos porquerías distintas y una sola calamidad ambiciosa. ¡Ah, congressiles!”¹⁹, por exemplo. Denominar os(as) militantes socialistas de congressistas possui a intencionalidade de os(as) insultar, aproximando suas táticas políticas aos dos burgueses, tão criticados pelas(os) libertárias(os) por suas explorações e moral deturpada. Em outro trecho, fica ainda mais evidente as tensões entre libertárias(os) e socialistas:

19 Tradução: “Todos sabemos que socialistas e burgueses são duas porcarías distintas e uma única calamidade ambiciosa. Ah, congressistas!” (*La Voz de La Mujer*, 31 jan. 1896, n. 2, p. 8).

desde el más tonto socialista hasta el más encumbrado burgués, todos nos odian, ¿qué hemos de hacer pues, sino odiar? Y no obstante no odiamos, bien claro lo dicen los periódicos, folletos, etc., que a costa de miles sacrificios estamos editando continuamente y con peligro de nuestra libertad y hasta de nuestra vida, pues esos mismos obreros a quienes dedicamos nuestros esfuerzos son los primeros que nos traicionan cuando pueden, dada su estúpida ceguera.²⁰

Expondo que, apesar das dificuldades e riscos para se manterem organizadas em prol das(os) trabalhadoras(es), a profundidade das desavenças entre os movimentos, não possibilitava a atuação de ambos enquanto aliados, através da superação de algumas de suas dissidências. E apesar de as redatoras não terem publicado algo referente às sufragistas ou outros movimentos de mulheres, há algumas críticas ao sufrágio em suas páginas:

de qué sirvela libertad política si tendremos que venderla (vendiendo el voto, venderla para conservar el empleo, etc.) Yo entiendo por libertad el ser dueño de sus acciones, sin más restrictivo que su saber. Instruyámonos pues, y procuremos ser libres, **pero libres en todo el sentido de la palabra, no libres de votar y no de comer.**²¹

Portanto, elas reafirmam o posicionamento do movimento anarquista, de não acreditar no sufrágio universal enquanto algo transformador das relações e condições sociais de exploração, considerando-o enquanto “um movimento burguês, com objetivos tão inaceitáveis quanto resolver a subordinação das mulheres através da conquista de direitos políticos”²² (Cordero, 2017, p. 70).

20 Tradução: “desde o socialista mais tolo até o burguês mais elevado, todos nos odeiam. O que devemos fazer então, senão odiar? No entanto, não odiamos, como claramente afirmam jornais, panfletos, etc., que estamos continuamente editando à custa de milhares de sacrifícios e com o perigo de nossa liberdade e até de nossas vidas. Pois esses mesmos trabalhadores aos quais dedicamos nossos esforços são os primeiros a nos trair quando podem, dada a sua estúpida cegueira” (*La Voz de La Mujer*, 01 jan. 1897, n. 9, p. 2).

21 Tradução: “De que serve a liberdade política se teremos que vendê-la (vendendo o voto, vendê-la para manter o emprego, etc.)? Eu entendo por liberdade ser dono de suas ações, sem mais restrição do que o seu conhecimento. Instruamo-nos, portanto, e procuremos ser livres, mas livres em todo o sentido da palavra, **mas não livres para votar e passar fome**” (*La Voz de La Mujer*, 01 jan. 1897, 9, p. 15, grifo nosso).

22 Texto original: “un movimiento burgués, con fines tan inacceptables como los de solucionar la subordinación de las mujeres con la conquista de derechos políticos” (Cordero, 2017, p. 70).

Considerando todo este contexto, a pesquisadora Laura Cordero compreende que “as redatoras de *La Voz de La Mujer* não se caracterizam como feministas, nunca utilizam essa denominação (nem mesmo para criticá-la, como mais tarde se tornará costume no mundo libertário local)”²³ (Cordero, 2017, p. 84), e atribuir esta classificação não seria a mais adequada. Outras pesquisadoras, como Rosa Falcone (2019) e Letícia Candia (2020), já optaram por classificar o periódico enquanto anarcofeminista. Apesar da existência de pautas e movimentos de mulheres anarquistas desde o século XIX²⁴ — como o objeto e fonte deste livro, o *La Voz de La Mujer* — devemos considerar que “o termo anarcofeminismo foi criado durante a “segunda onda” do movimento feminista, iniciada no final dos anos 60” (Vasconcelos, 2017, p. 55). Logo, configura-se enquanto um termo que não existia durante o recorte temporal das redatoras, outro anacronismo nas leituras e análises das fontes.

Decorrente dessas dificuldades conceituais enfrentadas ao se deter nos movimentos de mulheres anarquistas, a pesquisadora Dora Barrancos, cunhou o termo *contrafeminismo*. Ao analisar a imprensa libertária da Argentina nas primeiras décadas do século XX, Barrancos propõe um novo conceito para abarcar as características e pautas das mulheres libertárias. Assim, ela coloca que o

o contrafeminismo só pode ser interpretado adequadamente dentro da perspectiva do conjunto doutrinário, já que, isoladamente, distorce-se seu ponto de vista e corre-se o risco de julgamentos incorretos. A ofensiva contrafeminista libertária visava não diminuir, em nenhum campo, a oposição à ordem pública; o instituído e o legal não eram mais do que a cristalização da opressão autoritária, uma opressão que seria sempre cruel e indigna da natureza humana, mesmo que se vestisse de formas cada vez mais democráticas. Os outros feminismos, a partir da ótica deles, eram associados ao propósito de regimentação: pedir leis protetoras, sancionar o divórcio e pleitear o direito de cidadania eram, para os libertários, provas

23 Texto original: “las redactoras de *La Voz de La Mujer* no se caracterizan como feministas, nunca utilizan esa denominación (ni siquiera para criticarla, como luego se hará costumbre en el mundo libertario local)” (Cordero, 2017, p. 84).

24 Aqui, vale ressaltar que a intenção não é negar ou deslegitimar a participação de mulheres em movimentos sociais, no caso, anarquista, em recortes anteriores ao século XIX. A questão, como já mencionado anteriormente, é a dificuldade do acesso a vestígios históricos em que é possível perceber as agências, participações e protagonismos femininos.

da subordinação ao Estado e à sua juridicidade²⁵ (Barrancos, 1990, p. 276-277).

A partir do conceito de contrafeminismo, torna-se possível compreender o espaço que as mulheres anarquistas ocupavam, assim como as pautas que defendiam frente aos diferentes movimentos de mulheres da Buenos Aires oitocentista. Desta forma, esta pesquisa se alinha às contribuições de Barrancos, assim como das autoras Laura Cordero e Ingrid de Souza.

Levando em consideração os aspectos abordados até aqui, foi possível conhecer as características do periódico *La Voz de La Mujer*, assim como compreender mais a respeito da organização dos impressos anarquistas do final do século XIX. Além disso, também levantamos hipóteses sobre a identidade das redatoras e do público leitor, a partir das informações restritas às quais temos acesso, relacionando-as com o contexto de sua produção. Os debates referentes a outros movimentos e organizações de mulheres são relevantes para compreender, mesmo que brevemente, a multiplicidade de posicionamentos e pautas existentes em recortes temporais aproximados, ou até mesmo, iguais.

Desta forma, no próximo tópico, aprofundaremos nossa compreensão a respeito do movimento anarquista, conceitualizando-o e compreendendo mais a respeito do anarco-comunismo, vertente que as redatoras do *La Voz de La Mujer* se alinhavam.

DEBATES SOBRE ANARQUISMO(S) E ANARCO-COMUNISMO

Para compreendermos as elaborações e publicações do *La Voz de La Mujer*, faz-se necessário compreender o impresso enquanto anarquista. Ape-

25 Texto original: “contrafeminismo sólo puede interpretarse adecuadamente dentro de la perspectiva del conjunto doctrinario, ya que, aisladamente, se falsifica su ponto de vista y se corre el riesgo de juicios incorrectos. La ofensiva contrafeminista libertaria trataba de no rebajar, en ningún campo, la oposición al orden público; lo instituido y lo legal, no cran sino la cristalización de la opresión autoritaria, opresión que sería siempre cruel, indigna de la naturaleza del hombre, aunque se vistiera de formas crecientemente democráticas. Los otros feminismo, desde su óptica, se asociaban al propósito de regimentación: pedir leyes protectoras, sancionar el divorcio y peticionar el derecho de ciudadanía, consistían, para los libertarios, pruebas de la subalternancia al Estado y a su juridicidad” (Barrancos, 1990, p. 276-277).

sar do desafio de conceituar o anarquismo, sua ideia política fundamental é a negação de um Estado, de um governo e de formas de poder hierarquizadas. Logo, a proposta é, além de questionar as instituições e poderes da sociedade, construir outras formas de organização social sem hierarquias.

George Woodcock, uma das primeiras pessoas a se propor a historicizar o movimento de forma sistemática, acredita que “as raízes do pensamento anarquista são antigas” (Woodcock, 2019, p. 14), fazendo referências a sociedades antigas, ao qual não nos deteremos para debater. Entretanto, concordamos com Woodcock ao interpretar que enquanto “movimento ativista, buscando mudar a sociedade por métodos coletivos, o anarquismo pertence unicamente aos séculos XIX e XX” (Woodcock, 2019, p. 14). Aqui, faz-se relevante uma atualização, visto que Woodcock organizou e traduziu textos anarquistas nos anos de 1970: podemos compreender o anarquismo enquanto um movimento social, político e até mesmo filosófico, que se estabeleceu com uma maior força social a partir da segunda metade do século XIX, mas que possui grupos organizados até os dias atuais — apesar de em diferentes moldes e especificidades.

Assim, apesar da dificuldade de se estabelecer uma cronologia no que se refere ao surgimento dos ideais libertários, é importante ressaltar o impacto da Revolução Francesa para o desenvolvimento do movimento anarquista, assim como para outras vertentes socialistas. Apesar de a Revolução Francesa frequentemente ser caracterizada enquanto uma revolução burguesa, o pesquisador Luiz Pillar Vares (1992) reafirma os posicionamentos de Piotr Kropotkin²⁶, de que tal processo revolucionário antes de tornar-se burguês foi profundamente plebeu. A tomada da Bastilha e as aspirações pela liberdade, igualdade e fraternidade demarcam o caráter renovador e rebelde do período. Apesar de os revolucionários terem sido sabotados e Napoleão Bonaparte

26 Piotr Kropotkin (1842-1921) foi um anarquista russo, autor do livro *A conquista do pão* (1880). Também “foi a grande personalidade internacionalmente reconhecida pela comunidade científica por suas pesquisas na Sibéria em geografia e geologia, realizadas para a Sociedade de Geografia Russa” (Avelino, 2003, p. 231). Em 1881, publicou “‘Aos Jovens’, de grande circulação e influência, traduzido para doze idiomas e levado para os países da América do Sul e para os Estados Unidos” (Avelino, 2003, 231-232) — texto que as redatoras do *La Voz de La Mujer* anunciaram a tradução, como veremos mais adiante.

ter tomado o poder, percebe-se que foi durante esse processo que emergiu e houve o fortalecimento de princípios que formulariam o anarquismo séculos mais tarde. Conforme o pesquisador Vares propõe:

Agora as ideias de liberdade, igualdade e fraternidade passavam para o lado da classe operária, dos trabalhadores, e deixavam de ser uma questão meramente teórica para se tornar uma reivindicação eminentemente prática. E, a rigor, é aqui que começa verdadeiramente o anarquismo, como tendência atuante e viva no movimento operário (Vares, 1992, p. 26).

Considerando tal contexto de transformação, em 1840 surgiu uma nova percepção de anarquismo através da publicação do livro *O que é a propriedade?* do francês Joseph Proudhon²⁷. Proudhon foi o primeiro a se autodenominar enquanto anarquista e alicerçou certo suporte intelectual ao movimento libertário. Produziu sua teoria estabelecendo uma intrínseca relação entre seus ideais e as vidas, práticas cotidianas e lutas da população francesa.

Interessante ressaltar seus atritos com Karl Marx²⁸, tendo em vista que ambos foram intelectuais de grande influência nas principais correntes de esquerda durante o período. Apesar de Marx elogiar a obra *O que é a propriedade?*, ambos tiveram fortes divergências em seus posicionamentos. A ruptura entre os dois intelectuais aconteceu em 1846, após o lançamento da crítica escrita por Marx em *A miséria da filosofia*, obra decisiva na formulação do materialismo histórico.

Para além dos impasses de Proudhon e Marx, houve a participação de outro revolucionário nos encontros e debates sobre a dialética hegeliana dos intelectuais no início da década de 1840, em Paris: Mikhail Bakunin²⁹.

27 Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) foi o primeiro a se auto-declarar anarquista. Autor de *O que é a propriedade?* (1840) e também “fundou o Banco do Povo para demonstrar na prática as suas teorias sobre crédito livre” (Woodcock, 2019, p. 420).

28 Karl Marx (1818-1883) foi um teórico político e economista que revolucionou as teorias econômicas de seu recorte temporal, seja com a publicação de *O Capital* (1867) e “outros livros e escritos deste autor demonstram a trajetória de evolução do seu pensamento econômico” (Zacarias, 2016, p. 383).

29 Mikhail Aleksandrovitch Bakunin (1814-1876) foi um anarquista russo e “sua trajetória militante é forjada nas lutas insurrecionais do final da década de 1840, quando, durante o levante proletário conhecido como aPrimorados Povos de 1848, participou da rebelião popular em Praga e, no ano seguinte, participou de outra insurreição popular, desta vez na cidade alemã de Dresden” (Silva, 2014, p. 31), foi perseguido e condenado. Também se inseriu “nos círculos acadêmicos de Moscou, onde debate as teorias filosóficas de Kant, Fichte, Feuerbach e Hegel” (Silva,

Considerado um discípulo de Proudhon, o contato e engajamento de Bakunin com as ideias libertárias ocorreram a partir de 1863, após fracasso da insurreição polonesa, da qual participou. Bakunin, apesar de não ter desenvolvido obras sistematizadas sobre o anarquismo, publicou diversos folhetos revolucionários, dentre eles *A ilusão do sufrágio universal* (18-) e *Deus e o Estado* (1882). Em *A ilusão do sufrágio universal*, Bakunin estabelece uma crítica à crença de que o sufrágio universal garantiria a liberdade dos povos e a decepção que recaí sobre aqueles que acreditavam no sistema representativo enquanto a expressão e a verdadeira vontade do povo.

Bem como Proudhon, Bakunin possuía suas divergências com Marx, principalmente após os desdobramentos da Primeira Internacional (1864) e da criação, por parte dos anarquistas, da *Aliança para a Democracia Socialista*. Apesar disso, é inegável a relevância que o trio de intelectuais teve na consolidação de duas das principais ideias e movimentos do século XIX e XX.

Considerando todos estes elementos, Woodcock faz um esforço de estabelecer alguns pontos que considera fundamental para a compreensão do movimento libertário enquanto um conjunto:

Duas formas de equilíbrio têm muita importância na filosofia dos anarquistas. Uma delas é o equilíbrio entre a destruição e construção, que domina suas táticas. A outra é o equilíbrio entre liberdade e ordem, que faz parte de sua visão de sociedade ideal. Para o anarquista a ordem não é algo imposto de cima para baixo, é uma ordem natural que se expressa pela autodisciplina e pela cooperação voluntária (Woodcock, 1998, p. 12).

Aqui, é importante contextualizar que a concepção da anarquia enquanto algo “natural” à humanidade foi bastante difundida entre os séculos XIX e primeiras décadas do XX, devido à influência dos discursos médico-científicos do período, que também foram marcados pelo darwinismo social e, posteriormente, pela eugenia. Tais questões aparecem nas páginas do *La Voz de La Mujer*, quando as redatoras escrevem que: “la anarquía por ley natural surgió al mundo y por ley natural sigue en su curso. En la moderna ciencia, en la filosofía, halló su cuna y la ciencia y el progreso son su ayuda y

2014, p. 31), posteriormente estabeleceu debates com Marx e Proudhon em Paris.

la miseria, el ‘ya estaba escrito’ que la ayuda”³⁰. De qualquer forma, não consideramos a anarquia ou o movimento anarquista enquanto fatores naturais, mas sim, construções históricas e sociais de determinados recortes temporais e geográficos. No entanto, esta citação nos interessa para compreendermos mais algumas concepções fundamentais para o movimento.

Ao continuar discorrendo sobre as características do anarquismo e abordar a complexidade do mesmo e de suas vertentes teóricas, Woodcock propõe uma analogia entre a esta diversidade existente com uma frase do pré-socrático Heráclito:

‘Sobre aqueles que entram no mesmo rio’, disse Heráclito, ‘as águas que fluem são constantemente diferentes’. [...] é uma boa imagem do anarquismo, já que exprime a ideia de **uma teoria cheia de variações, que se move à margem dos conceitos comuns**. Portanto, mesmo havendo diferentes opiniões anarquistas, existe uma filosofia definida, assim como uma tendência anarquista reconhecida. Essa filosofia envolve três elementos: uma crítica à sociedade como ela é, uma visão de uma sociedade alternativa e um planejamento para pôr em prática (Woodcock, 2019, p. 18, grifo nosso).

Logo, pensar o anarquismo enquanto múltiplas teorias que se movem em torno de alguns princípios específicos, parece-nos uma boa metáfora. No caso do periódico argentino *La Voz de La Mujer*, as redatoras se autointitulam como anarco-comunistas. O anarco-comunismo propõe que a organização política seja anarquista, ou seja, sem hierarquias, e que sua organização sócio-econômica seja desenvolvida pelos sujeitos de maneira coletiva, objetivando uma estabilidade através da contribuição mútua entre os mesmos.

Entre os militantes e pensadores mais conhecidos desta vertente estão Piotr Kropotkin, Élisée Reclus³¹ e Errico Malatesta³². Com as produções tex-

30 Tradução: “A anarquia surgiu no mundo pela lei natural e continua seguindo seu curso pela mesma lei. Na ciência moderna, na filosofia, encontrou sua origem, e a ciência e o progresso são seus aliados, enquanto a miséria é o ‘já estava escrito’ que a acompanha” (*La Voz de La Mujer*, 1 jan. 1897, n. 9, p. 3).

31 Élisée Reclus (1830-1905) foi um anarco-comunista e geógrafo francês, “responsável pela produção de uma [...] extensa obra, Reclus contribuiu para diversas publicações, dentre as quais destacam-se a *Nova geografia universal: a terra e os homens* (10 volumes) e *O homem e a terra* (5 volumes)” (Coelho, 2016, p. 6).

32 Errico Malatesta (1853-1932) nasceu na Itália mas passou a vida exilado em diferentes países. Quando jovem

tuais de Élisée Reclus, podemos compreender melhor a proposta da vertente anarco-comunista, pois de acordo com ele:

se somos anarquistas, os inimigos de todo senhor, também somos comunistas internacionais, pois compreendemos que a vida é impossível sem agrupamento social. Isolados nada podemos, enquanto que, pela união íntima, podemos transformar o mundo. Nós nos associamos uns aos outros como homens livres e iguais, trabalhando numa obra comum e regulando nossas relações mútuas pela justiça e pela benevolência recíproca. Os ódios religiosos e nacionais não podem separar-nos, visto que o estudo da natureza é nossa única religião e que temos o mundo por pátria. Quanto à grande causa das ferocidades e das vilanias, ela cessará de existir entre nós (Reclus, 2016, p. 45-46).

Desta forma, o anarco-comunismo compreende a organização em agrupamentos maiores enquanto algo imprescindível para o êxito de uma sociedade anarquista. Entretanto, apesar da organização coletiva, ela não deveria aniquilar com a individualidade de cada sujeito, pois a “individualidade parece-nos ser o centro do universo, e cada uma tem os mesmos direitos a seu desenvolvimento integral, sem intervenção de um poder que a dirige, repreende ou castiga” (Reclus, 2016, p. 26). Assim, deveria acontecer o equilíbrio entre anseios dos indivíduos e do coletivo, no qual não ocorreria a hierarquização ou opressão entre sujeitos, pois “enquanto durar a iniquidade, nós, anarquistas-comunistas-internacionais, permaneceremos em estado de revolução permanente” (Reclus, 2016, p. 46).

Também é interessante notar o que Élisée Reclus escreveu no texto intitulado *A revolução*, publicado originalmente em 1893:

O poder não é outra coisa senão o emprego da força: seu primeiro cuidado será, portanto, apropriar-se dela, consolidar todas as instituições que lhes facilitarão o governo da sociedade. Talvez terão a audácia de renová-las pela ‘ciência’, a fim de

“interrompeu os estudos para dedicar a vida ao movimento anarquista; homem de poucos escritos, de ação comedida, mas de grande influência entre aqueles com quem conviveu e de incansável militância” (Avelino, 2003, p. 232). Para o pesquisador Nildo Azevedo, “a singularidade de Malatesta reside no fato dele ter buscado a validade da proposta socialista libertária em fundamentos éticos-políticos, ou seja, no movimento real dos indivíduos e das associações de indivíduos” (Avelino, 2003, p. 233).

dar-lhe nova energia. É assim que, no exército, empregam-se novos engenhos, pólvoras sem fumaça e essas invenções só servem para matar mais rapidamente. Foi assim que, na polícia, inventou-se a antropometria, um meio de transformar toda a França numa grande prisão. Começa-se por mensurar criminosos, verdadeiros ou supostos, em seguida, mensuram-se os suspeitos, e todos nós acabaremos sendo mensurados. ‘A polícia e a ciência deram-se as mãos’, teria dito o Salmista (Reclus, 2016, p. 47).

Aqui podemos analisar e problematizar algumas referências às transformações nas técnicas e dispositivos de poder que ocorreram ao longo do século XIX, e que foram exercidos pelo exército, polícia e ciência — questões que nos deteremos no terceiro capítulo deste livro.

Ainda destacamos a relevância do anarquista espanhol Malatesta no movimento anarquista argentino, pois ele viveu em Buenos Aires entre 1885 e 1889, e é indicado enquanto fundador do periódico *La Question Sociale*, que está entre os jornais que possuíam relações e trocavam correspondências com o *La Voz de La Mujer*. Mas, conforme já pontuado por George Woodcock (2019, p. 418), Malatesta não se dedicou a teorizar e produzir obras completas, apesar de ter organizado o movimento pelos lugares que morou, produzido panfletos e publicado textos em periódicos anarquistas. Algumas das produções de Malatesta que tivemos acesso, não são do mesmo recorte temporal ou anteriores a existência do *La Voz de La Mujer*, mas expressam algumas de suas ideias. No texto que no periódico brasileiro *A Terra Livre* em 1908, ele explica a respeito do anarco-comunismo:

Embora o fundo possa ser sempre o mesmo — comunismo em economia, anarquia como regime político — todavia certa forma particular de organização pode ser boa para aqui, mas imprópria para acolá, esplêndida, por exemplo, no Rio Grande, e defeituosa no Amazonas (Malatesta, *A Terra Livre*, 25/01/1908, p. 03 *apud* Rodrigues, 2022, p. 10).

Portanto, o que vemos nesta frase de Malatesta é a compreensão que o movimento anarquista teria diferentes características de acordo com as necessidades locais dos movimentos de trabalhadores(as) e libertários(as).

Diante do que foi exposto até aqui, podemos definir o que compreendemos enquanto anarquismo ao longo destas páginas, especificamente a vertente do anarco-comunismo, bem como uma breve parte da história do movimento anarquista. Agora, voltaremos a analisar de que forma aspectos como gênero e sexualidade foram abordados pelo movimento, especificamente entre os séculos XIX e XX.

MULHERES, FEMINILIDADES E SEXUALIDADE NO(S) MOVIMENTO(S) ANARQUISTA(S)

Embora o anarquismo seja considerado enquanto um movimento que questiona e busca destituir as hierarquias presentes no tecido social, os debates referentes às relações de poderes estabelecidas entre gêneros, bem como questões relacionadas à sexualidade, nem sempre foram um aspecto priorizado. Conforme Thiago Silva,

Embora tradicionalmente a ideologia libertária tenha apresentado uma crítica multidimensional do poder, reconhecendo a existência da dominação de gênero, ao privilegiar, entretanto, a dominação de classe, acabou-se por entender que o fim da segunda acarretaria automaticamente no fim da primeira, o que, por seu turno, relegou a luta das mulheres a um estatuto secundário (Silva, 2017, p. 87).

Desta forma, as relações de gênero não foram problematizadas pelo movimento. Aqui, compreendemos o gênero conforme proposto por Joan Scott, enquanto um “elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (Scott, 1995, p. 86). Ao longo das páginas do periódico *La Voz de La Mujer*, percebe-se as críticas das redatoras em relação às condições sociais vivenciadas pelas mulheres na sociedade argentina do final do século XIX, especialmente pelas trabalhadoras e anarquistas, que advinham justamente de um contexto de grandes disparidades entre de gênero.

Após a publicação das primeiras edições do impresso, as redatoras destinaram algumas páginas para apresentar e debater as reações de alguns companheiros de militância em relação a suas pautas e escritos:

‘Nosotras no somos dignas de tanto, ¡cá! no señor,’ ‘¿emanciparse la mujer?’, ‘¿para qué?’ ‘¿qué emancipación femenina [...]?’; ‘¡la nuestra,’ ‘venga la nuestra primero!’; y luego, cuando nosotros ‘los hombres’ estemos emancipados y seamos libres, allá veremos”. Com tais ideias humanitárias e libertadoras, nossa iniciativa foi recebida³³.

No trecho acima podemos perceber a ironia das redatoras ao chamarem as reações dos homens anarquistas enquanto “humanitárias e libertadoras”, afinal, ao parafrasear alguns dos argumentos, nota-se que compreendiam a emancipação feminina enquanto algo secundário e, decorrente disso, não válido ao debate público. Apesar das respostas negativas que obtiveram, as redatoras continuaram se posicionando.

Ahora bien. ¿Cómo podéis creer que estando decididas como estamos, íbamos a sujetar nuestra línea de conducta a las opiniones de Juan, Pedro o Pelayo? **¿Habéis creído por ventura que porque vosotros hayáis tachado nuestra hoja de inmoral** los unos, y de insensata los otros y porque cada cual en uso de su voluntad nos haya juzgado como quiso habíamos nosotras de abdicar de nuestras ideas, de nuestra manera de pensar y obrar? Seríais vosotros más que insensatos si tal creyeseis; sin embargo, tentadas estamos a creer que así lo habéis pensado cuando os atrevisteis a lanzar pensamientos por demás absurdos como son los que a citaros vamos. ‘Esto no puede ser... Ésta no es manera de escribir, no se pueden tolerar semejantes provocaciones de parte de esas mujeres.’ ‘Es necesario que ese periodicucho desaparezca’, etc., etc. Linda manera de pensar, ¿no es cierto? ¡Bonito respeto a la Autonomía individual! [...] Bellos ideales de la Anarquía! Los que habéis hablado, **¿estudiasteis bien lo que es la Anarquía?** ¿No será ella quien asegurará nuestra más completa libertad individual, una vez que haya triunfado? ¿No será ella la que pondrá a la mujer a la altura del hombre? Y si comprendéis esto, como creo lo comprenderéis, ¿por qué os servís de la palabra Anarquía para cortar nuestra libertad de pensamiento y nuestra libertad de acción y en nombre de esa

33 “Nós não somos dignas de tanto, ah não senhor,’ ‘As mulheres se emancipando?’; ‘Para qué?’ ‘Que emancipação feminina [...]?’; ‘A nossa,’ ‘Vamos primeiro com a nossa!’; e depois, quando nós ‘os homens’ estivermos emancipados e formos livres, aí veremos’. Com tais ideias humanitárias e libertadoras, nossa iniciativa foi recebida” (*La Voz de La Mujer*, 31 jan. 1896, n. 2, p. 1).

misma Anarquía nos lanzáis, para intimidarnos, amenazas por demás ridículas por el solo hecho de ser mujeres?³⁴

A partir desta devolutiva, supõe-se que, para alguns libertários, um grupo de mulheres se organizarem para a publicação de um jornal, não estava de acordo com as performances destinadas ao gênero feminino — que, por sua vez, não deveria ter espaço ou voz ativa na composição do anarquismo portenho enquanto um todo. Decorrente disso que as consideravam imorais. Entretanto, as libertárias do *La Voz de La Mujer* rebatem questionando se estes homens não conhecem ou não estudaram o anarquismo, já que este é um movimento que se baseia na liberdade individual e destruição de relações hierárquicas — por conseguinte, as mulheres também estariam inseridas nestas prerrogativas. Assim, chamam estes homens de

¡falsos anarquistas!, que comprendáis una vez por todas que nuestra misión no se reduce a criar vuestros hijos y lavaros la roña, que nosotras también tenemos derecho a emanciparnos y ser libres de toda clase de tutelaje, ya sea social, económico o marital³⁵.

Reafirmando seus direitos e deveres enquanto anarquistas de lutarem pela emancipação de toda forma de subjugação. E desenvolvem os argumentos, de que eles devem

34 “Bem, agora. Como vocês podem acreditar que, estando decididas como estamos, iríamos sujeitar nossa conduta às opiniões de João, Pedro ou Pelayo? **Vocês realmente pensaram que porque alguns de vocês rotularam nossa folha de imoral,** e outros de insensata, e porque cada um, usando sua vontade, nos julgou como quis, iríamos abdicar de nossas ideias, de nossa maneira de pensar e agir? Vocês seriam mais do que insensatos se acreditassem nisso; no entanto, somos tentadas a crer que foi assim que vocês pensaram quando se atreveram a lançar pensamentos absolutamente absurdos como os que estamos citando. ‘Isso não pode ser... Essa não é forma de escrever, não se podem tolerar tais provocações vindas dessas mulheres.’ ‘É necessário que esse jornalzinho desapareça,’ etc., etc. Bela forma de pensar, não é mesmo? Ótimo respeito à Autonomia individual! [...] Belos ideias da Anarquia! Aqueles que falaram, **vocês estudaram bem o que é a Anarquia?** Não será ela que assegurará nossa mais completa liberdade individual, uma vez que tenha triunfado? Não será ela que colocará a mulher ao nível do homem? E se vocês compreendem isso, como eu acredito que compreendem, por que vocês se valem da palavra Anarquia para restringir nossa liberdade de pensamento e nossa liberdade de ação e, em nome dessa mesma Anarquia, nos lançam ameaças excessivamente ridículas apenas por sermos mulheres?” (*La Voz de La Mujer*, 20 fev. 1896, n. 3, p. 1-2, grifo nosso).

35 “**oh, falsos anarquistas!, que vocês entendam de uma vez por todas que nossa missão não se resume a criar seus filhos e lavar a sujeira de vocês,** que nós também temos o direito de nos emancipar e ser livres de toda forma de tutela, seja social, econômica ou conjugal” (*La Voz de La Mujer*, 31 jan. 1896, n. 2, p. 1, grifo nosso).

comprender que la diferencia de sexo no nos impide de sentir y pensar. Ya sabíamos, señores infelices, que para vosotros una mujer no es más que un lindo mueble, algo así como una cotorra que os halaga, os cose, os trabaja, y lo que es más, os obedece y teme. ¿Verdad señores maridos? ¿no es verdad que es muy bonito tener una mujer a la cual hablaréis de libertad, de anarquía, de igualdad, de Revolución Social, de sangre, de muerte, para que ésta, creyéndooos unos héroes³⁶

Na análise das libertárias, estes homens — com a especificidade de que alguns deles já eram casados — consideravam e tratavam as mulheres enquanto indivíduos disponíveis a suas vontades e trabalhavam para os mesmos. Assim, consideravam que decorrente disso que os “señores anarquistas [...], es por esto que no queréis la emancipación de la mujer porque os gusta ser temidos y obedecidos, os gusta ser admirados y alabados”³⁷. E apesar de suas publicações terem gerado tensões no meio do movimento anarquista,

En efecto, grande muy grande fue la tormenta que el referido editorial produjo. Esto muy fuera de cuidado nos tiene, y muy al contrario nos felicitáramos por ello si no fuera que entre los disgustados hay también algunos verdaderos compañeros que de todo corazón sentimos hayan dado tan mala interpretación a nuestra idea³⁸.

Assim, nota-se que elas consideravam positivo a proposta de debater tais aspectos, apesar da decepção da reação negativa de alguns companheiros. Entretanto, a partir da terceira edição publicada do impresso, elas buscam finalizar com os empasses causados pelas edições anteriores. Escrevem que

36 “comprender que a diferença de gênero não nos impede de sentir e pensar. Já sabíamos, senhores infelizes, que para vocês uma mulher não passa de um belo móvel, algo como um papagaio que os lisonjeia, costura para vocês, trabalha para vocês e, o que é mais, obedece e teme vocês. Verdade, senhores maridos? Não é verdade que é muito bonito ter uma mulher com quem vocês falarão sobre liberdade, anarquia, igualdade, Revolução Social, sangue, morte, para que ela, acreditando serem heróis” (*La Voz de La Mujer*, 31 jan. 1896, n. 2, p. 1)

37 “senhores anarquistas [...], é por isso que vocês não querem a emancipação da mulher, porque gostam de ser temidos e obedecidos, gostam de ser admirados e elogiados” (*La Voz de La Mujer*, 31 jan. 1896, n. 2, p. 2).

38 “Na verdade, foi uma grande tempestade que o mencionado editorial causou. Isso nos preocupa muito e, ao contrário, nos felicitáramos por isso, se não fosse pelo fato de que entre os insatisfeitos há também alguns verdadeiros companheiros que sentimos profundamente terem interpretado tão mal nossa ideia” (*La Voz de La Mujer*, 20 fev. 1896, n. 3, p. 4).

esperam que os desentendidos que ocorreram com os companheiros verdadeiros de luta se desfaçam e que possam focar no verdadeiro inimigo das e dos trabalhadores: a burguesia.

Esta aclaración la publicamos para hacer que los buenos compañeros desarruguen el ceño y vean que no es a ellos a quienes nos hemos dirigido. En cuanto a los otros, a los falsos y tontos, nuestro desprecio y basta. Para ellos nuestro editorial de hoy, para los demás esta franca y espontánea declaración, con la cual creemos se desarrugarán los ceños y seremos lo que fuimos y somos: las rebeldes que luchan unidas contra el común enemigo, la burguesía³⁹.

Desta forma, as redatoras assumem uma postura um tanto conciliatória, buscando estabelecer a distinção entre aqueles considerados “falsos anarquistas”, dos “verdadeiros”. Apesar de tais conflitos, elas comemoravam que suas ideias estava circulando entre as mulheres:

La propaganda entre las mujeres está haciendo rápidos progresos; multitud de jóvenes empiezan a descorder el tupido velo que tenían en sus ojos y vienen a nuestro campo a defender su libertad, su derecho a la vida, seguras de que luchando por ellas, luchan por sus compañeros e hijos⁴⁰.

Podemos notar que a luta para as mulheres anarquistas não era apenas para a emancipação de si mesmas, mas também objetivava influenciar e zelar pelos maridos e, principalmente, pelos filhos. Assim, percebemos que apesar do anarquismo se constituir enquanto um movimento questionador referente a algumas normas e instituições sociais,

39 Tradução: “Este esclarecimento é publicado para fazer com que os bons companheiros desfaçam a testa e vejam que não é a eles a quem nos dirigimos. Em relação aos outros, os falsos e tolos, nosso desprezo e basta. Para eles o nosso editorial de hoje, para os demais esta franca e espontânea declaração, com a qual acreditamos que desfarão as testas e seremos o que fomos e somos: as rebeldes que lutam unidas contra o inimigo comum, a burguesia” (*La Voz de La Mujer*, 20 fev. 1896, n. 3, p. 5).

40 Tradução: “A propaganda entre as mulheres está progredindo rapidamente; uma multidão de jovens começa a levantar o denso véu que cobria seus olhos e vem para o nosso campo para defender sua liberdade, seu direito à vida, certas de que ao lutar por si mesmas, estão lutando por seus companheiros e filhos” (*La Voz de La Mujer*, 15 mai. 1896, n. 5, p. 1).

isso não significa que os autores anarquistas tenham estabelecido uma ruptura absoluta em relação aos discursos dominantes. Pelo contrário, muitas de suas concepções sobre a natureza da sexualidade humana, e sobre o que era considerado ‘normal’ ou ‘desviado’, foram reproduzidas de forma acrítica, tornando-se mais uma vez um discurso regulador da sexualidade. Assim, enquanto combatiam os preconceitos religiosos sobre o sexo, frequentemente adotavam posturas essencialistas em relação à diferença sexual. Toda proposta inovadora é moldada por um contexto sócio-histórico e dificilmente pode se dissociar de maneira radical das concepções gerais de sua época⁴¹ (Granel, 2019, p. 66).

Mesmo com as críticas libertárias à família burguesa e a expectativa de uma outra moral sexual e afetiva, “a vida de cada trabalhador será partilhada, preferencialmente, entre dois pólos, o de seu trabalho e o de sua família, inclusive como uma forma disciplinadora de sua conduta” (Bilhão, 1996, p. 195), ou seja, restrita em alguns sentidos à mesma lógica e organização familiar.

Deste modo, por vezes, as anarquistas não distinguiam as críticas aos homens de acordo com sua camada social e classe, mas consideravam que

Los hombres todos, proletarios lo mismo que burgueses, y todas las clases dominantes, siempre han tenido a la mujer en la mayor ignorancia para poder así con más facilidad dominarla, ha procurado mantenerla siempre en la esclavitud, y para impedirle que saliera de esta triste condición la ha rodeado de preocupaciones necias; ha menospreciado su trabajo; su influencia en la sociedad y la ha anulado; en la familia la ha postergado al segundo lugar; ha creado el honor para que a la que no quiera ser esclava la sociedad la desprecie⁴².

41 Texto original: “No quiere esto decir que los autores anarquistas impusieran una ruptura absoluta con respecto a los discursos dominantes. Por el contrario, muchas de sus concepciones sobre la naturaleza de la sexualidad humana, y sobre lo que en ella era ‘normal’ o ‘desviado’, los reprodujeron de forma acrítica erigiéndose nuevamente en discurso regulador de la sexualidad. Así, al tiempo que combatían los prejuicios religiosos sobre el sexo, con frecuencia adoptaban posturas esencialistas con respecto a la diferencia sexual. Toda propuesta innovadora se inscribe en un contexto sociohistórico pudiendo difícilmente desvincularse de una forma radical de las concepciones generales de su época” (Granel, 2019, p. 66).

42 Tradução: “Todos os homens, proletários assim como burgueses, e todas as classes dominantes, sempre mantiveram as mulheres na maior ignorância para poder dominá-las com mais facilidade; têm procurado mantê-las sempre na escravidão e, para impedir que saíssem dessa triste condição, as cercaram de preocupações tolas; menosprezaram seu trabalho; anularam sua influência na sociedade; na família, relegaram-nas ao segundo plano; criaram a honra para que a sociedade despreze aquelas que não queiram ser escravas” (*La Voz de La Mujer*, 14 nov. 1896, n. 8, p. 10)

Vemos que as redatoras compreendem que a sociedade as coagiam de diferentes maneiras para mantê-las enquanto “escravas do homem e do capital”. A partir de suas críticas a um modelo familiar burguês, em que

questionando a posição subordinada das mulheres nela, assim como os interesses econômicos que condicionavam os casamentos. Portanto, o conceito libertário de ‘amor livre’ surgiu no século XIX como uma reação contra a moral sexual dominante. Para os anarquistas, a família deveria se basear no amor, não no interesse, e o próprio amor, na liberdade, como um sentimento ‘natural’ e, portanto, alheio a qualquer regulamentação ou mandato social⁴³ (Granel, 2019, p. 68).

Emma Goldman⁴⁴ — pensadora libertária que se dedicou a escrever, entre outras temáticas, sobre as mulheres na sociedade e no anarquismo —, publicou em 1896 o texto *Anarquia e a questão do sexo*, no qual escreve que os homens

casam-se apenas para se apossar de uma esposa e uma dona-de-casa que lhes deverá servir de manhã à noite, que deverá fazer todo o esforço para amenizar as despesas da casa. Os seus nervos, de tão cansados pelo estresse de fazer que o salário de fome do marido sustente a ambos, irritam-se a ponto de não obter mais êxito em conciliar sua vontade de afeto por seu senhor e mestre (Goldman, 1896, p. 1).

As considerações de Goldman se aproximam muito com as das libertárias do *La Voz de La Mujer*. Além dessas mulheres estarem produzindo no mesmo recorte temporal e temática, há indícios nas páginas do impresso sobre o contato entre as redatoras e Emma Goldman, que trocavam missivas, conforme abordado anteriormente. A expectativa em relação ao matrimônio,

43 Texto original: “cuestionando la posición subordinada de las mujeres en la misma, así como los intereses económicos que condicionaban los matrimonios. Así, el concepto libertario de ‘amor libre’ nació en el siglo XIX como una reacción contra la moral sexual dominante. Para los anarquistas, la familia debía fundamentarse pues en el amor, no en el interés, y el propio amor, en la libertad, como sentimiento ‘natural’ y por tanto ajeno a toda reglamentación o mandato social” (Granel, 2019, p. 68).

44 Emma Goldman (1869-1940) nasceu em “uma província na Lituânia, [...] [e] migrou com sua irmã Helene para os Estados Unidos” (Lins, 2021, p. 7), onde integrou a “comunidade de imigrantes pobres empregados no setor industrial das mais importantes cidades dos EUA, como Chicago, Filadélfia e Nova York” (Azevedo, 2007, p. 353). Nos Estados Unidos passou a participar do movimento anarquista, voltando-se a inúmeras temáticas e publicando em periódicos. Aqui, focaremos apenas em algumas de suas análises sobre as mulheres e o casamento.

em um recorte temporal em que o divórcio não era legal, as libertárias já pau-tavam o amor livre, que neste contexto, referia-se basicamente a possibilidade de unir e dissolver relações enquanto casais num sentido afetivo e sexual,

Es decir que la unión termine cuando termine el amor, y que si yo porque la gana me da, no quiero estar sujeta a ningún hombre, no se me desprecie, porque cumpliendo y satisfaciendo la ley natural y un deseo propio tenga un amante y críe dos, cuatro o los hijos que quiera. En la sociedad presente no lo hago, porque como yo no quiero ser la fregona de ningún hombre y no siendo suficiente mi salario para mantenerme a mí, menos a mis hijos, pues yo creo que si los tuviera, me vería obligada por huir de ser la hembra de uno o ser la de diez más⁴⁵.

Emma Goldman possuía a mesma expectativa de que “caso a união de um homem e uma mulher se revelasse insatisfatória e desgostosa para ambos, então, de maneira amigável e tranquila, deverão se separar para [...] não [...] dando continuidade a uma relação desagradável” (Goldman, 1896, p. 5). A partir destas novas formas de se relacionar, esperava-se que

Cada um entrará no estado de casamento confiante na força física e moral um do outro. Cada um irá amar e estimar o outro e ajudar no trabalho não só para seu próprio bem-estar, mas sendo eles mesmos felizes, desejarão também a felicidade universal da humanidade. [...] Eles serão instruídos e cuidados pela comunidade como um todo e serão livres para seguir as próprias inclinações (Goldman, 1896, p. 4).

Em tais passagens, percebemos o que o pesquisador Thiago Silva afirma ao analisar aspectos do movimento anarquista espanhol entre as décadas de 1920 e 1930, principalmente ao que se refere à Lucía Sánchez Saornil⁴⁶,

45 Tradução: “É dizer que a união termine quando o amor terminar, e que se eu, por vontade própria, não quiser estar sujeita a nenhum homem, não seja desprezada, porque ao cumprir e satisfazer a lei natural e um desejo próprio, tenha um amante e crie dois, quatro ou quantos filhos eu quiser. Na sociedade atual, não faço isso, porque eu não quero ser a criada de nenhum homem e meu salário não é suficiente para me sustentar, quanto menos para sustentar meus filhos. Eu acredito que se os tivesse, me veria obrigada a fugir de ser a fêmea de um ou ser a de dez mais” (*La Voz de La Mujer*, 31 jan. 1896, n. 2, p. 7).

46 Lucía Sánchez Saornil (1895-1970) foi uma poetisa e anarquista espanhola, que “ao lado de Mercedes Comaposada e Amparo Poch y Gascón, [...] foi uma das iniciadoras de *Mujeres Libres*” (Silva, 2017, p. 86). Uma organização que, “de, por e para mulheres, [...] buscou estabelecer uma série de ações para modificar a curto e longo prazo a

Em diversos momentos, nos deparamos com artigos que associam monogamia, casamento e prostituição. Nesta perspectiva, o sentido de posse do homem sobre a mulher tornava a fronteira entre o casamento e a prostituição tênue, diferenciando-se por um único motivo: enquanto a esposa é propriedade de apenas um homem, a prostituta é propriedade de vários (Silva, 2017, p. 92).

Percebemos proximidades entre as questões pontuadas por Thiago Silva, ao nos voltarmos ao *La Voz de La Mujer*, em que lemos que tal aconselhamento às mulheres mais jovens: “si no queréis convertiros en prostitutas, en esclavas sin voluntad de pensar ni sentir, ¡no os caséis!”⁴⁷. Elas compreendiam que, como

el amor no puede ser eterno ni inmutable y fijo, luego si éste tiene un término, ¿qué queda en esa impía institución que dura lo que la vida? ¿qué quedará, cuando el amor termine, de vuestro matrimonio? Fastidio, tedio, y como es natural, la prostitución. [...] Por eso que yo no pienso jamás enlazarme con nadie⁴⁸.

Emma Goldman, igualmente não recomendava a união devido a todo este contexto social, o fardo que o matrimônio se tornava para a mulher e os estigmas sociais que enfrentavam, em caso de dissolução dos laços. E considerava que,

Caso a lei fosse misericordiosa o bastante para lhes garantir tal liberdade, ainda assim todos os detalhes de suas vidas privadas teriam de ser trazidos à luz. As mulheres que são conde-

situação das trabalhadoras ao longo de quase três anos. Ao lado da criação da revista homônima (da qual existem 12 números), dos programas de alfabetização, cursos técnico-profissionais, creches anexas à fábricas, restaurantes populares, campos de treinamento militar, a referida organização foi pioneira no estabelecimento de projetos no campo sexual, tal como a divulgação de métodos contraceptivos, a prática do aborto, cursos de maternidade consciente e, não menos importante, os liberatórios da prostituição, que visavam acabar com a exploração sexual feminina e, ao mesmo tempo, permitir com que estas mulheres tivessem uma outra profissão” (Silva, 2017, p. 97).

47 Tradução: “se vocês não querem se tornar prostitutas, escravas sem vontade de pensar ou sentir, não se casem!” (*La Voz de La Mujer*, 31 jan. 1896, n. 2, p. 6).

48 Tradução: “O amor não pode ser eterno nem imutável e fixo, logo se este tem um termo, o que resta nessa ímpia instituição que dura o tempo de uma vida? O que restará, quando o amor acabar, do vosso casamento? Fastio, tédio e, como é natural, a prostituição. [...] É por isso que eu nunca penso em me vincular a ninguém” (*La Voz de La Mujer*, 31 jan. 1896, n. 2, p. 7).

nadas pela opinião pública têm sua vida inteira arruinada. [...] Todas as uniões não-naturais e não sacramentadas pelo amor são prostituição, quer tenham sido ou não sancionadas pela sociedade ou pela Igreja. Tais uniões só podem exercer uma influência degradante sobre a moral e a saúde da sociedade. (Goldman, 1896, p. 2-3).

Enquanto exemplo negativo do que a lógica da família burguesa e a impossibilidade da dissolução das resoluções propiciava à sociedade, as redatoras se posicionam a respeito de um caso de feminicídio, resultado da não aceitação do término de uma relação:

A LOS DEFENSORES DE FRANCISCO DENAMBRIDE — Estando nuestro periódico en máquina, tuvimos conocimiento que la compañera Anita Lagouardette presentóse, acompañada de otros compañeros, en casa de F. Denambride (su esposo) para pedirle que le entregase sus ropas, pues habiendo terminado su afinidad con él, se retiraba. Pues bien, el pretendido anárquico Denambride solicitó de los acompañantes se retirasen pues tenía que hablar particularmente con ella; dichos compañeros se retiraron a la puerta de calle, enseguida cinco detonaciones de revólver venían a demostrarnos cómo respeta dicho señor la libertad individual. Por fortuna, de los cinco disparos sólo dos pudieron hacer algo aunque poca cosa, pues las heridas son leves. ¿Qué contestan aquel o aquellos individuos que constituyéndose en jueces se han proporcionado en un. [...] El proceder de ese individuo no es de anarquista, es de un verdadero burgués disfrazado, pero burgués despótico y tirano [...] *La Voz de La Mujer*, como defensora de los ideales del Comunismo-Anárquico y, por lo tanto, de la libertad de la mujer, no tiene por menos de estigmatizar el cobarde atentado del día 11 contra la libertad y la vida de una compañera. Éstas, pues, no son cuestiones personales sino causas que perjudican la idea.⁴⁹

49 Tradução: “AOS DEFENSORES DE FRANCISCO DENAMBRIDE — Enquanto nosso jornal estava na máquina, soubemos que a companheira Anita Lagouardette se apresentou, acompanhada de outros companheiros, na casa de F. Denambride (seu esposo) para pedir que ele entregasse suas roupas, pois havia encerrado sua afinidade com ele e estava se retirando. Bem, o suposto anarquista Denambride pediu aos acompanhantes que se retrisassem, pois precisava conversar particularmente com ela; esses companheiros saíram e logo em seguida, cinco disparos de revólver vieram nos mostrar como esse senhor respeita a liberdade individual. Felizmente, dos cinco disparos, apenas dois conseguiram fazer algo, embora pouco, já que os ferimentos são leves. O que respondem aqueles indivíduos que, se colocando como juizes, se auto proclamaram em um [...] A conduta deste indivíduo não é de um anarquista, é de um verdadeiro burguês disfarçado, mas um burguês despótico e tirano [...] *La Voz de La Mujer*, como defensora

Logo, podemos notar que as relações entre homens e mulheres eram marcadas por uma forte assimetria de poderes, o que restringia as possibilidades de agenciamento das mulheres. Assim, elas tornavam-se alvos de estigmas sociais, relações violentas e até mesmo, vítimas de feminicídio. Apesar das redatoras do *La Voz de La Mujer* constituírem o movimento anarquista argentino, evidencia-se que os questionamentos e oposição às hierarquias sociais não se estendiam às mulheres e seus contextos de vida, seja entre seus maridos ou companheiros de militância.

Em seguida, iremos nos deter às práticas do Estado e sociedade argentina que exerciam o biopoder e o poder disciplinar, nos fins do século XIX. Bem como, de que formas as redatoras elaboraram respostas a esses processos de docilidade e normalização dos sujeitos e massas.

dos ideais do anarco-comunismo e, portanto, da liberdade da mulher, não pode deixar de estigmatizar o covarde atentado do dia 11 contra a liberdade e a vida de uma companheira. Portanto, essas não são questões pessoais, mas sim causas que prejudicam a ideia” (*La Voz de La Mujer*, 15 mai. 1896, n. 5, p. 12).

CAPÍTULO 3. **O ESTADO-NAÇÃO ARGENTINO NAS** **PÁGINAS DO *LA VOZ DE LA MUJER***

Imagem: Vista aérea después de la unión de la Casa de Gobierno y el Correo.

Fonte: Colección Witcomb AGN



Aqui, aprofundaremos em alguns aspectos da biopolítica, poder disciplinar e poder pastoral, bem como analisaremos tais questões nas páginas e contextos das redatoras do periódico *La Voz de La Mujer*. Retornaremos às (bio)políticas étnicas da Argentina, o “problema nacional” causado pela imigração massiva e a educação enquanto caminho para a homogeneização da população. Também nos deteremos nos escritos das redatoras referente aos aparatos repressivos, disciplinares e jurídicos, como o cárcere e o exército, por exemplo. Por fim, analisaremos a relação entre os discursos médico-científicos referentes às mulheres, a maternidade e infância e os posicionamentos das anarquistas portenhas.

“EL CIVILIZADOR GOBIERNO ARGENTINO”: BIOPOLÍTICA, EMBRANQUECIMENTO E EDUCAÇÃO

Conforme nos detemos anteriormente, durante a segunda metade do século XIX na Argentina, estabeleceu-se algumas políticas étnicas para transformar as características populacionais, como a *Ley de Inmigración* (1876) e as *Campanhas do Deserto* (1878). Os dois casos são exemplos da biopolítica exercida pelo Estado argentino, uma política que visava gerir populações, às entendendo enquanto um

corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável. É a noção de ‘população’. A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder, [...]. [...] são fenômenos coletivos, que só aparecem com seus efeitos econômicos e políticos, que se tornam pertinentes no nível da massa (Foucault, 1999, p. 292).

Desta forma, quando a elite dirigente do Estado considerou necessário transformar a população da Nação, ocorreu o incentivo à imigração europeia. Concomitantemente, também ocorreram as Campanhas do Deserto, incursões para a expansão territorial e dizimação da população indígena. Apesar de Foucault escrever a respeito da passagem de um poder soberano — de

fazer morrer, para um poder de fazer viver — um biopoder e biopolítica, ao escrever a respeito do racismo, Foucault coloca que

o racismo é ligado ao funcionamento de um Estado que é obrigado a utilizar a raça, a eliminação das raças e a purificação da raça para exercer seu poder soberano. A justaposição, ou melhor, o funcionamento, através do biopoder, do velho poder soberano do direito de morte implica o funcionamento, a introdução e a ativação do racismo (Foucault, 1999, p. 309).

Ou seja, não ocorre uma substituição ou apagamento total da lógica do poder soberano, mas há uma transformação que, através da elaboração discursiva, autoriza a matabilidade de alguns grupos sociais, através do marcador de raça. Conforme o pesquisador Fábio Feltrin de Souza, no caso das Campanhas do Deserto, a

eliminação não se deu apenas com repressão, genocídios físicos, mas também, e antes, no nível discursivo e simbólico. Em outras palavras, coube ao Estado, a partir de um conjunto de tecnologias de promoção da vida e da morte, garantir a implementação do hífen que o une à ‘nação’ (Souza, 2020, p. 9).

A partir de uma validação discursiva, ocorre essa matabilidade a nível material. Conforme podemos ler com os pesquisadores Camila Lima e Gabriel Nogueira (2006), que ao se voltarem para essas incursões, apresentam um relato escrito pelo coronel Manuel Pardo, que apresenta a dimensão da violência por trás das Campanhas:

os povoados ardiam, como se o fogo dos céus houvesse descido sobre eles, os campos cultivados eram arrasados [...] acompanhando as trilhas das fazendas invadidas [...] e nesse meio tempo ouvíamos os boatos [...] de homens que tiveram as gargantas cortadas e de mulheres e crianças que foram levadas em cativo [...] Assim, a conhecida Conquista do Deserto procurou, além de ampliar a fronteira econômica, acabar com os levantes indígenas, como se percebe nas palavras do presidente Avellaneda: ‘a questão fronteiriça é a mais importante de todas [...], é o princípio e o fim [...] para nos livramos dos índios, e a fronteira significa [...] povoar o deserto’ (Lima; Nogueira, 2006, p. 6).

Além de compreender a biopolítica e a composição étnica da Argentina nos fins do século XIX, este tópico nos é relevante pois, apesar de o *La Voz de La Mujer* ter sido publicado a mais de uma década após o término das incursões, as redatoras publicaram um texto a respeito das Campanhas do Deserto. No último número do periódico, elas narram que:

Allá por el año 1880, si mal no recordamos, el *civilizador* gobierno argentino envió parte de su ejército en misión *civilizadora* también, a la conquista del desierto.

Como la *civilización* iba en las puntas aceradas de las lanzas y bayonetas del tal ejército, claro está que la cosa produjo óptimos resultados y la *civilizadora* cosecha fue espléndida.

Se cazaron, queremos decir se *civilizaron* a medias unos 800 indios, amén de los que se *civilizaron* del todo, que de esos no conocemos el número, porque los *civilizadores* no dijeron a cuánto alcanzaba el número de muertos.¹

Percebe-se, a partir dos grifos das próprias anarquistas, o tom de ironia que perpassa a publicação ao colocarem as Campanhas enquanto uma missão “civilizadora”, além da ocultação dos números de mortos e capturados. Elas tecem críticas a respeito das capturas de indígenas, que

fueron traídos a ésta y distribuidos (de la manera más *civilizadora* posible) los varones en el ejército permanente y las hembras entre las distinguidas y decentísimas matronas que todos los días se confiesan, que todos los días van a misa, que todos los días desprecian a la plebe (vulgo proletariado) (que según ellas y su dios es hermano suyo), y que todos los días también pegaban de la manera más *cariñosamente civilizadora* posible a aquellas infelices, algunas de las cuales están aún (como se verá más abajo) continuando su aprendizaje de civilización, apenas interrumpido por las faenas de mucama, cocinera, etc.²

1 Tradução: “por volta do ano de 1880, se a memória não nos falha, o governo *civilizador* argentino enviou parte de seu exército em uma missão *civilizadora* à conquista do deserto. Como a *civilização* estava nas pontas afiadas das lanças e baionetas desse exército, é claro que a empreitada resultou em ótimos resultados e a colheita *civilizadora* foi espléndida. Cerca de 800 indígenas foram caçados, queremos dizer, civilizados parcialmente, além daqueles que foram completamente *civilizados*, cujo número desconhecemos, pois os *civilizadores* não informaram quantos morreram” (*La Voz de La Mujer*, 01 jan. 1897, n. 9, p. 13, grifo das redatoras).

2 Tradução: “foram trazidos para cá e distribuídos (da maneira mais *civilizada* possível): os homens no exército permanente e as mulheres entre as distintas e extremamente respeitáveis matronas que se confessam todos os dias,

Logo, com o discurso de educar estas pessoas, evidentemente aos moldes eurocêntricos, para inseri-las na sociedade argentina. Conforme a Mônica Quijada, ocorreu um

processo de escolarização das crianças indígenas, a imposição do espanhol no coletivo, a concessão de terras, a integração forçada dos indígenas recentemente vencidos em trabalhos rurais e domésticos, bem como nas forças armadas e de segurança, e a incorporação dos novos contingentes populacionais no sistema representativo foram os meios testados para transformar populações anteriormente independentes em membros do conjunto da cidadania³ (Quijada, 2000, p. 383).

Como vemos, para as redatoras do *La Voz de La Mujer*, o que aconteceu foi a captura e a imposição de um trabalho forçado, no qual elas(es) “reciben una espléndida remuneración en azotes, palos, cachetes y ayunos forzados”⁴. Nas passagens supracitadas, destacam-se as ironias e a revolta das redatoras, ao fazerem referências às posturas da burguesia portenha, que era muito religiosa, e possuía a legitimidade social da Igreja e todas outras instituições para agir desta maneira.

Um ponto a ser destacado é que nas páginas do impresso, percebe-se o estabelecimento de um recorte de classe e gênero por todas suas edições. Entretanto, o aspecto da raça/etnia é ressaltado neste texto em questão. Apesar de uma intersecção entre gênero e raça não atravessar os escritos, as redatoras do *La Voz de La Mujer* se voltam a falar das violências específicas que as indígenas sofriam. Assim, abordam o caso do “ilustre” oficial dos bombeiros de Buenos Aires, chamado de senhor Fossa, que continua na tarefa de “civilizar” e “educar” uma

que vão à missa todos os dias, que desdenham a plebe (vulgo proletariado) todos os dias (que, segundo elas e seu deus, é seu irmão), e que todos os dias também castigavam de maneira carinhosamente *civilizada* aquelas infelizes, algumas das quais ainda estão (como veremos mais adiante) continuando seu aprendizado de *civilização*, apenas interrompido pelas tarefas de empregada doméstica, cozinheira, etc.” (*La Voz de La Mujer*, 01 jan. 1897, n. 9, p. 13, grifo das redatoras).

3 Texto original: “La escolarización de los niños indígenas, la castellanización del colectivo, la concesión de tierras, la incorporación forzosa de los indios recientemente vencidos a las faenas rurales y domésticas, así como a las fuerzas armadas y de seguridad, y la integración de los nuevos contingentes poblacionales en el sistema representativo fueron los medios ensayados para convertir a poblaciones antes independientes en integrantes del conjunto de la ciudadanía” (Quijada, 2000, p. 383).

4 Tradução: “recebem uma espléndida remuneração em chicotadas, golpes, tapas e jejuns forçados” (*La Voz de La Mujer*, 01 jan. 1897, n. 9, p. 13).

india, mujer de edad ya, la cual (cosa increíble y que hasta parece mentira) a pesar de los 16 que lleva de estudiar en la... tina de lavar la mugre del caballero Fossa no ha aprendido ni la o por larga!!

¿verdad que después de 16 años de lavar patios y ropa, de cobar mate y chanchos, de cocinar, de pasar hambre, y de llevar cachetadas (parece mentira) no pueda un indio aprender la o?⁵

No trecho acima, as libertárias expõem que, apesar da captura dessas indígenas terem sido justificadas como uma ação benevolente de educá-las, inclusive as alfabetizando, as reais intenções e feitos eram de escravizá-las. Nos parágrafos seguintes, elas ainda nos fornecem outra informação: de que homens como Fossa as anunciavam enquanto esposas,

Pero aún hay más, la india de Fossa (**la sirvienta, no la esposa**) tiene una hija a la cual los niños ¡pobrecitos! enseñan a multiplicar... en pago de lo cual su vida de ella en la casa del pundonoroso Fossa es algo peor.

Los palos, ni se diga: hambre para mantener un regimiento, y para mejor tanto es el cariño que le tienen, que **le prohíben llamar madre a la autora de sus días. Per cosa? Non si sá.**⁶

Aqui, há indícios de violências sexuais ao considerarmos a disparidade de poder e escolhas entre homens como Fossa e as mulheres indígenas. Além de outros aspectos de violências físicas, psicológicas e emocionais, como negação a exercer a maternidade, o cerceamento da liberdade e os castigos físicos. Apesar de termos gerações de indígenas vivendo esta realidade, nos últimos parágrafos do texto, as anarquistas finalizam ao falar da bondade do “el señor Fossa no cobra nada a esas dos indias por tenerlas en su casa, ni

5 Tradução: “índia, uma mulher já idosa, a qual (algo incrível e que até parece mentira) apesar dos 16 anos que passou estudando na... pia para lavar a sujeira do cavalheiro Fossa, não aprendeu nem mesmo a letra ‘o’ em todo esse tempo!! Não é verdade que depois de 16 anos lavando pátios e roupas, fazendo chimarrão e cuidando de porcos, cozinhando, passando fome e levando bofetadas (parece mentira), um índio não consiga aprender a letra ‘o’?” (*La Voz de La Mujer*, 01 jan. 1897, n. 9, p. 13).

6 Tradução: “Mas ainda há mais, a índia de Fossa (**a empregada, não a esposa**) tem uma filha à qual as crianças, pobrezinhos!, ensinam a multiplicar... em troca disso, a vida dela na casa do respeitável Fossa é algo pior. Os espancamentos, nem se fala: fome para sustentar um regimento, e para piorar, tanto é o afeto que têm por ela, que **proíbem-na de chamar de mãe a autora de seus dias. Por quê? Não se sabe**” (*La Voz de La Mujer*, 01 jan. 1897, n. 9, p. 13, grifo nosso).

tampoco por civilizarlas”⁷, colocando enquanto algo presente na sociedade argentina ainda nos fins da década de 1890.

Voltando-nos a outro modo que a biopolítica foi exercida neste contexto, temos o estímulo estatal para a imigração europeia, que objetivava transformar étnica e culturalmente a população. Inicialmente, considerava-se que a imigração europeia seria a “chave não apenas pelos braços que contribuía, mas também pelos ensinamentos de economia, ordem e moralidade que introduziria”⁸ (Fernández, 2017, p. 59) na sociedade — ideias eugenistas e positivistas, que através da branquitude europeia se atingiria o progresso e expansão econômica. No entanto, algumas décadas mais tarde, a multiplicidade étnica-cultural, a organização e manutenção de aspectos culturais por parte dos grupos de imigrantes, a chegada de exilados políticos da Europa e o fortalecimento de movimentos sociais, mudaram esse panorama.

Assim, a imigração passou a ser um problema a ser enfrentado, chamado de “questão nacional”. Para o pesquisador Fernando Devoto,

As apreensões geradas pela maciça presença imigratória europeia não diziam respeito apenas ao problema de identidade nacional, mas estabeleciam o que era considerado como duas ameaças mais imediatas para o Estado argentino e para a elite dirigente. Em que medida as comunidades imigrantes constituíam quintas-colunas potenciais em território argentino, ameaçando sua integridade? Mais ainda no contexto de um certo intervencionismo (ou pelo menos ativismo) diplomático perante as próprias comunidades imigrantes (que, no caso da Itália, marcaram uma das duas linhas contrapostas de sua diplomacia, que antes buscava fortalecer seus vínculos com as ‘colônias’ da América do Sul que orientar-se para aventuras expansionistas africanas), mas também perante o Estado argentino, nos frequentes conflitos entre súditos e estrangeiros e o poder político, judiciário ou policial argentino (Devoto, 1999, p. 41-42).

Enquanto resposta a essas instabilidades e receios foi proposto o “uso

7 Tradução: “o senhor Fossa não cobra nada dessas duas índias por tê-las em sua casa, nem tampouco por civilizá-las” (*La Voz de La Mujer*, 01 jan. 1897, n. 9, p. 13).

8 Texto original: “clave no sólo por los brazos que aportaba sino por las enseñanzas de economía, orden y moralidad que introduciría” (Fernández, 2017, p. 59).

de uma pedagogia cívica intensa a partir da escola pública” (Devoto, 1999, p. 41), com a prioridade do ensino de História da Argentina. A narrativa historiográfica — o uso do termo no singular, afinal, tratava-se da narrativa única e oficial, seria utilizada para demarcar a trajetória da Nação, — delimitando os espaços de diferentes etnias, nacionalidades e imigrantes no panorama da identidade nacional.

Os debates em torno da temática não foram homogêneos, mas conforme coloca Gabriela Pellegrino Soares (2003), a partir de 1870 passaram a existir políticas educacionais na Argentina, propostas a partir da figura de Domingo Sarmiento. Em suas obras, Sarmiento propunha ir “contra uma Argentina ‘ignorante e inóspita’, [...] [e] ergueu as bandeiras do fortalecimento das instituições públicas, da difusão das Luzes, da modernização econômica, do desenvolvimento das cidades” (Soares, 2003, p. 136), perspectivas positivistas que, como já mencionamos anteriormente, marcavam o recorte temporal.

Tais debates obtiveram os delineamentos que levaram à promulgação de alguns preceitos normativos, como a *Ley* nº 419, que criou a *Comisión Protectora de Bibliotecas Populares*, em 1870, propondo formas de fomento e investindo fundos às bibliotecas. Foi a partir desta lei que

nasceram em diferentes províncias argentinas bibliotecas populares, chegando a cerca de duzentas em 1876, das quais porém, em 1894, apenas dezesseis subsistiam. As dificuldades enfrentadas em seus primeiros anos levaram à supressão da *Comisión Protectora* em 1876, pela Lei nº 800, que transferia suas funções e faculdades à *Comisión Nacional de Escuelas* (Soares, 2003, p. 140).

Apesar do número de bibliotecas ter reduzido com o tempo, a criação de tal setor, posteriormente transformado em *Comisión Nacional de Escuelas*, indica-nos os debates a nível institucional que aconteciam a respeito. Alguns anos mais tarde, em 1884, foi promulgada a *Ley* nº 1420 de *Educación Común*, que estipulou uma educação gratuita, universal e laica. Através destas diretrizes, que “em fins do século XIX, a Argentina representa [ou] o terceiro país do mundo na relação de jornais existentes por habitante e, gradualmente, o número de revistas disponíveis” (Soares, 2003, p. 141-142).

Evidentemente que tais preceitos normativos não extinguiram totalmente os índices de analfabetismo no recorte temporal, mas contribuíram para o acesso de sujeitos não pertencentes a uma elite econômica e cultural a alguns saberes, ponto imprescindível ao analisarmos o periódico *La Voz de La Mujer*, que era produzido por mulheres trabalhadoras e lido por mulheres e homens trabalhadores e anarquistas, com uma tiragem que variou de 1.000 à 2.000 exemplares. Apesar das redatoras declararem que:

Algunas de nosotras jamás hemos tomado una pluma, ni aun para poner nuestros nombres, y no obstante nos hemos decidido a poner nuestras fuerzas al servicio de la tan ansiada Revolución Social. Queremos hacer comprender a nuestras compañeras que no somos tan débiles e inútiles cual creen o nos quieren hacer creer los que comercian con nuestros trabajos y nuestros cuerpos⁹.

Ainda há mulheres e homens libertários envolvidos na produção do impresso que, obviamente, eram alfabetizados. Para além disso, percebe-se a mobilização para que aquelas pessoas que conhecessem outros idiomas colaborassem na tradução de obras, como percebemos na quinta edição: “Los compañeros de *Oporto* nos comunican que en el transcurso de este mes quedará lista ‘La conquista del pan’, traducida al portugués. Los compañeros que conozcan este idioma pueden solicitarla a los compañeros de ‘O Libertario’, Rua da Pena, Ventosa 5, 2º Porto (Portugal)¹⁰. Outro aviso similar foi publicado no oitavo número do impresso:

Hemos recibido el folleto ‘A os Jovens’ de nuestro camarada Kropotkine. Está traducido al idioma portugués y fue publicado por la ‘Biblioteca Literaria’ de Porto (Portugal). También hemos recibido y lo ponemos a disposición de los compañeros ‘La Nueva Esclavitud’ por John Davis, miembro del

9 Tradução: “Alguns de nós nunca seguramos uma pena, nem mesmo para assinar nossos nomes, no entanto, decidimos dedicar nossas energias ao serviço da tão desejada Revolução Social. **Queremos fazer nossas companheiras entenderem que não somos tão fracas e inúteis como acreditam, ou como aqueles que negociam com nossos trabalhos e corpos querem nos fazer crer**” (*La Voz de La Mujer*, 27 de março de 1896, n. 4, p. 4, grifo nosso).

10 Tradução: “Os companheiros do *Oporto* nos comunicam que ao longo deste mês estará pronta ‘A Conquista do Pão’, traduzida para o português. Aqueles que conhecem este idioma podem solicitá-la aos companheiros de ‘O Libertário’, Rua da Pena, Ventosa 5, 2º Porto (Portugal)” (*La Voz de La Mujer*, 15 mai. 1896, n. 5, p. 11).

Congreso de los E. Unidos, publicado por el grupo ‘Centro de Propaganda Obrera’ de Tampa (Florida). Es muy interesante y merece leerse. Precio: Cada cual sus fuerzas¹¹.

Aqui, as redatoras indicam que vale a pena a leitura do texto de John Davis, originalmente escrito em inglês, demonstrando que compreendem o idioma. Além das produções em português que, apesar de uma maior semelhança com o espanhol, ainda é uma língua diferente. A única menção negativa relacionada às traduções, ocorreu nas *Notas* da última edição publicada: “H. Tisby. Recibimos carta. No podemos traducir. Contestaremos por carta”¹². Considerando o cenário de instabilidade do *La Voz de La Mujer*, questão que as redatoras escreveram a respeito nos números oito e ao longo do nove, possivelmente a negação da tradução ocorreu devido às dificuldades de manter a publicação das edições e não necessariamente algo relativo à linguagem. Também faz-se relevante considerarmos a possibilidade de aprendizagem e alfabetização em outros espaços que não os institucionais, além dos(as) imigrantes que possivelmente já eram alfabetizados.

Ainda em relação à educação na Argentina, devemos considerar que esta objetivou massificar e homogeneizar alguns saberes, como a História e a linguagem. A pesquisadora Cintia Garrido compreende o desenvolvimento da escola pública, gratuita, laica e higiênica na Argentina enquanto um “dispositivo biopolítico, [que] desempenhou um papel na produção performativa de uma subjetividade individual e, especialmente, coletiva, ou seja, de uma população nacional, durante o período de organização e consolidação do Estado argentino”¹³ (Garrido, 2013. p. 46), constatação a qual concordamos.

11 Tradução: “Recebemos o panfleto ‘Aos Jovens’ de nosso camarada Kropotkine. Está traduzido para o idioma português e foi publicado pela ‘Biblioteca Literária’ do Porto (Portugal). Também recebemos e disponibilizamos aos companheiros ‘A Nova Escravidão’ por John Davis, membro do Congresso dos Estados Unidos, publicado pelo grupo ‘Centro de Propaganda Obrera’ de Tampa (Flórida). É muito interessante e merece ser lido. Preço: Cada um conforme suas possibilidades” (*La Voz de La Mujer*, 14 de novembro de 1896, n. 8, p. 15).

12 Tradução: “H. Tisby. Recibemos a carta. Não podemos traduzir. Responderemos por carta” (*La Voz de La Mujer*, 01 jan. 1897, n. 9, p. 15).

13 Texto original: “dispositivo biopolítico, [que] asumió en la producción performativa de una subjetividad individual y, especialmente, colectiva, esto es, una población nacional, durante el período de organización y consolidación del Estado argentino” (Garrido, 2013. p. 46).

Para isto,

A instituição escolar era então encarregada da produção de hábitos morais em conformidade com os padrões de civilidade definidos a partir da ordem liberal-conservadora da época. Fatores biológicos e sociológicos participavam na performance da sujeição da criança-escolar em termos de um processo evolutivo em direção ao nacional, cujo sucesso ou fracasso dependeria não apenas da sua combinação adequada — ou não — na definição das características do adulto que estava se formando, mas também de como, especialmente o caráter hereditário, seria contrabalançado, quando não diretamente neutralizado¹⁴ (Garrido, 2013, p. 53).

Acreditava-se que, a partir da educação, seria possível transformar comportamentos que os saberes médico-higienistas atribuíam a questões hereditárias, seja o envolvimento em movimentos de trabalhadores ou questões étnicas e culturais, por exemplo. E o objetivo era a docilidade e a produtividade coletiva. Faz-se necessário compreender que para além de uma investida biopolítica, a escola e educação gratuita eram também — conforme Foucault pontua, uma maneira de disciplinar, “uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar” (Foucault, 1999, p. 173). Desta forma, podemos compreender que a “tática disciplinar se situa sobre o eixo que liga o singular e o múltiplo. Ela permite ao mesmo tempo a caracterização do indivíduo como indivíduo, e a colocação em ordem de uma multiplicidade dada” (Foucault, 1999, p. 175), ou seja, possui enquanto foco o indivíduo e os papéis que este possui ao compor uma massa.

Assim, a criança era o foco privilegiado da educação formal do Estado, que por sua vez, influencia a família nos seus hábitos e costumes, já que “o estrangeiro-adulto seguia sendo o inadequadamente inassimilável”¹⁵

14 Texto original: “El dispositivo escolar era entonces encomendado en la producción de hábitos morales conformes a los estándares de civilidad definidos desde el ordenamiento liberal-conservador de la época. Los factores biológicos y sociológicos participaban en la performatividad de la sujeción del niño-escolar en términos de un proceso evolutivo hacia lo nacional, cuyo éxito o fracaso dependería no sólo de su combinación acertada — o no — en la definición de los caracteres del adulto que se estaba gestando sino también del modo en que, especialmente el carácter hereditario, resultase contrarrestado cuando no directamente neutralizado” (Garrido, 2013, p. 53)

15 Texto original: “el extranjero-adulto seguía siendo lo impropriamente inasimilable [...]”

(Garrido, 2013, p. 50). Aos adultos, foram destinadas outras instituições que visavam o disciplinamento, como a prisão, a fábrica e o quartel, conforme analisaremos em seguida.

Para o desenvolvimento deste projeto homogeneizador nacional, era necessário forças produtivas, responsáveis a ensinar as narrativas, teorias e aspectos morais selecionados. Desta forma, as mulheres foram inseridas enquanto professoras nas escolas públicas, pois eram

supostas possuidoras de qualidades maternas inatas e mão de obra barata e pouco exigente, foram incorporadas pelo Estado nascente como educadoras da infância. Eram consideradas as mais aptas para civilizar, ou seja, transmitir a moral e os bons costumes próprios da nova Nação, principalmente para as classes populares e imigrantes. O exercício do magistério primário foi entendido como uma extensão das tarefas atribuídas no lar para a esfera pública, reforçando a divisão sexual do trabalho e do conhecimento, assim como as condições precárias e desiguais de trabalho para as mulheres no mercado de trabalho¹⁶ (Anzorenal, 2008, p. 11).

Justificado pelo que se delimitavam de “instintos materno”, as mulheres ocuparam trabalhos mal remunerados, perpetuando uma divisão sexual/ de gênero do trabalho, questões que abordamos anteriormente. E, apesar de as mulheres terem sido as educadoras desta pátria, a educação também possuía distinções de gênero e construía masculinidades e feminilidades. Para o pesquisador Pablo Scharagrodsky (2001), a Educação Física desempenhou um papel importante no quesito de construção de identidades e performatividades de gênero, visto

No artigo 6 da Lei de Educação Comum, eram claramente diferenciados certos conhecimentos a serem adquiridos:

(Garrido, 2013, p. 50).

16 Texto original: “Las mujeres, supuestas poseedoras de cualidades maternales innatas y mano de obra barata y poco exigente, fueron incorporadas por el Estado naciente como educadoras de la infancia. Eran consideradas las más aptas para civilizar, es decir transmitir la moral y las buenas costumbres propias de la nueva Nación sobre todo para las clases populares e inmigrantes. El ejercicio de la docencia primaria fue entendido como una extensión de las tareas asignadas en el hogar a la esfera pública, reforzando la división sexual del trabajo y del saber, y las condiciones de precariedad y desigualdad laboral para las mujeres en el mercado de trabajo” (Anzorenal, 2008, p. 11).

Para as meninas: ‘Será obrigatório também o conhecimento de trabalhos manuais e noções de economia doméstica.’ Em contraste: Para os meninos, ‘O conhecimento dos exercícios e evoluções militares mais simples; e, em campanhas, noções de agricultura e pecuária’¹⁷ (Scharagrodsky, 2001, p. 126).

Além desta diretriz geral, os exercícios físicos de meninos e meninas eram diferentes, tanto no seu enfoque quanto na intensidade. Conforme Scharagrodsky (2001) observa, “a influência militar e higiênica tem tido uma poderosa interferência no disciplinamento corporal de gênero, e tem suas origens mesmo antes da institucionalização obrigatória da Educação Física Escolar na Argentina”¹⁸ (Scharagrodsky, 2001, p. 126), pois os planejamentos e habilidades cobradas dos meninos faziam muitas referências ao militarismo. Já para as meninas, esperava-se coordenação e ritmo para dançar, além dos conhecimentos de corte e costura.

A educação marcada pela distinção de gênero foi alvo de críticas ao longo das publicações no *La Voz de La Mujer*. No texto intitulado “*La bella donna*”¹⁹ — o único publicado em italiano e assinado por “Una Stiratrice”²⁰ —, há a seguinte consideração referente à educação feminina:

Col dargli un'educazione molto limitata; continua poi con la vita domestica, dove la donna é destinata al servizio dell'uomo; dopo nella scalla sociale, la donna é considerata inferiore all'uomo, indegna di qualunque sia cosa; tutto questo per mantenere la donna in uno stato di dipendenza economica e morale verso l'uomo. L'educazione imperfetta e pessima, la differenza del lavoro, piú ó meno degradante, che gli é destinato, il salario piú misero e la prostituzione che l'aspetta quando non trova chi veglia sulla sua esistenza. [...] L'inno-

17 Texto original: “en el artículo 6 de la ley de educación común, se diferenciaban claramente ciertos conocimientos a aprender: Para las niñas, ‘será obligatorio además el conocimiento de labores de manos y nociones de economía doméstica.’ En cambio: para los varones, ‘el conocimiento de los ejercicios y evoluciones militares más sencillos; y en las campañas, nociones de agricultura y ganadería” (Scharagrodsky, 2001, p. 126).

18 Texto original: “La huella militar y la huella higiénica, han tenido una potente injerencia en la disciplina corporal de género, y tiene sus orígenes aún antes de la institucionalización obligatoria de la Educación Física Escolar Argentina” (Scharagrodsky, 2001, p. 126).

19 Tradução: “A bela mulher” (*La Voz de La Mujer*, 08 jan. 1896, n. 1, p. 4).

20 Tradução: “Uma passadeira” (*La Voz de La Mujer*, 08 jan. 1896, n. 1, p. 7).

cenza é sparita, ogni sentimento morale, perduto; discacciata da tutti la Società gli attribuisce la colpa²¹.

Para a escritora do texto publicado no periódico, a educação que era especificamente destinada às meninas e mulheres perpetuava desigualdades de gênero, as mantinham em empregos desvalorizados e com salários menores, voltadas a tarefas domésticas e em domicílio, além de as manterem como reféns de uma moralidade masculina. Em outra passagem do impresso, escrevem que “nosotras mujeres, indudablemente no contamos con tanto conocimiento entre los compañeros, como deseáramos; teniendo en cuenta esto, pedimos: De cada uno según sus fuerzas”²². Logo, reconheciam as limitações de sua educação formal em comparação a dos homens, que possuíam outras oportunidades e formações.

Assim, incentivam que as mulheres estudassem

Es ya tiempo mujer querida, que caiga esa espesa venda de tus ojos. Si eres soltera, cultiva tu inteligencia, estudia cuanto puedas, trata de hacer te grande, igual al hombre, pues aun que mujer, eres su igual. La naturaleza te brinda los mismos placeres y las mismas libertades y el alcanzarlas sólo de ti depende, despreciando como yo, leyes y capital, curas y religión, burguesas y burgueses, primero porque la ley sólo alcanza a los pobres y desgraciados [...]²³.

21 Tradução: “Dando-lhe uma educação muito limitada; depois, continua com a vida doméstica, onde a mulher é destinada ao serviço do homem; em seguida, na escala social, a mulher é considerada inferior ao homem, indigna de qualquer coisa que seja; tudo isso para manter a mulher em um estado de dependência econômica e moral em relação ao homem. A educação imperfeita e péssima, a diferença no trabalho, mais ou menos degradante, ao qual ela é destinada, o salário mais miserável e a prostituição que a aguarda quando não encontra quem zele por sua existência. [...] A inocência desaparece, todo sentimento moral se perde; expulsa por todos, a Sociedade lhe atribui a culpa” (*La Voz de La Mujer*, 08 jan. 1896, n. 1, p. 5-6).

22 Tradução: “nós mulheres, indubitavelmente não possuímos tanto conhecimento entre os companheiros como gostaríamos; levando isso em consideração, pedimos: De cada um segundo suas forças” (*La Voz de La Mujer*, 08 jan. 1896, n. 1, p. 10).

23 Tradução: “É hora, mulher querida, de remover essa densa venda de teus olhos. Se és solteira, cultiva tua inteligência, estuda o máximo possível, esforça-te para te tornares grandiosa, igual ao homem, pois, mesmo sendo mulher, és sua igual. A natureza te oferece os mesmos prazeres e as mesmas liberdades, e alcançá-los depende apenas de ti, desconsiderando, como eu, leis e capital, autoridades e religião, burgueses e burguesas, primeiro porque a lei só alcança os pobres e desafortunados [...]” (*La Voz de La Mujer*, 20 fev. 1896, n. 3, p. 9).

E parabenizaram aquelas que se uniam às suas pautas e ideais anarquistas, apesar das dificuldades que enfrentavam enquanto mulheres trabalhadoras e constantemente inferiorizadas intelectualmente:

Es satisfactoria ver la clase llamada más débil de la sociedad, esta clase por todos encarnizada, abrazar los anchos pliegues de la bandera anarquista y por la vía revolucionaria proclamar altamente su emancipación. ¡Bravo compañeras! Así como la emancipación de los trabajadores ha de ser obra de los trabajadores mismos, obra de las mujeres mismas ha de ser su emancipación de ellas²⁴.

Assim, elas ressaltaram a importância e a capacidade de agenciamento e resistência das mulheres trabalhadoras, as compreendendo enquanto sujeitos com potencial de transformar a realidade que estavam inseridas.

Diante do que foi apresentado, concluímos que as publicações do *La Voz de La Mujer* são respostas e elaborações a respeito do contexto que as redatoras vivenciavam e, entre as possíveis análises, podemos perceber o estabelecimento da Biopolítica, assim como do poder disciplinar, conforme proposto por Foucault, pelo Estado argentino na segunda metade do século XIX. As políticas étnicas e educacionais são vistas enquanto intervenções na constituição e características da massa populacional que compunha a Nação.

Vejamos agora seus escritos a respeito de outros fatores e instituições da sociedade, como as relações de trabalho e exploração, a legislação, a Igreja, os asilos e as casas de misericórdias.

“MÁS NADA QUE EL TALLER, [...] O LA CÁRCEL”: TRABALHO, REVOLTA E PODER DISCIPLINAR

Ao analisarmos um periódico anarco comunista as críticas referentes à classe burguesa, relações de trabalho, exploração e condições de vida são

24 Tradução: “É satisfatório ver a classe considerada mais fraca da sociedade, essa classe tão oprimida por todos, abraçar os amplos pregões da bandeira anarquista e proclamar de maneira revolucionária sua emancipação. Bravo, companheiras! Assim como a emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores, a emancipação das mulheres deve ser obra delas mesmas” (*La Voz de La Mujer*, 20 fev. 1896, n. 3, p. 9).

aspectos muito presentes em suas páginas. As redatoras instigam o público leitor a refletir sobre as maneiras que os(as) trabalhadores(as) eram tratados(as), sobre seus pagamentos e realidade diária:

¿somos acaso para el burgués algo más que un caballo? no, por vida mía, somos sí un objeto de explotación y de servicio, como un par de botas o un paraguas, pero menos, mucho menos apreciable que un caballo o un coche; y si no observad, y veréis cuál cuidan y tapan en invierno a los lujosos troncos, mientras tú y yo, y todos los obreros, vamos semi-desnudos, andrajosos, y ateridos de frío con el semblante demacrado y vacío el estómago, a nuestras embrutecedoras ocupaciones²⁵.

Desta forma, elas abordavam como muitas das relações de trabalho se estabeleciam, sobre os baixos salários e as suas condições de sobrevivência, marcadas pela vulnerabilidade social e pela necessidade de conseguir “dinero los trabajadores se ven convertidos en animales de carga y en máquinas automáticas que se mueven a impulso de los que las dirigen y, en fin, enseñadles que por el maldito dinero sufrimos hambre, miseria y toda clase de privaciones”²⁶. E que, apesar das horas de trabalho, continuam sofrendo com a fome:

Es una cosa menos terrible ser mordido por un endemoniado que sentir el agujón de la pobreza: un mordisco es pasajero, se cura; en tanto que la pobreza, más cruel que una bestia feroz, más ardiente que el fuego, os desgarrá y abrasa sin cesar. Ved ahí el concepto que uno debe formarse de los ricos y de los avaros. Ellos son ladrones, salteadores de caminos que roban a los viajeros y hacen de sus habitaciones cavernas donde entierran los bienes robados...²⁷

25 Tradução: “Por acaso somos, para o burguês, algo mais do que um cavalo? Não, pela minha vida, somos sim um objeto de exploração e serviço, como um par de botas ou um guarda-chuva, mas menos, muito menos apreciáveis do que um cavalo ou um carro; e se observares, verás como cuidam e protegem no inverno os luxuosos troncos, enquanto tu e eu, e todos os trabalhadores, vamos semi-nus, esfarrapados e tremendo de frio, com o rosto abatido e o estômago vazio, para nossas ocupações embrutecedoras” (*La Voz de La Mujer*, 08 jan. 1896, n. 1, p. 4).

26 Tradução: “dinheiro os trabalhadores são transformados em animais de carga e em máquinas automáticas que se movem por impulso dos que as dirigem, e, enfim, ensinai-lhes que pelo maldito dinheiro sofremos fome, miséria e todo tipo de privações” (*La Voz de La Mujer*, 15 mai. 1896, n. 5, p. 3-4).

27 Tradução: “É uma coisa menos terrível ser mordido por um endemoniado do que sentir o aguilhão da pobreza: uma mordida é passageira, se cura; enquanto a pobreza, mais cruel que uma besta feroz, mais ardente que o fogo, rasga e queima incessantemente. Eis o conceito que se deve formar sobre os ricos e avarentos. Eles são ladrões, saltea-

A partir desses temas, que se configuraram enquanto a realidade de muitos trabalhadores(as) — conforme abordamos no primeiro capítulo, as redatoras explicavam a respeito do sistema de produção capitalista e buscavam conscientizar aqueles(as) que liam o impresso. Como vemos no trecho a seguir:

Yo creo que se debe simplemente a que os pagan muy poco por vuestro trabajo y a que os cobran mucho por todo cuanto necesitáis para vivir. ¿Por qué así? Simplemente también porque hay quien os quita una parte, la mayor, no lo dudéis, del producto de vuestro trabajo; ¿quién es el que así os roba, o, mejor dicho, nos roba, porque yo también soy obrera y no hay obrero ni obrera que no sea robado y robada? Los que viven sin trabajar, es decir, los patrones. [...] Yo bien sé que vosotras diréis que los patrones trabajan, que sacan cuentas, que cuidan los talleres, que dan órdenes, que llevan los libros, que vigilan sus operarios, etcétera. Pero decidme, ¿si vosotras os ponéis por ejemplo a sacar muchas cuentas en vuestra casa, a dar muchas órdenes y a vigilar mucho a vuestros hermanos, al fin del día qué producto habréis presentado ante la vista de los demás, de vuestro trabajo?²⁸

Nestes textos, as redatoras reafirmavam-se enquanto trabalhadoras e operárias, e se opõem à lógica e à organização produtiva da sociedade. Há publicações que visavam dialogar especificamente com o público feminino, como no trecho a seguir:

Y vosotras, infelices compañeras nuestras que os matáis todo un día para hacer una docena o dos de camisetas, por las cuales se os paga la veintésima parte de lo que luego ellos cobran, ¿creéis que eso es justo? Si reclamáis no os atenderán y lo que es más probable os despedirán, no os darán más trabajo, si os declaráis en huelga,

dores de estrada que roubam dos viajantes e transformam seus lares em cavernas onde enterram os bens roubados...” (*La Voz de La Mujer*, 18 out. 1896, n. 7, p. 5).

28 Tradução: “Eu acredito que isso se deve simplesmente ao fato de que vos pagam muito pouco pelo vosso trabalho e vos cobram muito por tudo o que precisais para viver. Por quê? Simplesmente porque há quem tire uma parte, a maior, não duvidem, do produto do vosso trabalho; quem é que vos rouba assim, ou melhor, nos rouba, porque eu também sou operária e não há operário ou operária que não seja roubado ou roubada? Aqueles que vivem sem trabalhar, isto é, os patrões. [...] Eu sei bem que direis que os patrões trabalham, que fazem cálculos, que cuidam das oficinas, que dão ordens, que mantêm os livros, que supervisionam os operários, etc. Mas dizei-me, se vós, por exemplo, começardes a fazer muitos cálculos em vossa casa, a dar muitas ordens e a supervisionar muito vossos irmãos, no final do dia, que produto apresentareis diante dos outros, do vosso trabalho?” (*La Voz de La Mujer*, 14 nov. 1896, n. 8, p. 12-13).

la perderéis, y si la ganáis, no tardaréis en estar en peores condiciones, porque la evolución de los demás gremios hará nulo vuestro triunfo, no, no haréis nada si nos os rebeláis contra los ladrones²⁹.

Interessante notar que a categoria trabalhista utilizada no exemplo é a de costureira, uma das ocupações mais atribuídas às mulheres em Buenos Aires nos fins do século XIX, devido à divisão sexual dos trabalhos. Assim, é possível pensar que algumas das redatoras realmente trabalhavam enquanto costureiras ou que assinavam de tal forma para se aproximar da realidade de muitas mulheres trabalhadoras que pudessem ler o periódico. De qualquer forma, ao longo de suas páginas elas focaram nas pautas relacionadas às mulheres trabalhadoras.

Aqui, faz-se relevante considerar que, apesar de, numa perspectiva foucaultiana, a classe não se configurar enquanto um conceito analítico, podemos pensar nessas tensões a partir de uma capilaridade do poder. Um “poder [que] se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-lo. Jamais eles são o alvo inerte ou consentidor do poder, são sempre seus intermediários” (Foucault, 1999, p. 34-35). Ou seja, está presente em todas as relações sociais — como no caso, entre trabalhadores(as) e patrões ou burgueses. E não reduz os(as) trabalhadores(as) apenas à uma passividade, mas enquanto participantes dessas relações e sujeitos com possibilidades de agenciamento e resistência.

Entretanto, também deve-se levar em consideração que foram desenvolvidos mecanismos, técnicas e instituições voltadas à dominação dos indivíduos e populações, que interessou a burguesia e, posteriormente, o Estado. Conforme pontuado por Foucault (1999), ao se voltar para a relação da burguesia referente a exclusão dos loucos e repressão da sexualidade infantil:

[...] não houve a burguesia que pensou que a loucura deveria ser excluída ou que a sexualidade infantil deveria ser reprimida, mas os mecanismos de exclusão da loucura, os mecanismos de vigilância da sexualidade infantil, a par-

29 Tradução: “E vós, infelizes companheiras, que trabalham o dia inteiro para fazer uma dúzia ou duas de camisetinhas, pelas quais vos pagam a vigésima parte do que eles recebem depois, achais isso justo? Se reclamardes, não vos ouvirão e, o que é mais provável, serão demitidas, não vos darão mais trabalho. Se fizerdes greve, a perderão, e se a ganhardes, não demorará a estar em piores condições, porque a evolução de outras associações tornará nulo vosso triunfo. Não, não fareis nada a menos que vos rebeléis contra os ladrões” (*La Voz de La Mujer*, 27 mar. 1896, n. 4, p. 5).

tir de um certo momento [...] **produziram certo lucro econômico, certa utilidade política** e, por essa razão, se viram naturalmente colonizados e sustentados por mecanismos globais e, finalmente, pelo **sistema do Estado inerte**. [...] Em outras palavras: a burguesia não dá a menor importância aos loucos, mas **procedimentos de exclusão dos loucos produziram**, liberaram, **a partir do século XIX e mais uma vez segundo certas transformações, um lucro político**, eventualmente até certa **utilidade econômica**, que solidificaram o sistema e o **fizeram funcionar no conjunto. A burguesia não se interessa pelos loucos, mas pelo poder que incide sobre os loucos** [...] (Foucault, 1999, p. 39, grifo nosso).

Portanto, o interesse na criação e desenvolvimento de mecanismos — como dispositivos de saber e poder disciplinar, por exemplo — em que o indivíduo “é controlado, seguido, punido, reformado, resulta, para a burguesia, um interesse que funciona no interior do sistema econômico-político geral” (Foucault, 1999, p. 39).

As redatoras do *La Voz de La Mujer* faziam críticas à associação e ao imbricamento entre a burguesia e o Estado argentino, compreendendo que ambos funcionavam enquanto defensores dos interesses um do outro. Enquanto exemplo desta relação, elas mencionam a defesa da propriedade privada e os mecanismos de vigilância na sociedade:

Veamos, cualquier patrón nos robará el producto de nuestro trabajo, en su mayor parte: si producimos ocho, nos dará dos. Bien, como pudiera ser que algún hambriento quisiera apoderarse y se apoderase de aquella parte que el patrón robó al obrero, **hubo necesidad de pedir favor al gobierno, que es el defensor de los ladrones**, y éste le dijo: ‘Bueno, yo te prestaré auxilio, yo impediré que tus infelices víctimas traten de sacarte lo que tú, por medio del engaño y valiéndote, y aprovechándote de su ignorancia, le has robado; yo cuidaré y defenderé el producto de tus rapiñas, pero con la condición de que tú me has de dar una parte de lo que robas’. **Y efectivamente, se estableció vigilancia por todas partes y esta vigilancia costaba al burgués, o sea al ladrón, un peso, de los seis que había robado**³⁰.

30 Tradução: “Veamos, qualquer patrão nos roubará o produto de nosso trabalho, em sua maior parte: se produzirmos oito, nos dará dois. Bem, como poderia ser que algum faminto quisesse se apossar e se apossasse daquela parte que o patrão roubou do trabalhador, **houve a necessidade de pedir favor ao governo, que é o defensor dos**

Perceber a presença desta temática nas folhas do *La Voz de La Mujer* faz muito sentido visto que foi justamente na segunda metade do século XIX, que

a elite política argentina direcionou seus esforços para a criação de uma ordem social [...]. Para atingir tais objetivos, procurou-se desenvolver e aprimorar as instituições destinadas a controlar e regular a população. Nesse sentido, a polícia — instituição encarregada de vigiar, reprimir e moldar as condutas dos setores populares — abrangeu uma ampla gama de atividades humanas³¹ (Teitelbaum, 1998, p. 186).

Desta forma, a polícia também estava responsável pelo disciplinamento dos trabalhadores, a vigilância sobre os bens privados e materiais da burguesia. Em outras passagens, como no texto intitulado *Dios, ley y comercio*, no qual as libertárias narram as tensões entre trabalhadores e burgueses, a segurança pública estatal realizava o papel de conter as revoltas:

Eran los que vivían ‘honesta y honradamente’ del fruto del trabajo del obrero, que temerosos de que se les escapase el turrón gritaban y amenazaban. El obrero indignado tomó un palo y se dispuso a romperles algo importante a los dos que lo engañaban, al ‘gobierno’ y al ladrón, o sea a los dos ladrones. Pero como **el gobierno tenía a sus espaldas a aquella gente que hacía de seguridad pública**, tuvo el obrero que luchar fuertemente con ambos y una vez vencedor, dio poderes para que le hiciese leyes al otro embaucador, y a unos otros, que se llamaron diputados, etcétera [...]. Tuvo el obrero que pagarles, darles de comer y vestirlos a los tales diputados y demás chusma y éstos **por su parte hacían mil macanazos que llamaron leyes** y con las cuales estuvo el obrero largo tiempo engañado³².

ladrões, e este lhe disse: ‘Bom, eu te emprestarei auxílio, eu impedirei que tuas infelizes vítimas tentem tirar de ti o que tu, por meio do engano e aproveitando-te de sua ignorância, roubaste; eu cuidarei e defenderei o produto de teus saques, mas com a condição de que tu me darás uma parte do que roubas.’ **E efetivamente, estabeleceu-se vigilância por todos os lados e essa vigilância custava ao burguês**, ou seja, ao ladrão, **um peso, dos seis que ele havia roubado**” (*La Voz de La Mujer*, 31 jan. 1896, n. 2, p. 9, grifo nosso).

31 Texto original: “la elite política argentina canalizó sus esfuerzos en la constitución de un orden social [...] Para alcanzar tales objetivos se buscó desarrollar y perfeccionar las instituciones destinadas a controlar y regimenter a la población. En ese sentido, la policía — repartición encargada de vigilar, reprimir y moldear las conductas de los sectores populares — abarcó una extensa gama de las actividades humanas” (Teitelbaum, 1998, p. 186).

32 Tradução: “Eles eram aqueles que viviam ‘honestamente e honradamente’ do fruto do trabalho do operário, que, temerosos de perderem o que conquistaram, gritavam e ameaçavam. O trabalhador indignado pegou um pedaço de pau e se preparou para quebrar algo importante nos dois que o enganavam, no ‘governo’ e no ladrão, ou seja, nos

No caso acima, as redatoras colocam a classe trabalhadora enquanto vencedora do conflito, mas que acabou incentivando outras formas de organização política, com deputados e leis. Às vezes, as analogias utilizadas no periódico podem soar confusas, principalmente no que se refere às organizações e modelos políticos ao longo da história, pois o enfoque dado pelas anarquistas visa demonstrar que, apesar de ocorrer mudanças dos sistemas sociais e políticos, a classe trabalhadora continua subjugada, pois tratam-se de hierarquias e formas de produção.

Assim, as redatoras compreendem enquanto responsáveis os “burgueses, enemigos del bienestar del pueblo, [que] construid cárceles, alzad guillotinas, fusilad y agarrotad”³³, ou seja, eles são responsáveis pelo controle das instituições e pela ordem social. Seja de instituições disciplinares naquele recorte temporal, como a prisão, mas aquelas que também já possuíam o poder de fazer morrer pela guilhotina, fuzilamento ou enforcamento. A crítica é ao aspecto que permanece: a decisão e controle sobre a vida ou morte de indivíduos.

Ainda a respeito de instituições e partes do poder disciplinar, ao voltarmos aos aspectos jurídicos, as leis e o cárcere, vemos que as redatoras escrevem que

la ley es cosa *hecha* y por lo tanto factible de ser errónea, no cabe duda de que el hombre vende su libertad, y de que el oro *compra* la ley tampoco cabe duda. Que los que hacen y aplican la ley son ricos, [no cabe] duda, que nos comprarán nuestra libertad y que no podemos comprarles su ley ¿quién lo ignora?³⁴

dois ladrões. **Mas como o governo tinha a seu favor aquelas pessoas que atuavam como segurança pública**, o trabalhador teve que lutar com firmeza contra ambos e, uma vez vitorioso, deu poderes para que o outro **embusteiro fizesse leis para ele**, e para outros, que foram chamados de deputados, etc. [...] O trabalhador teve que pagar, dar comida e vestir os tais deputados e demais ralé, e estes, por sua vez, **faziam mil artimanhas que chamaram de leis** e com as quais o trabalhador ficou enganado por muito tempo” (*La Voz de La Mujer*, 31 jan. 1896, n. 2, p. 10, grifo nosso).

33 Tradução: “burgueses, inimigos do bem-estar do povo, [que] constroem prisões, ergueram guilhotinas, fuzilaram e enforcaram” (*La Voz de La Mujer*, 31 jan. 1896, n. 2, p. 3).

34 Tradução: “A lei é uma coisa *feita*, portanto, passível de ser errónea. Não há dúvida de que o homem vende sua liberdade e que o ouro *compra* a lei. Também não há dúvida de que aqueles que criam e aplicam a lei são ricos. *Que*

Compreendem que as normas e as legislações são criações que correspondem a determinados interesses e objetivos. Novamente, elas ressaltam o distanciamento dos(as) trabalhadores(as) em influenciar esta dinâmica. Na quarta edição do *La Voz de La Mujer*, as redatoras indicam que leram no jornal *La Nación*, publicado no dia 18 de março de 1896, em que um advogado se pronunciou enquanto defensor dos patrões, contra os trabalhadores grevistas:

El Dr. Oliva se convierte en abogado de ‘los patrones’, contra los ‘peones matriculados’. Estos individuos, dice, ‘no se pertenecen’, ‘no pueden abandonar el servicio por su propia voluntad’. ¿Sabe el lector lo que le pasa a un conchabado que abandona su patrón? El juez Oliva nos lo explica: ‘cae bajo la acción de la policía, que lo busca y lo entrega a su patrón, obligándolo a servir’ [...] Si el juez Oliva ha querido hacerse él mismo esclavo de la ley para apretar la cadena a los conchabados, podía haber salvado siquiera su protesta de hombre libre. No lo ha intentado, en su afán por defender los intereses de los dueños de ingenios y librarlos de que sus peones los ‘estafen’ [...] Digamos aquí, para concluir, que los agitadores del movimiento obrero, que bregan por la jornada de ocho horas, piden verdaderas gollerías, al lado de la suerte que cabe al infeliz jornalero de Tucumán, ahorrado por la ley y vilipendiado por los jueces³⁵.

Vale lembrar que o contexto das décadas de 1880 e 1890 foram marcadas pela intensificação das greves de trabalhadores(as) em prol da redução da jornada de trabalho, e frente a isso a polícia “está[va] a las órdenes de los patrones para conducir preso al trabajador que instigue a sus compañeros a

eles comprarão nossa liberdade e que não podemos comprar a deles com sua lei, quem ignora isso? (*La Voz de La Mujer*, 1 jan. 1897, n. 9, p. 15, grifo das redatoras).

35 Tradução: “O Dr. Oliva se torna advogado dos ‘patrões’, contra os ‘peões matriculados’. Estes indivíduos, afirma, ‘não pertencem a si mesmos’, ‘não podem deixar o serviço por sua própria vontade’. Sabe o leitor o que acontece a um contratado que abandona seu patrão? O juiz Oliva nos explica: ‘cai sob a ação da polícia, que o procura e o entrega ao seu patrão, obrigando-o a servir’ [...] Se o juiz Oliva quis se tornar ele mesmo escravo da lei para apertar a corrente nos contratados, poderia pelo menos ter preservado sua protesta como homem livre. Ele não tentou, em seu empenho em defender os interesses dos donos de engenhos e livrá-los de que seus peões ‘enganem’ [...]. Digamos aqui, para concluir, que os agitadores do movimento operário, que lutam pela jornada de oito horas, pedem verdadeiros luxos, ao lado do destino que aguarda o infeliz trabalhador diarista de Tucumán, acorrentado pela lei e ultrajado pelos juizes” (*La Voz de La Mujer*, 27 mar. 1896, n. 4, p. 10-11).

dejar el trabajo, aunque lo haga por los medios más lícitos”³⁶. Mesmo que, por vias legais, ocorriam as manifestações, a partir do descontentamento dos donos das fábricas, há uma investida repressiva. Assim, afirmavam que o “delito lo inventa el patrón, su sola palabra lo prueba, y la policía se complace en creerle y en encarcelar a los huelguistas”³⁷, questionando como, por quem e para quê são criadas as leis e aplicadas.

Enquanto anarquistas, elas tensionam ainda mais este ponto ao questionar quais os limites das definições da legislação sobre o que é considerado um crime (ou não) socialmente e sobre qual(ais) o(s) sujeito(s) compreendido(s) enquanto criminoso(s). Um exemplo para esta reflexão ocorre quando as redatoras levantam a hipótese de, diante das vulnerabilidades vivenciadas pelos(as) trabalhadores(as), reagisse e num caso mais extremo,

Matará, quizás, ¡ah! entonces, sí, entonces la sociedad lanzará sobre él como furia, como írcana fiera, y le enviará a un hondo y fétido calabozo, ¡entonces sí, que esta sociedad decrepita y corrompida, tendrá leyes, jueces y verdugos, con que hacerse justicia y castigar! /¿Y quién, pregunto yo, quién castigará a ella por haber robado al padre del niño, y al niño mismo los medios de sustento y de educación? ¿quién tomará en cuenta los actos de la sociedad para juzgar, quién entre ella y el niño es más criminal?³⁸

O ponto de referência para as redatoras refletirem a respeito é, novamente, a forma que vivem e suas vulnerabilidades: a pouca ou má educação formal, a fome e a miséria, exploração e os salários baixos, as negligências da sociedade e do Estado. Neste caso, a violência por parte dos trabalhadores seria uma resposta a tais contextos, apesar de condenada socialmente. E apre-

36 Tradução: “está[va] a serviço dos patrões para prender o trabalhador que instigar seus colegas a abandonar o trabalho, mesmo que o faça pelos meios mais legítimos” (*La Voz de La Mujer*, 31 jan. 1896, n. 2, p. 7).

37 Tradução: “O crime é inventado pelo patrão, sua única palavra o prova, e a polícia se satisfaz em acreditar nele e prender os grevistas” (*La Voz de La Mujer*, 31 jan. 1896, n. 2, p. 7-8).

38 Tradução: “Matará talvez, Ai então a sociedade se lançará sobre ele como uma fúria, como uma fera selvagem, e o enviará para uma masmorra profunda e fétida. Então, sim, essa sociedade decrepita e corrompida terá leis, juízes e carrascos para fazer justiça e punir! E quem, pergunto eu, quem a punirá por ter roubado do pai da criança e da própria criança os meios de subsistência e educação? Quem levará em conta os atos da sociedade para julgar quem, entre ela e a criança, é mais criminoso?” (*La Voz de La Mujer*, 08 jan. 1896, n. 1, p. 4).

sentam que, em contrapartida, havia uma autorização social para a polícia e para o exército matarem. Frente a isso, elas escreveram: “ahora recomendamos al señor jefe de policía que puede retirar el retrato de nuestro compañero, pues la muerte se encargó de inutilizarlo”³⁹. Em nossa leitura, isso indica a atuação letal da polícia do contexto, que enquanto instituição disciplinar exerce seu poder de forma extrema para impor e reforçar a ordem social vigente. Podemos refletir no mesmo sentido a respeito da repressão de reuniões de trabalhadores, situação que as redatoras concluem com “aquí viene a pelo aquello de: ‘los muertos no hablan’ ni se quejan, compañeros...”⁴⁰.

Outro exemplo de instituição disciplinar, mas que está relacionado com a biopolítica, é o exército. Disciplinar significa exercer um controle no corpo e no comportamento de cada um dos indivíduos que compõem a instituição, seja através das hierarquias, rotinas, posturas ou dos treinamentos, por exemplo. Foucault (1988) discorre a respeito das marchas militares enquanto um exemplo deste processo de disciplinamento, bem como o crescente detalhamento descritivo de posturas que cada um deveria ter. E é através do “‘exercício’, a técnica pela qual se impõe aos corpos tarefas ao mesmo tempo repetitivas e diferentes, mas sempre graduadas. [...] Assim, realiza, na forma da continuidade e da coerção, um crescimento, uma observação, uma qualificação” (Foucault, 1988, p. 186-187), e pode ser encontrada nas “práticas militares, religiosas, universitárias” e nas escolas.

Já a biopolítica, pois se exerce o poder sobre a vida de populações. Seja na saúde e estratégias de preservação da vida dos soldados, quanto nas decisões e confrontos que afetam as populações envolvidas em conflitos. Para as libertárias responsáveis pelo *La Voz de La Mujer*, as guerras impactavam principalmente o povo:

somos enemigos de las guerras, porque comprendemos que la única víctima de ellas es el pueblo. ¡Siempre el pueblo! [...] Comprendió el gobierno que si nos dejaba libres para hacer

39 Tradução: “Agora recomendamos ao senhor chefe de polícia que pode retirar o retrato do nosso companheiro, pois a morte se encarregou de inutilizá-lo” (*La Voz de La Mujer*, 27 mar. 1896, n. 4, p. 10).

40 Tradução: “aqui cabe a expressão: ‘os mortos não falam’ nem se queixam, companheiros...” (*La Voz de La Mujer*, 31 jan. 1896, n. 2, p. 11).

tal propaganda, ningún soldado iría, dado lo cansado que estaba el pueblo, que empieza a comprender al fin que sólo tiene patria cuando se trata de morir por ella; y entonces el gobierno buscó el medio de impedir nuestro deseo. [...] Por otra parte, los burgueses no vengan, al matarnos, la vida de esos que caen, porque si así fuera ¿quién matará al juez que, basándose en su creencia y en su código, condena a muerte a un semejante? Nosotros también nos basamos en nuestras creencias. ¿Quién juzgará al general que sacrifica miles de hombres en un día en un campo de batalla? ¿Y al gobierno que manda a esos generales? ¿Es fuerza que esto concluya y ha de concluir, nosotros lo queremos y será! Conste, no obstante, que a nosotros los anarquistas se nos odia más por nuestras ideas que por nuestros hechos⁴¹.

Aqui, percebemos que o movimento anarquista fez uma frente de oposição ao recrutamento das camadas populares para o exército, bem como aos conflitos em si. Para compreender melhor tal crítica, devemos considerar que o exército foi mais um dos fatores que contribuiu para a consolidação do Estado Nação argentino e atuou enquanto “instrumento estatal modernizado e profissionalizado de defesa externa contra ameaças de outros Estados e como garantidores da ordem política e social interna do país (Soprano, 2016, p. 31). Seja contra os conflitos internos entre províncias, as campanhas para expansão territorial e extermínio indígena, a presença de um grande contingente de imigrantes — e a atribuição a eles de movimentos como o anarquismo e o socialismo, assim como a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870).

O pesquisador Germán Soprano — referenciando Hilda Sabato — pontua algumas hipóteses referentes a participação dos setores populares no exército ao longo do século XIX: a primeira delas, propõem uma coerção para

41 Tradução: “somos inimigos das guerras, porque entendemos que a única vítima delas é o povo. Sempre o povo! [...] O governo percebeu que, se nos deixasse livres para fazer tal propaganda, nenhum soldado iria, dado o cansaço do povo, que finalmente começa a compreender que só tem pátria quando se trata de morrer por ela; e então o governo procurou o meio de impedir nosso desejo. [...] Por outro lado, os burgueses não vingam, ao nos matar, a vida daqueles que caem, porque se assim fosse, quem julgaria o juiz que, com base em sua crença e em seu código, condena um semelhante à morte? Nós também nos baseamos em nossas crenças. Quem julgará o general que sacrifica milhares de homens em um dia, em um campo de batalha? E o governo que envia esses generais? É preciso que isso termine, e vai terminar, nós queremos e será! Fique registrado, no entanto, que nós anarquistas somos mais odiados por nossas ideias do que por nossas ações” (*La Voz de La Mujer*, 1 jan. 1897, n. 9, p. 1).

o recrutamento; a segunda, acredita na voluntariedade dos sujeitos, pelo pressuposto que seria um “exercício da cidadania em armas” (Soprano, 2016, p. 35); a terceira e última possibilidade interpretativa, mescla as duas opções anteriores e “compreende o recrutamento e mobilização desses setores populares em organizações e campanhas militares [...] algumas vezes em circunstâncias consensuais e em outras decididamente mais coercitivas” (Soprano, 2016, p. 35). Logo, podemos supor que as propagandas antimilitaristas desenvolvidas pelas(os) trabalhadoras(es) e militantes produziam alguns embates.

Afinal, trabalhadores e trabalhadoras destacavam seus descontentamentos com a instituição e seus objetivos:

¿los ves, con esos disfraces y esos instrumentos, no de trabajo, sino de muerte al hombro? los ves, ¿con ese trapo de color atado a un palo? ¿qué parecen? ¿qué serán? ¿locos tal vez? no, son hombres que la moral y cariñosa piedad burguesa tiene, para que cuando tú pidas pan te den plomo, y para defender el producto del robo hecho, día a día, ¡a ti a mí y a todos los obreros! ¡Ah! ¡y pensar que esos hombres son nuestros hermanos!⁴²

Parte desta propaganda antimilitarista no *La Voz de La Mujer* foi mobilizada a partir do papel social das mães, aquelas que

sufrió los dolores de engendro y del parto; vosotras que durante la lactancia y la dentición pasáis largas horas de insomnio y de desvelos; vosotras que ayudáis a vuestros compañeros a criar los hijos, no tenéis la inefable dicha de poderos acompañar del fruto de vuestras entrañas, porque una raza implacable apoderándose de lo que a todos nos pertenece, ha dictado leyes que nos privan de lo necesario para la vida, que **nos arrancan a los hijos de nuestro lado cuando pueden sernos útiles, llevándolos al servicio militar**, donde no reconoce más padre ni más madres ni otros parientes, que la infame ordenanza que los obliga a matar a sus padres, hermanos y amigos, si esto es necesario para conservar los privilegios que sus verdugos ven amenazados por el populacho. ¡Cuántos

42 Tradução: Você os vê, com essas fantasias e esses instrumentos, não de trabalho, mas de morte nos ombros? Você os vê, com esse pano colorido amarrado a um pau? Como parecem? O que serão? Loucos talvez? Não, são homens que a moral e a caridosa piedade burguesa possuem, para que quando pedires pão, te dêem chumbo, e para defender o produto do roubo feito dia após dia, a ti, a mim e a todos os trabalhadores! Ah! E pensar que esses homens são nossos irmãos!” (*La Voz de La Mujer*, 08 jan. 1896, n. 1, p. 4).

hay que en revueltas populares mataron a aquellas que tanto amaban y con quienes iban a unirse dentro de poco tiempo! [...] Si por casualidad acontece algún conflicto que provoque una guerra, entonces el pobre proletario, **el hijo del pueblo marcha a defender el honor de la bandera.** [...] ¡Ah! ¡Qué horrible cuadro representa la guerra! Piernas por aquí, brazos por allá, cuerpos sin cabeza, los cráneos destrozados, los ayes de los heridos, los ecos quejumbrosos de los moribundos... la sangre regando en abundancia los campos de batalla; y mientras tanto, **los infames gobernantes sentados en mullidas butacas, dentro de espléndidas habitaciones, reciben con indiferencia los partes de la guerra.**⁴³

Nestas passagens, notamos que as redatoras percebem as dinâmicas utilizadas pelo Estado e pelo exército, a utilidade que os corpos de seus filhos têm como objetivo, em alguns contextos como nos conflitos bélicos, proteger a Nação. E que, no entanto, não passam de indivíduos e massas necessárias para executar estratégias, que são analisadas nos relatórios posteriores.

Críticas similares marcam outra edição do periódico — a número 8, que os filhos vão a presídios e quartéis para viver em péssimas condições:

¡Nuestros hijos mirad, pálidos, débiles!
Minados por la lepra cancerosa
De infamante y corrupta podredumbre
Adquirida en presidios o cuarteles
A donde, crueles
Los llevasteis a infame servidumbre [...]
Tal siempre nos habéis tratado,

43 Tradução: “sofrem as dores do parto e do nascimento; vocês que durante a amamentação e o período de dentição passam longas horas de insônia e preocupações; vocês que auxiliam seus companheiros a criar os filhos, não têm a indescritível felicidade de poder acompanhar o fruto de suas entranhas, porque uma raça implacável, apropriando-se do que nos pertence a todos, ditou leis que nos privam do necessário para a vida, que nos **arrancam os filhos de nosso lado quando podem ser-nos úteis, levando-os ao serviço militar**, onde não reconhecem mais pais, nem mães, nem outros parentes, a não ser a infame ordem que os obriga a matar seus pais, irmãos e amigos, se isso for necessário para preservar os privilégios que seus algozes veem ameaçados pela multidão. Quantos há que, em revoltas populares, mataram aquelas que tanto amavam e com quem se uniriam em breve! [...] Se por acaso ocorre algum conflito que provoque uma guerra, então **o pobre proletário, o filho do povo, marcha para defender a honra da bandeira.** [...] Ah! **Que** cena horrível a guerra representa! Pernas por aqui, braços por ali, corpos sem cabeça, crânios destroçados, os gemidos dos feridos, os ecos lamentáveis dos moribundos... o sangue regando abundantemente os campos de batalha; e **enquanto isso, os infames governantes sentados em poltronas macias, dentro de esplêndidos aposentos, recebem com indiferença os relatórios da guerra**” (*La Voz de La Mujer*, 27 mar. 1896, n. 4, p. 2-3, grifo nosso).

Ya veis, pues que no hemos despreciado
La enseñanza ruin que prodigado
Nos habéis en asilos y cuarteles.⁴⁴

O apelo nas páginas do impresso em relação aos filhos das redatoras e/ou ao público leitor, indica-nos, mais uma vez, que elas estavam inseridas nas comunidades de imigrantes, visto que além da educação gratuita — que foi “destinada a homogeneizar as consciências infantis em uma única lealdade cívica, contrabalançando assim a heterogeneidade das escolas comunitárias”⁴⁵ (Quijada, 2000, p. 392), o exército foi outra instituição que visava os filhos de imigrantes. Utilizando-os enquanto

‘crianças-soldado’ — muitos deles filhos de imigrantes — tornavam-se assim ‘a ponte emocional entre um passado heróico, no qual nasceu a pátria e que o exército pretende encarnar, e o promissor futuro no qual essas crianças viverão, já definidos aos olhos de seus pais como os defensores da pátria de amanhã’⁴⁶ (Quijada, 2000, p. 392).

Desta forma, conforme pontua a pesquisadora Cintia Garrido (2013),

a sujeição nacional não era definida exclusivamente pelo nascimento em solo argentino ou pela adesão ao status jurídico de cidadania, mas penetrava no corpo da espécie, como resultado de uma operação biopolítica que recorria às práticas e símbolos patrióticos e, dessa forma, concretizava a performatividade política e social da heterogeneidade estrangeira em homogeneidade nacional⁴⁷ (Garrido, 2013, p. 59).

44 Tradução: “Olhai nossos filhos, pálidos, frágeis/ Minados pela lepra cancerígena/ Da infame e corrupta decomposição/ Adquirida em presídios ou quartéis/ Para lá, cruéis/ Os levastes à servidão infame [...] Sempre nos tratastes assim/ Como vê, pois não desprezamos/ O ensino vil que nos destes/ Nos colocastes asilos e quartéis” (*La Voz de La Mujer*, 14 nov. 1896, n. 8, p. 7).

45 Texto original: “una educación nacionalizadora destinada a homogeneizar las conciencias infantiles en una única lealtad cívica, contrarrestando así la heterogeneidad de las escuelas comunitarias” (Quijada, 2000, p. 392).

46 Texto original: “Los ‘niños soldados’ — muchos de ellos hijos de inmigrantes — se convertían así ‘en el puente emotivo entre un pasado heroico, en el que nació la patria y que el ejército pretende encarnar, y el promisorio futuro en el que esos niños vivirán, ya definidos ante la mirada de sus padres como los defensores de la patria del mañana” (Quijada, 2000, p. 392).

47 Texto original: “Así, la sujeción nacional no se definía únicamente a partir del nacimiento en suelo argentino o por adscripción al estatus jurídico de ciudadanía, sino que penetraba en el cuerpo de la especie, como resultado de una operación biopolítica, que apelaba a las prácticas y símbolos patrios y, de esta manera, completaba la performatividad política y social de la heterogeneidad extranjera en homogeneidad nacional.” (Garrido, 2013, p. 59).

Temos, assim, uma série de técnicas e dispositivos que, juntos, regulavam a vida dos indivíduos, operando enquanto instrumentos de um projeto que visava à normalização. As anarquistas, críticas em relação a utilização das camadas populares no exército, convidam à reflexão e observação de outros casos, como na “España, Francia, Italia, Rusia, Turquía, Cuba, América; doquier sangre, doquier luto, muerte y exterminio. ¿Quiénes son los que mueren? ¿Quiénes, quiénes son las víctimas? ¡Los obreros siempre! ¡Siempre el inconsciente pueblo!”⁴⁸. Frente a este cenário, ao escreverem sobre a postura de um anarquista — um homem especificamente, pois todo o texto é escrito no gênero masculino, como se quisesse dar um exemplo aos leitores, seria

implacable para con sus eternos e irreconciliables enemigos, que son los de la clase parásita y opresora, para los cuales no tiene piedad ni compasión, por reconocer que son ellos quienes lo obligan a una vida de dolor y miseria, haciéndole por esta causa estar en perpetua lucha y declarada guerra; lucha y guerra sin tregua ni cuartel, en la que ellos emplean todos los medios, desde el más infame al más horroroso, entre ellos la cárcel, la falsía, el error y la mentira, los cañones y el patíbulo, ante cuyas amenazas y golpes él, lejos de amedrentarse o rendirse, continúa firme y sereno, dando de vez en cuando formidables golpes a su contrario⁴⁹.

Buscavam inspirar aqueles(as) que as liam a não retroceder frente a tantas dificuldades decorrentes daqueles que possuem todos os meios e instituições a seu favor. E realçaram a necessidade de leituras críticas frente a tais contextos. Desta forma, no decorrer das páginas do impresso, há chamadas como: “¡Vedlos! allí está el bispo con el general, el fraile con el diputado,

48 Tradução: “Olhem por toda parte! Espanha, França, Itália, Rússia, Turquia, Cuba, América; em todos os lugares sangue, luto, morte e extermínio. Quem são os que morrem? Quem, quem são as vítimas? Os trabalhadores sempre! Sempre o povo inconsciente!” (*La Voz de La Mujer*, 1 jan. 1897, n. 9, p. 4).

49 Tradução: “implacável para com seus eternos e irreconciliáveis inimigos, que são os da classe parasita e opressora, para os quais não tem piedade nem compaixão, reconhecendo que são eles que o obrigam a uma vida de dor e miséria, fazendo-o, por essa razão, estar em constante luta e guerra declarada; luta e guerra sem trégua nem quartel, na qual eles empregam todos os meios, desde os mais infames aos mais horríveis, incluindo prisão, falsidade, erro e mentira, canhões e cadafalso, diante dos quais, longe de se amedrontar ou render, ele continua firme e sereno, dando de vez em quando golpes formidáveis ao seu oponente” (*La Voz de La Mujer*, 18 out. 1896, n. 7, p. 4).

felicitándose mutuamente de su obra, es decir de nuestra estupidez”⁵⁰. A denúncia da relação entre instituições, seus interesses e usos das distintas formas de disciplina atravessam todo o periódico.

No caso da Igreja católica na Argentina, bem como seus representantes, as redatoras relatavam a proximidade com o Estado ao justificar e incentivar a participação de trabalhadores nas guerras, como no caso em que

saltando al medio de la calle un negociante con ‘Dios’ prorumpió en los gritos de ¡la Patria!... ¡la patria! Nadie entendía lo que ele decía, pero como el negociante con ‘Dios’ había hecho una seña a los diputados y al gobernante, estos comprendieron que era una nueva forma de enganar y comenzaron a decir mil y mil brutalidades sin pies ni cabeza, sobre la cuestión ‘patria’, que para ellos era cuestión ‘panza’. Salió nuevamente el embaucador de antes y dijo: la ‘salud’ de la ‘patria’ y la libertad ‘vuestra’ está en peligro y es necesario defenderla, yo y los que os gobernamos no podemos ir a luchar, porque si fuéramos tendríamos que dejar nuestros intereses perjudicados por el abandono y no tendríais quién nos gobernará, ni os dirigiera; así que ahora es necesario que me deis tanto para comprar armas y tanto para mandar hacer unos trajes que sean todos.. [...] El gobierno contestó: ‘Estos hombres los tengo porque es preciso tenerlos preparados para el día que suceda lo que ayer’. Y el gobierno dio en hacer simulacros de guerras con los gobiernos de las otras aldeas para tener asustados a los obreros. Y sucedía que cuando el pueblo se quejaba, el gobierno declaraba una guerra y los hacía ir a que se mataran, para librarse de ellos”⁵¹.

50 Tradução: “Vejam-os! Ali está o bispo com o general, o frade com o deputado, felicitando-se mutuamente por sua obra, ou seja, por nossa estupidez” (*La Voz de La Mujer*, 08 jan. 1896, n. 1, p. 5).

51 Tradução: “Saltando para o meio da rua, um comerciante com ‘Deus’ começou a gritar ‘A Pátria!... A pátria!’ Ninguém entendia o que ele dizia, mas como o comerciante com ‘Deus’ havia feito um sinal para os deputados e o governante, estes compreenderam que era uma nova forma de engano e começaram a dizer mil e uma brutalidades sem nexos sobre a questão ‘pátria’, que para eles era uma questão de ‘barriga’/de necessidade. O embaucador de antes saiu novamente e disse: a ‘saúde’ da ‘pátria’ e a liberdade ‘vossa’ estão em perigo e é necessário defendê-las. Eu e aqueles que vos governamos não podemos ir lutar, porque se fôssemos teríamos que deixar nossos interesses prejudicados pelo abandono, e não teríeis quem nos governasse nem quem vos dirigisse; assim, agora é necessário que me deis tanto para comprar armas e tanto para mandar fazer uns trajes que sejam todos... [...] O governo respondeu: ‘Tenho esses homens porque é preciso tê-los preparados para o dia que acontecer o que aconteceu ontem’. E o governo inventava simulações de guerras com os governos das outras vilas para manter os trabalhadores assustados. E acontecia que quando o povo se queixava, o governo declarava uma guerra e os fazia ir para se matarem, para se livrar deles” (*La Voz de La Mujer*, 31 jan. 1896, n. 2, p. 10).

Um contexto para coagir os trabalhadores a aceitarem as decisões políticas e de conflito — tanto pela figura religiosa, quanto pela violência. Assim, há críticas nas entrelinhas ao que podemos chamar de poder pastoral, em que o padre/pastor, aquele que deve conduzir o seu rebanho à salvação, utiliza deste poder aos seus interesses. Elas convidam que as(os) leitores, vão escutar e analisar os sermões:

Id a la catedral a contemplar boquiabiertos, la exuberante, la hidrópica vitalidad de los chupadores de sangre obrera; **id a contemplar la hipócrita faz de los que nos llaman borregos**; id, con ojo avizor y atento oído, a escuchar las mil frases de la refinada hipocresía de un fraile, [...]. ¡Id a ser el hazme reír de esa fiera insaciable, de esa hiena jamás satisfecha, de ese roedor cáncer, de ese ponzoñoso reptil a quien, por decirlo todo, se llama “Burguesía”, palabra que quizá no comprendéis, porque en sí encierra todo lo inicuo, todo lo infame, todo lo más asquerosamente repugnante que concebir pueda el pervertido y sanguinario cerebro de un... ¡hombre!⁵²

Mais uma vez, as redatoras relacionam Igreja e burguesia. Em algumas de suas publicações, elas explicam suas percepções sociais através da contação de histórias, com uma certa ludicidade. Um exemplo: ao explicarem sobre a relação da burguesia com o governo, organizam o texto com partes de diálogos e argumentos entre ambos. No caso da Igreja, que chegou após a divisão entre a burguesia e o governo, também encontrou sua parte do lucro. Assim, a

Iglesia, y sus comerciantes, conocido el juego que al obrero le habían hecho, pidieron y obtuvieron también su parte del producto del robo, encargándose ellos de hacer creer que el dios que ellos invocaban prometía mil y mil goces para la otra vida. [...] Y que aun cuando este mundo estaba lleno de injusticias, había que soportar éstas con resignación y esperar buena ventura allá en el otro mundo. Así, con éstas y otras

52 Tradução: “Vão à catedral para contemplar boquiabertos a exuberante, a hidrópica vitalidade dos sugadores de sangue operários; **vão contemplar a face hipócrita dos que nos chamam de ovelhas**; vão, com olhos vigilantes e ouvidos atentos, escutar as mil frases da refinada hipocrisia de um frade, [...]. Sejam motivo de riso para essa fera insaciável, para essa hiena nunca satisfeita, para esse roedor canceroso, para esse réptil venenoso a quem, para dizer tudo, chamamos de ‘Burguesia’, palavra que talvez vocês não compreendam, pois nela está contido tudo que é ímpio, tudo que é infame, tudo o mais repugnante e nojento que o pervertido e sanguinário cérebro de um... homem possa conceber!” (*La Voz de La Mujer*, 08 jan. 1896, n. 1, p. 3, grifo nosso).

pamplinas, estuvo engañado el obrero por largos años y sus explotadores viviendo 'honesta' y 'honradamente' del fruto de sus 'negocios', o sea rapiñas. Como es natural, los que estaban encargados de velar por la seguridad y el orden social...⁵³

As redatoras escreviam o quanto estavam fartas de uma realidade social organizada de tal maneira, “estamos cansadas de la eterna farsa, queremos luz y no oscuridad, queremos derecho y no tantos deberes, queremos pan y no leyes. [...] ya no queremos limosnas, asilos, hospitales ni iglesias”⁵⁴. E que essa realidade persistiria enquanto as e os trabalhadores continuarem na

vostra ignoranza e alle idee religiose che vi hanno inculcato i dominatori della vostra coscienza, la causa della vostra perdizione. Quando vi sarete ribellate contra questa ipocrita istituzione, allora sarete anarchiche, e comprenderete che l'Anarchia é la vostra salvazione [...]⁵⁵

Na perspectiva delas, enquanto as e os trabalhadores continuassem próximos da Igreja, a rede de exploração se perpetuaria e o único caminho para uma verdadeira salvação seria através da revolução social, da anarquia. Desta forma, consideravam toda religião falaciosas, que incitavam o conflito entre grupos humanos:

Porque unos llaman a esa divinidad todopoderosa, Dios, los otros le llaman Alá; porque los unos le rinden culto de una manera y los otros de otra; porque los unos creen que su religión es la mejor y los otros creen que es la de ellos. Y mientras

53 Tradução: “a Igreja, e seus comerciantes, conhecido o jogo que fizeram com o trabalhador, pediram e obtiveram também sua parte do produto do roubo, encarregando-se eles de fazer crer que o deus que eles invocavam prometia mil e mil prazeres para a outra vida. [...] E que mesmo quando este mundo estava cheio de injustiças, era necessário suportar essas com resignação e esperar boa sorte lá no outro mundo. Assim, com essas e outras lorotas, o trabalhador foi enganado por muitos anos e seus exploradores vivendo 'honestamente' do fruto de seus 'negócios', ou seja, rapinas. Como é natural, os que estavam encarregados de zelar pela segurança e pela ordem social...” (*La Voz de La Mujer*, 31 jan. 1896, n. 2, p. 9).

54 Tradução: “Estamos cansadas da eterna farsa, queremos luz e não escuridão, queremos direitos e não tantos deveres, queremos pão e não leis. [...] já não queremos mais esmolos, asilos, hospitais nem igrejas” (*La Voz de La Mujer*, 27 mar. 1896, n. 4, p. 5).

55 Tradução: “vossa ignorância e às ideias religiosas que os vossos dominadores incutiram nas vossas mentes. Quando vocês se rebelarem contra essa hipócrita instituição, então serão anarquistas e compreenderão que a Anarquia é a vossa salvação [...]” (*La Voz de La Mujer*, 08 jan. 1896, n. 1, p. 7).

tanto ambos bandos se despedazan mutuamente, esas falsas divinidades no dan señales de vida. Si los hombres hubiesen comprendido que esas religiones no sirven más que para sumir más y más en la ignorancia a los pueblos, no se destrozarían entre sí de esa manera salvaje, en esa inhumana lucha que ellos tratan de alentar para que los pueblos no abran sus ojos y luchen, sí, ¡pero para reconquistar sus derechos que por la fuerza les han sido quitados!⁵⁶

As religiões estariam fomentando as desavenças para desviar a atenção de aspectos mais importantes para seus rebanhos, como a conquista de direitos ou de comportamentos impróprios. Como as denúncias que publicavam em relação à Igreja enquanto uma instituição hipócrita e local onde ocorriam abusos sexuais por parte dos padres⁵⁷, como o relato de uma das redatoras que conta sobre a tentativa de violência que passou durante sua adolescência. Todos estes pontos eram utilizados enquanto argumentos para seus posicionamentos anticlericais, alegando que elas não queriam as Igrejas “porque ellas son causa de que se haya prostituido a nuestras hijas, corrompido nuestros hijos y sumido en la más crasa ignorancia y espantosa miseria a unos y otros”⁵⁸.

As redatoras também apontavam para outros abusos e negligências cometidos por padres e freiras em instituições filantrópicas, voltadas às camadas mais baixas, como as Casas de Misericórdia, de Mendicância e dos Expósitos, por exemplo. Nestas relatavam situações como a violência física naqueles considerados loucos(as), como “apalear a infelices dementes, infamia, sí, porque los infelices dementes necesitan de la ayuda de la ciencia y no

56 Tradução: “Porque uns chamam essa divindade onipotente de Deus, os outros a chamam de Alá; porque uns prestam culto de uma maneira e outros de outra; porque uns acreditam que sua religião é a melhor e outros acreditam que é a deles. E enquanto ambos os lados se dilaceram mutuamente, essas falsas divindades não dão sinais de vida. Se os homens tivessem compreendido que essas religiões não servem mais do que para afundar cada vez mais os povos na ignorância, eles não se destruiriam dessa maneira selvagem, nessa luta desumana que eles tentam fomentar para que os povos não abram seus olhos e lutem, sim, mas para reconquistar seus direitos que lhes foram tirados à força!” (*La Voz de La Mujer*, 27 mar. 1896, n. 4, p. 2).

57 A respeito do tópico, recomendamos a leitura do artigo de Ingrid Souza Ladeira de Souza, *O anticlericalismo e a luta feminina anarquista: La Voz de la Mujer como estudo de caso (Buenos Aires, 1896-1897)* (2018).

58 Tradução: “Não queremos mais igrejas porque elas são a causa de nossas filhas serem prostituídas, nossos filhos corrompidos e mergulhados na mais grosseira ignorância e terrível miséria uns para os outros” (*La Voz de La Mujer*, 27 mar. 1896, n. 4, p. 5).

las palizas que les propinan esas hipócritas prostitutas que se ocultan bajo el nombre de monjas”⁵⁹. Aqui, percebe-se o tensionamento proposto entre religião e ciência, afinal, conforme supracitado, houve a disseminação de discursos médico-científicos ao longo do século XIX, discursos estes que faziam parte do projeto nacional.

Elas também abordam a vulnerabilidade social e o desespero de muitas mulheres para recorrerem à essas instituições e incitavam o público leitor a se questionar como agiriam em situações semelhantes:

¿A dónde irás, cuando aterida de frío o desfalleciendo de calor, te halles sola, muy sola, sin pan para ti, sin leche para tu hijo y sin techo en que cobijarte? Sin una voz que te alien- te, ¿adónde irás con tu hijito en brazos? ¿A mendigar? ¿Lo arrojarás a un potrero? ¿Lo arrojarás a una casa de esas llama- das de Expósitos?⁶⁰

E, apesar de muitas pessoas recorrerem a tais opções, eram espaços que as redatoras não recomendavam enquanto refúgio, pois

He llevado largo tiempo estudiando y razonando sobre las cuestiones políticas y sociales, religiosas y ateas, conservado- ras y revolucionarias. He estudiado teórica y prácticamente la vida del hogar: he visto hombres y mujeres, niños y ancianos, hambrientos y harapientos, vagar de un lado al otro de la ciu- dad, pidiendo trabajo los unos y recogiendo los desperdicios de los cajones de la basura los otros; he penetrado en esos mu- ladares llamados por irrisión Casas de Misericordia, asilos de mendicidad, etc., y observé aquellas mujeres de hábito azul unas y negro otras, en las cuales los sentimientos de huma- nidad son letras muertas y que son capaces de llegar hasta el crimen en aras de su fanatismo y por último he visto a nues- tras desgraciadas compañeras salir tristes y meditabundas con lágrimas en los ojos y enrojecido semblante, de las casas en las cuales habían entrado a servir, porque halagadas por falsas

59 Tradução: “espancar infelizes dementes, infâmia sim, pois os infelizes dementes necessitam da ajuda da ciência e não das surras que essas hipócritas prostitutas, que se escondem sob o nome de freiras, lhes proporcionam” (*La Voz de La Mujer*, 15 mai. 1896, n. 5, p. 7).

60 Tradução: “Para onde irás, quando enregelada de frio ou desfalecendo de calor, te encontras sozinha, muito so- zinha, sem pão para ti, sem leite para teu filho e sem teto para te abrigares? Sem uma voz que te encoraje, para onde irás com teu filhinho nos braços? Pedir esmolas? Vais jogá-lo em um pasto? Vais entregá-lo em uma casa daquelas chamadas de Expósitos?” (*La Voz de La Mujer*, 31 jan. 1896, n. 2, p. 6).

promesas, seducidas con hermosas palabras, habían entregado su cuerpo a esos infames explotadores⁶¹.

Apesar destes trechos, há a tentativa de exposição de incongruências entre discursos e práticas religiosas. Posteriormente, tais organizações passaram a ser responsabilidades dos Estados modernos, pela compreensão das “tarefas filantrópicas como parte de uma política voltada para o controle social dos pobres e para discipliná-los no trabalho”⁶² (Moreno, 2000, p. 665).

E para as redatoras, após tantas dificuldades no decorrer da vida,

Después la cárcel, el hospital, el asilo, el anfiteatro, la infamante autopsia, las carcajadas soeces, las risotadas impuras de los practicantes y luego la tumba, la nada y sobre ella, la eterna y estridente carcajada de los satisfechos, el lúgubre tañir de las campanas, el lúgubre redoble del tambor, el seco batir del paño de la pasiva bandera que el viento agita, el rodar presuroso de los lujosos carruajes del señor, y el eco impuro de la impura orgía de los impuros reyezuelos del trabajo...⁶³

Restaria apenas a continuidade do tecido social já estabelecido — da bandeira da Nação erguida, a exploração e realização dos burgueses —, uma forma pessimista de estimular a organização do movimento anarquista para elaborar respostas ao que viviam.

61 Tradução: “Tenho passado muito tempo estudando e refletindo sobre questões políticas e sociais, religiosas e ateias, conservadoras e revolucionárias. Estudei teoricamente e praticamente a vida doméstica: vi homens e mulheres, crianças e idosos, famintos e maltrapilhos, vagando de um lado para o outro da cidade, procurando emprego uns e recolhendo restos de lixo dos caixotes outros; adentrei esses lugares repugnantes chamados irrisoriamente de Casas de Misericórdia, asilos de mendicância, etc., e observei aquelas mulheres vestidas de azul umas e preto outras, em quem os sentimentos de humanidade são letras mortas e que são capazes de chegar até ao crime em nome de seu fanatismo e, por último, vi nossas infelizes companheiras saírem tristes e pensativas, com lágrimas nos olhos e semblante ruborizado, das casas onde tinham entrado para trabalhar, porque, iludidas por falsas promessas, seducidas com belas palavras, tinham entregado seus corpos a esses infames exploradores” (*La Voz de La Mujer*, 15 mai. 1896, n. 5, p. 16).

62 Texto original: “tarefas filantrópicas como parte de una política destinada al control social de los pobres y a su disciplinamiento laboral” (Moreno, 2000, p. 665).

63 Tradução: “Depois a prisão, o hospital, o asilo, o anfiteatro, a infame autópsia, as gargalhadas grosseiras, as risadas impuras dos praticantes e então o túbulo, o nada e sobre ele, o eterno e estridente riso dos satisfeitos, o lúgubre soar dos sinos, o lúgubre rufar do tambor, o seco bater do pano da passiva bandeira que o vento agita, o rolar apressado das carruagens luxuosas do senhor, e o eco impuro da impura orgia dos impuros reizinhos do trabalho...” (*La Voz de La Mujer*, 14 nov. 1896, n. 8, p. 7).

A partir da análise destas instituições, bem como suas táticas para exercer um poder disciplinar nos indivíduos, podemos concluir que as instituições visavam atuar na “anormalidade que poderia ser corrigida — o corpo e os comportamentos, a habilidade e a utilidade, a (in)docilidade e a obediência”⁶⁴ (Garrido, 2013, p. 50). Outro fator utilizado para o estabelecimento desta docilidade e produtividade econômica, foram os saberes e discursos médico-científicos, os quais nos deteremos no próximo tópico.

Para concluir esse tópico, então, compreendemos que as menções e críticas das redatoras do periódico a respeito da atuação da polícia, da Igreja e de instituições como os asilos, por exemplo, são respostas ao que entendemos enquanto o poder disciplinar. Este poder que forma

uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe. [...] A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). (Foucault, 1987, p. 164-165).

Logo, através do adestramento dos corpos de maneira individualizada — seja a partir dos direcionamentos do pastor ao seu rebanho ou através da repressão policial em relação às greves de trabalhadores(as), como abordamos —, é possível organizar os sujeitos, os gerir em sua multiplicidade e os normalizar. Estes processos foram relevantes e imprescindíveis para que o Estado Nação argentino pudesse manter a ordem social estabelecida ou transformá-la de acordo com seus objetivos, necessidades e interesses.

64 Texto original: “anormalidad que podía ser corregida – su cuerpo y sus conductas, su habilidad y su utilidad, su (in)docilidad y obediencia” (Garrido, 2013, p. 50).

“MADRES, EDUCAD BIEN A VUESTROS HIJOS”: MULHER, CORPO E MATERNIDADE

Conforme nos detemos brevemente nos capítulos anteriores, na segunda metade no século XIX houve a aliança entre Estado e médicos-higienistas para intervirem nos corpos e hábitos da população. Isso deu-se a partir do surgimento de um “problema nacional” para as elites dirigentes, causado pela imigração em massa e sua consequente diversidade étnica-cultural, bem como uma imoralidade dos setores populares. Desta forma, organizaram “processos de regulação e controle das condições de moradia, alimentação e até mesmo ‘moralidade’ de setores específicos da população”⁶⁵ (Leandri, 2000, p. 425).

As intervenções nos *conventillos* portenhos e a criação de uma série de órgãos de saúde lideradas por médicos no ano de 1883, como “Assistência Pública (03/1883), o Corpo de Desinfetadores Públicos (11/06/1883), o de Médicos Seccionais (08/08/1883), o Escritório Químico (14/09/1883) e o Escritório de Registro de Residência (14/12/1883)”⁶⁶ (Sánchez; Amuchástegui, 2015, p. 46), são exemplos do enfoque das intervenções.

A partir desta aliança — entre Estado e médicos — houve a “disseminação de novas técnicas e conhecimentos, especialmente a assepsia e a bacteriologia, aumentou a confiança da população nas instituições públicas de assistência e também possibilitou um novo ‘consenso higiênico’ com importantes conotações culturais”⁶⁷ (Leandri, 2000, p. 432).

Sabendo disso, ao analisar as edições do *La Voz de La Mujer*, percebe-

65 Texto original: “procesos de regulación y control de las condiciones de vivienda, alimentación e incluso “moralidad” de sectores específicos de la población” (Leandri, 2000, p. 425).

66 Texto original: “Asistencia Pública (03/1883), el Cuerpo de Desinfectadores Públicos (11/06/1883), el de Médicos Seccionales (08/08/1883), la Oficina Química (14/09/1883), y la Oficina de Registro de Vecindad (14/12/1883). En este contexto, el espacio doméstico se perfilaba como un espacio preferencial de intervención” (Sánchez. Amuchástegui, 2015, p. 46).

67 Texto original: “la difusión de nuevas técnicas y conocimientos, en especial la asepsia y la bacteriología, que incrementaron la confianza de la población en los establecimientos públicos de asistencia y permitieron también un novedoso ‘consenso higiénico’ de importantes connotaciones culturales” (Leandri, 2000, p. 432).

mos que, apesar das redatoras não publicarem texto extensos problematizando ou relatando a temática da higiene e dos saber(es) médicos, ela se faz presente em alguns momentos ao longo dos textos do periódico. Como no texto *Siluetas*, em que as redatoras narram a postura de um homem anarquista ideal, colocando que

En su persona es cuidadoso y limpio, tanto cuanto sus medios y ocupación se lo permitan. Su porte es sumamente sencillo, demostrando casi siempre pobreza, pero **jamás veréis en su persona los signos exteriores de la dejadez, pereza o haraganería. Amante de la higiene, hace para conservarla verdaderos sacrificios y la falta de ella en su persona u hogar es una de las razones que invoca, cuando os propaga sus ideales,** diciendo que una sociedad que no le permite la satisfacción de esta necesidad y muchas otras, tales como la lectura, a que es sumamente afecto, es una mala y criminal sociedad, pues tiende a perpetuar la ignorancia y el embrutecimiento de los pueblos. **No creáis por esto que él desprecie o considere en menos al ignorante o al que no es limpio en su persona, no, él sabe perfectamente que por regla general es sucio quien no puede ser limpio o quien desconoce las ventajas de la higiene,** y que quien desconoce esas ventajas y necesidades es un ignorante, y ¿quién quiere ser ignorante?, ¿quién desea serlo?, ¿quién tiene la culpa, quién es causa de la ignorancia y miseria del pueblo trabajador? ;La clase explotadora, esa clase que él odia y detesta con todo corazón!⁶⁸

Pelo trecho acima, podemos perceber que há uma atribuição moral à limpeza, que apesar do personagem do texto ser um sujeito pobre e trabalhador, não é negligente em relação à higiene pessoal e de sua moradia, fazendo

68 Tradução: “**Em sua pessoa, ele é cuidadoso e limpo, na medida em que seus meios e ocupação permitam.** Sua postura é extremamente simples, demonstrando quase sempre pobreza, mas **você nunca verá em sua pessoa os sinais exteriores de negligência, preguiça ou ociosidade. Amante da higiene, ele faz verdadeiros sacrifícios para mantê-la e a falta dela em sua pessoa ou lar é uma das razões que ele invoca ao propagar seus ideais,** dizendo que uma sociedade que não lhe permite a satisfação dessa necessidade e de muitas outras, como a leitura, à qual é muito apegado, é uma sociedade ruim e criminoso, pois tende a perpetuar a ignorância e a embrutecer os povos. **Não pensem por isso que ele despreze ou considere menos o ignorante ou aquele que não é limpo em sua pessoa, não, ele sabe perfeitamente que geralmente quem não pode ser limpo é sujo, ou quem desconhece as vantagens da higiene,** e que quem desconhece essas vantagens e necessidades é um ignorante, e quem quer ser ignorante?, quem deseja ser?, quem é a culpa, quem é a causa da ignorância e miséria do povo trabalhador? A classe exploradora, essa classe que ele odeia e detesta de todo coração!” (*La Voz de La Mujer*, 18 out. 1896, n. 7, p. 2-3, grifo nosso).

o possível em sua realidade. Entretanto, em oposição aos discursos médicos e das elites, a redatora não culpabiliza aquelas pessoas que não possuem condições ou conhecimentos suficientes para seguir as etiquetas/normas de higiene. A defesa deste argumento é perceptível na publicação intitulada *Canción*, estruturada como uma música ou poema e que conta a história de um operário — “un pobre esclavo que cruza por la tierra”⁶⁹ —, que ao se referir a sua habitação, descreve como “sólo una cabaña yo tengo por mansión donde la higiene nunca llegó a mostrar su influjo y adonde asoma apenas la clara luz del sol”⁷⁰. Uma possível interpretação do texto, indica-nos que a vulnerabilidade social desse trabalhador é tão extrema, que as questões de higiene sequer chegaram a mostrar sua influência e não viraram um ponto relevante.

Em *A las proletárias*, a produção textual visa enquanto público leitor as “queridas niñas”, que apesar de jovens já são trabalhadoras e buscam contribuir no sustento familiar. As redadoras escrevem que compreendem o que “hace tanta falta: educación, buen alimento, buen vestido, buena ropa, expansión, luz, aire, etc. [...] vuestra habitación no es tan cómoda como es de desear, vuestras comidas no son tan sanas, tan nutritivas y tampoco tan abundantes como es preciso”⁷¹. Alguns dos tópicos, como expansão, ar, luz e comidas saudáveis, são influências dos discursos médicos do período, que consideravam os ambientes fechados e com odores enquanto vetores de doenças.

Ainda a respeito do texto *Siluetas*, há a idealização sobre como seria o comportamento e a relação entre este homem libertário e as mulheres. Que ele reconheceria as capacidades intelectuais femininas e não se referiria à elas apenas com interesses sexuais e/ou românticos:

En sus relaciones de amistad con las compañeras de sus camaradas, o con las hijas de los mismos, nunca las molestará con arrumiacas ni dicharachos, pues él considera (y tal creo

69 Tradução: “um pobre escravo que cruza pela terra” (*La Voz de La Mujer*, 27 mar. 1896, n. 4, p. 4).

70 Tradução: “apenas uma cabana eu tenho por moradia onde a higiene nunca chegou a mostrar seu influxo e onde apenas se avista a clara luz do sol” (*La Voz de La Mujer*, 27 mar. 1896, n. 4, p. 4).

71 Tradução: “faz tanta falta: educação, boa alimentação, boas vestimentas, roupas adequadas, recreação, luz, ar, etc. [...] Sua habitação não é tão confortável quanto se deseja, suas refeições não são tão saudáveis, nutritivas e também não tão abundantes quanto necessário” (*La Voz de La Mujer*, 14 nov. 1896, n. 8, p. 12).

yo también) que las mujeres no necesitamos almirados y tontos galanteos, pues teniendo como tenemos cerebro y corazón, bien podemos hacer lo que hacen los hombres, que ciertamente no aguardan para sentir amor y pensar, a que nosotras les arrastremos el ala, y **en cuanto a la diferencia de sexo, la considera un simple detalle, necesario a la perpetuación y mejoramiento de las razas humanas**⁷².

Percebemos, no trecho acima, as diferenças de gênero enquanto um “simples detalhe” necessário para o melhoramento da raça, utilizando dos discursos do período que usavam “possibilidades explicativas oferecidas pelo darwinismo em sua versão social, combinadas, ao mesmo tempo, com as interpretações e aplicações dos princípios médico-higienistas”⁷³. Logo, vemos como as redatoras reproduziram o que a pesquisadora Cintia Garrido (2013) chamou de

discursos positivos evolucionistas-médicos-biológicos-criminológicos-higienistas, entre outros, possibilitavam o desenvolvimento de disciplinas somato-sociais que configuravam um mapa conceitual das ciências da vida, as quais, por um lado, operavam e se referiam conjuntamente umas às outras (mas não eram, por isso, substituíveis entre si) e, por outro lado, possibilitavam modos de acesso ao corpo material e vivo da população⁷⁴ (Garrido, 2013, p. 52).

E este acesso à população não se deu apenas na intervenção física dos corpos, moradias, mas também na criação de hábitos e referenciais para leituras sociais — como a menção sobre o melhoramento da raça humana — ou

72 Tradução: “Nas suas relações de amizade com as companheiras de seus camaradas, ou com as filhas dos mesmos, ele nunca as incomodará com arrulhos ou galanteios tolos, pois ele considera (e eu também acredito) que as mulheres não precisamos de melosos e bobos galanteios, uma vez que, tendo cérebro e coração como temos, podemos muito bem fazer o que os homens fazem, que certamente não esperam que nós os cortejemos, e **em relação à diferença de sexo, ele a vê como um mero detalhe, necessário para a perpetuação e melhoria das raças humanas**” (*La Voz de La Mujer*, 18 out. 1896, n. 7, p. 3, grifo nosso).

73 Texto original: “posibilidades explicativas ofrecidas por el darwinismo en su versión social, combinadas, al mismo tiempo, con las interpretaciones y aplicaciones de los principios médico-higienistas” (Garrido, 2013, p. 52).

74 Texto original: “Los discursos positivo evolucionista-médico-biológico-criminológico-higienista, entre otros, habilitaban el desarrollo de disciplinas somato-sociales que configuraban un mapa conceptual de ciencias de la vida, las cuales, por un lado, operaban y se referían conjuntamente unas a las otras (pero no por ello resultaban reemplazables entre sí) y, por el otro, habilitaban modos de acceso al cuerpo material y viviente de la población” (Garrido, 2013, p. 52).

de higiene. Outras menção sobre higiene que constam nas páginas do impresso é referente a uma notícia que as anarquistas tiveram acesso, sobre a polícia de costumes ou da higiene na Europa:

Leemos en un periodico: Hay en París una policía llamada de las costumbres, que corresponde a la que en España se llama del ‘ramo de higiene’. Aparte de lo del nombre, no hay ninguna diferencia entre ambas, pues si la española comete abusos, no comete menores la francesa. Ayer, sin ir más lejos, dos de esos agentes, que deberían llamarse de las malas costumbres, se echaron encima de una pobre joven que acababa de salir de casa de sus padres para comprar algunos comestibles, y emplearon con ella todo ese vocabulario soez que sólo se oye en los burdeles, llevándola por fin al cuartelillo de policía, donde la infeliz pudo justificar que era una muchacha honrada⁷⁵.

As redatoras contam a respeito da abordagem que a polícia, focada nos aspectos dos costumes e higiene na Europa, teve em relação a uma “moça honrada”. A partir do julgamento pelas vestes da mulher, a abordaram e a constrangeram, tratando-a como uma prostituta, uma imoral, pela perspectiva e normas de conduta do período. Aqui, as redatoras, apesar de elaborarem uma crítica à repressão da polícia, indignam-se com o constrangimento causado a uma mulher de família e honrada. Este é um dos pontos e recortes de gênero que os discursos médicos e higienistas estabeleceram, com as “teorias da degeneração psíquica e moral, [...] motivaram posições radicais em relação ao confinamento forçado de alienados, alcoólatras, vagabundos, sífilíticos e prostitutas”⁷⁶ (Durán, 2017, p. 34).

Tais confinamentos aconteciam a partir da não performatividade de estereótipos de gênero atribuídos aos homens e mulheres. Afinal, médicos e

75 Tradução: “Lemos em um periódico: ‘Em Paris, existe uma polícia chamada de ‘costumes’, que corresponde àquela que na Espanha é chamada de ‘ramo de higiene’. Tirando a questão do nome, não há nenhuma diferença entre ambas, pois se a polícia espanhola comete abusos, a francesa não fica atrás. Ontem, por exemplo, dois desses agentes, que deveriam ser chamados de ‘maus costumes’, abordaram uma pobre jovem que tinha acabado de sair de casa de seus pais para comprar mantimentos, e usaram com ela toda a linguagem vulgar que só se ouve nos bordéis, levando-a finalmente à delegacia de polícia, onde a infeliz conseguiu provar que era uma jovem honrada” (*La Voz de La Mujer*, 27 mar. 1896, n. 4, p. 10).

76 Texto original: “teorías de la degeneración psíquica y moral, [...] motivaron posturas radicales en torno a la reclusión forzosa de alienados, alcohólicos, vagos, sífilítico y prostitutas” (Durán, 2017, p. 34).

higienistas estabeleceram normas e atribuições para cada um dos gêneros na construção da Nação argentina. Aos homens, “as chaves da masculinidade popular” estavam na “força e a saúde do operário [que] se orientavam ao trabalho e a defesa dos valores institucionais como a família e a nação”⁷⁷ (Durán, 2017, p. 34). Desta forma, os homens anarquistas desafiavam esta expectativa ao se oporem ao patriotismo e se organizarem num movimento que visava a dissolução das estruturas sociais e econômicas como estavam postas, configurando-os enquanto parte do problema social existente na Argentina.

Interessante destacar que, na primeira edição do *La Voz de La Mujer*, as libertárias publicaram uma breve nota intitulada *Lombroso*⁷⁸, referindo-se ao médico higienista italiano, um dos responsáveis pela teoria que fatores genéticos tornariam um sujeito mais propenso ao crime. Nesta, comentam que foi “condenado por el tribunal de Comercio de Rouen, al pago de 2.500 francos de multa”⁷⁹ pois publicou uma obra que era de outro autor sob seu nome, com o título de *Grafologia*. E zombam que “Ése es uno de los tantos anatemizadores del anarquismo; ése es el que dice somos todos y todas, según su Macanología, predisuestos al crimen por esto y por lo otro”⁸⁰. Ou seja, as redatoras compreendiam que eram consideradas(os) problemáticas (os) até mesmo na perspectiva médica.

Lombroso chegou a influenciar o pensamento de médicos argentinos como Guillermo Rawson⁸¹ e Ramos Mejía⁸². Para o pesquisador Rodrigo Leandri:

77 Texto original: “las claves de la masculinidad popular” estavam na “fuerza y salud del obrero [que] se orientan al trabajo y la defensa de los valores institucionales como la familia y la nación” (Durán, 2017, p. 34).

78 Cesare Lombroso (1835-1909) foi médico e higienista, responsável pela teoria da hereditariedade do crime.

79 Tradução: “condenado pelo tribunal comercial de Rouen a pagar uma multa de 2.500 francos” (*La Voz de La Mujer*, 08 jan. 1896, n. 1, p. 10).

80 Tradução: “Este é um dos muitos anatemizadores do anarquismo; este é o que diz que somos todos e todas, segundo sua Macanologia, predispostos ao crime por isso e por aquilo” (*La Voz de La Mujer*, 08 jan. 1896, n. 1, p. 10).

81 Guillermo Rawson (1821-1890), foi um médico higienista e político argentino. Foi importante para a consolidação de órgãos de saúde, como a criação da Cruz Vermelha da Argentina na década de 1880, e também contrário aos *conventillos*, pois “Rawson concebía a las casas de inquilinato como ‘focos de infección’, ‘defectos’ del organismo urbano que através de los fluidos (miasmas, líquidos cloacales, aguas servidas, etc.) transmitían toda clase de enfermedades a la población” (Sánchez. Amuchástegui, 2000, p. 44-45).

82 José María Ramos Mejía (1849-1916) foi um médico, higienista, perito judicial, professor universitário e “funcionario de la alta burocracia municipal y estatal” (Leandri, 2008, p. 96).

Não casualmente, as interpretações de Ramos Mejía sobre as ‘multidões argentinas’, influenciadas pelo pensamento de Lombroso e, principalmente, de Lebon, tornaram-se importantes pontos de referência ideológica das elites argentinas da época e influenciaram a visão que então se tinha das classes populares [...]. A história ‘medicalizada’ ou ‘psiquiatrizada’ que Ramos Mejía tentou construir resultou, em seus últimos anos, em uma forte tendência nacionalista que ele tentou promover como presidente do Conselho Nacional de Educação⁸³ (Leandri, 2000, p. 433).

Aqui, a associação entre Estado e médicos higienistas se torna mais evidente, visto que muitos deles se envolveram na criação de órgãos e outras estruturas nos municípios ou a nível nacional.

Retornando aos papéis de gênero na construção nacional, às mulheres ficou a responsabilidade reprodutiva, com a expansão “de seu papel procriador dentro da família, para se tornar uma responsável qualitativa pela população”⁸⁴ (Miranda, 2019, p. 158). A partir desta função, de procriar uma nação branca, surgiu o

amparo que protegeria as intervenções médicas sobre a maternidade, ou seja, sua medicalização. Uma medicalização cuja ancoragem biopolítica profunda instigava a disciplinar a relação sexo-reprodução feminina com uma finalidade excedentária ao bem individual de mãe e criança, avançando em direção à melhoria da raça e, a partir disso, ao aumento da fortaleza biológica da Nação⁸⁵ (Miranda, 2019, p. 158-159).

83 Texto original: “No casualmente las interpretaciones de Ramos Mejía sobre las ‘multitudes argentinas’, influidas por el pensamiento del Lombroso y, sobre todo de Lebon, se convirtieron en importantes puntos de referencia ideológica de las élites argentinas de la época e influyeron en la mirada con que se concebía entonces de los sectores populares[...] La historia ‘medicalizada’ o ‘psiquiatrizada’ que intentó construir Ramos Mejía derivó en sus últimos años en una fuerte tendencia nacionalista que intentó promover como presidente del Consejo Nacional de Educación (Leandri, 2000, p. 433).

84 Texto original: “extendiéndose más allá de su rol procreador dentro de la familia para convertirse en responsable cualitativo de la población” (Miranda, 2019, p. 158).

85 Texto original: “De ahí el amparo que protegería a las intervenciones médicas sobre la maternidad, es decir, su medicalización. Una medicalización cuyo profundo anclaje biopolítico instaba a disciplinar la sexo-reproducción femenina con una finalidad excedentaria del bien individual de madre y niño, avanzando hacia la mejora de la raza y, desde ahí, al incremento de la fortaleza biológica de la Nación” (Miranda, 2019, p. 158-159).

A partir disso, fomentou-se um debate a respeito da maternidade e o que o Estado e a “sociedade dominados por homens esperavam das mulheres. Se a maternidade deveria ser utilizada como agente construtor e ‘purificador’, então a sociedade tinha que compreendê-la melhor, controlá-la e contextualizá-la de maneira racional” (Ruggiero, 1994, p. 235).

Assim, a preocupação com a maternidade e a infância se transformaram ao longo dos séculos XVIII e XIX, conforme coloca a pesquisadora Elisabeth Badinter (1980). Isso ocorreu devido ao crescimento das taxas de mortalidade infantil, passando a ser interesse do Estado a intervenção nesse cenário, a fim de preservar o futuro da Nação. É interessante notar que Foucault (1988), ao escrever a respeito da *História da Sexualidade*, apresenta justamente estas transformações sociais que acarretaram na aplicação do que ele chama como dispositivo da sexualidade:

Para que o proletariado fosse dotado de um corpo e de uma sexualidade, para que sua saúde, seu sexo e sua reprodução constituíssem problema, foram necessários conflitos (especialmente com respeito ao espaço urbano: coabitação, proximidade, contaminação, epidemias, como a cólera de 1832 ou, ainda, a prostituição e as doenças venéreas); foram necessárias urgências de natureza econômica (desenvolvimento da indústria pesada, com a necessidade de uma mão-de-obra estável e competente, obrigação de controlar o fluxo de população e de obter regulações demográficas); foi necessária, enfim, a instauração de toda uma tecnologia de controle que permitia manter sob vigilância esse corpo e essa sexualidade que finalmente se reconhecia neles (a escola, a política habitacional, a higiene pública, as instituições de assistência e previdência, a medicalização geral das populações, em suma, todo um aparelho administrativo e técnico permitiu, sem perigo, importar o dispositivo de sexualidade para a classe explorada; ele já não corria o risco de desempenhar um papel de afirmação de classe em face da burguesia; continuava instrumento de sua hegemonia). Daí, sem dúvida, as reticências do proletariado diante da aceitação desse dispositivo; daí sua tendência a dizer que toda essa sexualidade é coisa da burguesia e não lhe concerne (Foucault, 1988, p. 119).

Logo, o estabelecimento de uma norma sobre a sexualidade passava pelo controle das práticas sexuais e suas consequências, como a reprodução. Assim como, a

sexualidade está exatamente na encruzilhada do corpo e da população. Portanto, ela depende da disciplina, mas depende também da regulamentação. A extrema valorização médica da sexualidade no século XIX teve, assim creio, seu princípio nessa posição privilegiada da sexualidade entre organismo e população, entre corpo e fenômenos globais (Foucault, 1999, p. 300).

A percepção da sexualidade enquanto ponto de intersecção entre o corpo individual e a população foi o motivo pelo qual a mesma virasse alvo privilegiado de intervenção no século XIX. Desta maneira, enquanto interesses

econômicos do Estado, um outro discurso proferido por médicos, moralistas, administradores e chefes de polícia reforçava a necessidade de a mulher ocupar-se com os filhos. Tal discurso baseava-se, principalmente, no argumento de que essa seria a forma 'natural' de cuidados com a criança e, por isso, a mais adequada à uma vez que só a mulher era capaz de gestar e parir, seriam, pois, concernentes apenas à "natureza feminina" a educação e os cuidados com a prole (Moura; Araújo, 2004, p. 46).

A construção dos discursos médico-científicos e a disseminação de novas práticas referentes à maternidade, especificamente, construíram uma "aliança privilegiada' com a mãe. [Que] Adquiriram rapidamente uma considerável importância no seio da família e fizeram da mãe a sua interlocutora, sua assistente, sua enfermeira e sua executiva" (Badinter, 1980, p. 209-210). Essa interlocução, segundo Margareth Rago, influenciou na construção de um novo modelo de relações familiares e de feminilidade, que destina à mulher o espaço de "frágil e soberana, abnegada e vigilante, [...] a esposa-mãe-dona-de-casa, afetiva mas assexuada [...]" (Rago, 1985, p. 62).

Ao nos voltarmos ao *La Voz de La Mujer*, podemos perceber essa valorização da infância e de seu cuidado, assim como do afeto maternal. Como em publicações que descrevem essa relação:

estoy pensando en vuestros inocentes pequeñuelos, en vuestros queridos niños. ¿Cuánto los amáis, verdad? ¡Cuán inocentes y hermosos son! ¡Qué inefables goces os producen sus caricias, sus besos e infantiles gracias! ¡Qué dicha es ser madre! ¡Qué inmensa ventura hay en poder estrechar contra nuestro seno a ese pequeño ser a quien por no tener en nuestro idioma mezquino frase más expresiva, llamamos hijo! ¡Flores, pájaros y niños, poseeros y poseer el dulce e inolvidable objeto de un perdido e inolvidable amor, he ahí toda cuanta felicidad buscara yo en el mundo! Dulce y triste es para mí el ver la juventud naciente, es decir la infancia. La vista de un niño regocija mi corazón por un momento, porque amo la niñez, mas no puedo tampoco ver un niño sin que mi corazón se oprima y lo sienta dolorido, hinchado de amargura⁸⁶.

Apesar de reproduzirem o modelo de feminilidade muito afetiva em relação aos filho, reproduzindo estes discursos e estereótipos, as redatoras ainda trazem enquanto contraponto o receio e tristeza sobre como serão as condições de vidas das crianças. No caso argentino, algumas questões que envolviam as crianças e, conseqüentemente, o cuidado em relação à infância, passaram a se tornar preocupações na segunda metade do século XIX. Entre elas, o número de crianças ilegítimas — que implicava nos índices de abandono, as taxas de mortalidade infantil, assim como o aumento de crianças encarceradas por não possuírem moradia.

O abandono infantil na Argentina

se agravou significativamente após o ano de 1883, quando, pela primeira vez, em um período de um ano, mais de 500 crianças foram deixadas na Casa de Expósitos da cidade. Em seis anos, o número tinha dobrado. A porcentagem aumentava de maneira semelhante à porcentagem de nascimentos de filhos ilegítimos, embora estes últimos fossem ainda mais numerosos, chegando a mil por ano em 1879 e atingindo

86 Tradução: “estou pensando nos vossos inocentes pequeninos, nos vossos queridos crianças. Quanto vocês os amam, não é? Como são inocentes e belos! Que inefáveis alegrias as carícias deles, os beijos e as infantis graças lhes proporcionam! Que felicidade é ser mãe! Que imensa ventura há em poder abraçar contra nosso seio esse pequeno ser a quem, por não termos em nosso idioma mesquinho frase mais expressiva, chamamos filho! Flores, pássaros e crianças, possuir e possuir o doce e inesquecível objeto de um perdido e inesquecível amor, aí está toda a felicidade que eu buscava no mundo! Doce e triste é para mim ver a juventude nascendo, ou seja, a infância. A visão de uma criança alegre meu coração por um momento, pois amo a infância, mas também não posso ver uma criança sem que meu coração se aperte e eu o sinta dolorido, inchado de amargura” (*La Voz de La Mujer*, 14 nov. 1896, n. 8, p. 6).

2.798 ou 12,6% de todos os nascimentos em 1889⁸⁷ (Guy, 1994, p. 217).

Apresentando estes dados em outras proporções, o número de crianças abandonadas seria de “211 a cada 1.000 — índice elevado quando comparado com países como a França, onde os números eram de 64 a cada 1.000 nascidos”⁸⁸ (Teitelbaum, 1998, p. 187). Assim, formava-se um aglomerado de crianças abandonadas, que precisavam ser destinadas às instituições, garantindo sua sobrevivência e disciplinamento.

Ao questionar a respeito das razões destas altas taxas, a pesquisadora Donna Guy contextualiza que “ao mesmo tempo em que os imigrantes europeus chegaram na Argentina, a péssima situação econômica levou milhares a retornar a cada ano para seus lugares de origem” (Guy, 1994, p. 217), sem a perspectiva de quando e se voltariam. Além do mais, haviam “normas legais estritas contra o aborto, [e] davam a luz a mais filhos que podiam alimentar” (Guy, 1994, p. 218), num contexto de sobrevivência difícil para as camadas populares.

A abordagem destas condições, ou melhor, a falta delas, foi registrada nas folhas pelas anarquistas:

Veréis también la miseria implacable, terrible, amenazadora, invadir los tugurios del pobre proletario; los hijitos desnudos y con el rostro demacrado pidiendo con lastimera y angelical voz ‘¡pan! ¡mamá dame pan, que tengo mucha hambre!’ desgarrando de esta manera el corazón de las madres que ya lloran a sus esposos, hermanos o parientes, que hombres infames y de negros sentimientos, en nombre de una ley inicua, arrancan de sus hogares para que vayan a destrozarse en los campos de batalla⁸⁹.

87 Texto original: “se agudizó de manera importante después del año 1883, cuando por primera vez en el lapso de un año, más de 500 criaturas fueron dejadas en la Casa de Expósitos de la ciudad. En seis años el número se había duplicado. El porcentaje aumentaba en una manera similar al porcentaje de nacimientos de hijos ilegítimos, aunque estos últimos eran aún más numerosos, llegando a mil por año en 1879 y, llegando a 2,798 o al 12.6 por ciento de todos los nacimientos en 1889” (GUY, 1994, p. 217).

88 Texto original: “211 de cada 1 000 - índice elevado si se le comparaba con países como Francia, donde los números eran de 64 cada 1 000 nacidos” (TEITELBAUM, 1998, p. 187).

89 Tradução: “Verás também a miséria implacável, terrível, ameaçadora, invadir os casebres do pobre proletário; os

Neste trecho, as redatoras relacionam a ausência das figuras masculinas da família por conta dos conflitos, questão que abordamos anteriormente. Mesmo com a construção do vínculo entre médicos higienistas e mães, o acesso às informações, as consultas médicas e a qualidade de vida infantil, ainda eram restritos às camadas mais abastadas. Pois os custos para manter os filhos eram altos, e as libertárias questionavam:

No saben ustedes cuántos gastos ocasiona un hijo? Partera, médico, medicamentos, dieta, cuidados, y luego la lactancia; ¿cómo haría yo que hoy que trabajamos los dos, apenas nos es dado vivir, cómo haría entonces, cuando los gastos aumentasen y las entradas disminuyesen?⁹⁰

E, apesar da crescente preocupação com a infância, as mulheres — que constam nos textos como as principais, se não as únicas, responsáveis pelo cuidado e criação das crianças — encontravam-se sem amparo para suprir as necessidades dos(as) filhos(as):

no tienes pan para tus tiernos hijos. Sí, lo comprendemos, están enfermos y no tienes con qué curarlos. ¡Ah! pobre madre, para ti no existen los adelantos de la ciencia, para ti no hay los eficaces remedios, ni sabios Doctores, tú no tienes dinero y por lo tanto para ti no hay nada; estás sola, completamente sola y aislada en el mundo⁹¹.

Ao estabelecer um recorte de gênero em relação ao cuidado e reprodução da vida das crianças, os homens — que receberam um “tratamento diferencial em relação a sexualidade masculina, muito mais desassociada da

filhinhos nus e com o rosto macilento pedindo com voz lastimosa e angelical: ‘pão! mamãe, me dá pão, que estou com muita fome!’ Rasgando assim o coração das mães que já choram por seus maridos, irmãos ou parentes, que homens infames e de sentimentos sombrios, em nome de uma lei iníqua, arrancam de seus lares para que vão se destroçar nos campos de batalha” (*La Voz de La Mujer*, 27 mar. 1896, n. 4, p. 9).

90 Tradução: “Você não sabem quantas despesas um filho acarreta? Parteira, médico, remédios, dieta, cuidados e depois a amamentação; como eu faria, agora que ambos trabalhamos, mal nos é possível sobreviver, como faria então, quando as despesas aumentassem e as receitas diminuíssem?” (*La Voz de La Mujer*, 08 jan. 1896, n. 1, p. 8).

91 Tradução: “Ah! Você não tem pão para seus filhos pequenos. Sim, entendemos, eles estão doentes e você não tem como curá-los. Ah! Pobre mãe, para você não existem os avanços da ciência, para você não há remédios eficazes, nem doutores sábios, você não tem dinheiro e, portanto, para você não há nada; você está sozinha, completamente sozinha e isolada no mundo” (*La Voz de La Mujer*, 27 mar. 1896, n. 4, p. 5-6).

obrigatoriedade da reprodução”⁹² (Miranda, 2019, p. 158), — foram mencionados poucas vezes no *La Voz de La Mujer*. As publicações que foram direcionadas aos mesmos, referiam-se a situações de tomadas de decisões, enquanto chefes de família. É o caso do trecho a seguir, no qual argumentam os motivos que “pais de família” não deveriam enviar seus filhos(as) para a Igreja,

Padres de familias que tenéis hijos, no los mandéis jamás a esos antros de ignorancia y depravación, no mandéis a vuestros hijos al confesionario porque esos infames buscarán de corromperlos y hacerlos servir de pasto para sus lúbricas pasiones. [...] Una familia mandaba a sus dos hijas, niñas de cortísima edad, a la iglesia de San Ponciano, y el bandido de sotana un día las tomó y las llevó a una celda y allí las violó. as niñas se encontraban en un estado grave y se desesperaba de salvarlas, los padres dieron aviso a la policía; no sé si el cura ha sido arrestado. ¿Qué dice de esto la Voz de la Iglesia? ¿qué dice el clero? ¿qué dice la sociedad burguesa? Pues nada, como si nada hubiera pasado. Padres de familia, alerta contra esos mercaderes de carne humana. ¿No veis que el confesionario es el cebo que ponen para atraer a las incautas y sacrificarlas en aras de sus apetitos carnales?⁹³

As redatoras buscavam alertas aos pais, pois compreendiam que as mulheres ainda estavam mais suscetíveis ao poder pastoral, a acreditarem e seguirem as recomendações dadas pela Igreja. Quando escreviam diretamente para as mães, algo muito mais frequente, as libertárias abordaram diferentes temáticas a partir da maternidade, como problematizar a utilização de seus filhos em guerras e conflitos, por exemplo.

Ahora, madres de familia, decidnos; ¿de qué os vale haber trabajado tantísimos años para criar vuestros hijos, si esa mi-

92 Texto original: “tratamiento diferencial para con la sexualidad masculina, bastante más disociada de la obligatoriedad de la reproducción” (Miranda, 2019, p. 158).

93 Tradução: “Pais de famílias que têm filhos, nunca os enviem para esses antros de ignorância e depravação, não enviem seus filhos ao confessionário porque esses infames buscarão corrompê-los e fazê-los servir de pasto para suas paixões lascivas. [...] Uma família mandou suas duas filhas, meninas muito pequenas, para a igreja de San Ponciano, e um dia o bandido de batina as levou e as levou para uma cela e ali as estuprou. As meninas estavam em estado grave e ele estava desesperado para salvá-las, os pais acionaram a polícia; Não sei se o padre foi preso. O que a Voz da Igreja diz sobre isso? O que diz o clero? O que diz a sociedade burguesa? Bem, nada, como se nada tivesse acontecido. Pais, alerta contra esses mercadores de carne humana” (*La Voz de La Mujer*, 20 fev. 1896, n. 3, p. 6).

serable canalla os los encierra en viles prisiones, u os los envía a morir en los campos de Cuba o la Abisinia? Estudiad, mujeres, y ayudadnos a nosotras en esta lucha emprendida contra la burguesía y las preocupaciones sociales⁹⁴.

As redatoras do *La Voz de La Mujer* reforçam a necessidade das mulheres estudarem mais, para além das instituições como a educação nacional e a perspectiva da Igreja, pela compreensão de que mulheres mais cultas e conscientes, criariam seus filhos da mesma forma — outra reprodução das crenças e discursos do recorte temporal. Assim, na quinta edição do periódico, publicaram um texto intitulado *¡Madres, educad bien a vuestros hijos!*, um texto longo no qual abordam diversas lições que uma mãe anarquista e com consciência social deveria ensinar a suas crianças. Entre estes ensinamentos, deveriam constar que

por ese asqueroso dinero se vende al padre, a la madre, al amigo y al hermano; que por el dinero los trabajadores se ven convertidos en animales de carga y en máquinas automáticas que se mueven a impulso de los que las dirigen y, en fin, enseñadles que por el maldito dinero sufrimos hambre, miseria y toda clase de privaciones. No les enseñéis a creer en Dios; enseñadles que la religión es la atrofía de la mente, tanto de los hombres como de las mujeres y por lo tanto es la que impide el desarrollo del progreso; demostradles que la religión es contraria a las leyes naturales, que ella es el símbolo de la ignorancia y de la depravación, y, por fin, que la religión es una farsa que han inventado para que no viéramos más allá de nuestras narices y para que nos entreguemos atados de pies y manos, cual mansos corderos, a nuestros explotadores y tiranos. No les inculquéis jamás los sentimientos de la patria; hacedles comprender que la naturaleza no hizo frontera y que por tanto todos somos hermanos; enseñadles. [...] Nosotros tenemos raciocinio, conocemos las ciencias (aunque no sea más que de nombre, porque en realidad...), hablamos de educación y de moral, pero en cambio no tenemos libertad, estamos divididos en dos clases completamente antagónicas y nos destrozamos (cosa que no hacen entre sí los animales

94 Tradução: “Agora, mães de família, dizei-nos: de que vos serve ter trabalhado tantíssimos anos para criar vossos filhos, se essa miserável canalha os encerra em vis prisões ou os envia para morrer nos campos de Cuba ou da Abissínia? Estudai, mulheres, e ajudai-nos nesta luta empreendida contra a burguesia e as preocupações sociais” (*La Voz de La Mujer*, 27 mar. 1896, n. 4, p. 9).

de una misma especie) peor que las fieras; nos martirizamos los unos a los otros, en fin, que a pesar de tener uso de razón nos colocamos nosotros mismos en una situación peor que la de los mismos animales a quienes damos el nombre de fieras (¿?). **Ahora bien: si vosotras ¡oh madres! estáis conformes con las teorías aquí desarrolladas (que creo lo estaréis, porque esa época sería el reinado de la armonía y del bienestar general) enseñad a vuestros hijos los redentores ideales del Comunismo Anárquico** que es el que nos ha de proporcionar la verdadera Libertad, Igualdad y Fraternidad. [...] **¡Madres! Enseñad todas estas verdades a vuestros hijos, porque tened entendido que los niños de hoy serán los hombres del mañana**⁹⁵

A partir deste texto, podemos analisar que a responsabilidade pela educação moral e ética dos filhos são delegados exclusivamente às mães, além do suprimento de suas necessidades básicas. Desta forma, concordamos com as pesquisadoras Verónica Norando e Ludmila Scheinkman (2012), ao perceberem que a “função da mulher em casa é questionada, mas com limites marcados: não se questiona nem o seu papel na criação das crianças, nem a distribuição de tarefas no lar” (Norando; Scheinkman, 2012, p. 177). E, assim, “estabelece-se que certos ‘cuidados’ com o filho são naturais da mulher. [E]

95 Tradução: “Aquele dinheiro repugnante se vende ao pai, à mãe, ao amigo e ao irmão; que pelo dinheiro os trabalhadores são transformados em animais de carga e em máquinas automáticas que se movem por impulso dos que as dirigem, e, enfim, ensinai-lhes que pelo maldito dinheiro sofremos fome, miséria e todo tipo de privações. Não os ensine a acreditar em Deus; ensinai-lhes que a religião é a atrofia da mente, tanto dos homens como das mulheres e, portanto, é o que impede o desenvolvimento do progresso; mostre-lhes que a religião é contrária às leis naturais, que ela é o símbolo da ignorância e da depravação, e, por fim, que a religião é uma farsa inventada para que não vejamos além de nossos narizes e para que nos entreguemos amarrados de pés e mãos, como mansos cordeiros, aos nossos exploradores e tiranos. Nunca incutam neles sentimentos de pátria; façam com que compreendam que a natureza não fez fronteiras e que, portanto, somos todos irmãos; ensinem-lhes. [...] Temos raciocínio, conhecemos as ciências (mesmo que apenas de nome, porque na realidade...), falamos sobre educação e moral, mas, em contrapartida, não temos liberdade, estamos divididos em duas classes completamente antagônicas e nos destruimos (coisa que não fazem entre si os animais da mesma espécie) pior do que as feras; nos atormentamos mutuamente, em suma, que apesar de ter uso da razão, nos colocamos em uma situação pior do que a dos próprios animais a quem damos o nome de feras (¿?). **Pois bem: se vocês, oh mães, concordarem com as teorias aqui desenvolvidas (que acredito que o farão, porque essa época seria o reinado da harmonia e do bem-estar geral), ensinem a seus filhos os ideais redentores do Comunismo Anárquico,** que nos proporcionará a verdadeira Liberdade, Igualdade e Fraternidade. [...] **Mães! Ensinai todas essas verdades aos vossos filhos, pois entendei que as crianças de hoje serão os homens de amanhã**” (*La Voz de La Mujer*, 15 mai. 1896, n. 5, p. 3-4, grifo nosso).

Por outro lado, o sustento familiar repousa no pai-trabalhador⁹⁶ (Vázquez *et al*, 2019, p. 66). Há poucas passagens, mas ainda presentes, em que ocorre uma problematização a respeito da centralidade do papel das mulheres de ter e educar os(as) filhos(as). Como um caso comentado pelas redatoras, de um conflito entre um Duque europeu e sua esposa:

Aquel duque de Wurtemberg que contestó a los consejos que se atrevió a darle su mujer sobre si debía o no empeñarse en una guerra con la Suavia: **‘Señora, hemos tomado a Ud. para tener hijos y no para dar consejos’, formaron perfecto diagnóstico de la dolencia que padecía la sociedad, señalando como consecuencia fatal que ese modo de pensar del hombre y ese vicioso modo de obrar no podían dar al progreso [...]**⁹⁷.

As anarquistas compreendem este diálogo enquanto algo representativo a respeito da percepção e do lugar destinado às mulheres na sociedade, enquanto reprodutoras. No entanto, as redatoras consideram este tipo de pensamento uma dificuldade ao progresso, um discurso muito disseminado no período. Elas ainda escrevem o que esperavam que um homem — trabalhador e inserido nos movimentos sociais, logo, anarquista — deveria fazer por uma mulher:

¿Qué es lo que debiera hacer el hombre que trabaja, se agita, lucha, para alcanzar su emancipación? Conquistar ante todo a la mujer, que vive completamente separada de él, llamarla en todas sus relaciones de sociedad para que no viva en la ignorancia y en el parasitismo, sustraerla de la perniciosa compañía del jesuitismo, que se vale del poder que tiene ella sobre el hombre para domeñar a la sociedad, adormecer las generaciones y entorpecer la marcha del progreso y hacerla prácticamente igual y... entonces, en el seno de la confianza y la

96 Texto original: “aparece la tensión mujer-trabajadora y mujer-madre. Por un lado, se establece que ciertos ‘cuidados’ del hijo son naturales de la mujer, [...] Por otro lado, el sustento familiar descansa en el padre-trabajador” (Vázquez *et al*, 2019, p. 66).

97 Tradução: “Aquele duque de Württemberg que respondeu aos conselhos que sua esposa se atreveu a lhe dar sobre se deveria ou não entrar em guerra com a Suábia: **‘Senhora, a tomamos para ter filhos e não para dar conselhos’; formou um diagnóstico perfeito da doença que afligia a sociedade, apontando como consequência fatal que essa forma de pensar do homem e esse modo vicioso de agir não poderiam contribuir para o progresso, [...]**” (*La Voz de La Mujer*, 27 mar. 1896, n. 4, p. 7, grifo nosso).

despreocupación, suavizados los rigores del período militante del mal obrar del hombre, rotas las cadenas de la servidumbre política, hermanados todos por el atributivo de derechos que emanan de una organización libre y perfecta, arreglada a las necesidades humanas, el hombre al alcanzar la libertad de la mujer, habría conquistado su emancipación, habría puesto freno a la tiránica brutalidad del déspota y habría, pues, derrocado todas las esclavitudes. No hay que dudarle; la más grande de las conquistas del hombre es educar y emancipar a la mujer⁹⁸.

Desta forma, coloca parcialmente sob responsabilidade masculina a transformação social em relação às mulheres. Podemos analisar tal questão por duas perspectivas: a primeira delas é a compreensão dos homens enquanto os sujeitos mais instruídos e capazes de direcionar as mulheres no processo; e a segunda é de uma colaboração masculina para que as transformações sociais ocorram. Pois, em outras edições do periódico, elas reafirma que esta emancipação só ocorrerá através das mãos e consciência das próprias mulheres: “Así como la emancipación de los trabajadores ha de ser obra de los trabajadores mismos, obra de las mujeres mismas ha de ser su emancipación de ellas”⁹⁹.

Em outro momento, ao se revoltarem em relação aos companheiros anarquistas que não às apoiam na publicação do periódico e na organização pela emancipação feminina, elas escreveram: “¡falsos anarquistas!, que comprendáis una vez por todas que **nuestra misión no se reduce a criar vuestros hijos y lavaros la roña**, que nosotras **también tenemos derecho a emanciparnos y ser libres de toda clase de tutelaje, ya sea social, económico**

98 Tradução: “O que deveria fazer o homem que trabalha, se agita, luta para alcançar sua emancipação? Conquistar antes de tudo a mulher, que vive completamente separada dele, chamá-la em todas as suas relações sociais para que ela não viva na ignorância e no parasitismo, afastá-la da pernicioso companhia do jesuitismo, que se vale do poder que ela tem sobre o homem para subjugar a sociedade, adormecer as gerações e dificultar o progresso e torná-la praticamente igual e... então, no seio da confiança e da despreocupação, suavizados os rigores do período militante do mau comportamento do homem, rompidas as correntes da servidão política, unidos todos pelo atributo de direitos que emanam de uma organização livre e perfeita, adaptada às necessidades humanas, o homem ao alcançar a liberdade da mulher, teria conquistado sua emancipação, teria colocado um freio na brutalidade tirânica do déspota e teria, portanto, derrubado todas as escravidões. Não há dúvida; a maior conquista do homem é educar e emancipar a mulher” (*La Voz de La Mujer*, 27 mar. 1896, n. 4, p. 7).

99 Tradução: “Assim como a emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores, a emancipação das mulheres deve ser obra das próprias mulheres” (*La Voz de La Mujer*, 20 fev. 1896, n. 3, p. 9)

o marital¹⁰⁰. Aqui, é possível percebermos que ocorre um posicionamento mais afrontoso e direto, negando os papéis de gênero atribuídos às mulheres no período de forma mais incisiva.

Desta forma, analisamos que há a reprodução de alguns discursos, como o cuidado e trabalho reprodutivo enquanto exclusividade e parte natural das mulheres, bem como a compreensão da infância enquanto a esperança de um futuro, ao escreverem que “que as crianças de hoje serão os homens de amanhã”, o que se aproxima dos motivos da preocupação do Estado e outros aparatos e instituições referentes à infância no século XIX. Mas também ocorrem subversões, como ao propor a educação de seus filhos na ótica do anarco-comunismo, opondo-se a aspectos como religiosidade e patriotismo, frisar que suas vidas e atividades não se resumem ao cuidado reprodutivo dos filhos, maridos e casas.

Levando todos estes contextos em consideração, para o pesquisador Ricardo Cicerchia, o abandono acabava sendo “uma estratégia de sobrevivência alternativa ao infanticídio” (Cicerchia, 1994, p. 198), para aquelas famílias que não encontravam outras possibilidades para a criação da prole. Guy (1994) ainda considera a participação da Igreja na construção desta realidade, visto que no

Código Civil adotado em 1872 definia a família em termos religiosos. As únicas famílias legais eram aquelas produtos do matrimônio e dominadas por homens. Baseado em preocupações sobre a herança, a legitimidade e a manutenção da família patriarcal [...]. Dentro da família, apenas o pai ou a mãe, ao ficar viúvo(a), exerciam a pátria potestade, ou seja, o conjunto de direitos e obrigações que os pais tinham com seus filhos legítimos, sendo somente o pai passível de ser levado à justiça se falhasse em alimentar os filhos menores de idade¹⁰¹ (Guy, 1994, p. 219).

100 Tradução: “oh, falsos anarquistas!, que vocês entendam de uma vez por todas que **nossa missão não se resume a criar seus filhos e lavar a sujeira de vocês, que nós também temos o direito de nos emancipar e ser livres de toda forma de tutela, seja social, econômica ou conjugal**” (*La Voz de La Mujer*, 31 jan. 1896, n. 2, p. 1, grifo nosso).

101 Texto original: “Código Civil adoptado en 1872 definía a la familia en términos religiosos. Las únicas familias legales eran aquellas producto de matrimonio y dominadas por hombres. Basado en preocupaciones sobre la herencia, la legitimidad y el mantenimiento de la familia patriarcal [...] Dentro de la familia sólo el padre o la madre al enviudar ejercían la patria potestad, es decir, el conjunto de derechos y obligaciones que los padres tenían con sus hijos legítimos, y sólo el padre podía ser llevado ante la justicia si fallaba en alimentar a los hijos menores de edad” (Guy, 1994, p. 219).

Assim, as crianças abandonadas iam para as Casas de Expósitos, instituições responsáveis por receber principalmente aquelas de relações ilegítimas. A primeira Casa de Expósitos registrada em Buenos Aires foi em 1779, mas nos fins da década de 1880, com os crescimentos das taxas de abandono infantil,

Começaram [...] a abrir mais hospitais e dispensários onde as mães pobres podiam receber serviços de saúde a custos baixos. Também começaram a ensinar às futuras mães como cuidar de seus filhos, e por meio disso, a responsabilidade das próprias mães de manter filhos saudáveis¹⁰² (Guy, 1994, p. 223-224).

Em relação aos filhos ilegítimos nas folhas do impresso anarquista, há o relato de uma jovem que se apaixonou e, mesmo não casada, dá a luz a uma criança. Ao longo do texto, num estilo similar a uma carta de confissão, ela conta sua trajetória para sua mãe:

Amaba y era amada, sí, era amada, y es por esto que a pesar de tu vigilancia, a pesar de tus cuidados me entregué en brazos del objeto de mi amor. No era casada, bien lo sabía, mas yo ignoraba que sin ese requisito no se podía amar. [...] Madre querida, tengo una niña, una hija, ¿comprendes? A la que amo como tú me amabas a mí, como aman las madres y convencida de que con mi trabajo jamás podría ganar lo suficiente para criarla y atender a mis necesidades; a causa de lo mezquino de los salarios, he tomado la resolución de vender mi cuerpo... no maldigas madre mía al saber que el cuerpo de tu hija, este cuerpo que tú has cuidado con tanto esmero, no será de hoy en adelante otra cosa que carne que se vende al peso¹⁰³.

102 Texto original: “Empezaron poco antes de 1890 a abrir más hospitales y dispensarios donde las madres pobres podían recibir servicios de salud a costos bajos. También comenzaron a enseñar a futuras madres cómo cuidar a sus hijos, y a través de ello, la responsabilidad de las propias madres de mantener hijos saludables” (Guy, 1994, p. 223-224).

103 Tradução: “Amei e fui amada, sim, fui amada, e é por isso que, apesar de sua vigilância, apesar de seu cuidado, me entreguei nos braços do objeto de meu amor. Eu não era casada, sabia disso, mas não sabia que sem essa exigência não se pode amar. [...] ‘Querida mãe, eu tenho uma menina, uma filha, entendeu? A que eu amo como você me amou, como as mães amam e convencida de que com meu trabalho eu nunca poderia ganhar o suficiente para criá-la e cuidar dela. dela. às minhas necessidades; pela parcimônia dos salários, decidi vender meu corpo... não amaldiçoe minha mãe quando souber que o corpo de sua filha, esse corpo que você cuidou com tanto cuidado, não será de agora nada além de carne que é vendida por peso” (*La Voz de La Mujer*, 18 out. 1896, n. 7, p. 7).

É decorrente dos baixos salários e poucas ocupações laborais disponíveis, a jovem recorre a prostituição enquanto forma de sobreviver. Faz-se relevante ressaltar que a prostituição nos discursos médico-higienistas configurava-se enquanto a “antítese da esposa honesta, a mulher da vida tem “apetite sexual exaltado” (Rago, 1985, p. 89). A prostituição era considerada e “classificada pelo saber médico e criminológico como ‘vício’” (Rago, 1985, p. 85), um problema hereditário e um desvio moral. Ao traçarem as características das mulheres prostitutas, “na visão dos médicos, é a preguiça, a aversão ao trabalho e a perseguição desenfreada do prazer. A prostituta é aquela que, ao contrário da mulher honesta e pura, vive em função da satisfação de seus desejos libidinosos e devassos” (Rago, 1985, p. 89).

Entretanto, as mulheres anarquistas do *La Voz de La Mujer* se opunham a esta narrativa:

Davanti a questo spettacolo, voi altri borghesi, attribuite la prostituzione, origine del vizio e della corruzione di un certo numero di individui d'ambo i sessi; e affermate che se questi non fossero nati, la prostituzione non esisterebbe. Vi sono una quantità di individui che esercitano sulla prostituzione, servendosi di qualunque sia mezzo, per tirare la vittima nell'abisso; essendo questa speculazione divenuta attualmente come tutte le altre. [...] É così, Signori Borghesi! Non é il vizio o la corruzione l'origine della prostituzione, se non altro il vostro infame regime e le vostre iniquità. Voi Borghesi siete la causa! Mantenendo la donna nell'ignoranza e nella credenza della sua debolezza, dettando leggi no cive alla donna, facendo credere al popolo incosciente che il sesso Femminile é inferiore all'uomo, per conseguenza, l'avete educata secondo la vostra volontà e convenienza.¹⁰⁴

104 Tradução: “vós, burgueses, atribuíis à prostituição a origem do vício e da corrupção de um certo número de indivíduos de ambos os sexos; e afirmam que se estes não tivessem nascido, a prostituição não existiria. Existem uma quantidade de indivíduos que exploram a prostituição, utilizando qualquer meio para levar a vítima ao abismo; essa especulação tornou-se atualmente como todas as outras. [...] É assim, Senhores Burgueses! Não é o vício ou a corrupção a origem da prostituição, mas sim o vosso regime infame e as vossas iniquidades. Vocês, Burgueses, são a causa! Mantendo a mulher na ignorância e na crença da sua fraqueza, ditando leis prejudiciais à mulher, fazendo o povo incosciente acreditar que o sexo feminino é inferior ao masculino, portanto, vocês a educaram de acordo com a vossa vontade e conveniência” (*La Voz de La Mujer*, 08 jan. 1896, n. 1, p. 6-7).

Para elas, havia um recorte de classe, no qual a prostituição era uma alternativa em contextos de muita necessidade às mulheres, responsáveis pela criação dos filhos, que possuíam maiores dificuldades de serem empregadas e, ainda, recebiam salários mais baixos. Desta forma, quando escreviam para e sobre as prostitutas, as redatoras do periódico referiam-se a elas enquanto “mulheres caídas”, que mereciam ser respeitadas:

Jamás ultrajéis a la mujer caída. Cuando pasa por mi lado no puedo menos que llevar la mano a mi pecho y, haciéndome a un lado, admirarla: ella es la mártir de la sociedad. ¡Pobre mujer! Yo me la imagino niña aún, allá en la modesta pero limpia cunita, asomar por entre los lienzos de la misma, su sonrosada y angelical carita. A su lado su joven y tierna madre, que cariñosa y complaciente, vela, llena de amor, por aquel botón de rosa, por aquella primera manifestación de sus amores. ¡Cuán bellas ambas!¹⁰⁵

É possível notar a intersecção de alguns dos discursos que abordamos neste capítulo: o amor materno e natural em relação à filha, a delicadeza feminina enquanto uma característica, a sua criação em ambientes simples mas limpos. No entanto, em alguma medida, as anarquistas procuraram problematizar a realidade em que viviam e prestavam solidariedade para aquelas que não encontravam outras formas de manutenção financeira, num recorte temporal extremamente moralizante em relação às trabalhadoras sexuais.

Ao longo deste subcapítulo nos detemos na ascensão de discursos médico-científicos, especialmente aqueles ligados à maternidade e à infância, enquanto respostas de uma preocupação estatal em relação às taxas de abandono e mortalidade infantil no fim do século XIX na Argentina. Neste sentido, as mulheres foram os principais alvos de intervenção para a transformação de como ambas eram compreendidas e “manuseadas”. As redatoras do *La Voz de La Mujer* vivendo neste recorte temporal e espacial, sendo brancas

105 Tradução: “Jamais ultrajem a mulher caída. Quando ela passa ao meu lado, não posso deixar de levar a mão ao meu peito e, afastando-me, admirá-la: ela é a mártir da sociedade. Pobre mulher! Eu a imagino ainda criança, lá no modesto, mas limpo berço, espreitar por entre os panos do mesmo, seu rosto corado e angelical. Ao seu lado, sua jovem e terna mãe, que carinhosa e complacente, cuida, cheia de amor, por aquele botão de rosa, por aquela primeira manifestação de seus amores. Como ambas são belas!” (*La Voz de La Mujer*, 27 mar. 1896, n. 4, p. 8).

e letradas, foram atravessadas e constituídas por tais discursos e, conforme podemos notar, na maioria das passagens, ao abordarem as temáticas da infância, maternidade e sexualidade, reproduziram os discursos do período.

Seja através de uma certa romantização da infância, da necessidade de “educar bem” as crianças, pois eram o futuro da sociedade, da compreensão do cuidado em relação à prole enquanto uma responsabilidade quase exclusiva das mulheres e aos homens o papel de provedores financeiros do lar. Entretanto, por vezes, elas subverteram essa visão ao indicarem uma educação voltada ao anarquismo — e não à perpetuação da Nação —, oporem-se aos discursos da prostituição enquanto um desvio moral e, mesmo que em poucos momentos, não reduzirem as mulheres a exercerem o trabalho reprodutivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi possível perceber até aqui, no processo de modernização do Estado argentino que ocorreu ao longo da segunda metade do século XIX, foram exercidas diferentes (bio)políticas em relação à população, seja através da *Ley de Inmigración* (1876) e o incentivo estatal das migrações em massa e das *Campanhas do Deserto* (1878), que expandiram o território nacional e dizimaram as populações indígenas das regiões interiores. Ambas legislações associadas, e com apenas dois anos de intervalo entre suas execuções, evidenciam o objetivo biopolítico das mesmas, de lidar “com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder” (Foucault, 1999, p. 292).

Após a transformação da composição étnica nacional com o incentivo à vinda de imigrantes europeus, o Estado argentino passou a enfrentar outras questões, como a diversidade cultural dos imigrantes, que foram amenizadas a partir do estabelecimento de uma educação pública, laica e gratuita, a partir da *Ley de Educación Común* (1884). Percebemos que tal lei atuou igualmente enquanto um “dispositivo biopolítico, [que] desempenhou um papel na produção performativa de uma subjetividade individual e, especialmente, coletiva” (Garrido, 2013. p. 46) da população argentina nos fins do século XIX.

Compreendemos que as redatoras do *La Voz de La Mujer* — brancas, provavelmente filhas ou descendentes mais distantes de imigrantes, letradas e mães — possuíam um papel essencial na construção da Nação e constituíam um dos principais alvos da biopolítica e do poder disciplinar, este último

que, através de diferentes aparatos e instituições, atuou na correção de fatores como os “corpo[s] e os comportamentos, a habilidade e a utilidade, a (in)docilidade e a obediência”¹ (Garrido, 2013, p. 50). Para atingir tais objetivos, haviam as influências normatizadoras da polícia, das figuras religiosas e de seu poder pastoral — direcionando seu rebanho —, instituições como as Casas de Misericórdia, e as oficinas ou fábricas. Desta forma, o poder disciplinar foi igualmente fundamental na formação desta nação emergente. Apesar de se constituírem enquanto conceitos analíticos contemporâneos, as redatoras do *La Voz de La Mujer* respondiam a este contexto e a estes acontecimentos do período, atravessados pela biopolítica e pelo poder disciplinar.

Mesmo que estas mulheres estivessem inseridas no movimento anarquista, que buscava refutar as hierarquias sociais e os processos de subjugação dos indivíduos, percebemos que não houve uma desconstrução dos papéis de gênero no seio do movimento anarquista portenho. Desta forma, compreendendo o gênero enquanto “uma forma primeira de significar as relações de poder” (Scott, 1995, p. 86), perpetua-se uma disparidade de poder entre homens e mulheres no interior ou exterior do movimento libertário, afetando as vivências das mulheres de uma forma muito violenta.

Desta forma, considerando o gênero enquanto marcador social de desigualdades entre homens e mulheres, as mulheres também foram alvo de discursos normatizadores acerca da maternidade e cuidados à infância. Afinal, devemos considerar que a

sexualidade é construída discursivamente e desempenha um papel essencial na formação de uma ordem social específica. Dessa forma, ela é regulada de diferentes maneiras nos diversos sistemas sociais, que promovem, favorecem e institucionalizam formas específicas de expressão sexual ao mesmo tempo em que agem de maneira coercitiva ou diretamente proibitiva em relação a outras que são consideradas potencialmente perigosas e desestabilizadoras da ordem social² (Granel, 2019, p. 65).

1 Texto original: “cuerpo[s] y sus conductas, su habilidad y su utilidad, su (in)docilidad y obediencia” (Garrido, 2013, p. 50).

2 Texto original: “la sexualidad se construye discursivamente y desempeña un papel esencial en la conformación de un determinado orden social. De esta forma es regulada de distintos modos en los distintos sistemas sociales, que

Assim sendo, as redatoras do *La Voz de La Mujer* foram atravessadas e constituídas a partir da disseminação de discursos médico-científico higienistas sobre a “função natural” das mulheres enquanto mães, da sua responsabilidade na educação das crianças, que por sua vez, configuravam-se o futuro da Nação. Ao elaborarem suas respostas a esses atravessamentos e contextos, elas foram capazes de subverter algumas das propostas e lógicas estabelecidas. Desta forma, questionaram o projeto “civilizador” do Estado argentino em relação aos grupos indígenas, os objetivos das guerras, do exército e da polícia. Opuseram-se às teorias médicas que atribuíam os crimes à questões hereditárias, conforme proposto por Lombroso. Também refletiram a respeito da organização das instituições sociais e sobre a aliança entre as mesmas, o entrelaçamento do Estado, Igreja e burguesia.

Em contrapartida, as redatoras também reforçaram e reproduziram parcialmente alguns discursos: como a responsabilidade da criação e cuidado para com os filhos enquanto responsabilidade exclusivamente feminina, beirando a uma naturalidade para realizar tais tarefas, enquanto aos homens se esperava o sustento financeiro do lar. Em determinado momento, reafirmaram as teorias de melhoramento da raça, compreendendo que a diferença sexual era necessária para este processo. Bem como, trouxeram a menção de cuidados com a higiene, igualmente provenientes dos discursos médico-higienistas, que buscavam intervir nos hábitos de higiene e nas residências das camadas populares.

Assim, ao longo deste livro, foi possível perceber através da análise das páginas do *La Voz de La Mujer*, relacionando-o com maior aprofundamento ao seu contexto histórico-social, a biopolítica e poder disciplinar agindo sobre suas vidas/corpos, crenças e costumes destas mulheres.

propician, favorecen e institucionalizan determinadas formas de expresión sexual al tiempo que actúan de forma coercitiva o directamente prohibitiva con respecto a otras que se consideran potencialmente peligrosas y desestabilizadoras del orden social” (Granel, 2019, p. 65).

REFERÊNCIAS

FONTES

La Voz de La Mujer (1896-1897). Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas, disponível em: <https://americalee.cedinci.org/portfolio-items/la-voz-de-la-mujer/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

La Voz de La Mujer, 08 jan. 1896, 1. Universidad Nacional de Quilmes — Repositorio Institucional Digital de Acceso Abierto de la Universidad Nacional de Quilmes. Disponível em: <<http://ridaa.unq.edu.ar/handle/20.500.11807/2240>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

La Voz de La Mujer, 31 jan. 1896, 2. Universidad Nacional de Quilmes — Repositorio Institucional Digital de Acceso Abierto de la Universidad Nacional de Quilmes. Disponível em: <<http://ridaa.unq.edu.ar/handle/20.500.11807/2240>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

La Voz de La Mujer, 20 fev. 1896, 3. Universidad Nacional de Quilmes — Repositorio Institucional Digital de Acceso Abierto de la Universidad Nacional de Quilmes. Disponível em: <<http://ridaa.unq.edu.ar/handle/20.500.11807/2240>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

La Voz de La Mujer, 27 mar. 1896, 4. Universidad Nacional de Quilmes — Repositorio Institucional Digital de Acceso Abierto de la Universidad Nacional de Quilmes. Disponível em: <<http://ridaa.unq.edu.ar/handle/20.500.11807/2240>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

La Voz de La Mujer, 15 mai. 1896, 5. Universidad Nacional de Quilmes — Repositorio Institucional Digital de Acceso Abierto de la Universidad Nacional de Quilmes. Disponível em: <<http://ridaa.unq.edu.ar/handle/20.500.11807/2240>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

La Voz de La Mujer, 18 out. 1896, 7. Universidad Nacional de Quilmes — Repositorio Institucional Digital de Acceso Abierto de la Universidad Nacional de Quilmes. Disponível em: <<http://ridaa.unq.edu.ar/handle/20.500.11807/2240>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

La Voz de La Mujer, 14 nov. 1896, 8. Universidad Nacional de Quilmes — Repositorio Institucional Digital de Acceso Abierto de la Universidad Nacional de Quilmes. Disponível em: <<http://ridaa.unq.edu.ar/handle/20.500.11807/2240>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

La Voz de La Mujer, 01 jan. 1897, 9. Universidad Nacional de Quilmes — Repositorio Institucional Digital de Acceso Abierto de la Universidad Nacional de Quilmes. Disponível em: <<http://ridaa.unq.edu.ar/handle/20.500.11807/2240>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BIBLIOGRÁFICAS

ALLEMANDI, Cecília L. El servicio doméstico en el marco de las transformaciones en la ciudad de Buenos Aires, 1869-1914. **Diálogos** (Maringá. Online), v. 16, n. 2, mai.-ago./2012, p. 385-415

ALVARENGA, Lucas Thiago Roderte. **O homem livre sobre a terra livre: O tipógrafo, o jornalista libertário e a rede social do jornal A Terra Livre (1905-1910)**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo, 2017, p. 03-156.

ANZORENAL, Claudia. La participación de las mujeres en el proceso de formación del Estado Nacional en Argentina de finales del siglo XIX. Reflexiones desde una perspectiva de género. **Revista Iberoamericana de Educación**, n. 45/2, fev. 2008, p. 01-13.

AVELINO, Nildo. Errico Malatesta — revolta e ética anarquista. **Verve**, n. 4, 2003, p. 228-263.

AZEVEDO, Cecília. Amando de olhos abertos: Emma Goldman e o dissenso político nos EUA. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 23, n. 38, jul./dez. 2007, p. 350-367.

BACCI, Claudia. CORDERO, Laura Fernández. Feroces de lengua y pluma. Sobre algunas escrituras de mujeres anarquistas. **Política de la Memoria**, n. 6 -7, 2007, p. 190- 196.

BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado: O mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BARRANCOS, Dora. **Anarquismo, Educación y Costumbres en la Argentina de principios de siglo**. Buenos Aires: Contrapunto, 1990.

BEIRED, José Luis Bendicho. Tocqueville, Sarmiento e Alberdi: três visões sobre a democracia nas Américas. **História**, São Paulo, 23 (2), 2003, p. 59-78.

BELLUCCI, Mabel. De la pluma a la imprenta. In: FLETCHER, Lea (Org.). **Mujeres y cultura en la Argentina del siglo XIX**. Buenos Aires: Editora Feminaria, 1994, p. 252-263.

BILHÃO, Isabel Aparecida. Família e movimento operário: A anarquia dentro de casa. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXII, n. 2, p. 195-210, dez. 1996.

CANDIA, Letícia Contreras. La prensa anarcofeminista: una “incisiva” plataforma escritural en el periódico *La Voz de la Mujer*. **Taller de Letras**, n. 67, 2020, p. 41-55.

CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 56-108.

CICERCHIA, Ricardo. Las vueltas del torno: claves de un malthusianismo popular. In: FLETCHER, Lea (Org.). **Mujeres y cultura en la Argentina del siglo XIX**. Buenos Aires: Editora Feminaria, 1994, p. 196-206.

CORDERO, Laura Fernández. **Amor y anarquismo**: experiencias pioneras que pensaron y ejercieron la libertad sexual. Buenos Aires: Ed. Siglo Veintiuno, 2017.

COSTA, Suely Gomes. Onda, Rizoma e “Sororidade” como metáforas: representações de mulheres e dos feminismos. **INTERthesis**, Florianópolis, v. 6, n. 2, jul.-dez. 2009, p. 01-29.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa. **Projeto História**, n. 35, ago/dez. 2007, p. 253-270.

CUNHA, Ana Clara Pecis da. Embranquecimento Racial na Argentina no século XIX: pensando negros e imigrantes. **Revista Outrora**, v. 2, n. 1, 2020, p. 72-83.

CUNHA, Eduardo Augusto Souza. **Editar a revolta**: edição e circulação de impressos anarquistas em Buenos Aires (1890-1905). Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo, 2018.

DEVOTO, Fernando J. **Historia de la inmigración de la Argentina**. Buenos Aires: Editorial Sudamerica, 2003.

DEVOTO, Fernando J. Imigração europeia e identidade Nacional nas imagens das elites argentinas (1850-1914). In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América**. Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p. 33-60.

DURÁN, Manuel. Sexualidad, producción y trabajo en el discurso higienista y eugenésico en Chile y Argentina, 1860-1930. **Revista Nomadías**, n. 23, jul. 2017, p. 31-52.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos do PPG em História da UFRGS**, n. 13, dez. 1995, p. 19-29.

ELIZALDE, Marisa. La voz de la mujer. Periódico comunista - anárquico 1896-1897. **Anclajes**, Revista del Instituto de Análisis Semiótico del Discurso II, v. 2, 1998, p. 109-112.

ENGELMANN, Fabiano. PENNA, Luciana. Constitucionalismo e batalhas políticas na Argentina: elementos para uma história social. **Estudios Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 29, no 58, maio-agosto 2016, p. 505-524.

FALCÓN, Ricardo. **Los orígenes del movimiento obrero (1857-1899)**. Buenos Aires, CEAL, 1984.

FALCONE, Rosa. **Los primeros movimientos feministas en Argentina (1831-1896)**. Algunas reflexiones. XI Congreso Internacional de Investigación y Práctica Profesional en Psicología, Universidad de Buenos Aires, 2019.

FEIJÓO, María del Carmen. NARI, Marcela M. A. Imaginando el lector/la lectora de *La Voz de La Mujer**. In: FLETCHER, Lea (Org.). **Mujeres y cultura en la Argentina del siglo XIX**. Buenos Aires: Editora Feminaria, 1994, p. 276-284.

FERNÁNDEZ, Alejandro. La ley argentina de inmigración de 1876 y su contexto histórico. **Almanack**, Guarulhos, n. 17, dez. 2017, p. 51-85.

FILOMENO, Felipe Amin. A crise Baring e a crise do Encilhamento nos quadros da economia-mundo capitalista. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 1 (38), abr. 2010, p. 135-171.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I — A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**: Curso dado no College de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GALEANO, Diego. O ofício inconfessável: policiais, ordem urbana e mercado de trabalho na cidade de Buenos Aires, 1867-1880. **Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro**, n. 9, 2015, p. 191-209.

GARRIDO, Cintia Daiana. El dispositivo biopolítico escolar en la génesis del Estado-nación argentino (1880-1910/20). **El banquete de los Dioses** — Revista de Filosofía y Teoría Política contemporáneas. V. 1, n. 1, nov. 2013-mai 2014, p. 46-64.

GELER, Lea. **Andares negros, caminos blancos**: Afroporteños, Estado y Nación Argentina a fines del siglo XIX. Rosario: Prohistoria Ediciones, TEIAA (Universidad de Barcelona), 2010.

GOLDMAN, Emma. Anarquia e a questão do sexo. **The Alarm**, New York, 27 set. 1896. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/goldman/1896/09/27.htm>>. Acesso em: 25 jan. 2024.

GRANEL, Helena Andrés. Anarquismo y sexualidad. **Germinal**, n. 5, 2019, p. 65-84.

GUY, Donna. Niños abandonados en Buenos Aires (1880 - 1914) y el desarrollo del concepto de la madre. In: FLETCHER, Lea (Org.). **Mujeres y cultura en la Argentina del siglo XIX**. Buenos Aires: Editora Feminaria, 1994, p. 217-226.

LEANDRI, Ricardo González. Miradas médicas sobre la cuestión social. Buenos Aires a fines del siglo XIX y principios del XX. **Revista de Indias**, vol. LX, n. 219, 2000, p. 421- 438.

LEANDRI, Ricardo González. José María Ramos Mejía. Médico, intelectual y funcionario del Estado (1870-1900) In: Alvarez, Adriana. **Saberes y prácticas médicas en la Argentina**. Un recorrido por historias de vida. Mar del Plata, EUDEM, 2008. p. 95-133.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p. 535-553.

LESCANO, Aimé Lescano. **Maternidad e infancia en el feminismo anarquista de fines del siglo XIX**: el caso de La Voz de la Mujer (1886- 1887). 4tas Jornadas de Estudios sobre la Infancia, Buenos Aires, p. 146-159, 2015.

LENZ, Maria Heloisa. Auge e início do declínio da economia argentina. **Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 18, n. 33, 2000, p. 121-140.

LIDA, Miranda. La prensa católica y sus lectores en la Argentina, 1880-1920. **Tiempos de América**, n. 3, 2006, p 59-71.

LIDA, Miranda Una Iglesia a la medida del Estado: la formación de la Iglesia nacional en la Argentina (1853-1865). **Prohistoria**, a. X, n. 10. Rosário — Argentina, 2006, p. 27-46.

LIMA, Camila. NOGUEIRA, Gabriel. A formação do Estado-Nacional argentino e a construção da identidade nacional. **Ameríndia**, ano 1, vol. 1, 2006.

LINS, Mariana. Introdução — A suma sacerdotisa do anarquismo. In: LINS, Mariana (Org.). **Sobre anarquismo, sexo e casamento — Emma Goldman**. São Paulo: Hedra, 2021.

LOBATO, Mirta. Una mirada histórica sobre las trabajadoras en la Argentina. Entrevista para la Superintendencia de Riesgos del Trabajo del gobierno de Argentina, 2010, p. 01-17.

LUCA, Tania de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

LUCCHESSI, Flávia. Pepita Guerra e La voz de la Mujer. **Verve**, n. 36, 2019, p. 91-92.

MACÍAS, Flavia. Orden y violencia política. Argentina, 1870-1880. **Pasado Abierto** — Revista del CEHis. N. 7, jan.-jun. 2018. p. 227-240.

MACIEL, Laura Antunes. Imprensa, esfera pública e memória operária — Rio de Janeiro (1880-1920). **Revista de História**, n. 175, p. 415-448, jul.-dez. 2016.

MAJÓ, Coral Cuadrada. PÉREZ, Ginés Puente. A debate: entre “feminismo” anarquista y el feminismo burgués. In: SANCHÉZ, Nieves Montesinos. GALVÁN, Beatriz Souto (Coord.). **Feminismo/s**: Laicidad y creencias. Revista semestral editada por el Instituto Universitario de Investigación de Estudios de Género de la Universidad de Alicante, 2016, p. 25-47.

MARQUES, Carlos. A Imprensa Libertária: jornalismo operário e resistência anarquista na primeira década do Século XX. **Antíteses**, v. 5, n. 10, 2012, p. 855-864.

MARTINS, Angela Maria Roberti. SOUZA, Ingrid Souza Ladeira de. Vozes femininas do anarquismo na Argentina dos séculos XIX e XX. **LexCult**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, maio/ago. 2018, p. 210-244.

MARUCCO, Martha. La formación docente: un ámbito de contradicciones. **Movimiento**, a. 6, n. 11, 2019, p. 208-233.

MATOS, Maria Izilda Santos. TRUZZI, Oswaldo. CONCEIÇÃO, Carla Fernandes. Mulheres imigrantes: presença e ocultamento (interiores de São Paulo, 1880-1930). **Revista brasileira de Estudos de População**. Belo Horizonte, 35 (3), 2018, p. 01-25.

MITIDIERI, Gabriela. “Un autómata de fierro”: máquinas de coser, ropa hecha y experiencias de trabajo en la ciudad de Buenos Aires en la segunda mitad del siglo XIX. **Historia Crítica**, n. 85, jul.-set. 2022, p. 27-49.

MOLINEUX, Maxine. Apresentação. Ni Dios, ni Patrón, ni Marido. Feminismo Anarquista en la Argentina del siglo XIX In: BOLTEN, Virginia. **La Voz de La Mujer: Periódico Comunista-Anárquico**. Argentina: Universidad Nacional de Quilmes — Repositorio Institucional Digital de Acceso Abierto de la Universidad Nacional de Quilmes, 2018. Disponível em: <<http://ridaa.unq.edu.ar/handle/20.500.11807/2240>>. Acesso em: 14 jul. 2021.

MORENO, José Luis. El delgado hilo de la vida: los niños expósitos de Buenos Aires. **Revista de Indias**, n. 220, vol. LX, 2000, p. 663-685.

MOURA, Solange Maria Sobottka Rolim de. ARAÚJO, Maria de Fátima. A Maternidade na História e a História dos Cuidados Maternos. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 24(1), 2004, p. 44-55.

NARI, Marcela María Alejandra. El trabajo a domicilio y las obreras (1890-1918). **Razón y Revolución**, n. 10, p. 1-13, 2002.

NORANDO, Verónica. SCHEINKMAN, Ludmila. “Hastias de tanto y tanto llanto y miseria..., de ser el juguete, el objeto de los placeres de los infames explotadores”. Visibilizando a las mujeres proletarias. **Historia Regional**, Sección Historia, ISP no 3, Año XXV, n. 30, 2012, p. 167-190.

OKSALA, Johanna. **Como ler Foucault**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ORSI, Guillermo Omar. “Não há negros na Argentina”: o mito da homogeneidade racial argentina. **Simbiótica**, v. 9, n. 2, 2022, p. 140-163.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PRADO, Natalia Martínez. La emergencia del feminismo en la Argentina: un análisis de las tramas discursivas a comienzos del siglo XX. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 23, n.1, jan-abr 2015, p. 71-97.

QUIJADA, Mónica. Nación y territorio: la dimensión simbólica del espacio en la construcción nacional argentina. Siglo XIX. **Revista de Indias**, vol. LX, n. 2019, 2000, p. 373-394.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: A utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAMOS, Jorge. Inquilinato: luces y sombras del habitar porteño. In: SCHÁVELZON, Daniel (Org.). **Los conventillos de Buenos Aires** — La Casa Mínima, un estudio arqueológico. Buenos Aires: Ediciones Turísticas de Mario Banchik, 2005, p. 9-36.

RECLUS, Élisée. A Anarquia (1894). In: COELHO, Plínio Augusto (Org.). **Élisée Reclus — A anarquia pela educação**. São Paulo: Hedra, 2016, p. 21-42.

RECLUS, Élisée. Por que somos anarquistas? (1886). In: COELHO, Plínio Augusto (Org.). **Élisée Reclus - A anarquia pela educação**. São Paulo: Hedra, 2016, p. 43-46.

RUGGIERO, Kristin. Honor, maternidad y el disciplinamiento de las mujeres: infanticidio en el Buenos Aires de finales del siglo XIX. In: FLETCHER, Lea (Org.). **Mujeres y cultura en la Argentina del siglo XIX**. Buenos Aires: Editora Feminaria, 1994, p. 227-235.

RUVIRA, Gonzalo Zaragoza. **Orígenes del anarquismo en Buenos Aires, 1886-1901**. Valencia: Anales de la Universidad de Valencia, 1972.

SÁ, Maria Elisa Noronha de. Juan Bautista Alberdi e o Império do Brasil, olhares cruzados sobre a construção das Nações no século XIX. **Almanack**, Guarulhos, n. 25, p. 1-40, 2020.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação&Realidade**, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SABUGO, Mario. La idea de conventillo. In: SCHÁVELZON, Daniel (Org.). **Los conventillos de Buenos Aires** — La Casa Mínima, un estudio arqueológico. Buenos Aires: Ediciones Turísticas de Mario Banchik, 2005, p. 37-65.

SÁNCHEZ, Sandra Inés. AMUCHÁSTEGUI, Rodrigo. Biopolítica en el espacio doméstico de la ciudad de Buenos Aires en perspectiva histórica. **Revista Invi**, n. 85, v. 30, nov. 2015, p. 23-82.

SCHARAGRODSKY, Pablo Ariel. Cuerpo, Género y Poder en la escuela: el caso de la Educación Física Escolar Argentina (1880-1930). **Estudios Ibero-Americanos**, v. 27, n. 2, 2001, p. 121-151.

SILVA, Selmo Nascimento da. A anarquia social: resistência, insurgência e revolução social na teoria de Bakunin. **Em Debate**, Florianópolis, n. 11, jan.-jun. 2014, p. 26-46.

SILVA, Thiago Lemos. Sexualidade, amor e moral no anarquismo espanhol: reflexões a partir de Lucía Sánchez Saornil. **Revista Alpha**, Patos de Minas, 18(1), jan./jul. 2017, p. 86-99.

SIRQUEIRA, Karoline Lima. **A escravidão negra no Rio da Prata**. Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, 2012.

SOARES, Gabriela Pellegrino. Conformando uma Argentina leitora: educação pública, bibliotecas e mercado editorial entre fins do século XIX e meados do século XX. **História**, São Paulo, 22 (2), 2003, p. 133-150.

SOPRANO, Gérman. Culturas militares na Argentina do século XIX ao início do XXI. In: ZIRKER, Daniel. MATHIAS, Suzeley Kalil (Orgs.). **Militares e democracia**: Estudos sobre a identidade militar. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016, p. 29-66.

SOUTO, Bárbara Figueiredo. Imprensa feminista oitocentista no Rio de Janeiro e em Buenos Aires: algumas reflexões. **XXIX Simpósio Nacional de História, Contra os Preconceitos**: História e Democracia, 2017, p. 01-14.

SOUTO, Bárbara Figueiredo. **Mulheres e ideias impressas**: Projetos feministas de emancipação em periódicos do Rio de Janeiro e Buenos Aires (1852-1855). Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

SOUZA, Ingrid Souza Ladeira de. **“Salimos a la lucha...sin Dios y sin jefe”**. O periódico La Voz de la Mujer como experiência feminina do anarquismo na Argentina. (1896-1897). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rio de Janeiro, 2019.

SOUZA, Ingrid Souza Ladeira de. O anticlericalismo e a luta feminina anarquista: La Voz de la

Mujer como estudio de caso (Buenos Aires, 1896-1897). **Pergaminho**, v. 9, dez. 2018, p. 27-44.

SOUZA, Rodrigo Matos. Notas para o trabalho com a hermenêutica na pesquisa em Educação. **Momento - Diálogos em Educação**, v. 31, n. 03, set./dez., 2022, p. 26-40.

STEFANO, Roberto Di. La excepción argentina. Construcción del Estado y de la Iglesia en el siglo XIX. **Procesos: revista ecuatoriana de historia**, n. 40, 2014, p. 91-114.

TEITELBAUM, Vanesa. La prédica higienista en la construcción de una imagen de la maternidad en Tucumán, Argentina, a fines del siglo XIX y comienzos del XX. **Papeles de Población**, v. 4, n. 16, abr.-jun 1998, p. 185-200.

THÉBAUD, Françoise. A grande guerra. O triunfo da divisão sexual. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (orgs.). **História das mulheres no ocidente**. São Paulo: Afrontamento, 1991.

VARES, Luiz Pilla. **O anarquismo**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.

VASCONCELOS, Juliana Santos Alves de. Anarcofeminismo: o protagonismo feminino nas lutas sociais. **Revista Alpha**, Patos de Minas, 18(1), jan./jul. 2017, p. 55-67.

VÁZQUEZ, Daniel. ABBATE, Daniela. GARDONIO, Silviana. MAIARÚ, María José. **De mujeres y barbaric: Representaciones de otredad y género en el Río de la Plata del siglo XIX**. X Jornadas Internacionales/Nacionales de historia, arte y política. Facultad de Arte UNICEN, Tandil, 2019, p. 45-72.

WOODCOCK, George (Org.). **Os grandes escritos anarquistas**. Porto Alegre: L&M, 2019.

ZACARIAS, Inez Rocha. A Trajetória do Pensamento Econômico de Karl Marx. **Revista Opinião Filosófica**, Porto Alegre, v. 07; n. 01, 2016, p. 377-392.

SOBRE A AUTORA



Gabriela Schwengber

Doutoranda em História pela Universidade Federal de Santa Maria — UFSM. Mestra em História pela Universidade Federal de Santa Maria — UFSM (2024). Especialista em Educação pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense — IFsul, campus Venâncio Aires (2022). Graduada em História Licenciatura pela Universidade de Santa Cruz do Sul — UNISC (2019). Atualmente, dedica-se à pesquisa nas áreas da História das Mulheres, História do Anarquismo, História Intelectual e Imprensa.



[2024]
EDITORA CABANA
Trav. WE 11, N° 41 (Conj. Cidade Nova I)
67130-130 — Ananindeua — PA
Telefone: (91) 99998-2193
cabanaeditora@gmail.com
www.editoracabana.com

Ao partir de uma análise mais ampla que foi a definição do que seria o Estado Nação argentino na segunda metade do século XIX, a autora situa habilmente o espaço de surgimento e produção das reflexões que estamparam o periódico *La Voz de La Mujer* em fins do século XIX. Primeiro pelo complexo debate sobre a ideia de modernização; segundo, pela definição do que compreendemos como Estado argentino. Ao recuperar esse panorama, Gabriela Schwengber nos convida a conhecer o espaço de efervescência das ideias anarquistas naquele período, construindo um interessantíssimo cenário da configuração do tecido social na segunda metade do século XIX na capital argentina, contexto histórico em que as redatoras anarquistas produzem o periódico *La Voz de La Mujer*.

Carlos Gilberto Pereira Dias

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Professor no Coleto Protásio Alves

